

FACULDADE CÁSPER LÍBERO
Programa de Mestrado em Comunicação

Luciana Pelaes Rossetto

**Cobertura jornalística brasileira do conflito de terras
entre campesinos paraguaios e brasiguaios**

SÃO PAULO
2014

LUCIANA PELAES ROSSETTO

**Cobertura jornalística brasileira do conflito de terras
entre campesinos paraguaios e brasiguaios**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero, área de concentração “Comunicação na Contemporaneidade” e linha de pesquisa “Produtos Midiáticos: Jornalismo e Entretenimento”, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação, sob a orientação do Prof. Dr. Dimas A. Künsch.

**São Paulo
2014**

Rossetto, Luciana Pelaes

Cobertura jornalística brasileira do conflito de terras entre camponeses paraguaios e brasiguaios / Luciana Pelaes Rossetto. -- São Paulo, 2014.

204 f. il.; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Dimas A. Künsch

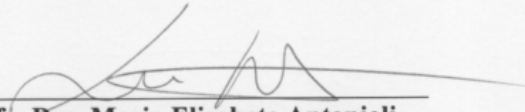
Dissertação (mestrado) – Faculdade Cásper Líbero, Programa de Mestrado em Comunicação na Contemporaneidade.

1. Comunicação. 2. Jornalismo. 3. Produtos midiáticos. 4. Paraguai. 5. Reportagem jornalística. I. Künsch, Dimas A. II. Faculdade Cásper Líbero, Programa de Mestrado em Comunicação na Contemporaneidade. III. Cobertura jornalística brasileira do conflito de terras entre camponeses paraguaios e brasiguaios.

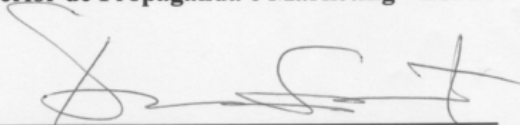
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

AUTORA: LUCIANA PELAES ROSSETTO

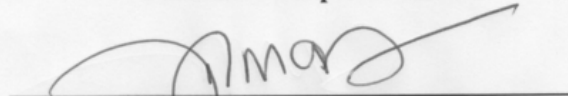
**“COBERTURA JORNALÍSTICA BRASILEIRA DO CONFLITO DE
TERRAS ENTRE CAMPELINOS PARAGUAIOS E BRASIGUAIOS”**



Prof. Dra. Maria Elisabete Antonioli
Escola Superior de Propaganda e Marketing - ESPM



Prof. Dra. Dulcília Helena Schroeder Buitoni
Faculdade Cásper Líbero



Prof. Dr. Dimas Antonio Künsch
Faculdade Cásper Líbero

Data da Defesa: 11 de junho de 2014.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Dimas Künsch, pelas conversas inspiradoras, pela infinita gentileza ao discutir minhas ideias e pelo total apoio em todos os momentos desta pesquisa. Sou grata também às professoras Dulcília Buitoni e Maria Elisabete Antonioli, pelas contribuições valiosas na banca de qualificação e na banca examinadora desta dissertação.

Aos professores do programa de pós-graduação da Faculdade Cásper Líbero, que tanto me incentivaram com a indicação de autores e com o intercâmbio de ideias e informações.

A todos os funcionários da secretaria de pós-graduação da Cásper Líbero, pela amabilidade, paciência e presteza com que sempre me atenderam.

À minha família, pelo apoio incondicional.

Resumo

Este trabalho investiga a cobertura pela imprensa brasileira do Paraguai e dos conflitos de terra entre camponeses paraguaios e fazendeiros brasileiros, os “brasiguaios”, na região de fronteira do Paraguai com o Brasil. Em uma primeira etapa estudam-se três momentos relevantes da história das relações entre os dois países, a começar pela chegada dos brasileiros no período da ditadura Stroessner (1954-1989), a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu nesse mesmo período, e, ainda no século XIX, o início da dominação, sobretudo econômica, imposta pelos brasileiros após a Guerra contra a Tríplice Aliança (1864-1870). Num segundo momento, traçamos um panorama, bastante geral, de como o Paraguai é representado pela imprensa brasileira. Por fim, concentramo-nos em nosso objetivo específico de estudo, que é identificar os modos como a mídia trabalha o Paraguai e os conflitos agrários envolvendo fazendeiros brasileiros e camponeses, sobretudo no espaço mais amplo das reportagens jornalísticas. Elege-se como *corpus* da pesquisa todo o material relacionado ao Paraguai publicado pelas revistas semanais brasileiras *Veja*, *IstoÉ*, *Carta Capital* e *Época* entre janeiro e julho de 2012, ano especialmente marcado por conflitos agrários que culminaram no afastamento do presidente Fernando Lugo, em 22 de junho de 2012. O objetivo principal é verificar com que nível de complexidade essas reportagens tratam a questão, a partir da hipótese de que os textos tendem a navegar pelo universo da simplificação, operando de forma reducionista e limitando-se a reproduzir estereótipos e preconceitos. Metodologicamente, o estudo bibliográfico das relações históricas entre os dois países vem acompanhado da leitura atenta, descrição e análise do conjunto de textos que nos auxiliam no entendimento das formas de representação do Paraguai pela imprensa brasileira. Na sequência, tomam-se em mãos as reportagens publicadas por esses veículos, sem perder em nenhum momento de vista a inserção desse conteúdo no campo do jornalismo. Para isso, dedicamos também uma parte importante do trabalho ao estudo da teoria da reportagem, em suas linhas gerais. Como referenciais teóricos principais para esta parte do estudo, utilizam-se as contribuições de Muniz Sodré (técnica da reportagem), Cremilda Medina (reportagem como técnica, estética e ética), Edgar Morin (pensamento da complexidade), Dimas Künsch (epistemologia da compreensão), entre outros. Pretende-se desse modo dar conta de compreender como é o tratamento dado ao Paraguai e à questão agrária nos textos publicados pelas revistas semanais brasileiras, principalmente em seus espaços nobres da reportagem, reforçando a ideia de que a produção jornalística tanto pode contribuir para a compreensão quanto para a incompreensão dos acontecimentos, dos grupos sociais, das pessoas e dos povos.

Palavras-chave: comunicação; jornalismo; reportagem jornalística; produtos midiáticos; Paraguai.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
Capítulo 1 RELAÇÕES HISTÓRICAS ENTRE BRASIL E PARAGUAI	13
1.1 Brasiguaios	16
1.1.1 Questão agrária	19
1.1.2 Construção da Identidade	25
1.2 Guerra da Tríplice Aliança	34
1.2.2 Guerra em Caricaturas	46
1.2.3 Termina o confronto, resta a destruição	61
1.2.4 Brasil e o governo provisório	63
1.3 Ditadura de Stroessner e construção de Itaipu.....	66
1.3.1 Construção de Itaipu	71
Capítulo 2 PARAGUAI NAS REVISTAS SEMANAIS BRASILEIRAS	75
2.1 Revista Veja	80
2.3 Revista IstoÉ	96
2.4 Revista Carta Capital	106
2.5 Revista Época	112
2.6 Ausência que revela	118
Capítulo 3 A REPRESENTAÇÃO DO PARAGUAI NAS REPORTAGENS.....	124
3.1 Breve estudo da reportagem	126
3.2 Complexidade x Reduccionismo	132
3.3 Compreensão x explicação.....	140
3.4 Polifonia e trabalho de campo	148
3.5 Opinião x informação	160
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	167
ANEXOS	171
REFERÊNCIAS.....	199

INTRODUÇÃO

Este trabalho investiga a cobertura jornalística dos conflitos pela posse de terra entre camponeses paraguaios e fazendeiros brasileiros na região de fronteira entre o Paraguai e o Brasil. O objetivo da pesquisa é descobrir o tratamento dado ao Paraguai em geral e a esse tema especificamente pelas quatro revistas semanais brasileiras de informação geral (*Veja*, *IstoÉ*, *Carta Capital* e *Época*). Pretende-se identificar se o material publicado, especialmente as reportagens, leva em conta a complexidade dos fatos na abordagem dessa questão ou se predomina uma visão preconceituosa, estereotipada e reducionista, a serviço da produção de incomunicação e de incompreensão entre os dois países.

Para tanto, em um primeiro momento, de contextualização, realizamos um estudo das relações históricas entre os dois povos, que envolve a chegada dos brasileiros ao país desde a Guerra do Paraguai e, particularmente durante o governo do ditador Alfredo Stroessner, com a construção da Hidrelétrica de Itaipu. Em seguida, traçamos um panorama de como o Paraguai é tratado nas coberturas das revistas semanais brasileiras. Por fim, chegamos ao objeto específico, que é o estudo do tratamento dado aos acontecimentos envolvendo os brasileiros e os temas agrários nesse país vizinho, especificamente, nas reportagens. De novo, o objetivo é identificar como a imprensa se comporta frente à complexidade dessa situação.

O critério para a escolha das revistas está relacionado ao fato de que as semanais, desde as suas origens mais remotas, no início do século XX, trabalham com a possibilidade de

produção de matérias mais aprofundadas sobre as pautas que elegem, em função, principalmente, do maior tempo de apuração e da consolidação dos fatos do cotidiano. A delimitação no tempo, por sua vez, parte da constatação de que nesse período – os primeiros seis meses de 2012 – ocorreram inúmeras crises envolvendo campesinos no Paraguai. Já o mês de julho foi incluído porque a crise agrária ganhou espaço no noticiário semanal brasileiro, efetivamente, durante esse mês, com o *impeachment* do presidente Fernando Lugo tendo acontecido em junho. Também por isso, é de se presumir que o tempo mais longo de apuração pudesse resultar em coberturas mais amplas, contextualizadas e profundas. Os veículos foram eleitos por terem alcance nacional e, supostamente, atendendo a sua vocação histórica, por investirem em grandes reportagens próprias, não se contentando com a reprodução de conteúdo de agências. E, aqui, defrontamo-nos com mais um recorte ou delimitação no amplo campo da produção de notícias.

Nossa atenção permanece focada, particularmente, sobre a produção de reportagens. Diferentemente das notícias, mais factuais, a reportagem, em princípio, abre-se para a investigação, os diagnósticos e prognósticos, a contextualização dos acontecimentos, a multiplicidade de vozes e de sentidos (polifonia e polissemia), o acesso às vozes tanto dos protagonistas do cotidiano quanto de estudiosos e especialistas. Nela, o jornalista encontra espaço para expor uma visão mais ampla, no caso específico deste estudo, sobre o problema agrário, para contextualizar os problemas de origem histórica e aprofundar a abordagem dos conflitos, o que quase nunca é possível fazer em matérias diárias. É por isso que dedicamos também uma parte importante do trabalho ao estudo da teoria da reportagem. Esse esforço de compreensão dos significados e virtualidades da reportagem nos conduz à escolha de critérios que, a nosso juízo, dão conta de responder à indagação sobre os modos de a imprensa brasileira compreender o Paraguai, as questões agrárias nesse país e os brasiguaios.

O trabalho ainda tenta pensar de que maneira estereótipos, identidade e cultura podem exercer influência sobre a produção de notícias e reportagens. De algum modo, que a pesquisa tenta deixar claro como resultado do próprio trabalho de investigação, vigoram na representação do Paraguai pela mídia brasileira, o preconceito e o desprezo que historicamente marcam as relações entre os dois países. Um sentimento de país vitorioso parece frequentar as mentes brasileiras desde os tempos da Guerra do Paraguai. “Paraguaio” é sinônimo de coisa ruim – e isso não tem a ver só com produtos que circulam no mercado.

Um dos objetivos desta pesquisa é contribuir para um estudo da reportagem jornalística. Busca-se compreender os modos como a cobertura jornalística pode ser produzida, considerando a complexidade das relações, e o que significa dizer que uma reportagem assume condições de tratar os temas com maior profundidade, de ampliar as fontes, as vozes e os sentidos relacionados aos acontecimentos. Este estudo pretende colaborar para a construção de uma consciência jornalística que entendemos ser mais verdadeira, ampla, complexa e imparcial em relação a confrontos de todo tipo. Em resumo, trabalha-se com a ideia de uma visão compreensiva de mundo. Com efeito, é na cobertura de conflitos que as formas antigas e novas de dualismo e de reducionismo de sentidos, vistas de forma crítica neste trabalho, costumam aparecer com maior frequência.

A proposta inicial era investigar também os jornais *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, entre 16 e 30 de junho de 2012, para verificar os pontos de contato entre a publicação diária dos jornais e semanal das revistas. A ideia foi abandonada, por sugestão da banca, a partir do entendimento de que o *corpus* eleito inicialmente dá bem conta dos objetivos que a pesquisa se propõe a alcançar.

Ainda fazia parte da proposta inicial o estudo de galerias de fotos publicadas em sites de notícias. O objetivo era, como no caso dos jornais, verificar como o *impeachment* de Lugo foi narrado por meio de imagens. Também por sugestão da banca de qualificação optou-se por não nos aprofundarmos nesse estudo. Os resultados parciais do trabalho até então realizado encontram-se, resumidos, em notas de rodapé.

O estudo é limitado à cobertura jornalística brasileira da questão. Não há, nesse sentido, o contraponto paraguaio. Por ser brasileira e jornalista, compartilho da mesma cultura, conheço por força de uma longa experiência os estereótipos aplicados aos paraguaios e tenho conhecimento da rotina das redações brasileiras, o que me deixa mais à vontade para investigar a produção jornalística no Brasil.

O trabalho aqui apresentado estrutura-se em três capítulos. O primeiro traz informações sobre os brasileiros que passaram a viver na região de fronteira a partir da década de 1970. Chamados de brasiguaios, eles foram responsáveis pela transformação do Paraguai em um exportador de commodities, especialmente a soja. Descreve a questão agrária no Paraguai, especialmente os conflitos entre os fazendeiros brasileiros e os camponeses paraguaios, que passaram a reivindicar a posse da terra ocupada por esses estrangeiros, além das relações deles com a população local e como ocorre a construção da identidade desses

dois grupos. Também são abordadas as relações de poder entre o Brasil e o Paraguai, desde a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) até a formação do governo provisório no pós-guerra naquele país, a partir de 1869. Nessa primeira parte da dissertação também é lembrada a maneira como ocorreu a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, na fronteira entre os dois países, e quais foram as ações do ditador paraguaio Alfredo Stroessner para atrair produtores rurais para a região de fronteira.

No segundo capítulo, pegamos em mãos o *corpus* da pesquisa, ou seja, tudo o que as revistas publicaram sobre o Paraguai nos períodos fixados para a investigação. São eleitos para a análise, inclusive, textos que não tendo o Paraguai como pauta, trazem referências diretas ou indiretas ao país. A metodologia incluiu juntar todos os editoriais, notícias, notas, citações e reportagens, entre outros, sobre o tema, publicados nas quatro revistas entre 1º de janeiro e 31 de julho de 2012, que foram catalogados para uma análise, em primeiro lugar, quantitativa. O propósito é apresentar não só o quanto e o que foi publicado, mas também o peso relativo do uso dos diferentes gêneros jornalísticos, as diferenças quantitativas entre os veículos e o espaço reservado à reportagem em todos eles. É um estudo de caráter fundamentalmente fenomenológico, isto é, de verificação do que todo esse *corpus* (tanto os gêneros opinativos quanto a notícia e especificamente a reportagem) está mostrando sobre os modos como o Paraguai é representado na imprensa. Por exemplo, quais as pautas, as formas de tratamento, quem fala e como fala – sem deixarmos de observar também quem não fala, as vozes escondidas, negadas.

O terceiro capítulo retoma o esforço investigativo do capítulo anterior, centrando sua atenção em reportagens, para um estudo de maior fôlego e em detalhes da questão que interessa particularmente a esta pesquisa, ou seja, como a imprensa brasileira trata o Paraguai e os conflitos entre camponeses e brasiguaios nas coberturas jornalísticas brasileiras. A reportagem pressupõe um tempo maior de produção e o uso de fontes diversas, que podem resultar numa melhor contextualização, em melhores diagnósticos e prognósticos sobre as questões. Investigam-se as pautas, as fontes, o texto, os procedimentos e rotinas editoriais e tudo quanto possa ser utilizado da melhor tradição do jornalismo (como isenção, ética, pluralismo etc.) para uma compreensão dessas coberturas. É aqui que recorreremos ao auxílio da bibliografia para mapear e compreender o campo da reportagem. A razão desta escolha consiste em mostrar com maior intensidade e em detalhes se o que se diz antes, sobre as reportagens em geral, se verifica nesses textos, tendo como hipótese, que percorre todo esse esforço investigativo, a ideia de que em geral a produção de informação jornalística sobre o

Paraguai privilegia o cultivo do dualismo, do reducionismo, do preconceito e da incompreensão. Um conjunto de critérios, ou melhor, de proposições analíticas, gerados da compreensão do sentido complexo e compreensivo da reportagem, auxilia na investigação que vem em seguida.

Complementando a abordagem da metodologia, vale recordar que a pesquisa inicia com a leitura de um conjunto de autores que tratam das questões dos brasiguaios, encontrando-se entre os principais José Lindomar Albuquerque, José Nicolas Morinigo Alcaraz, Ramon Fogel, Marcial Riquelme, Sylvain Souchaud e Domingo Laino, além de autores que tratam da Guerra do Paraguai, o governo Stroessner e Itaipu, como Julio Jose Chiavenatto, Francisco Doratioto, Dionisio Cerqueira, Augusto Tasso Fragoso e André Amaral de Toral. Todos eles auxiliam na composição do conteúdo do primeiro capítulo.

O *corpus* da pesquisa, mais uma vez, é composto por todo o material relacionado ao Paraguai publicado pelas revistas *Veja*, *IstoÉ*, *Carta Capital* e *Época*, no período que compreende os primeiros sete meses de 2012, de 1º de janeiro a 31 de julho. Foram reunidas todas as reportagens, notícias, editoriais, frases, notas, entre outros, para uma leitura atenta, classificação quantitativa e uma interpretação panorâmica. Em seguida, realiza-se a análise mais aprofundada de reportagens para o estudo da questão específica, que interessa particularmente a esta pesquisa.

Para finalizar, podem ser resumidos do seguinte modo os objetivos principais: a) contribuir para um estudo da reportagem jornalística, compreender os modos como a cobertura jornalística pode ser produzida, considerando a complexidade das situações e contextos sociais; b) colaborar para a construção de uma consciência jornalística ampla, complexa em relação a confrontos de todo tipo; c) traçar um panorama de como o Paraguai e os conflitos agrários, particularmente em sua relação entre camponeses e brasiguaios, são apresentados pelas quatro mais importantes revistas semanais brasileiras; e d) descobrir o tratamento dado ao tema especificamente nas reportagens, tentando identificar se consideram a complexidade dos fatos ou se navegam pelo universo da simplificação.

Capítulo 1

RELAÇÕES HISTÓRICAS ENTRE BRASIL E PARAGUAI

Segundo levantamento realizado em 2012 pelo Ministério de Relações Exteriores do Brasil, há 201.527 brasileiros vivendo no Paraguai, onde são chamados “brasiguaios”¹. Porém, não há estatísticas confiáveis sobre essa população, e alguns autores chegam a apontar que existem até 500 mil brasileiros no país vizinho.

Os brasileiros imigraram para o Paraguai à procura de terras baratas, principalmente a partir da década de 1970, incentivados por planos econômicos do governo do ditador Alfredo Stroessner (1954-1989). Hoje, eles são os maiores responsáveis pela produção recorde de grãos do país, especialmente de soja. Mesmo sendo um país pequeno, com uma superfície de 406.575 quilômetros quadrados, pouco maior que o estado brasileiro de Mato Grosso do Sul, o Paraguai é o sexto maior produtor de soja do mundo, atrás de Brasil, Estados Unidos, Argentina, China e Índia. Na safra 2012/2013, foram produzidas 8,10 milhões de toneladas, conforme dados da Camara Paraguaya de Exportadores y Comercializadores de Cereales y Oleaginosas (Capeco). O Paraguai também é o quarto maior exportador de soja do mundo, exportando 6,7 milhões de toneladas, atrás apenas de Estados Unidos, Brasil e Argentina². Antes da chegada dos brasileiros, a produção paraguaia era insignificante perto dos números atuais.

¹ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Diplomacia Consular, 2007 a 2012; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. Disponível em: <<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/diplomacia-consular-2007-a-2012-final.pdf>>. Acesso em 8 dez.2013.

² CAMARA PARAGUAYA DE EXPORTADORES Y COMERCIALIZADORES DE CEREALES Y OLEAGINOSAS. Estadísticas: Principales Exportadores Mundiales de Soja. Disponível em <<http://www.tera.com.py/capeco/index.php?id=ranking-mundial>>. Acesso em 8 dez. 2013.

Apesar do crescimento econômico levado pelos brasileiros ao Paraguai, a presença deles no país é conflituosa. Na região de fronteira com o Paraná, nos departamentos de Canindeyú, Alto Paraná e Itapua, estão as melhores terras para agricultura. Ali, a quase totalidade dos grandes produtores rurais é composta de brasileiros. É comum ocorrerem invasões de fazendas por associações de camponeses sem-terra e conflitos diretos entre brasileiros e paraguaios pela posse das propriedades. A ocupação do território por grandes fazendeiros brasileiros provoca a expulsão das comunidades camponesas para as cidades, onde vão habitar periferias e enfrentar o desemprego por conta da falta de qualificação e de oportunidades.

Os movimentos sociais paraguaios apoiaram a eleição de Fernando Lugo, que assumiu o governo em 2008 com a promessa de realizar a reforma agrária e oferecer estrutura aos camponeses, como acesso a crédito para a compra de sementes e maquinário, transporte para o escoamento da produção e auxílio técnico para que aprendessem a cultivar a terra, proporcionando assim condições de sobrevivência. Apesar de abrir um caminho para o diálogo entre o governo e movimentos sociais, Lugo pouco conseguiu fazer efetivamente para resolver o problema da posse de terras. O período na presidência foi marcado por inúmeras crises em função de conflitos agrários, especialmente no primeiro semestre de 2012, com a invasão de fazendas de brasileiros por grupos de sem-terra.

O governo paraguaio não possui uma estimativa do número de conflitos que ocorreram no país durante o período. Existe uma quantidade muito grande de brasileiros proprietários de terra na região, bem como de grupos ligados a organizações sem-terra que buscam ocupar as fazendas localizadas em cidades espalhadas por todas as regiões de fronteira. Não há como conseguir dados oficiais dessas ocupações.

Lugo sofreu *impeachment* em 22 de junho de 2012 justamente após um confronto entre policiais e camponeses. Os “carperos”, como são pejorativamente chamados os camponeses por viverem em “carpas” (tendas), ocupavam uma fazenda do empresário paraguaio Blas Riquelme, na cidade de Curuguaty, departamento (estado) de Canindeyú, quando a polícia tentou expulsá-los do local no dia 15 de junho do mesmo ano. A reação armada culminou com 17 mortos, entre policiais e agricultores. Cabe ressaltar que Riquelme, dono da fazenda onde ocorreram as mortes, é ex-senador e ex-presidente do Partido Colorado.

O processo para a retirada de Lugo da presidência do Paraguai foi concluído de forma extremamente rápida: durou dois dias, ocorrendo, porém, dentro das normas constitucionais

do país. A votação na Câmara se deu em 21 de junho de 2012, quando até parlamentares integrantes de partidos da coalizão do governo votaram contra o presidente. No dia seguinte, 22 de junho, o Senado realizou o julgamento do processo de *impeachment*, que terminou com a decisão pelo afastamento. O vice de Lugo, Federico Franco, assumiu o governo paraguaio no mesmo dia do *impeachment*. Ele permaneceu na presidência por pouco mais de um ano, quando foi substituído pelo empresário Horácio Cartes, eleito em abril de 2013. Cartes tomou posse em agosto de 2013.

Mas para se entender o Paraguai de hoje, – com todos os problemas políticos, luta por terra e disputas entre camponeses e estrangeiros, é necessário fazer um retrospecto histórico para dois momentos marcantes da história do país, nos quais o Brasil exerceu um papel de fundamental importância.

O primeiro é a Guerra da Tríplice Aliança. Motivado por fatores políticos e econômicos, o confronto resultou na destruição da economia paraguaia da época – considerada por muitos autores como a mais forte na região do Prata, no aniquilamento da quase totalidade de sua população e na perda de parte do território para a Argentina e o Brasil. Após a guerra, o Brasil interferiu de forma direta nas composições política e administrativa do governo paraguaio, bem como na exploração das principais fontes econômicas do país derrotado. Nunca mais o Paraguai conseguiu se reerguer.

O segundo ponto é o governo do ditador Alfredo Stroessner. Ele permaneceu 35 anos no poder e, durante esse período, assinou com o Brasil uma série de tratados desvantajosos para o Paraguai. O principal deles foi o acordo para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que resultou em uma dívida gigantesca para o Paraguai, além de impor o Brasil como único consumidor do excedente de energia que pertence ao país. Stroessner também permitiu uma imigração em massa de agricultores brasileiros, que conseguiram as terras mais férteis do país a preços simbólicos e provocaram o colapso social da população de camponeses paraguaios que viviam desde sempre da cultura de subsistência praticada em pequenas propriedades.

O Paraguai, como o conhecemos hoje, com todos os seus problemas econômicos e mazelas sociais, talvez tivesse uma história diferente se não fosse pela destruição causada pela guerra e pela irresponsabilidade de alguns de seus governantes.

1.1 Brasiguaios

Cinco departamentos (estados) paraguaios fazem fronteira com o Brasil: Alto Paraguai, Concepción, Amambay, Canendeyu e Alto Paraná, sendo que os três últimos concentram a maior parte dos brasileiros no país e, conseqüentemente, a produção da soja. Mas também é necessário considerar Caaguazú como área de intensa presença estrangeira pela proximidade com a região de fronteira. Para melhor compreensão da localização geográfica desta região, recomenda-se olhar o mapa nos Anexos.

O total da população paraguaia é de 6.672.631 habitantes, segundo dados de 2012 do Anuario Estadístico del Paraguay, da Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos.³ Como afirmado anteriormente, de acordo com um levantamento realizado em 2012 pelo Ministério de Relações Exteriores do Brasil, 201.527 brasileiros viviam em todo o Paraguai naquele ano, onde são chamados “brasiguaios”⁴. Porém, não há estatísticas exatas sobre essa população. Reportagens em veículos brasileiros e paraguaios citam as mais variadas fontes e estimam entre 300 mil e 500 mil o número de brasileiros vivendo em todo o Paraguai. Um dos autores que aponta o maior número de brasileiros no Paraguai é Sylvain Souchaud (2005, p. 20), que estima que no final da década de 1990 já havia cerca de 500 mil brasileiros no país, considerando tanto os colonos quanto seus descendentes de nacionalidade brasileira ou paraguaia.

Os brasileiros começaram a imigrar para o Paraguai a partir da década de 1960. Esse processo ganhou força nos anos 1970, quando passaram a procurar terras mais baratas e produtivas, sendo incentivados por planos econômicos do governo do ditador Alfredo Stroessner. Hoje, eles são os principais responsáveis pela produção recorde de grãos do país, especialmente de soja.

Conforme Chiavenatto (1980, p. 93), o problema da distribuição de terras no Paraguai começou a partir de 1962. Até essa data, os campesinos paraguaios eram apenas considerados “intrusos”, na expressão de Chiavenatto. Esses paraguaios que moravam na zona rural ocupavam faixas de terrenos no campo sem a necessidade de pagar impostos ou

³ PARAGUAY. Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos. Anuario Estadístico del Paraguay 2012. Disponível em <<http://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/anuario2012/anuario%202012.pdf>>. Acesso em 7 jan. 2014.

⁴ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Diplomacia Consular, 2007 a 2012; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. Disponível em: <<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/diplomacia-consular-2007-a-2012-final.pdf>>. Acesso em 8 out.2013.

arrendamento, praticando agricultura de subsistência. Depois, porém, perderam os “privilégios” e passaram a ser obrigados a pagar pelo uso da terra aos grandes proprietários. O autor afirma que, até o fim da década de 1970, na prática, pelo menos metade dos camponeses ainda era “intrusa”, sem títulos de propriedade e sujeita a ser expulsa a qualquer momento. Quando esses camponeses se recusavam a sair, o Exército era enviado para desocupar a área.

Não foi Stroessner quem criou esse tipo de perseguição aos sem-terra, mas na sua ditadura isso foi transformado num verdadeiro *modus operandi*, especialmente depois que começou a “invasão”, também na expressão de Chiavenatto, com os brasileiros comprando as terras mais férteis do Paraguai (1980, p. 93).

Essa “invasão brasileira” se intensificou a partir de 1973, com a construção de Itaipu. Os paraguaios foram expulsos da região da fronteira, e a terra foi vendida a agricultores brasileiros. Segundo Chiavenatto (1980, p. 96), esses brasileiros compravam propriedades de grandes companhias imobiliárias, que simplesmente desapropriavam as terras antes ocupadas pelos camponeses. De acordo com o autor, as companhias conseguiam os títulos legais das terras nos cartórios comandados pela ditadura de Stroessner e tomavam posse das propriedades com ajuda do Exército. Em seguida, dividiam a terra em lotes e os vendiam aos brasileiros.

Laino (1979, p. 80) aponta que as companhias que conseguiam os títulos de grandes extensões de terras, antes de vender os lotes, desmatavam a floresta existente. A madeira era negociada livremente no mercado brasileiro, sem passar por controle alfandegário do Paraguai ao Brasil. Uma vez esgotada a área de mata, a terra era vendida aos brasileiros. Souchaud (2005, p. 22) lembra que, nesse contexto em particular, os discursos oficiais repetiam que era uma chance única de se beneficiar da experiência dos brasileiros, que poderiam modernizar o setor agrícola e dar ocupação à população rural que vivia na zona central do país.

Esses primeiros colonos, como constatou Souchaud (2005, p. 24), eram agricultores em sua grande parte originários das regiões Sul e Sudeste do Brasil. Poucos de fato possuíam terra anteriormente, e a maioria deles era apenas arrendatária de pequenos ranchos, sítios ou chácaras no território brasileiro. Quando se mudaram para o Paraguai e começaram a ocupar os lotes, a produtividade ainda era reduzida e quase que exclusivamente para o consumo próprio. A mão de obra muitas vezes também era restrita ao grupo familiar. Porém, pouco a pouco, foram ampliando suas áreas cultivadas e tornaram-se grandes produtores – não somente com a compra de terrenos a preços baixos, mas também, conforme a acusação dos

grupos de sem-terra, através de “grilagem”, ou seja, ocupação irregular de terras, o que faz com que alguns documentos que supostamente comprovam a compra sejam questionados em relação a sua veracidade.

Conforme Chiavenatto (1980, p. 97), para o brasileiro, a compra de propriedades no Paraguai representava a possibilidade de um aumento de seu capital, já que as terras na região Sul do Brasil valiam cerca de cinco a oito vezes mais do que no lado paraguaio. Dessa forma, um agricultor podia vender 10 alqueires no Brasil e se tornar dono de 80 alqueires no lado paraguaio, sem contar que a mão de obra e os custos da produção eram mais baratos no país vizinho. O brasileiro também tinha isenção de impostos e incentivos fiscais, além de conseguir financiamento nos bancos paraguaios com extrema facilidade. Laino (1979, p. 75) afirma que, ainda em 1973, a Sociedade Nacional de Agricultura do Paraguai expressou a preocupação com o preço das terras da região. Apesar de os valores serem acessíveis aos brasileiros, impossibilitavam a compra por cidadãos paraguaios.

Essa presença marcante dos brasileiros no Paraguai pode ser observada até hoje. Nas constantes viagens que esta autora faz ao país vizinho, pôde observar que o idioma português é falado naturalmente nas ruas das cidades das regiões de fronteira. Nas escolas, as aulas são ministradas em português e, inclusive, há inclusive prefeitos brasileiros em alguns municípios. Aos paraguaios restam ocupações informais ou empregos que exigem pouca qualificação em grandes fazendas. Os paraguaios, muitas vezes, sofrem preconceito dentro do próprio país no momento em que buscam emprego, sendo preteridos em relação aos brasileiros.

Durante a ditadura de Stroessner, os paraguaios eram expulsos das terras ocupadas pelas forças do Exército para que essas propriedades fossem vendidas a brasileiros. Hoje, essa expulsão ainda ocorre, mas de maneira mais sutil. Os campesinos que conseguem um lote através de programas de reforma agrária não recebem estrutura do governo em termos de saúde, moradia e educação. Eles também não conseguem obter crédito agrícola suficiente para bancar os custos da produção, como a simples compra de sementes e o aluguel de equipamentos. Tais fatores dificultam muito a permanência deles no campo.

Quem enfrenta todas as dificuldades e ainda é capaz de produzir, não recebe apoio para vender seus produtos na cidade. Além disso, em muitas regiões, os campesinos convivem com a fumigação das lavouras dos vizinhos latifundiários, que é feita com aviões. Essas famílias que vivem no campo sentem o impacto, porque o veneno provoca a morte das plantas

e dos animais, além de contaminar a água potável. Vivendo com dificuldade e endividados, os trabalhadores rurais rapidamente vendem as terras quando recebem alguma proposta de vizinhos, que são geralmente grandes fazendeiros.

1.1.1 Questão agrária

A terra se transformou no principal motivo de conflitos no Paraguai. Segundo o Censo Agropecuario Nacional, realizado em 2008 pela Dirección de Censos y Estadísticas Agropecuarias⁵, o total de propriedades aproveitadas para cultivo ou criação de gado no país – independentemente da situação jurídica e legalidade da ocupação da área – chega a 289.649 terrenos, equivalentes a 31.086.894 hectares, conforme exposto no quadro 1:

QUADRO 1 – QUANTIDADE E SUPERFÍCIE DOS TERRENOS AGROPECUÁRIOS NO PARAGUAI

Paraguai	Quantidade de terrenos	Superfície total	Manejo do terreno				
			Um só produtor	Dois ou mais produtores	Empresa/sociedade legal	Estado	Outros
Total:	289.649	31.086.894	278.967	7.840	1.599	108	1.135
A partir de 10 mil hectares	600	12.654.779	207	114	254	5	20
De 5 mil a 10 mil hectares	684	4.702.034	311	153	210	1	9
De 1 mil a 5 mil hectares	3.443	7.200.531	2.169	695	520	7	52
Até 1 mil hectares	284.148	6.529.549	275.630	6.786	614	95	1.023
Sem medição	774	Sem medição	650	92	1	–	31

Fonte: Censo Agropecuario Nacional 2008, p. 14

Os dados mostram que 600 propriedades possuem mais de 10 mil hectares, o que equivalem juntas a 12.654.779 hectares; 684 possuem de 5 mil a 10 mil hectares, somando juntas 4.702.034 hectares; e 3.443 possuem de 1 mil a 5 mil hectares, totalizando 7.200.531 hectares. Juntas, as 4.727 maiores propriedades do país somam 24.557.344 hectares, enquanto as outras 284.922 propriedades menores dividem 6.529.550 hectares.

⁵ PARAGUAY. Dirección De Censos Y Estadísticas Agropecuarias. Censo Agropecuario Nacional 2008. Volume II, ano 2009. Disponível em <<http://www.mag.gov.py/Censo/Book%202.pdf>> Acesso em 12 jan. 2014

De acordo com o documento, a maioria das propriedades pertence a produtores individuais, que somam 278.967 pessoas, cada uma ocupando um pedaço de terra, independentemente do tamanho. Outros 7.840 lotes são divididos por dois ou mais produtores associados. Empresas ou sociedades legalmente constituídas possuem 1.599 terrenos, enquanto o governo é dono de 108 propriedades, e 1.135 pertencem a outras entidades e grupos.

Se fizermos um recorte em relação aos números relacionados ao departamento de Alto Paraná, localizado na fronteira com o Brasil e famoso pela presença de proprietários brasileiros, percebemos que a desigualdade permanece. Alto Paraná possui 19.967 terrenos com possibilidade de uso na agricultura e pecuária, totalizando 1.161.404 hectares, sendo que 19.286 lotes estão nas mãos de produtores individuais. O restante pertence a dois ou mais produtores, ao governo, a associações legalizadas ou outras organizações, conforme exposto no quadro 2:

QUADRO 2 – QUANTIDADE E SUPERFÍCIE DOS TERRENOS
AGROPECUÁRIOS EM ALTO PARANÁ

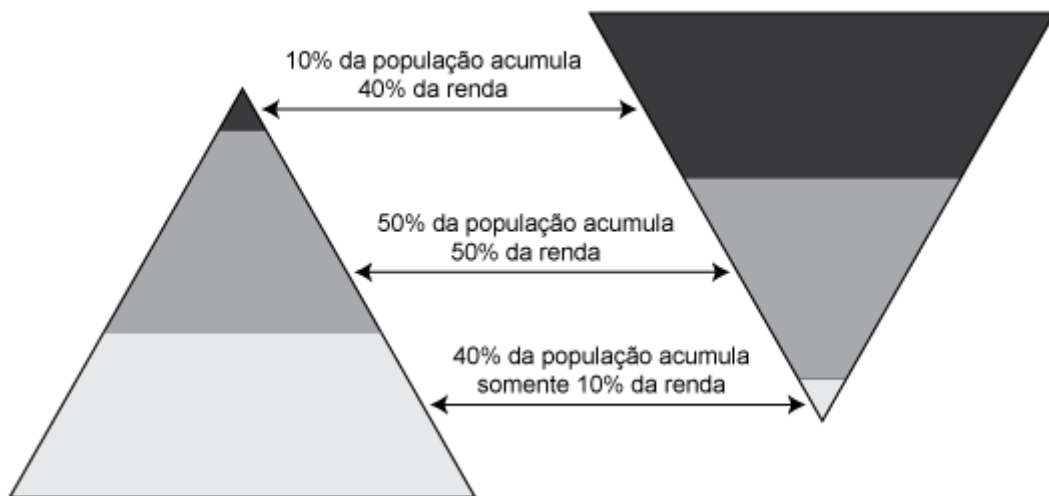
Alto Paraná	Quantidade de terrenos	Superfície total	Manejo do terreno				
			Um só produtor	Dois ou mais produtores	Empresa/sociedade legal	Estado	Outros
Total:	19.967	1.161.404	19.286	518	115	7	41
A partir de 10 mil hectares	9	118.723	2	1	4	2	–
De 5 mil a 10 mil hectares	17	112.619	4	3	10	–	–
De 1 mil a 5 mil hectares	145	290.267	90	25	26	1	3

Fonte: Censo Agropecuario Nacional 2008, p. 17

Não é nossa intenção assumir uma postura maniqueísta neste trabalho, taxando como vítimas os camponeses e como carrascos os brasiguaios. Certamente os fazendeiros brasileiros contribuíram para o crescimento econômico paraguaio. Porém, o modelo de produção e a forma como as terras foram distribuídas somente reforçou o problema da desigualdade e da distribuição de riqueza no Paraguai, onde quase todos os cidadãos são pobres e pouquíssimos são muito ricos.

Um relatório da Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos de 2011 comprova essa diferença na distribuição de renda⁶. Os dados apontam que 10% da população do país concentram 40% da renda; 50% da população concentram 50% da renda e outros 40% dividem 10% da renda total do país, conforme indicado no quadro número 3. Cabe ressaltar que a média de rendimentos mensais do cidadão paraguaio empregado é de 1.866.936 guaranis, o que equivale a R\$ 956,62.⁷

QUADRO 3 – DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO PARAGUAI



Fonte: Encuesta Permanente De Hogares 2011, p. 3

No mesmo relatório, observamos que 67,6% da população são considerados “não pobres”. No total, 14,4% da população vivem na pobreza, com renda mensal de até 438.954,00 guaranis (aproximadamente R\$ 224,00) – quem ganha acima desta quantia já é considerado não pobre. Outros 18% da população vivem na pobreza extrema, com até 284.088,00 guaranis ao mês (aproximadamente R\$ 145,00).⁸ A pobreza e a pobreza extrema estão concentradas justamente na zona rural. Do total de 2.641.284 habitantes da zona rural, conforme os dados de 2011 apontados nesse relatório, 15,2% são considerados pobres e 29,6% vivem na pobreza extrema, o que totaliza 44,8% da população rural nessas condições.

Dados de Alcaraz (2009, p. 176) dão conta que a média de escolaridade dos paraguaios na zona rural é de 4 anos. E quatro de cada dez pobres na zona rural não frequentam escolas. Fogel (2005, p. 35) ressalta que na medida em que se aumenta a

⁶ PARAGUAY. Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos. Encuesta Permanente De Hogares 2011: distribución de Ingresos y Pobreza. Disponível em <<http://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/EPH2011/EPH2011%20Pobreza%20e%20Ingresos.pdf>> Acesso em 7 jan. 2014.

⁷ Valores de conversão equivalentes ao câmbio de janeiro de 2014

⁸ Valores de conversão equivalentes ao câmbio de janeiro de 2014.

produtividade da soja, os empregos que o cultivo proporciona diminuem, uma vez que essa mão de obra é substituída por tecnologia moderna, constituída basicamente de maquinário importado.

Conforme aponta Alcaraz (2009, p. 177), a situação da pobreza na zona rural está vinculada não somente ao acesso à terra, mas também à dificuldade que os camponeses têm de permanecer na terra que lhes foi concedida pelo governo em programas de reforma agrária. O autor (2009, p. 178) defende que é mais fácil obter alimentos no campo, porém a população rural não encontra acesso a outros serviços públicos. Sem apoio técnico, financeiro e até de instrução, relegados muitas vezes à própria sorte, só encontram saída na venda ou arrendamento de terras a grandes produtores. Acabam migrando para os centros urbanos, onde formam uma grande massa de excluídos.

Para Laino (1979, p. 230), a atividade brasileira na fronteira significa a perda da soberania paraguaia e a exploração irracional dos recursos naturais. No início da colonização, o extrativismo descontrolado causou desequilíbrio ecológico e a destruição total das matas nativas do país. Os problemas evoluíram junto com a economia paraguaia e, atualmente, a falta de fiscalização no comércio dos produtos agrícolas e florestais, aliada à pressão econômica exercida pelos grandes produtores brasileiros, causam enormes prejuízos às finanças do país que poderia arrecadar mais se tivesse um controle fiscal eficiente, impedindo o contrabando de produtos agrícolas para o lado brasileiro e impondo condições tributárias diferentes para a exploração da região por estrangeiros. Observa-se que a produção na fronteira está integrada à economia brasileira e não atende às necessidades do Paraguai e, ainda assim, o regime paraguaio apoia as empresas e os colonos brasileiros.

O Brasil não apenas se estende “moralmente” sobre o território paraguaio. Avança também materialmente, fisicamente, em ações concretas de domínio, exercidas através da propriedade de terras, da incorporação de empresas, da canalização de produtos e recursos para seu mercado interno etc. E, diante desta realidade, o regime paraguaio apresenta uma política de fronteiras que recua e cede terreno, cedendo também a soberania nacional (LAINO, 1979, p. 164).

O problema da soberania paraguaia relacionado à venda de terras na fronteira também é profundamente investigado por Ramon Fogel. No Brasil, conforme a Lei número 6.634⁹, de 2 de maio de 1979, estrangeiros são proibidos de adquirir terras em uma distância inferior a

⁹ BRASIL. LEI Nº 6.634: Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências. Brasília, 2 mai. 1979.

150 quilômetros da fronteira. Já no Paraguai, apesar de existir a lei número 2.532¹⁰, que limita a compra de terras por estrangeiros a uma distância mínima superior a 50 quilômetros da fronteira, essa determinação não é colocada em prática.

El conocimiento que tienen decisores paraguayos acerca de disposiciones recientes que refuerzan esta exclusión y reafirman objetivos de fortalecimiento de la presencia brasileña en regiones fronterizas no tiene consecuencias en las intervenciones desde el estado; el principio de la reciprocidad queda obsoleto ante las necesidades de expansión del capital, las que también explican la preocupación unilateral del Brasil por la defensa de su soberanía, aún a expensas de la del vecino (FOGEL, 2005, p. 40).

Fogel (2005, p. 40) afirma que a expansão da soja pelos empresários brasileiros ocorre de forma desordenada, extrapolando os limites de suas propriedades e adentrando as áreas de assentamentos dos camponeses paraguaios, que são expulsos da terra. Ocorre o extermínio da agricultura familiar dos camponeses, que passam a ter dificuldade até mesmo para conseguir alimento, e a destruição do ecossistema e da biodiversidade na região de fronteira com o uso indiscriminado de agrotóxicos, problemas que estão diretamente relacionados ao aumento da produção de soja.

Alcarraz (2009, p. 59) diz que os produtores em grande escala não contabilizam os danos causados pela quantidade de pesticidas necessária para a lavoura. Ele cita a localidade de Mbocaja'i, distrito da cidade de Yhu, no departamento de Caaguazú, onde a escola precisa fechar as portas nos períodos de fumigação aérea para evitar a intoxicação massiva.

El modelo de desarrollo rural del Paraguay, fundado en la producción de granos con el único objetivo de lograr la máxima rentabilidad, sin las correcciones adecuadas para evitar efectos negativos para otros sectores de la sociedad genera expulsión migratoria o desplazamiento de los campesinos. La expulsión o desplazamiento de la población rompe con las formas de integración social comunitaria tradicional, incidiendo en la génesis de un proceso de desarticulación social, desempleo y subocupación (ALCARAZ, 2009, p. 95).

Fogel (2005, p. 44) admite que a destruição dessa organização social está muitas vezes relacionada à corrupção dos líderes camponeses e indígenas, que se beneficiam com o arrendamento e venda ilegal de terras, em algumas ocasiões originadas de processos de reforma agrária.

¹⁰ PARAGUAY. LEY N° 2532: que establece la zona de seguridad fronteriza de la republica del Paraguay. Poder Legislativo. Asunción. 9 dez. 2004.

É importante ressaltar que os fazendeiros brasileiros possuem um discurso que legitima suas práticas e direciona a opinião pública. Para entender a questão agrária e tentar resolver o problema, seria necessário que as autoridades paraguaias ignorassem esse discurso dominante e pensassem em medidas eficazes para manter o desenvolvimento, enquanto buscam alternativas para melhorar as condições de vida do povo paraguaio. Como resalta Fogel (2005, p. 82), os empresários brasileiros, que colocaram o Paraguai entre os grandes exportadores de soja e que trazem ao país tecnologia moderna para exploração do campo, sentem-se responsáveis pelo desenvolvimento do agronegócio. Porém, a riqueza fica concentrada nas mãos de poucos, e não há preocupação com a grande parcela da população que vive na pobreza.

Demás está decir que en esa visión los empresarios se presentan como los verdaderos salvadores de la patria, y promueven la idea de que ellos son los trabajadores, en contraste con los campesinos paraguayos haraganes, causantes del atraso. En un caso histórico insólito, los campesinos paraguayos, que residen en su propio país, son despreciados en base a prejuicios que los estigmatiza, por inmigrantes brasileños que constituyen una minoría que residen en nuestro país (FOGEL, 2005, p. 83-84).

Alcaraz (2009, p. 52) resalta, porém, que o modelo produtivo dos camponeses se caracteriza por formar um sistema socioeconômico e cultural de produção diferente daquele seguido pelos brasileiros. O modelo camponês não leva em consideração somente a questão econômica. É baseado na organização familiar e na divisão interna do trabalho. A diversidade de produção camponesa tem o objetivo de produzir todo o possível para atender às necessidades do grupo familiar. O excedente é comercializado com outros grupos familiares e mercados em geral.

Conforme Alcaraz (2009, p. 54), a produção é diversificada em função do núcleo familiar extenso. Essas unidades familiares se estabelecem através de outros tipos de vinculação que incluem questões religiosas, como o apadrinhamento de crianças da comunidade, e simples atividades cotidianas entre amigos, criando um complexo sistema de relações e rompendo a percepção de isolamento com que se costuma descrever a vida produtiva camponesa.

Já os grandes proprietários utilizam mecanização agrícola, plantam sementes transgênicas e fazem uso intensivo de agrotóxicos. Dessa forma, atingem produtividade e lucros expressivos. Há a busca pela rentabilidade imediata, sem levar em conta os efeitos sociais e os danos causados à natureza. Alcarraz (2009, p.57) lembra que a rentabilidade da

soja está associada à extensão do cultivo. Para ganhar dinheiro com soja, é necessário produzir em larga escala, e cada vez mais se torna necessário expandir a área cultivada para aumentar o lucro e o sucesso do negócio. A necessidade de expansão dos grandes latifundiários atinge primeiramente os donos de pequenos lotes, mas também tende a desalojar os médios produtores, que, pressionados pela oferta de compra ou arrendamento de suas terras e ainda pela dificuldade de obter ganhos suficientes com o cultivo de soja em suas propriedades, cedem às propostas.

Há ainda outro agravante neste modelo de produção. A estrutura agrária fundamentada na grande propriedade não produz empregos na mesma proporção do crescimento da área cultivada. A renda fica concentrada na mão de poucos e ocorre a exclusão econômica e social da população campesina.

1.1.2 Construção da Identidade

Nos municípios localizados na fronteira com o Brasil, em Alto Paraná, só se ouve o português, idioma que também é utilizado em cartazes no comércio local. Espanhol é usado somente nos documentos oficiais. Os brasileiros, e mesmo seus descendentes já nascidos no Paraguai, procuram manter seus costumes, têm acesso à música e televisão brasileiras. Os gaúchos tomam chimarrão (em oposição ao tereré, típico do Paraguai), se alimentam com arroz, feijão e churrasco e constantemente se reúnem. O fato de uma comunidade brasileira viver no Paraguai talvez não a faça menos brasileira por conta desse deslocamento cultural, mas não a torna paraguaia pelas mesmas razões. Esse grupo é formado por brasileiros, ou descendentes, incrustados em um território que não é deles, mas que é culturalmente apropriado e retrabalhado.

Segundo Martino (2010, p. 15), a nossa cultura está relacionada com a percepção que temos de uma imagem, de uma pessoa e de um objeto. E, através desse conjunto de conhecimentos que nos ajuda a identificar uma pessoa ou um objeto, nós construímos uma identidade própria, enquanto decodificamos as mensagens que outras pessoas nos enviam em termos de identidade:

A ideia principal é a de que a identidade de alguém, de um grupo ou mesmo de um povo, passa por relações de comunicação estabelecidas interna e externamente, a partir das quais são criados e disseminados

as narrativas e discursos que permitem às pessoas se reconhecerem como parte de alguma coisa, como “iguais” a determinado grupo e “diferente” de outros (MARTINO, 2010, p. 29).

Ressaltar as diferenças, a começar por manter o idioma português no lugar do espanhol e do guarani, línguas oficiais paraguaias, pode ser uma maneira encontrada pelos brasileiros imigrantes e sua famílias, de reforçar a própria identidade. O fato de possuir e explorar terras, cultivar soja e deter os meios econômicos que possibilitam comprar insumos e maquinários para manter a produção, além de se organizarem em associações agrícolas, cria uma identidade comum e absolutamente diferente da realidade vivida pelos camponeses. Possuem ainda educação, pois podem pagar por ensino particular, e muitas vezes mandam os filhos para completar os estudos em escolas e universidades no Brasil.

Já os paraguaios no campo trabalham para um patrão brasileiro, ganham baixos salários e exploram os pequenos lotes em que vivem com produtos para a subsistência, como mandioca, mate e pequenas criações de galinhas ou porcos. Não têm acesso à educação por uma falta de estrutura do governo, que não oferece escolas públicas nessas regiões e, quando elas existem, geralmente possuem apenas as primeiras séries escolares, que são suficientes para alfabetizar as crianças, mas não para proporcionar uma formação capaz de deixá-las aptas a continuar os estudos em busca de profissionalização. Há também a questão do tempo empregado no trabalho diário no campo, já que toda a família precisa ajudar no cultivo, inclusive as crianças.

Muitos fazendeiros brasileiros optam por contratar apenas funcionários brasileiros, pois estes – em sua visão – seriam empregados melhores. Eventualmente, esses grandes proprietários de terra contratam apenas 20% de trabalhadores paraguaios para cumprir uma lei trabalhista local.

Conforme Rolon (2010, p. 25), o Paraguai caracteriza-se como um país composto de 95% de mestiços e 5% de europeus ibéricos. Justamente por conta desse alto número de mestiços, descendentes de brancos e índios, em termos de aparência física, os paraguaios possuem cabelos e olhos negros e tom de pele morena, comparados com os brasileiros brancos, muitos gaúchos e paranaenses, descendentes de alemães, portugueses e italianos, com peles e olhos claros.

Em notícias veiculadas no Brasil sobre confrontos entre os dois grupos e ocupações de fazendas brasileiras por camponeses, estes costumam ser retratados como arruaceiros que

querem a posse de terras cultivadas pelo árduo trabalho dos brasileiros que compraram os lotes no país vizinho. Já no Paraguai, é comum os brasiguaios serem tratados como usurpadores, que ocuparam as terras de forma irregular, tanto pela negociação ter sido feita de forma irregular durante a ditadura de Stroessner quanto pela proximidade com o Brasil – pois há leis que estabelecem um limite para a posse de terras por estrangeiros nas fronteiras entre países, como visto anteriormente.

Segundo Albuquerque (2010, p. 163), os imigrantes brasileiros se classificam como “pioneiros” e “trabalhadores”, os únicos capazes de levar o progresso e modernizar o país, enquanto consideram os paraguaios como “ociosos” e “que não sabem trabalhar”. E quando os paraguaios conseguem terra do governo, para os brasileiros eles têm como maior ambição revender os lotes e voltar a invadir fazendas para conseguir mais terras de graça, sendo “desonestos”.

É provável que a força desse discurso sirva para legitimar a presença brasileira naquele país e rebater os discursos críticos que acusam esses brasileiros de “invasores” da nação e “destruidores” do meio ambiente (ALBUQUERQUE, 2010, p. 163).

Porém, ainda conforme aponta Albuquerque, há setores da sociedade paraguaia que apoiam a imigração brasileira e realmente enxergam os brasileiros como modelo de dedicação ao trabalho, progresso e perseverança:

As classes dominantes no Paraguai geralmente apoiam os imigrantes e reproduzem seus discursos legitimadores. Mas há pessoas dos próprios setores subalternos que também admiram a capacidade de trabalho dos imigrantes e se autodenominam de “haraganes” (preguiçosos) (ALBUQUERQUE, 2010, p. 186).

Nada mais natural do que o próprio dominador tentar justificar a dominação imposta aos outros através de uma explicação que considera racional. No Paraguai, os brasileiros que ocupam o poder enumeram as razões para justificá-lo, apontando o pioneirismo, o fato de ser trabalhador e honesto como forma de legitimação. Por exemplo, eles “trabalham e enriquecem”, enquanto os paraguaios são “vagabundos”.

Como alerta Martino (2010, p. 47), é previsível que o dominador aceite essas explicações como as únicas corretas, mas o principal problema ocorre quando o dominado passa a acreditar nas justificativas e aceitar sua condição. No caso dos campesinos, eles ocupam o lugar de subalternos e, quando se revoltam ou questionam o poder brasileiro, são perseguidos e têm o discurso desqualificado. Não se trata, aqui, de apoiar invasões ou

movimentos armados contra os brasileiros, mas qualquer forma de questionamento sobre a validade da documentação das terras ou da marginalização econômica que eles impõem é vista como uma ameaça a quem está no poder.

A mente de ambos, dominante e dominado, passa a ter a mesma frequência, trabalhar na mesma rotação, e o mundo lhes parece normal. Os dois estruturam a realidade a partir das mesmas noções, e a justificativa de ação do dominante é tacitamente aceita como correta pelo dominado. Nenhum dos dois tem consciência desse processo, que lhes parece absolutamente natural e inevitável (MARTINO, 2010, p. 47).

Ainda de acordo com Albuquerque (2010, p. 163), os grupos de imigrantes europeus que vieram para a América nos séculos XIX e XX tinham a missão de civilizar as nações repletas de índios, negros e mestiços, tidos como inferiores e preguiçosos. A elite intelectual brasileira relacionava raça e capacidade de trabalho. Portanto, os imigrantes europeus brancos seriam mais eficientes que os mestiços brasileiros (2010, p. 166).

O autor (2010, p. 169) ainda afirma que existe, até hoje, uma ideologia nos estados do Sul e Sudeste que explica o desenvolvimento dessas regiões pelo trabalho do imigrante europeu, o que provoca o surgimento de estereótipos em relação aos habitantes de locais menos desenvolvidos economicamente. Esse mesmo discurso é adotado pelos imigrantes brasileiros no Paraguai, reproduzindo os estereótipos já existentes no Brasil, transferindo aos camponeses um preconceito que existe em relação aos índios brasileiros, além dos nordestinos.

A figuração “trabalhadores” e “preguiçosos” é permeada por relações de poder entre os grupos sociais e que pode ser visualizada em diferentes contextos sociais, históricos e geográficos: nas relações entre brancos e índios, colonizadores e colonizados, países desenvolvidos e subdesenvolvidos e nos mais diferentes cenários migratórios. Em todas essas figurações sociais, existem grupos dominantes que se consideram “trabalhadores” e nomeiam os outros inferiorizados como “preguiçosos” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 176).

Conforme Fogel (2005, p. 86), são antigos os estereótipos que estigmatizam os camponeses paraguaios em contraste com os brasileiros, considerados empreendedores. Na visão do autor, os preconceitos que inferiorizam os paraguaios em seu próprio país ficam mais acentuados à medida que os brasileiros vão implantando seu modelo de produção, seu idioma e até suas próprias autoridades em alguns municípios. Na visão que os brasileiros transmitem, a destruição da floresta é um sinal de progresso e, nesse sentido, insistem que quando

chegaram ao Paraguai não havia nada além de mato e que, com sua chegada, se instalou o progresso que havia sido impossível com os paraguaios, vagabundos por natureza.

Para Fogel (2005, p. 87), as representações dos plantadores de soja coincidem totalmente com o discurso dominante sobre a pobreza e o progresso. Nesta visão, o mesmo sistema de produção campestre é uma relíquia do passado amarrado ao passado, e alguns ainda dizem que as fazendas viáveis são as que possuem 200 hectares ou mais.

A mídia exerce um papel importante na construção dessas identidades, pois mesmo nos cantos mais remotos, todos temos certo grau de articulação com os meios de comunicação. Segundo Martino (2010, p. 60), a disseminação de uma informação pelos meios de comunicação faz com que ela seja fixada, por ser o único canal de acesso de parte da população. Isso acontece porque não temos disposição, tempo e interesse para pesquisar outras versões divulgadas em meios distintos.

Por exemplo, nem todos os brasileiros já tiveram oportunidade de viajar e conviver para saber como é a vida de um campestre paraguaio ou mesmo de um paraguaio morador de Assunção. Porém, todos imaginamos como é a vida local por já termos sofrido a influência de documentários, novelas, notícias ou mesmo de relatos criados a partir da percepção de outras pessoas, que podem ou não ter tido experiências positivas no país vizinho.

Na maior parte das vezes, não vemos primeiro para depois definir, mas primeiro definimos e depois vemos. Na grande confusão florida e zununante do mundo exterior colhemos o que nossa cultura já definiu para nós, e tendemos a perceber o que colhemos na forma estereotipada, para nós, pela nossa cultura (LIPPMANN, 1972, p. 151).

Da mesma maneira como podemos ser influenciados, Lippmann (1972, p. 153) alerta também que devemos analisar as informações que recebemos levando em conta as mentes que as filtraram. Os estereótipos, as versões padronizadas e mais comuns são obstáculos no trajeto da informação para a consciência.

As mais sutis e penetrantes de todas as influências são as que criam e mantêm o repertório de estereótipos. Dizem-nos tudo sobre o mundo antes que o vejamos. Imaginamos a maioria das coisas antes de experimentá-las. E a menos que a educação nos tenha tornado agudamente conscientes, essas concepções governam profundamente todo o processo da percepção (LIPPMANN, 1972, p. 156).

Na mídia, não faltam exemplos da disseminação de estereótipos. A televisão brasileira associa o Paraguai, os paraguaios ou a região de fronteira ao contrabando, ao roubo, à fraude, à fuga de suspeitos e ao tráfico de droga, enfim, a tudo que seja “ruim”. A percepção dos paraguaios em relação à imagem estereotipada que os brasileiros possuem sobre eles e que é refletida na mídia em geral pode influenciar o comportamento dos membros de cada grupo.

Sigelman e Tuch (1997) realizaram um estudo nos Estados Unidos em relação aos estereótipos que a população negra acreditava que os brancos possuíam em relação a ela, chamados pelos autores de “metaestereótipos”. É fato que o problema do preconceito racial nos Estados Unidos é completamente diferente da questão paraguaia, pois lá não se trata de uma disputa econômica por terras ou de uma rivalidade entre nacionalidades, mas de um conflito entre negros e brancos, mesmo que os dois grupos tenham origem naquele país.

No caso americano, os autores (1997, p. 89) observaram que o estereótipo negativo dos brancos em relação aos negros pode realmente acarretar práticas discriminatórias reais e minar a possibilidade de negros se colocarem em áreas de moradia ou convívio com pessoas brancas. A vontade de pessoas negras em se moverem para essas áreas, para morar ou conviver, parece ser mais influenciada pelas concepções que o grupo negro possui em relação aos estereótipos dos brancos do que pelos estereótipos dos brancos em si.

Mesmo que não seja intencional, as imagens depreciativas acabam tendo grandes consequências, não apenas por promover um clima hostil entre os grupos, mas também por invalidar medidas que poderiam ser aplicadas para diminuir a desigualdade entre eles. Se são vistos como preguiçosos e desonestos, os paraguaios nunca terão apoio dos brasileiros em posição dominante para conseguir acesso à escola, à moradia decente e a oportunidades iguais de subsistência, sem contar o preconceito em relação à cultura da pausa para o tereré e da “siesta”, costumes vistos pela cultura brasileira como desculpas para burlar o trabalho.

O tereré é a bebida símbolo do Paraguai, feita de erva-mate e água gelada, consumida pela quase totalidade da população em intervalos ocasionais no decorrer do dia. A pausa para consumir a bebida pode variar de poucos minutos a quase meia hora, dependendo da disposição daqueles que a consomem. Não raro, o consumo da bebida também é feito durante o exercício de outras atividades, pois nem sempre é possível parar. Os motoristas de ônibus em Assunção, por exemplo, costumam beber tereré enquanto dirigem. Já a “siesta” é um costume de origem espanhola, que consiste em tirar um “cochilo” após o almoço. O comércio geralmente fecha nesse período, que vai das 12h às 15h.

Lawrence Bobo (1997, p. 5) cita as considerações de Roel W. Meertens e Thomas F. Pettigrew sobre o “racismo ruidoso” (*blatant*) e o “racismo sutil” (*subtle*). O ruidoso seria explícito e emocional, enquanto o sutil conteria mais elementos que apelariam à razão, a alguma justificativa, e seria essencialmente contra minorias. Nessa linha de raciocínio, o Brasil aplica o racismo sutil aos camponeses paraguaios, porque os brasileiros entendem que, por produzirem mais e melhor em terras paraguaias, os paraguaios não merecem credibilidade ou qualquer outra forma de consideração por suas reivindicações. O preconceito está presente ao não se contratar paraguaios por considerá-los preguiçosos, desonestos e indisciplinados. Não existe ódio racial na relação, apenas os consideram inferiores e incapazes.

Ainda segundo Bobo (1997, p. 7-8), a mídia interfere nas atitudes e crenças que um grupo terá em relação a outro quando exhibe imagens de minorias raciais, justamente por conectar a opinião pública e as elites políticas. As mídias se tornam o principal meio de adquirir informações do outro grupo e, por causa da falta de interação entre essas pessoas, as ideias sobre os outros grupos são formadas a partir do que se vê na televisão ou pelos jornais.

No Brasil, as notícias veiculadas sobre as invasões de fazendas de brasileiros podem servir para unir opiniões individuais pulverizadas em uma opinião pública coletivamente focada no que se pensa sobre os camponeses, provocando ações políticas e obtendo resultados em função desse clamor popular. Sempre que há notícias relacionadas ao assunto, comissões de agricultores brasileiros normalmente pedem ajuda ao governo federal para interferir e exigir uma atitude do governo paraguaio, como se o Brasil pudesse influenciar as leis e a organização social do país vizinho.

A partir do momento em que um brasileiro vive fora do país, ele está sujeito às obrigações e aos direitos locais. Porém, os próprios fazendeiros nem sempre reconhecem essa soberania e exigem pressão política brasileira. É notório que o ex-presidente Fernando Lugo, que subiu ao poder com o apoio da população mais pobre levantando a bandeira da reforma agrária, não tinha apoio dos brasileiros, que comemoraram seu *impeachment* em junho de 2012. As festas realizadas na ocasião pelos brasileiros na região de fronteira foram noticiadas nos principais veículos de comunicação do Brasil, como o jornal *Folha de S.Paulo*, os portais de notícia *Uol*, *G1* e *Zero Hora*.

Quando a mídia no Brasil estabelece um discurso de apoio aos brasileiros, ela reflete um modelo teórico de poder nem sempre explícito sobre essa relação. Conforme Martino

(2010, p. 131), o lugar onde o discurso é produzido, no caso o Brasil, distorce a própria relação entre a linguagem e o assunto narrado.

O discurso é um tipo de enunciado ligado aos espaços sociais e às tramas de poder onde acontece sua produção, e sua validade está ligada não apenas àquilo que efetivamente propõe em relação à realidade, mas também às tramas, discursos e poderes aos quais o discurso está relacionado (MARTINO, 2010, p. 131).

O texto jornalístico é um retrato momentâneo e limitado de relações sociais mais profundas, e o sentido do discurso está conectado ao espaço-tempo de uma determinada conjuntura política, econômica e social.

Os brasileiros latifundiários exploram economicamente o Paraguai e a mão de obra local, perpetuando e reforçando uma dominação que teve início após a Guerra do Paraguai (1864-1870). Para os brasileiros, o confronto é quase desconhecido, ou superficialmente abordado em livros da escola elementar. No entanto, para o povo paraguaio, a guerra aconteceu ontem.

A ascensão econômica vivida pelos brasileiros que obtiveram as terras nos últimos 40 anos e as transformaram em grandes celeiros de produção reforça ainda mais o sentimento de perda do povo paraguaio. A comunidade brasileira continua valorizando sua cultura, seu idioma, expandindo-se quase como se fosse o próprio Brasil adentrando o território paraguaio, forçando o êxodo rural das comunidades locais para a periferia das cidades, modificando sua forma de subsistência, antes baseada na produção agrícola, para serviços urbanos que não exigem trabalhadores qualificados.

As comunidades camponesas são obrigadas a assistir ao enriquecimento dos brasileiros, enquanto elas próprias estão cada dia mais empobrecidas e marginalizadas. A soberania brasileira no Paraguai fundamenta-se no total domínio da produção agrícola em larga escala. Enquanto os habitantes originais ainda sobreviviam dos meios de subsistência, os brasileiros impuseram seu conhecimento para produção em detrimento do acesso do camponês para produzir em termos de igualdade. Esse fenômeno é avaliado pelos brasileiros, para justificar sua dominação, como a inépcia do paraguaio para a produção em massa. Com isso, o paraguaio é visto e se faz ver, para si mesmo, como incompetente e inapto.

É natural possuir uma série de preconceções com tudo que é diferente de nossa cultura. Afinal, quando não conhecemos profundamente um assunto, usamos informações adquiridas de diversas fontes, inclusive a nossa imaginação, para montar um quadro geral e

formar uma opinião a respeito do assunto que é exposto. No caso do Paraguai, seria necessário observar com mais cuidado os estereótipos veiculados pela mídia brasileira, que às vezes reproduz incorretamente um discurso já preconceituoso de brasileiros que lá vivem em situação de dominação econômica. Isso evitaria a aceitação ingênua de posições que servem apenas para reforçar o status de quem está no poder e, quem sabe, provocaria questionamentos sobre a realidade dos discursos da mídia.

1.2 Guerra da Tríplice Aliança

A dominação econômica e social imposta ao Paraguai pelo Brasil não teve início com a imigração de brasileiros para explorar suas terras. Esse poder começou a ser exercido pelo Brasil durante a Guerra do Paraguai, que aconteceu entre 1864 e 1870. Na batalha, o Paraguai foi arrasado pelas forças aliadas do Império do Brasil, Confederação Argentina e Uruguai, mas o confronto deixou marcas profundas na população dos quatro países envolvidos.

A luta estendeu-se por anos, apesar da superioridade econômica e demográfica dos países aliados. A inexistência anterior de exércitos organizados, a falta de entendimento dos comandantes e o pouco sentido que a luta fazia para os soldados dos exércitos da Tríplice Aliança, que também tinham pouca estrutura, contribuíram para que o conflito se arrastasse por mais tempo que o previsto. Todos esses fatores foram agravados ainda porque as forças aliadas desconheciam o território paraguaio e pela surpreendente bravura e tenacidade dos soldados paraguaios. Conforme Chiavenatto, (1993, p. 149), Bartolomeu Mitre, governante argentino certo da vitória fácil, afirmou que em 24 horas tomaria os quartéis e em três meses dominaria a capital Assunção.

Além de perder cerca de 30% de seu território, o Paraguai teve sua infraestrutura destruída e viu o extermínio da quase totalidade de sua população. Esses números serão detalhados mais adiante. Mesmo hoje, o país encontra-se atrasado em termos econômicos e de desenvolvimento em relação aos seus vizinhos. O quadro a seguir ajuda a compreender melhor o desenrolar da guerra, com um resumo dos principais fatos até a morte de Solano López:

QUADRO 4 – RESUMO DOS PRINCIPAIS FATOS DA GUERRA

12 de novembro de 1864	Paraguai apreende o vapor brasileiro Marquês de Olinda.
28 de dezembro de 1864	Exército paraguaio ataca o forte Coimbra, em Mato Grosso.
7 de janeiro de 1865	Império do Brasil cria os Corpos de Voluntários da Pátria.
21 de janeiro de 1865	Império do Brasil convoca Guardas Nacionais para se juntarem ao exército.
1º de maio de 1865	Assinatura do Tratado da Tríplice Aliança.
10 de junho de 1865	Exército paraguaio invade o Rio Grande do Sul e ocupa Uruguaiana.
11 de junho de 1865	Batalha do Riachuelo, em que a Marinha paraguaia é destruída pelas forças aliadas.
18 de agosto de 1865	Soldados paraguaios em Uruguaiana se rendem.
16 de abril de 1866	Exército aliado na Argentina cruza o rio Paraná e invade o Paraguai, onde inicia marcha rumo à fortaleza de Humaitá.

24 de maio de 1866	Batalha de Tuiuti. Exército paraguaio ataca acampamento de soldados da Tríplice Aliança que seguiam para Humaitá.
12 de setembro de 1866	López pede encontro com Bartolomeu Mitre, governante da Argentina. Não há acordo para o fim da guerra.
22 de setembro de 1866	Exército da Tríplice Aliança ataca fortaleza de Curupaiti, mas é derrotado.
6 de novembro de 1866	Decreto do governo Imperial liberta escravos que servissem no exército contra o Paraguai.
21 de abril de 1867	Tropas aliadas invadem o Paraguai rumo à fazenda Laguna.
7 de maio de 1867	Exército aliado é atacado no Paraguai e é obrigado a recuar. Episódio é conhecido como Retirada da Laguna.
22 de julho de 1867	Duque de Caxias parte de Tuiuti com as tropas brasileiras em direção a Humaitá.
15 de agosto de 1867	Esquadra do governo imperial segue pelo rio Paraguai e ultrapassa a fortaleza de Curupaiti, mas não tenta passar por Humaitá. Permanece seis meses entre as duas fortalezas e, apesar de bombardeá-las, não consegue destruí-las.
19 de fevereiro de 1868	Seis embarcações brasileiras passam por Humaitá e seguem rumo a Assunção.
28 de fevereiro de 1868	Chegada das embarcações brasileiras à baía de Assunção.
3 de março de 1868	López deixa a Fortaleza de Humaitá e arma quartel-general em San Fernando, distante cerca de 10 quilômetros.
25 de julho de 1868	Exército aliado toma posse de Humaitá.
Dezembro de 1868	Paraguaios são derrotados nas batalhas de Itororó, Avaí, e Lomas Valentinas, no que ficou conhecido por “dezembrada”.
1º de janeiro de 1869	Tropas brasileiras invadem e saqueiam Assunção.
5 de maio de 1869	Fundição de Ibicuí, onde eram feitas as armas do exército paraguaio, é destruída.
16 de agosto de 1869	Batalha de Acosta-Ñu, em que 20 mil soldados da Tríplice Aliança enfrentam e vencem as tropas formadas por 6 mil paraguaios, em sua maioria idosos e crianças.
1º de março de 1870	Solano López é morto em Cerro Corá.

Chiavenatto (1993, p. 11) explica que a guerra foi causada principalmente por motivos econômicos. Segundo o autor (1993, p. 33), no século XIX, o Paraguai era uma nação próspera, sem analfabetos, que exportava a produção agrícola, possuía manufaturas, telégrafo e tinha uma ferrovia construída com dinheiro próprio, sem endividamento com bancos estrangeiros. Para o imperialismo inglês, não interessava a independência econômica do Paraguai ou de qualquer outro país. Chiavenatto (1993, p. 28) afirma que era necessário ter um mercado consumidor das exportações para sustentar a indústria inglesa. Assim, os países da América do Sul deveriam ser mantidos como simples fornecedores de matéria-prima e consumidores de produtos industrializados.

Conforme Chiavenatto (1993, p. 29), a Inglaterra não conseguia dominar economicamente o Paraguai, tendo então incentivado o confronto, enquanto fez com que os países da Tríplice Aliança contraíssem empréstimos dos bancos ingleses para financiar a

guerra. A Inglaterra defendia a liberdade de comércio para seus produtos, mas não aceitava concorrência e negava autonomia para o resto do mundo (1993, p. 66).

O Paraguai, porém, não seria um simples exportador de matéria-prima e mero consumidor de produtos industrializados. O Paraguai tinha um parque industrial em desenvolvimento; já demonstrava ao tempo da crise do algodão a sua capacidade de produção industrial. A longo prazo, sua ameaça era mais temida dentro dos princípios alimentados pelas contradições do imperialismo inglês, do que poderia acontecer a curto prazo com seu fortalecimento. Isto é, temia-se a longo prazo a concorrência numa zona delimitada como simples consumidora da exportação inglesa, muito mais que as consequências do rompimento do status quo a curto tempo. Ou seja, a manutenção do status quo era necessária para que não se rompesse a própria mecânica da força econômica da Inglaterra posteriormente (CHIAVENATTO, 1993, p. 81).

Outro autor que aponta a Inglaterra como responsável pelo conflito é o argentino Leon Pomer. Para ele (1980, p. 75), o grande beneficiário da guerra foi o capitalismo inglês, que submeteu o Brasil ao endividamento econômico e ainda garantiu novas possibilidades mercantis com o livre acesso a Mato Grosso e outras zonas do Império.

Enquanto o Paraguai vivia um período de prosperidade econômica, o Império do Brasil e a Confederação Argentina passavam por crises econômicas e políticas. No Brasil, segundo Chiavenatto (1993, p. 59), a interrupção do fluxo de escravos trazidos da África a partir de 1850 provocou uma diminuição da mão-de-obra disponível e uma queda na produção agrícola. O autor (1993, p. 60) ainda aponta que a quebra de casas bancárias e a falta de crédito piorou a crise econômica vivida no país.

No entanto, Salles (1990, p. 39) afirma que a segunda metade da década de 1850 e o início da década de 1860 foram marcados pelo máximo desenvolvimento da sociedade escravagista brasileira. Ele explica que a produção agrícola estava em expansão, ao mesmo tempo em que havia um incremento nas relações internas entre as regiões do país e acontecia a montagem de um aparato administrativo para o funcionamento do governo imperial (1990, p. 40). A construção de ferrovias, a instalação de companhias de navegação, manufaturas e fábricas se aceleraram nesse período, recebendo apoio de capitais ingleses e capitais liberados com o término do tráfico internacional de escravos a partir de 1850.

Conforme Chiavenatto (1993, p. 63), na Argentina, a terra pertencia aos latifundiários, que exportavam couro de boi, charque e sebo, enquanto a maioria da população não tinha ocupação definida e realizava trabalhos esporádicos para sobreviver. O autor (1993, p. 67)

defende que a burguesia, a oligarquia e os latifundiários brasileiros e argentinos dominados pelo imperialismo econômico inglês “estavam a serviço da manutenção do status quo pretendido pela Inglaterra” e fizeram a guerra para defender os interesses econômicos do país europeu.

Além das questões econômicas e da ameaça comercial que o Paraguai representava à Inglaterra, Chiavenatto (1993, p. 36) explica que o Império do Brasil e a Confederação Argentina também tinham interesse no território do Paraguai. É importante ressaltar que, no final do confronto, os dois países anexaram partes do perdedor. Porém, outros autores, como Fragoso e Doratioto, discordam dessa imagem de país desenvolvido e próspero atribuída ao Paraguai. Também questionam as qualidades heroicas dadas a Francisco Solano López, líder do Paraguai na época do conflito. Para eles, tudo não passa do fruto de um revisionismo histórico, que teria criado uma versão positiva para o governante inimigo.

As versões discordantes da história tradicional, que expunha López como um ditador caricato, autor de atrocidades contra o próprio povo e responsável por erros militares que lhe custaram a vida, passaram a surgir no final do século XIX a partir dos intelectuais contrários ao regime monárquico, segundo Doratioto (2002, p. 19). Na mesma época, López teria tido a imagem reconstruída também no Paraguai, passando a ser apontado como grande estadista. Essa versão, ainda de acordo com o autor, foi adotada por vários ditadores paraguaios, como Rafael Franco (1936-1937), Higinio Morinigo (1940-1948) e Alfredo Stroessner (1954-1989). A apologia à ditadura de López daria legitimidade a esses ditadores, na opinião do autor (2002, p. 20). Após a guerra, o Paraguai também não teria heróis nacionais, então a figura de López teria sido resgatada para encarnar os valores da nacionalidade paraguaia.

No caso de Argentina e Brasil, a criação de uma versão positiva para López teria ganhado força a partir da década de 1960, quando os países viviam sob ditaduras. Uma das maneiras de combater esses regimes seria desmoralizando os referenciais históricos, seus ídolos, como Bartolomeu Mitre, governante argentino na época da guerra, e Duque de Caxias.

Doratioto questiona a justificativa econômica para o início do conflito e diz que “essa teoria conspiratória vai contra a realidade dos fatos” (2002, p. 20). Ele resalta que “os projetos de infraestrutura guarani foram atendidos por bens de capital ingleses e a maioria dos especialistas estrangeiros que os implementaram era britânica” (2002, p. 30). E afirma, ainda, ser equivocada a informação de que no Paraguai haveria igualdade social e educação avançada.

Salles (1990, p.2) explica que o Paraguai sofria influência do imperialismo, porém de maneira diferente dos vizinhos da América do Sul. O autor (1990, p. 3) afirma que, até a independência em 1811, a estrutura econômica do país era baseada nas missões, com a Igreja tendo a centralização administrativa e com pouco desenvolvimento de uma classe dominante local. Depois, o Estado passou a ter um papel decisivo na organização econômica do Paraguai, pois através dele a classe dominante “travestida de alta burocracia estatal” exercia o poder sobre a população organizada comunitariamente. O Estado era autoritário e tinha uma estrutura social desigual, apesar de diferente da encontrada em países vizinhos. “Essa parcela da classe dominante, de origem crioula, era, inclusive, dona de largas extensões de terra, além de usufruir, via honras e regalias ligadas às funções públicas, de boa parte do excedente econômico” (SALLES, 1990, p. 3).

O general Augusto Tasso Fragoso também afirma que o Paraguai não era um país desenvolvido na época da guerra. De acordo com o autor (2009, p. 103), o Paraguai era o país “mais atrasado” entre os povos de origem espanhola e, apesar de livre de lutas internas, não tinha progresso. Com base nesse pensamento, o autor admite inclusive que a guerra era necessária:

Sem comércio, sem indústria, sem imigração e quase sem cultura, o heroico povo está fatalmente destinado a ser instrumento dócil e quase inconsciente nas mãos de um tirano, até que recobre a sua merecida liberdade e se emparelhe com os seus irmãos do mesmo continente (FRAGOSO, 2009, p. 103).

Doratioto (2002, p. 40) explica que as relações do governo paraguaio com o Brasil e a Argentina se deterioraram a partir de 1864, o que levou os dois países, junto com o Uruguai, a formarem uma aliança para enfrentar López. De acordo com o autor (2002, p. 93), para López, a guerra era vista como uma chance de transformar o Paraguai em uma potência regional e ainda obter acesso ao mar pelo porto de Montevideú, no Uruguai.

O estopim para o confronto ocorreu em outubro de 1864, com a invasão de tropas brasileiras no Uruguai, que estava em guerra civil, para apoiar a ascensão do general Venâncio Flores ao poder e a destituição do presidente oficial, Atanasio de La Cruz Aguirre. Para Doratioto (2002, p. 52), a intervenção aconteceu porque o Império apontava o governo uruguaio como responsável por agressões sofridas por cidadãos brasileiros no país.

Fragoso (2009, p. 114) também concorda que brasileiros eram vítimas de violência no Uruguai, como assassinatos e roubos. Segundo o general (2009, p. 117), o Brasil enviou o

Conselheiro José Antônio Saraiva em missão ao Uruguai para propor ao presidente Aguirre a troca de ministros e um acordo com Venâncio Flores para obter a paz interna ao país e, conseqüentemente, garantir a segurança aos brasileiros. Aguirre não promoveu a troca de ministros previamente acordada e, em outubro de 1864, ocorre a invasão brasileira, tendo Flores como aliado.

Claramente, essas supostas agressões cometidas contra brasileiros foram usadas como pretexto para que o Brasil pudesse apoiar a troca de governo no Uruguai. O próprio Fragoso apresenta números que mostram a irrelevância dessas agressões. De 1852 a meados de 1864, quando o Brasil interfere no Uruguai, foram registrados 63 crimes, como homicídios, sequestros e roubos, contra um universo de 40 mil brasileiros que viviam no país vizinho (FRAGOSO, 2009, p. 117).

Ainda segundo Doratioto (2002, p. 58), López temia que o Uruguai fosse dividido e tivesse o território anexado à Argentina e ao Brasil, o que possivelmente poderia ocorrer depois com o próprio Paraguai. “Ao considerar provável uma guerra com o Brasil, Francisco Solano López interpretou a intervenção brasileira no Uruguai como prenúncio de um ataque ao Paraguai, após anexar parte do território uruguaio” (DORATIOTO, 2002, p. 70).

Salles (1990, p. 52) também afirma que López de fato considerou que a intervenção militar brasileira no Uruguai tinha interesses mais amplos do que a deposição do governo. Com a aproximação do Brasil com a Argentina e um governo uruguaio ligado ao país, o Paraguai ficava isolado na região.

Toda a ação brasileira no decorrer da crise uruguaia mostrava claramente uma crescente disposição de nosso governo em resolver as pendências no Prata pela via militar. O temor paraguaio de se tornar o próximo alvo brasileiro parecia bastante razoável (SALLES, 1990, p. 53).

Em 11 de novembro de 1864, o Paraguai toma o vapor brasileiro Marquês de Olinda, que seguia para a província de Mato Grosso pelo Rio Paraguai. No dia 13 de dezembro, o Paraguai declarou formalmente guerra ao Brasil. A invasão paraguaia a Mato Grosso teve início em dezembro de 1864, com a partida de duas expedições militares de Assunção. Os paraguaios chegaram ao Forte Coimbra, em Corumbá, na noite de 26 de dezembro. Após um confronto, os invasores recuaram, mas voltaram a desembarcar em Corumbá no dia 3 de janeiro de 1865.

Após essas invasões, em 1º de maio de 1865, Argentina, Brasil e Uruguai assinam um tratado e constituem a Tríplice Aliança para enfrentar o Paraguai. No entanto, Chiavenatto (1993, p. 103), insiste que o documento já estava assinado pelo menos um ano antes.

1.2.1 Formação do Exército

Não existem dados precisos sobre a demografia do Paraguai ou dos países da Tríplice Aliança nem exatamente quantos soldados participaram dos confrontos. Conforme quadro reproduzido por Doratioto (2002, p. 91), em 1864, o Paraguai possuía uma população de 400 mil pessoas e um efetivo do Exército de 77 mil. Já a Argentina possuía 1,7 milhão de habitantes e 6 mil soldados. O Brasil tinha 9,1 milhão de habitantes e cerca de 18 mil soldados. Por fim, o Uruguai possuía 250 mil cidadãos e cerca de 3,1 mil soldados.

Fragoso (2011, p. 47) explica que, quando a guerra começou, o Brasil não possuía serviço militar obrigatório e faltavam homens para a organização das tropas. “O efetivo existente em 31 de março de 1864, segundo o mapa organizado pela 2ª Diretoria Geral da Secretaria da Guerra, atingia 18.320 homens” (FRAGOSO, 2011, p. 48).

Cerqueira (1980, p. 63) também define o exército como “pequeno” e “mal aparelhado”, com homens que não tinham instrução técnica ou preparo adequados, além de não possuir armas, fardamento, equipamentos e meios de transporte. Em sua obra, *Reminiscências da Campanha do Paraguai*, Cerqueira conta suas memórias desde que se integrou ao Exército até o fim da batalha, com seu retorno para casa.

O autor (1980, p. 62) reclama da falta de investimento brasileiro nas Forças Armadas na época de paz, enquanto admitia o melhor preparo do Exército paraguaio.

O general fazia o que podia, mas estávamos tão mal preparados quando foi declarada a guerra, que, apesar dos esforços empregados pelo governo e do patriotismo dos brasileiros, seis meses depois ainda nada podíamos tentar para tomar a ofensiva. Oxalá que não suceda o mesmo em circunstâncias iguais. Não é no momento da tensão política que se organiza um exército; muito menos depois da guerra declarada. Entretanto, o nosso inimigo tinha em armas cerca de 80.000 homens instruídos e disciplinados, prontos para defenderem um território inteiramente desconhecido por nós, protegido no interior por intermináveis esteiros (...) (CERQUEIRA, 1980, p. 64).

Conforme Doratioto (2002, p. 111), já antes da guerra o Exército era considerado um castigo. Os soldados eram vistos como cidadãos desclassificados e sofriam punições corporais por suas falhas. Salles (1990, p. 62) afirma que o “estigma de degradação social” acompanhava aqueles que serviam no Exército. Os recrutados eram indivíduos tidos como desqualificados: “desocupados, vagabundos e malandros”.

Depois do início do confronto, Doratioto (2002, p. 112) afirma que o Império do Brasil mobilizou a Guarda Nacional, onde se alistavam cidadãos entre 18 e 60 anos que ganhavam acima de 200 mil réis anuais. Era composta por mais de 440 mil homens, mas eles estavam totalmente despreparados para o combate. O alistamento na Guarda Nacional tinha mais a função de mostrar status social. O autor (2002, p. 113) diz que, do contingente de cerca de 440 mil da Guarda Nacional, participaram durante todo o conflito somente 43.522 homens.

De acordo com Salles (1990, p. 57), a Guarda Nacional era um reflexo da estrutura do poder político e militar do Império, que era baseada em grandes senhores de escravos e proprietários rurais. Ela exercia a autoridade local servindo aos propósitos desses personagens. O autor também confirma que só eram aceitos como membros da Guarda Nacional homens que tivessem renda superior a 200 mil réis anuais.

Após o início da guerra, em janeiro de 1865, o governo brasileiro precisava de soldados e criou os Corpos de Voluntários da Pátria, “formados por todos os que se apresentassem espontaneamente para servir nas fileiras do exército durante o período da guerra” (FRAGOSO, 2011, p. 50).

Segundo Doratioto (2002, p. 114), cada voluntário receberia pagamento de soldado mais uma gratificação de 500 réis por dia, além de 300 mil réis no final da guerra e um lote de 49,5 mil metros quadrados quando retornasse. De acordo com Doratioto (2002, p. 116), inicialmente, a parcela mais pobre da população se entusiasmou e cerca de 10 mil homens se voluntariaram. Porém, após a integração desses homens, pela falta de estrutura do governo, muitos morreram antes mesmo de chegar a combater, já que o Exército não tinha condições de oferecer sequer roupas e alimentação para todos. Fugindo das péssimas condições, outros desertaram.

Em 12 de setembro de 1865, diante da resistência de membros da Guarda Nacional para participar da guerra, o governo imperial publicou um decreto que permitia àqueles que

fossem convocados e não desejassem lutar o envio de um substituto. Assim, o Império evitava a deserção e conseguia um soldado.

No decorrer da guerra, passado o alvoroço inicial dos voluntários, houve resistências ao recrutamento em todas as províncias. Segundo Doratioto (2002, p. 265), o governo foi obrigado a promover o alistamento forçado de cidadãos. Muitos buscavam proteção de políticos locais para não serem convocados e alguns chegavam a refugiar-se em florestas. Toral (1995, p. 291) também diz que chefes políticos locais causaram conflitos nas províncias ao tentar forçar o alistamento de seus oponentes. Para evitar a convocação, quem podia doava recursos, escravos ou até enviava familiares como substitutos. Aos mais pobres, a alternativa mais comum era fugir e se esconder no campo.

Conforme Salles (1990, p. 61), o alistamento forçado era um meio comum para prover soldados ao Exército. Ele observa que a coerção, ainda que de modo indireto, é exercida inclusive atualmente. Schulz (1994, p. 61) cita como exemplo o exército da França, país tomado como modelo por Conde D'Eu e outras personalidades que foram autoridades na guerra, onde era permitida a compra de substitutos.

Escravos também combateram na guerra e, em troca, eram alforriados. Para conseguir usá-los como combatentes, o governo imperial decretou em 6 de novembro de 1866 que os donos que libertassem seus escravos para o combate ganhariam indenizações e títulos de nobreza.

Toral (1995, p. 287) afirma que escravos foram usados como soldados comprovadamente nos exércitos paraguaio e brasileiro. O Uruguai também tinha um batalhão formado por soldados negros, ex-escravos ou não. O autor (1995, p. 289) afirma que a escravidão não havia sido abolida no Paraguai. Em 1842, Carlos López, pai de Francisco Solano López, havia promulgado uma lei do ventre livre, em que os escravos nascidos a partir de janeiro de 1843 deveriam trabalhar para seus senhores até os 25 anos, no caso de homens, e 24 anos, no caso de mulheres. As autoridades paraguaias também ofereciam indenização a donos que doavam seus escravos para o exército, segundo Toral (1995, p. 290).

Para Chiavenatto (1987, p. 199), os escravos foram a maioria dos combatentes brasileiros. Além de o próprio governo comprar escravos para usá-los como soldados, cada membro da elite também mandava de oito a 12 negros como seus representantes no combate. Conforme o autor, estima-se que entre 60 e 100 mil escravos tenham morrido no Paraguai nos

cinco anos de luta e apenas 20 mil negros teriam retornado. Enquanto no exército paraguaio haveria um soldado negro ou mestiço a cada cinco brancos, entre as tropas das forças aliadas existiram 25 negros ou mestiços para cada branco. Chiavenatto (1993, p. 111) ressalta que o maior contingente negro indicava a origem do recrutamento nas classes mais oprimidas da população, inclusive escravos.

Salles (1990, p. 63) ressalta que determinar o número de escravos que combateram é extremamente difícil por duas razões, “seja devido às precariedades estatísticas da época, seja devido ao desejo de se ocultar o quanto uma sociedade escravocrata dependeu de escravos para responder ao chamado de defesa da Pátria”. Ainda de acordo com o autor (1990, p. 70), escravos não eram os únicos enviados como substitutos para a guerra. Cidadãos livres aceitavam apresentar-se como substitutos em troca de favores e dinheiro.

Salles (1990, p. 66) acredita que o número de escravos combatentes não passou de 10% do total das tropas. Havia na época parte da população negra ou mestiça que era livre, mas não estava inserida nos setores de produção e, portanto, estava disponível para o recrutamento. A própria ideologia racista da época fazia supor que brancos eram livres e os negros, escravos, diz Salles (1990, p. 77). Conforme ressalta Salles (1990, p. 76), o uso de escravos na guerra contribuiu para que a escravidão fosse colocada em debate na sociedade do século XIX, uma vez que os homens que retornaram da batalha eram livres e tinham status de Heróis Nacionais.

Mas como lembra Schulz (1994, p. 62), a escravidão só teve fim quase vinte anos depois da batalha. Apenas poucos meses antes da assinatura da Lei Áurea, em 1888, uma grande parte da elite convenceu-se de que a escravidão precisava acabar. Nos anos finais da guerra, a partir de 1868, as forças antiescravocratas eram muito fracas e obtiveram somente concessões simbólicas. “As questões da abolição e do recrutamento militar combinaram-se com a luta pela condução da guerra, criando a principal crise política do período, em julho de 1868” (SCHULZ, 1994, p. 62).

Por serem escravos ou permanecerem durante toda a vida à margem da sociedade, muitos soldados aliados não viam sentido em lutar contra os paraguaios para defender um governo que sempre os subjugou ou que não possuía políticas que favorecessem a entrada dessa parte da população no sistema de produção. Da mesma maneira, os soldados brancos também não viam sentido na luta, que teve principalmente motivações econômicas, e o

sofrimento físico também contribuía para a falta de vontade de lutar e para o elevado número de deserções.

De acordo com Fragoso (2011, p. 197), durante as batalhas, os prisioneiros paraguaios vencidos eram integrados às forças da Tríplice Aliança. No entanto, ele afirma que o Brasil não fez uso de soldados nessa situação, ao contrário da Argentina, que teria incorporado paraguaios em seus batalhões. Ele afirma ainda que considerava a medida, além de humilhante e desnecessária, perigosa:

Causará estranheza semelhante procedimento a quem não conhecer a história das lutas políticas no Prata. Mas quem estiver ao corrente dos conflitos entre os caudilhos que disputavam o poder, verá no fato apenas o prolongamento de uma medida muito comum nas lutas civis. Assim como o bando político vencedor incorporava a si os adversários submetidos, também agora os inimigos estrangeiros eram anexados às hostes vitoriosas (FRAGOSO, 2011, p. 197).

Com o passar dos anos de guerra, o Paraguai perdeu grande parte dos seus soldados e passou a alistar idosos, mulheres e crianças. Segundo Doratioto (2002, p. 92), os paraguaios não tinham artilharia pesada e possuíam fuzis obsoletos para a época. Parte de seus canhões era do período colonial, sem grande poder de penetração. O autor ainda afirma que existiam vários relatos relacionados à magreza e nudez do povo guarani.

Fragoso (2011, p. 57) afirma que o Paraguai não tinha um Exército mais organizado do que os países aliados, porém levou grande vantagem porque se preparou para a guerra com mais antecipação que os inimigos “e guardou sobre isso o mais cuidadoso sigilo”. O general (2011, p. 58), com base em diversos outros autores, informa que os números do Exército paraguaio no início da guerra variam de 50 mil a 100 mil homens. Em outro volume de sua obra, o autor (2009, p. 220), citando Thompson, afirma que o Paraguai passou a se preparar para a guerra em 1864, chegando a contar com 64 mil homens de 16 a 50 anos, entre março e agosto daquele ano.

Chiavenatto (1993, p. 110) diz que documentos do Archivo Nacional de Asunción informam que o exército paraguaio tinha 38.173 soldados em 1864, sendo que o número pode ter chegado a 50 mil em 1865, mas nunca teria atingido 80 mil. No entanto, Pomer (1980, p. 280) traz uma definição de Juan Bautista Alberdi feita no livro de 1946, *El Brasil ante la democracia de América*, que diz que todo o povo formava o Exército paraguaio. “Todo cidadão é soldado; e como não há um cidadão que não seja proprietário de um terreno

cultivado por ele e sua família, cada soldado defende o interesse próprio e o bem-estar de sua família na defesa que faz de seu país” (ALBERDI, 1946, apud POMER, 1980, p. 280).

O exército argentino também não era organizado. Segundo Doratioto (2002, p. 138) havia 6.391 homens espalhados pelo país. A maioria foi alistada contra a vontade, por serem “marginais condenados pela Justiça” ou eram homens que “queriam ser esquecidos, devido a atos praticados no passado”. Assim como o Brasil reconhecia o envio de substitutos, a manobra também foi legalizada na Argentina em maio de 1865. Porém, esses dados são diferentes dos apresentados por outros autores. Segundo Salles (1990, p. 9), o número de soldados da Argentina no início da guerra era de 25 mil. O efetivo militar em operação foi sendo diminuído no decorrer do conflito e, em 1869, havia somente 4 mil argentinos em armas no Paraguai.

Conforme Salles (1990, p. 9), o Uruguai havia acabado de sair da guerra civil e teve participação simbólica no confronto, tanto numérica quanto materialmente. “Mesmo esta presença, devido à instabilidade presente no país e à forte oposição interna ao envolvimento no conflito, foi decrescente ao longo do tempo” (SALLES, 1990, p. 9).

1.2.2 Guerra em Caricaturas

Todos os problemas relacionados à guerra, como a resistência surpreendente dos paraguaios e a dificuldade dos exércitos aliados para conseguir soldados, foram retratados nos jornais do período. A Guerra do Paraguai se tornou um dos temas preferidos de *O Cabrião*, um semanário humorístico brasileiro publicado em São Paulo, ilustrado por Angelo Agostini¹¹ e redigido por Américo de Campos¹² e Antônio Manoel dos Reis¹³. Circulou entre 30 de setembro de 1866 e 29 de setembro de 1867, possuía oito páginas em formato de 22 por 30 centímetros, tendo feito largo uso de sátira política. Do total de 51 números publicados de *O Cabrião*, a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai foi 55 vezes tema de caricaturas. Dom Pedro II, Duque de Caxias, o recrutamento de voluntários e as homenagens aos mortos da batalha também eram inspiração para os desenhos da publicação.

Os conceitos de “imagem complexa” e “metáfora visual” do autor espanhol Josep M. Catalá servem como referência para o estudo das ilustrações publicadas pelo semanário humorístico brasileiro sobre as batalhas e, especificamente, sobre a formação do exército brasileiro. É necessário ressaltar, no entanto, que *O Cabrião* não tem a pretensão de retratar a descrição dos acontecimentos da guerra, mas é representação que ajuda a contextualizar como o confronto foi sentido pelos brasileiros. O trabalho tem cunho opinativo, com uma visão particular sobre as batalhas e o Paraguai.

Catalá (2005, p. 64) explica que qualquer imagem sempre conterà um remanescente ideológico incontrolado, que vai se sobressair independentemente da vontade do autor e que é reflexo de seu tempo. Porém, quanto mais complexa a imagem, menos relevante é esse resíduo ideológico, porque a obra trabalha essas contradições na superfície. As imagens

¹¹ Nascido na Itália em 1843, Angelo Agostini estudou desenho e pintura em Paris antes de mudar-se para São Paulo, em 1859, acompanhando a família. Em 1864, fundou o primeiro periódico ilustrado da cidade, o pasquim dominical *Diabo Coxo*, que circulou durante um ano. Depois criou o semanário humorístico *O Cabrião*, em parceria com Américo de Campos e Antônio Manoel dos Reis, que também circulou durante um ano, entre 1866 e 1867. Após o fechamento de *O Cabrião*, Agostini mudou-se para o Rio de Janeiro, onde trabalhou nas revistas *O Arlequim*, *A Vida Fluminense*, *O Mosquito*, entre outras publicações, até sua morte em 1910 (COSTA, 2012, p. 249).

¹² Formado em Direito, Américo de Campos foi promotor público até 1863. Na época em que circulou *O Cabrião* (1866-1867), ele era também diretor do jornal *Correio Paulistano*. Depois, entre 1875 e 1884, fundou e dirigiu com Francisco Rangel Pestana o jornal *A Província de São Paulo*, que viria a se tornar *O Estado de S. Paulo*. Em 1884, fundou o *Diário de São Paulo*, com José Maria Lisboa. Após a proclamação da República no Brasil, ocupou o cargo de cônsul em Nápoles até sua morte em 1900 (CABRIÃO, 2000, p. 28).

¹³ Antônio Manoel dos Reis era formado em Direito e, mesmo na época de estudante, colaborava com jornais e revistas. Foi autor de livros, entre eles *Minhas Inspirações*, *Ensaios poéticos*, *Álbum Literário* e *Alfredo*. Após o trabalho em *O Cabrião*, morou em Paraíba (SP), onde dirigiu um colégio. Posteriormente, em 1876, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde continuou a trabalhar na imprensa (CABRIÃO, 2000, p. 30).

podem ser consideradas em sua complexidade quando há consciência, por parte do observador, da ideologia que produzem – e da qual não é possível escapar – e são autorreferenciais:

En la medida en que cualquier propiedad de la imagen abandona el régimen de la transparencia, del naturalismo, de la mimesis, para trabajar en la superficie, para mostrarse en lugar de esconderse, es decir, para convertirse verdaderamente en fenómeno visual la imagen en cuestión será más compleja. Pero la autoreferencialidad implica no sólo la asunción de los mecanismos representativos como instrumentos significativos más allá de su funcionalidad, sino el conocimiento de las características, los potenciales y los límites de la imagen en cuanto a dispositivo específico (CATALÁ, 2005, p. 64).

Para definir as imagens autorreferenciais, Catalá as chama de metaimagens. Elas não servem como representação “transparente” de uma cena. “En este sentido, una metaimagen sería una forma de imagen compleja porque su composición trascendería la propia utilidad como imagen” (CATALÁ, 2005, p. 65). O autor (2005, p. 66) afirma que o fenômeno de uma imagem complexa é fruto de um olhar complexo e uma reflexão complexa. O olhar complexo seria consequência de uma interpretação aplicada sobre a imagem e sobre o real, enquanto a reflexão seria uma reação do observador considerando as características da sociedade em que ele vive.

Realidad, mirada y representación forman así una determinada ecología que produce fenómenos incontrovertiblemente complejos. Un conjunto que puede describirse, como he hecho antes, apelando a un mecanismo de “entre-capturas” capaz de expresar en su seno la realidad contemporánea en todo su calado (CATALÁ, 2005, p. 66).

Para Catalá (2005, p. 373), as caricaturas seriam “metáforas visuais”. Ele explica que o “campo visual” do indivíduo é o que estabelece a visão real do objeto, enquanto no “mundo visual” do observador acontece uma relação de troca com os mesmos objetos. As metáforas visuais seriam resultado do realce das características de um personagem ou de uma situação que é consequência desse intercâmbio.

A los objetos siempre los vemos en el mundo visual, pero referidos culturalmente al campo visual: se establece entre ambas visiones una analogía, una semejanza; a metáfora extrae de los elementos del mundo visual los más generales para situarlos imaginariamente en el campo visual (...) (CATALÁ, 2005, p. 373).

Catalá afirma que quando a metáfora é considerada somente do ponto de vista linguístico seu poder figurativo é ignorado e seus componentes são reduzidos ao literal. No

entanto, quando a metáfora é trabalhada na visualidade não é possível ignorar esse novo conhecimento que a torna distante da literalidade.

En resumen, no podemos ver lo general, pero nuestra mirada construye lo general sobre cada visión particular, mediante un mecanismo metafórico básico, que consiste en introducir el objeto real percibido en un campo epistemológico determinado, que bien puede ser tan culturalmente complejo como el que constituye la perspectiva pictórica (...), o tan simple como el campo que supone la simple generalización y conceptualización de un objeto concreto (CATALÁ, 2005, p. 373).

As metáforas visuais seriam, portanto, a ponte entre a visão geral e a particular. Por exemplo, quando o desenhista de *O Cabrião* faz suas caricaturas, estaria mostrando a realidade através de sua própria concepção visual. Na figura 1, publicada na edição 8 de 18 de novembro de 1866 de *O Cabrião*, o desenhista mostra uma armadilha para pegar “voluntários” para o Exército. Como já exposto neste trabalho, durante o confronto, cidadãos convocados para a batalha podiam enviar escravos ou substitutos para lutar em seu lugar. Os pobres, por sua vez, podiam fugir, se esconder.

O personagem explica sua estratégia para enriquecer: atrair e prender homens para oferecê-los como substitutos aos convocados que podem pagar para não ir à guerra – maneira como as famílias ricas livravam os parentes da batalha. Segue a transcrição da legenda exatamente como é apresentada originalmente, mantendo-se a grafia antiga:

- Que diabo de tramoia é esta Pipelet?
- Estou apanhando passaros para meu viveiro de substitutos. É tempo da designação dos guardas, e eu preparo-me para enriquecer.
- Enriquecer como? Estás doudo?
- A cousa é simples, apanha-se o sugueitinho por uma tutameia e depois impinge-se a substituição por tres ou quatro tantos mais ao filado, que tem a corda ao pescoço e quer safar-se com os dedos, embora fiquem os anneis.
- Mas, com os tresentos! Isto é uma infamia!
- Isso lá não sei! O tal pregador de moral, muito alto, muito magro e um pouco feio, que conhecemos bem, fez muita cousinha neste gosto, ganhou muito bons cobres e ninguém por isso o metteo no chilindró.



Figura 1: O Cabrião, edição 8, 18 de novembro de 1866

Da mesma forma, a figura 2, na edição 9 de 25 de novembro de 1866, mostra alguém pegando um voluntário pela janela. A cidade está vazia, com as pessoas escondidas. Apenas os guardas fazem as buscas por candidatos a soldados nas ruas. Diz a legenda:

Guarda: – Que diabo faz ahi?
 Cabrião: – Não vê? Safo o meu *Pipelet*, que tambem foi recrutado.
 Guarda: – Mas, pela janella?
 Cabrião: – Boa duvida! Se o portão está fechado.....



Guarda:—Que diabo faz ahi?
Cabrião:—Não vê? Safo o meu *Pipelet*, que tambem foi recrutado.
Guarda:—Mas, pela janella?
Cabrião:—Boa duvida! Se o portão está fechado.....

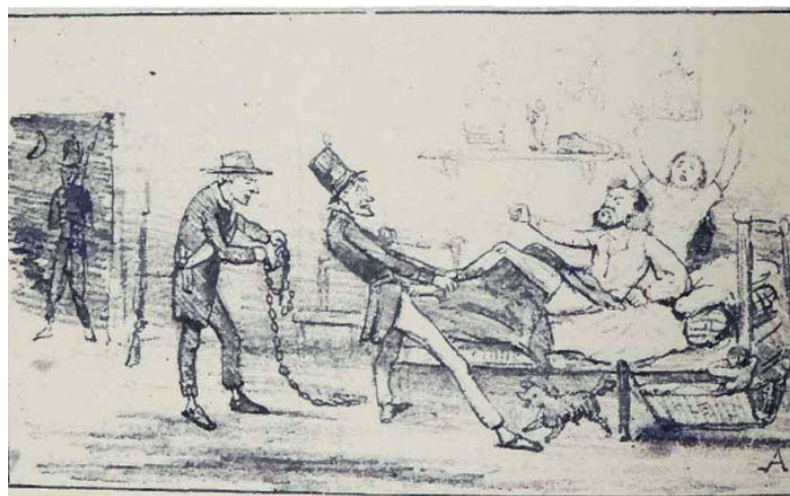
Figura 2: O Cabrião, edição 9, 25 de novembro de 1866

A figura 3, na edição 13 de 23 de dezembro de 1866, traz um exemplo das convocações. Um rapaz poderia se casar com a tia idosa de um homem influente para fugir da guerra, ou permanecer solteiro e ser convocado. Note que o desenhista ressalta a importância do homem que faz a proposta, pois os homens casados pobres eram convocados em função da falta de soldados. Na parte de baixo, isso fica claro quando o oficial invade o quarto de um casal para levar o homem como “voluntário”.

Lê-se na legenda da parte superior: “Inspector de Quarteirão: – Se não quer ir para S. Paulo assentar praça, hade casar com minha tia. Recruta: – Só se Vm. me der um mez para pensar”. Na parte inferior: “Subdelegado: – Meu caro, nós estamos precisando de gente. Se os solteiros fogem para o matto, não ha remedio se não vir à cama dos casados. As ordens que temos são apertadas.”



INSPECTOR DE QUARTEIRÃO.—Se não quer ir para S. Paulo assentar praça, hade casar com minha tia.
RECRUTA.—Só se Vm. me der um mez para pensar.



SUBDELEGADO.—Meu caro, nós estamos precisando de gente. Se os solteiros fogem para o matto, não ha remedio se não vir a cama dos casados. As ordens que temos são apertadas!

Figura 3: O Cabrião, edição 13, 23 de dezembro de 1866

Todas essas “metáforas visuais”, na expressão de Catalá, foram produzidas de maneira consciente, deixando transparecer o contexto temporal em que vivia o autor. Por mais que contenham alguns elementos reais, elas não têm a pretensão de servir como representação transparente de nenhum acontecimento. Tudo acontece através da interpretação do autor, que acreditava transmitir o sentimento de toda a sociedade brasileira diante dos problemas causados pela guerra.

Ao observarmos a figura 4, da edição 49 de 15 de setembro de 1867, podemos ver que o autor mostra homens acampados no mato para fugir do recrutamento forçado, enquanto bichos tomavam conta da cidade. Muitos homens que eram convocados para o exército buscavam proteção de políticos locais para evitar o alistamento. Quando não conseguiam o apoio das autoridades e na impossibilidade de mandar um substituto, chegavam a refugiar-se no mato. As imagens representam uma realidade para o observador, pois os homens realmente estavam escondidos na tentativa de evitar o alistamento, mas é preciso se deter na representação para entendê-la. Diz a legenda da ilustração: “Em rasão do recrutamento ainda veremos os homens mettidos no matto”. E depois: “E os bichos habitando a Cidade.”



Em rasão do recrutamento ainda veremos os homens mettidos no matto.

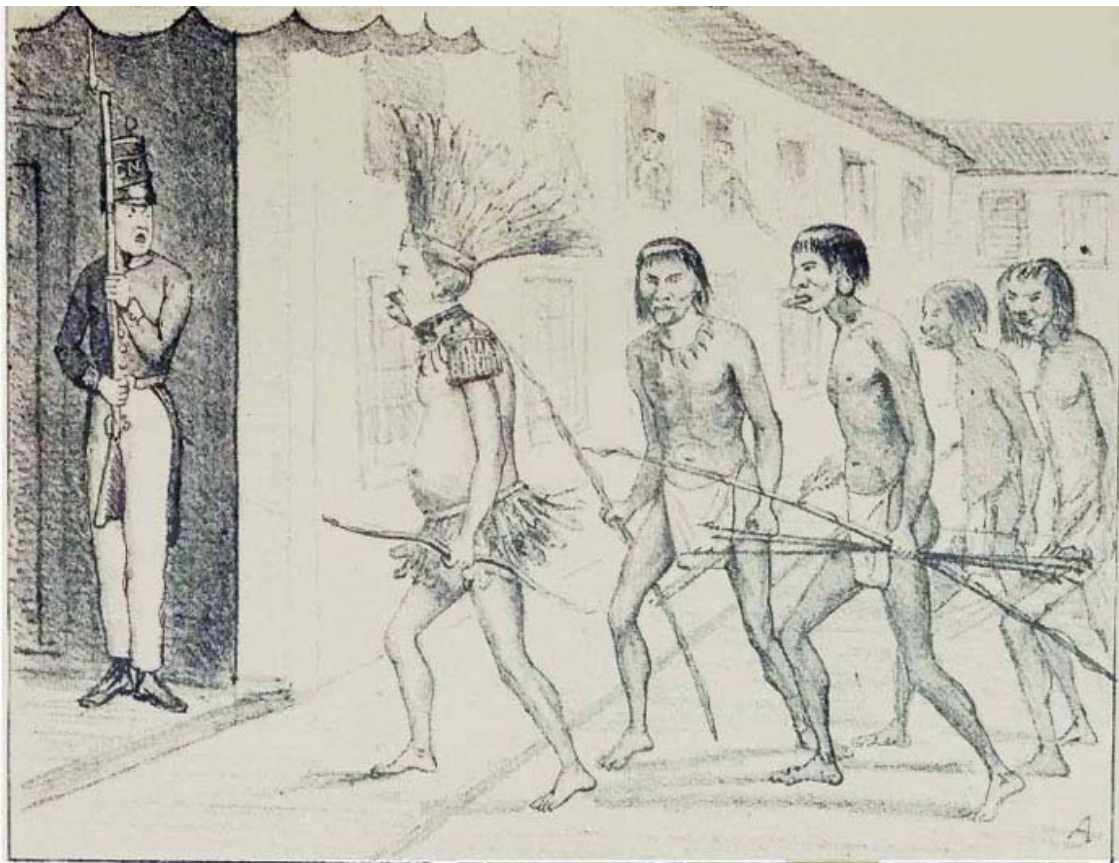


E os bichos habitando a Cidade.

Figura 4: O Cabrião, edição 49, 15 de setembro de 1867

Já a figura 5, publicada na edição 12 de 16 de dezembro de 1866, mostra um homem branco liderando um grupo de índios voluntários para a guerra. A figura obriga nossa visão a sondar os múltiplos níveis de significado que possui. É claramente uma imagem opaca, expositiva, em que a influência sociocultural que sofre o olhar do artista não fica escondida sob a ideologia da pintura transparente. Ao contrário, nos obriga a um exercício de interpretação. Além da guerra não ter sentido para os índios, foi necessário um homem branco para liderá-los. Afirma a legenda:

O Tenente-Coronel dos Botucudos, à frente de um punhado de bravos, vem oferecer-se para marchar contra o Lopes. Desta vez o Paraguay leva o diabo!!... O Cabrião não tem palavras para louvar e admirar semelhante acto porque comprehende muito bem, que o verdadeiro amor da patria revela-se por FACTOS e não por meros palanfrorios e pedantescas patriotagens.



O Tenente-Coronel dos Botucudos, à frente de um punhado de bravos, vem oferecer-se para marchar contra o Lopes. Desta vez o Paraguay leva o diabo!!... O Cabrião não tem palavras para louvar e admirar semelhante acto porque comprehende muito bem, que o verdadeiro amor da patria revela-se por FACTOS e não por meros palanfrorios e pedantescas patriotagens.

Figura 5: O Cabrião, edição 12, 16 de dezembro de 1866

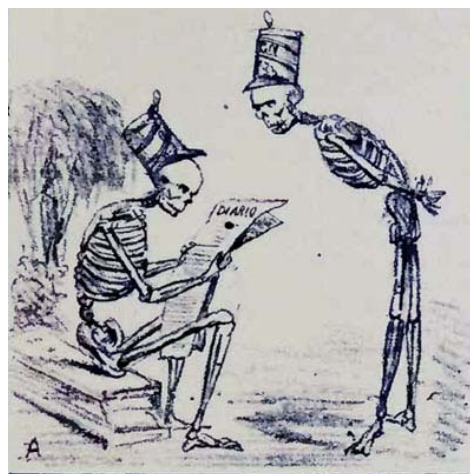
Em *O Cabrião*, o autor das caricaturas mostra fatos da realidade através da sua própria concepção visual. As imagens são a ligação entre a visão geral da população sobre os

acontecimentos e a visão particular do artista, que deixa bastante clara a sua interpretação sobre as notícias. Essa abordagem fica explícita na figura 6, publicada na edição 4 de *O Cabrião*, de 22 de outubro de 1866, em que uma tropa de soldados segue para Mato Grosso. A ilustração já mostra os soldados como esqueletos, muitos caídos durante o caminho, e os que seguiam eram importunados pela presença fúnebre de urubus. A sensação de que ir para a guerra significava a morte também fica clara na figura 7, publicada na edição 9, de 25 de novembro de 1866, em que soldados representados também por caveiras leem as notícias do progresso da guerra. Na primeira legenda, diz o texto: “Expedição para Matto-Grosso”. Na segunda: “Vamos vêr se o jornal ainda trata do nosso processo. Ah! ah! ah!”.



Expedição para Matto-Grosso.

Figura 6: O Cabrião, edição 4, 22 de outubro de 1866



Vamos vêr se o jornal ainda trata do nosso processo. Ah! ah! ah!

Figura 7: O Cabrião, edição 9, 25 de novembro de 1866

As caveiras representando os soldados revelam muito sobre a guerra, sobre os soldados e sobre o que pensava o desenhista em relação à situação. A probabilidade de se morrer durante a guerra era grande, não somente pelo confronto em si, mas também por causa da falta de estrutura e suporte do Exército brasileiro, que não tinha fardas, armas e alimentos suficientes para o batalhão. Muitos morriam por doenças e só voltavam quando não havia mais condições de luta, como mostram as figuras 8 e 9, publicadas nas edições 31 e 32 do jornal, de 5 e 12 de maio de 1867.

Nas legendas da figura 8, diz o texto:

(ESQUERDA) – Entao, estás com medo de marchar para a guerra? Deixa-te de sustos! Lá nem todos morrem... não estás vendo que estou eu de volta?

(DIREITA) – Tem paciencia, mulher; em tempo de guerra é preciso fazer-se sacrificios, deixar a família... e andar fugido pelo matto...
– Vamos! Vamos! que a escolta não tarda!..

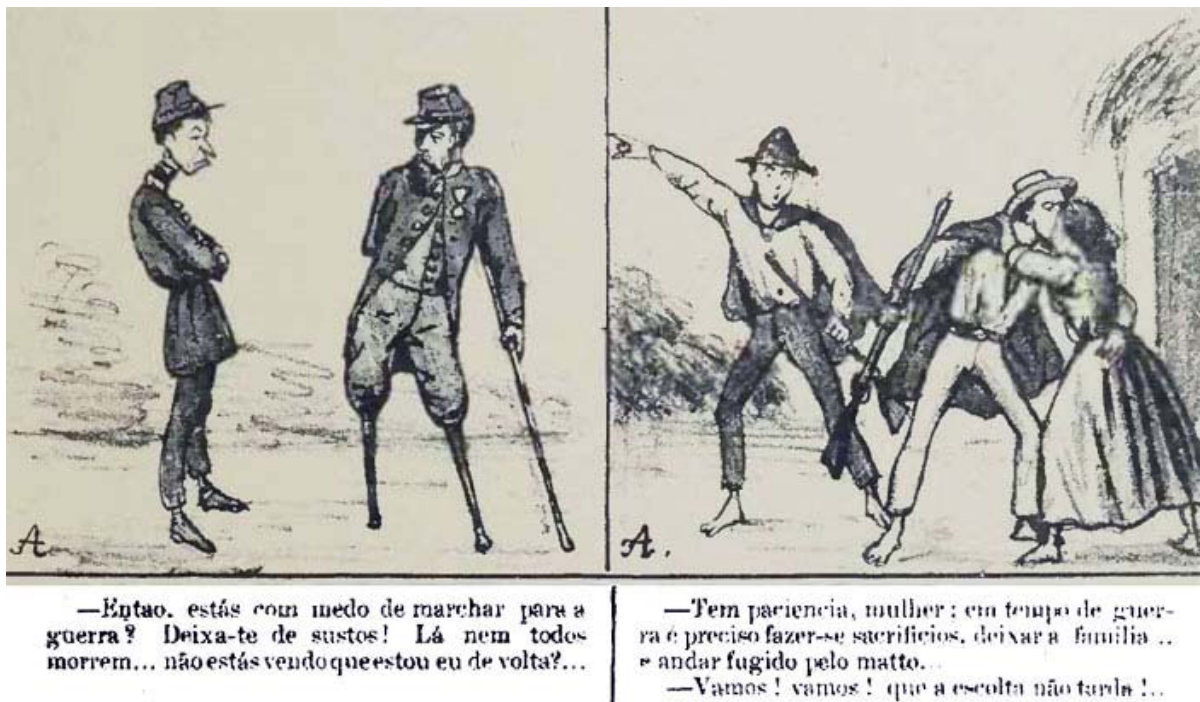


Figura 8: O Cabrião, edição 31, 5 de maio de 1867

Na figura 9, diz o texto da legenda:

No Theatro da guerra

– Meus amigos, como vocês não querem pegar-se às devéras, e estão ha tanto tempo amolando meio mundo, venho disposto a ensinar-vos como se acaba com semelhante historia em um instante!... Se não se decidem, ponho mãos à obra!... É sim ou não!... Vejam em que ficam...



No Theatro da guerra.

—Meus amigos, como vós não quereis pegar-se ás devéras, e estão ha tanto tempo amolando meio mundo, venho disposto a ensinar-vos como se acaba com semelhante historia ou um injusta!... Se não se decidem, ponho mãos á obra!... E' sim ou não!... Vejam em que ficara...

Figura 9: O Cabrião, edição 32, 12 de maio de 1867

Dado que as metáforas visuais são apresentações literais daquilo que verbalmente tinha sentido figurado, Catalá (2005, p. 389) mostra que elas não são produzidas isoladamente e podem seguir por caminhos diferentes. Em cada metáfora visual é possível perceber várias outras, que podem atuar separadamente das demais. Ao contrário de um texto, em que a narrativa conduz para uma interpretação inicial e depois pode transmitir a ideia de uma metáfora.

Podría pensarse, como he dicho antes, que la literalización del sentido figurado que ocurre en las metáforas visuales significa un agotamiento de la propia metáfora, pero no es así, sino todo lo contrario. En realidad, constituye una regeneración de la misma producida al eliminar la ambigüedad que caracteriza las metáforas verbales y que impide la clara visión de la imagen poética (CATALÁ, 2005, p. 390).

Dessa forma, as metáforas visuais não necessitam de texto para serem compreendidas. Para Catalá (2005, p. 394), ao contrário, elas mostram que existe uma carência na linguagem para que se expresse tão bem quanto a imagem. Mesmo quando observamos ilustrações e não fotos, como é o caso em *O Cabrião*, conseguimos identificar essas características. Não vivemos a guerra e suas consequências, logo só podemos supor o óbvio terror de quem era convocado a ponto de largar a família e fugir para se esconder no campo ou imaginar a

impaciência da população diante da falta de ação do exército, através das poucas notícias que chegavam desatualizadas para os jornais. Por conta da falta de tecnologia da época, as informações sobre as batalhas e a movimentação das tropas eram publicadas vários dias depois dos acontecimentos.

A falta de ação do Exército também foi tema das caricaturas de *O Cabrião*. A figura 10, publicada na edição número 21 de 24 de fevereiro de 1867, mostra López em uma fortaleza. Para passar o tempo, tira fotografias aproveitando a falta de ação das tropas brasileiras, que ficavam “imóveis”. Conforme Doratioto (2002, p. 565), após a derrota das tropas brasileiras em Curupaiti em setembro de 1866, os soldados ficam paralisados até julho de 1867, quando Caxias ordena a concentração das forças em Tuiuti e inicia a marcha para isolar a fortaleza de Humaitá e assim poder atacá-la.

A ilustração ainda reflete a sensação da falta de ação do governo brasileiro. Ao fundo, a ausência de movimentação no acampamento brasileiro é sinal claro da pouca vontade de lutar e até mesmo da pequena quantidade de homens disponíveis. Diz a legenda: “Como o General, que os cinco annos foi cadete, conserva os valentes do Exercito Brasileiro em podre immobildade, o manhoso Generalito Paraguayto diverte-se em tirar vistas photographicas do acampamento”.



Como o General, que aos cinco annos foi cadete, conserva os valentes do Exercito Brasileiro em podre immobildade, o manhoso Generalito Paraguayto diverte-se em tirar vistas photographicas do acampamento.

Figura 10: O Cabrião, edição 21, 24 de fevereiro de 1867

A figura 11, publicada na edição 34 de 26 de maio de 1867, traz mais exemplos de metáforas visuais. É possível observar alguns soldados brasileiros que seriam enviados para a guerra e estão completamente fora do padrão do que é idealizado para um soldado em qualquer época. Reflete o desespero do governo brasileiro em conseguir voluntários. Não havia seleção de pessoas, treinamento ou preparo, ao contrário, acontecia uma verdadeira caça aos homens disponíveis, independentemente de quem fossem. Diz a legenda: “Amostra dos ultimos defensores da Patria que foram agarrados, enfardados, e enviados para o theatro da guerra, para defenderem ali a honra nacional!!! Estamos aceados!!!”



Amostra dos ultimos defensores da Patria que foram agarrados, enfardados, e enviados para o theatro da guerra, para defenderem ali a honra nacional !!!
Estamos aceados!!!

Figura 11: O Cabrião, edição 34, 26 de maio de 1867

Na figura 12, edição de número 35, publicada em 2 de junho de 1867, Caxias tenta convencer López a abrir as portas da fortaleza de Curupaiti com uma serenata. A posição do brasileiro que implora ao paraguaio demonstra a sensação de desânimo vivida pelos soldados aliados diante da resistência paraguaia. Mais uma vez, o acampamento brasileiro ao fundo é mostrado vazio. Isso dá uma clara ideia do quanto a resistência paraguaia na guerra surpreendeu o Brasil, que esperava acabar rapidamente com o confronto. “(...) pensou-se que a vitória brasileira seria rápida e poria fim ao litígio fronteiro entre os dois países e às ameaças à livre navegação, e permitiria depor Solano López (DORATIOTO, 2008, p. 96)”.

Diz a legenda: “Au clair de la lune, Mon ami Pierrot, Prête moi ta plume, Pour ecrire un mot... Ma chandelle est morte... Je n’ai plus de feu... Ouvre moi ta porte, Pour l’amour de Dieu”.

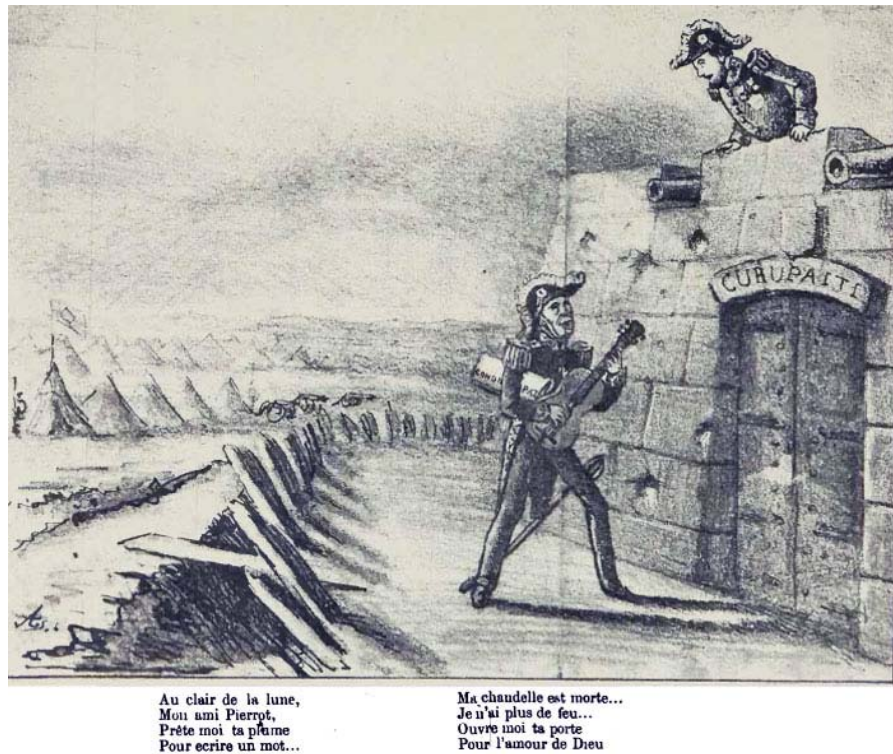


Figura 12: O Cabrião, edição 35, 2 de junho de 1867

Conforme Catalá (2005, p. 400), há imagens complexas que são apresentadas com capas metafóricas. Essas imagens precisam de uma interpretação visual para sua compreensão, são imagens em que o significado não se esgota na superfície, porém se encontra à vista. Disso se deduz que o visível possui muitos níveis de interpretação, mas tem de ser visualizado com um olhar ativo.

Toda metáfora possui, assim, duas partes, uma formal – que pode ser textual ou visual – e uma psicológica. Na formal, a construção metafórica está sempre presente, enquanto na psicológica, é necessário que o observador esteja em contato com as crenças e sensações que servem de suporte para ela.

En el origen de toda metáfora hay un componente emotivo de la realidad percibida o imaginada: sorpresa, admiración, piedad, animadversión, etc. Es decir, hay una valoración subjetiva de la realidad objetiva, es esta introspección la que se quiere transmitir. De esa urgencia por comunicar una experiencia subjetiva, es decir por objetivar esa experiencia, nasce la forma metafórica (CATALÁ, 2005, p. 406).

Ao observarmos as figuras 13 e 14, nas edições 15 e 26, respectivamente de 13 de janeiro e 31 de março de 1867, percebemos que é necessária uma interpretação dentro do contexto histórico da época para entender as motivações do desenhista. A primeira apresenta

uma loja, com vendedores e um comprador, enquanto um índio esconde o rosto. Dentro do contexto histórico podemos perceber que o que está sendo vendido por membros do governo, inclusive sob o olhar de D. Pedro II, são títulos de nobreza. Nobres não eram enviados para a guerra, a não ser em posições de comando, nunca na frente de batalha. O índio, que representa o Brasil, esconde o rosto, envergonhado. Na ilustração seguinte, um índio trava uma batalha com cobras, solitário sobre uma pedra. O índio representa novamente o Brasil, que antes de tentar atacar a fortaleza paraguaia precisava lidar com os problemas internos. Esses obstáculos aparentemente eram mais poderosos do que o próprio conflito.

Diz a legenda da figura 13: “Pobre paiz! A corrupção aumenta a vaidade, para dar vida ao patriotismo!”



Figura

13: *O Cabrião*, edição 15, 13 de janeiro de 1867

Diz a legenda da figura 14: “Extenuado de forças, sempre envolvido nas lutas dos partidos, que debalde intenta acalmar, eis a posição do Brasil em relação à guerra do Prata.”



Extenuado de forças, sempre envolvido nas lutas dos partidos, que debalde intenta acalmar, eis a posição do Brasil em relação á guerra do Prata.

Figura 14: O Cabrião, edição 26, 31 de março de 1867

Todas as imagens estão, de certa forma, relacionadas umas com as outras, até porque o observador também estabelece essas relações, portanto existe uma “ecologia das imagens”. Além de formarem uma rede de relações, também têm um conteúdo ideológico que acaba se sobressaindo independentemente da vontade do autor. As caricaturas são resultado de um olhar complexo e uma reflexão do observador, que precisa interpretar o que vê em relação ao real e também perceber os reflexos da sociedade em que vive. Imagens já tão exaustivamente estudadas se transformam e passam a transmitir nova mensagem, mas dessa vez não para a sociedade da época. Tornam-se um registro histórico único.

1.2.3 Termina o confronto, resta a destruição

A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai chegou ao fim no dia 1º de março de 1870, com o assassinato de Solano López em Cerro Corá, no Paraguai. Há diferentes versões sobre as circunstâncias que levaram à morte do governante paraguaio, mas o fato é que ele foi ferido por um golpe de lança dado pelo cabo Francisco Lacerda, o Chico Diabo, e depois levou um tiro de fuzil. Independentemente dos motivos que levaram à batalha, os resultados do confronto para os quatro países envolvidos foram catastróficos. O Paraguai perdeu cerca de 140 mil quilômetros quadrados de território para a Argentina e para o Império do Brasil, o que equivale a mais do que os estados brasileiros de Pernambuco e Alagoas juntos, segundo Chiavenatto (1993, p. 163).

A população do país também foi praticamente dizimada. Não há estatísticas precisas sobre o total de habitantes do Paraguai na época, mas estima-se que a população total variava de 400 mil a 1,2 milhão de habitantes. O número de mortos muda conforme a estimativa sobre o total de habitantes. Salles (1990, p. 11) diz que o mais provável é que o número de habitantes fosse algo em torno de 700 mil. O autor (1990, p. 12) considera que o número de paraguaios mortos tenha sido de 600 mil. Doratioto (2002, p. 483) ressalta também que os cálculos sobre o número de habitantes pré-guerra no Paraguai são divergentes. Ele diz que o total variava de 285 mil a 450 mil pessoas, e as perdas ficaram entre 28 mil e 278 mil pessoas. De acordo com Cerqueira (1980, p. 336), dos 1,3 milhão de paraguaios antes do início da campanha, a população alcançava somente 200 mil após o término. Este autor é quem aponta o maior número de mortes no confronto.

Para Chiavenatto (1993, p. 149), quando o conflito teve início, o Paraguai tinha aproximadamente 800 mil habitantes. Após o confronto, restariam somente 194 mil pessoas, sendo: 180 mil mulheres, 9,8 mil meninos até 10 anos, 2,1 mil meninos e homens entre 11 e 20 anos, e 2,1 mil homens acima de 20 anos.

Em qualquer hipótese, portanto, a guerra significou o sacrifício quase total – por mortes em combate, assassinatos, epidemias e fome – da população. O certo é que, ao final do conflito, 95% da população masculina do país haviam desaparecido. A mobilização militar paraguaia envolveu praticamente o conjunto da população masculina, que pereceu nos inúmeros combates ou vítima das epidemias e péssimas condições de higiene, habitação e proteção contra o frio e a fome que marcavam o cotidiano dos exércitos na época, em especial do exército paraguaio (SALLES, 1990, p. 11).

Quanto ao Brasil, também não há estatísticas confiáveis sobre as perdas militares nem sobre o total da população na época. De acordo com Cerqueira (1980, p. 336), o Brasil perdeu cerca de 100 mil soldados. Doratioto (2002, p. 483) apresenta números diferentes: o Brasil teria enviado no total 139 mil soldados para a guerra, dos quais 50 mil morreram, de um total populacional de pouco mais de 9 milhões.

Em relação à Argentina, segundo Pomer (1980, p. 316), estima-se que 18 mil soldados tenham morrido na guerra. Doratioto (2002, p. 483) também afirma que as tropas argentinas perderam 18 mil homens dos pouco menos de 30 mil enviados à frente de batalha.

As perdas uruguaias ficaram em torno de 5 mil soldados dos 5,5 mil enviados para a guerra, segundo Doratioto (2002, p. 483). Salles (1990, p. 11) afirma que as perdas uruguaias foram irrelevantes em relação ao contingente populacional do país, pois apesar de o Uruguai ter sido o estopim para a guerra pouco esteve efetivamente envolvido nela.

Além das perdas humanas, o Paraguai terminou a guerra arrasado, com terras cultiváveis abandonadas, manufaturas, estradas de ferro e telégrafos destruídos, recursos materiais, como moeda e ouro, saqueados. O país ainda teve de pagar uma dívida de guerra ao Brasil até 1943 (SALLES, 1990, p. 13). Essa dívida só teve fim no governo de Getúlio Vargas, quando foi perdoada.

Para o Brasil, Doratioto (2002, p. 461) afirma que a guerra serviu para fortalecer a identidade nacional brasileira. O imperador teve a imagem fortalecida, a bandeira e o hino nacional passaram a fazer parte do cotidiano, nas cerimônias de partida das tropas e nas comemorações das vitórias. O próprio Paraguai também deixou de ser um empecilho para a navegação de embarcações brasileiras nos rios internacionais. No entanto, o Brasil terminou a guerra endividado. O Tesouro Real calculou um custo de 614 mil réis com a guerra. Para dar uma ideia do montante dos gastos, Doratioto (2002, p. 462) informa que o orçamento do Império para 1864 era de 57 mil réis. O conflito custou ao Brasil quase onze anos do orçamento público anual.

Pomer (1980, p. 301) afirma que, terminada a guerra, o Brasil tem de recorrer aos empréstimos ingleses. De acordo com o autor, entre 1871 e 1889, o Império contrai dívidas que ultrapassam 45,5 milhões de libras. O mesmo ocorre com o Uruguai, que contrai um empréstimo de 3,5 milhões de libras. De acordo com Pomer (1980, p. 304), a dívida da Argentina de 1865 a 1876 alcançou a soma de 18,7 milhões de libras.

Conforme Schulz (1994, p. 73), o esgotamento das reservas nacionais durante a batalha fez o governo procurar economizar no pós-guerra em diversos setores, especialmente nos ministérios militares. “O governo economizava deixando os quartéis desmoronar, suspendendo a compra de novos equipamentos e não pagando as pensões das viúvas e órfãos dos militares, e dos militares mutilados pela guerra” (SCHULZ, 1994, p. 73).

Com o fim da guerra, o governo imperial atuou para impedir que a Argentina se apossasse de toda a região do Chaco, como estava determinado no Tratado da Tríplice Aliança. Segundo Doratioto (2002, p. 463), a intenção era evitar a ampliação de fronteira da Argentina com o Brasil, pois se acreditava que, em algum momento, poderia haver outra guerra entre os dois países. Ao mesmo tempo, o governo argentino temia a expansão do Império em relação ao território Paraguaio. Ainda segundo o autor, para resolver o impasse, o chanceler argentino Mariano Varela declarou em dezembro de 1869 que a vitória militar não dava direitos aos aliados de imporem ao Paraguai a redefinição das fronteiras – exceto as áreas que eram objeto de impasse anteriormente.

Antes da guerra, o Brasil reivindicava a soberania no território entre os rios Branco e Apa, enquanto o governo paraguaio queria manter o limite de suas terras no rio Branco. Esse território foi perdido para o Brasil. Já a Argentina, que pretendia se apossar de toda a região do Chaco, conquistou apenas sua parte central, e o limite entre os dois países passou a ser o rio Pilcomayo.

1.2.4 Brasil e o governo provisório

O assassinato de Solano López pelo exército brasileiro em Cerro Corá, em 1º de março de 1870, colocou um fim no confronto entre o Paraguai e a Tríplice Aliança. Mas quase um ano antes do término oficial da guerra, em agosto de 1869, enquanto Lopez fugia com o que restava das tropas pelo interior do país, foi instalado um “governo provisório” em Assunção, que já havia sido ocupada pelos exércitos da Tríplice Aliança.

Conforme Doratioto (2002, p. 420), o governo imperial insistia na criação de um governo provisório porque acreditava que a Argentina pretendia anexar o território paraguaio após a guerra. “A instalação do governo provisório paraguaio, mesmo com Solano López

continuando a combater, era uma forma de reafirmar a continuidade da existência do Paraguai como Estado independente” (DORATIOTO, 2002, p. 420).

Além de reafirmar a independência do Paraguai em relação a uma tentativa de anexação da Argentina, a intenção com a criação de um governo provisório, porém paraguaio, era também desvincular a população paraguaia da figura de Solano López e ainda impor uma soberania paraguaia que evitasse a anexação argentina integral do território perdedor, conforme Doratioto (2002, p. 411).

O governo provisório foi formado por três paraguaios, Carlos Loizaga, José Díaz Bedoya e Cirilo Antonio Rivarola – este último chegou a fazer parte do Exército paraguaio de López, onde alcançou o cargo de sargento. Em seu primeiro decreto, o governo provisório proibiu a população de apoiar López e declarou o dever de todo “bom cidadão” de contribuir para a vitória dos aliados. O segundo tornava o líder paraguaio um criminoso, banindo-o para sempre do país. Durante todo o período no poder, esse governo sempre foi pressionado pelas autoridades dos exércitos da Tríplice Aliança (DORATIOTO, 2002, p. 431).

As novas autoridades paraguaias não tinham infraestrutura para confortar a população. Sem ter para onde ir, os fugitivos da guerra começam a chegar a Assunção. Segundo Doratioto (2002, p. 432), para atender os feridos, foi criado um precário hospital que, por causa das péssimas condições de higiene, passou a se tornar um foco de infecção. Nas ruas, com o acúmulo de pessoas, houve ameaça de epidemias por causa da inexistência de saneamento básico. Os produtos alimentícios alcançaram preços altíssimos e não havia abrigo ou condições de habitação para a população.

No campo econômico, as autoridades paraguaias declararam livre a exploração da erva-mate, abriram todos os portos ao comércio exterior e criaram licenças de funcionamento para comerciantes e selos para documentos e publicações, com o objetivo de gerar receita (DORATIOTO, 2002, p. 432). No entanto, essas medidas não arrecadaram os recursos mínimos para o funcionamento do governo provisório. Para gerar receita, a título de empréstimo, os comandantes da Tríplice Aliança cederam ao governo provisório os produtos armazenados em depósitos de Assunção que haviam sido confiscados pelos exércitos.

Segundo Doratioto (2002, p. 411), saques de ouro e prata de batalhas foram entregues ao governo provisório em Assunção com o objetivo de garantir a ele uma fonte de financiamento. Bedoya, um dos membros do governo provisório, foi enviado a Buenos Aires

para vender esses bens, mas, após a venda, decidiu não voltar a Assunção. Ele renunciou ao cargo com a justificativa de não querer fazer parte de um governo subordinado aos interesses da Tríplice Aliança.

Lillis e Fanning (2009, p. 214) informam que entre os documentos assinados pelo governo provisório estava um decreto de maio de 1870 que declarava propriedade da nação todos os bens de López e embargava também todos os bens de Elisa Lynch, companheira do líder paraguaio.

De acordo com Pomer (1980, p. 299), durante o governo provisório, as terras paraguaias foram colocadas à venda. O autor afirma que especuladores argentinos, ingleses e americanos compraram vastas propriedades com o objetivo de revendê-las posteriormente a 10 ou 20 vezes a mais que o valor de compra, sem respeitar os pequenos lotes onde as famílias guaranis viviam. Conforme Pomer (1980, p. 300), foi também vendida a especuladores ingleses a estrada de ferro que ligava Assunção a Villa Rica, que tinha cerca de 100 quilômetros.

Lillis e Fanning (2009, p. 215) apontam que o governo provisório chegou ao fim em 25 de novembro de 1870, com o decreto de uma nova Constituição e a indicação de um presidente, Cirilo Rivarola, que era um dos três paraguaios integrantes do governo provisório.

As tropas brasileiras só começaram a ser retiradas do Paraguai em 1876. Entre 1870 e 1876, segundo Doratioto (2002, p. 464), o Paraguai foi praticamente um protetorado do Império. A diplomacia brasileira orientou a política externa dos governos paraguaios para resistir à pretensão argentina sobre a região do Chaco, o que poderia criar condições para a anexação de todo o país à Argentina. Para combater essa ameaça, era necessário estabilizar a política interna paraguaia através do fortalecimento do poder central e das instituições, impedindo também a ascensão ao poder de qualquer político paraguaio que tivesse ligações com os interesses argentinos.

1.3 Ditadura de Stroessner e construção de Itaipu

Corrupção e repressão foram marcas do governo ditatorial de Alfredo Stroessner (1954 – 1989). Filho de um imigrante alemão e uma paraguaia, Alfredo Stroessner nasceu em 1912 na cidade de Encarnación, no Paraguai. Iniciou a carreira militar aos 17 anos e, em 1948, tornou-se general, quando passou a comandar o Exército paraguaio. Em 1954, Stroessner comandou o golpe de estado que tirou Federico Chávez da presidência do Paraguai e assumiu seu lugar. Ele governou por sete mandatos consecutivos, somando 35 anos no poder. Deposto do cargo também por um golpe de estado em 1989, liderado pelo próprio genro, o general Andrés Rodríguez, ele mudou-se para o Brasil, onde viveu até a morte, em 2006.

A intenção aqui é apresentar um panorama geral do governo Stroessner e suas consequências, como o agravamento da exclusão social e da pobreza, o enriquecimento ilícito de membros do governo, a repressão aos opositores, a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e o incentivo à imigração brasileira.

Para entender como ele permaneceu por 35 anos no poder, é preciso levar em conta a destruição do Paraguai após a guerra contra a Tríplice Aliança. Como apontado, o país, além de perder a maior parte de sua população, viu toda a sua estrutura social e política destruída. Os governos que assumiram o poder no pós-guerra distribuíram enormes porções de terras para estrangeiros e contraíram empréstimos que endividaram o país. A instabilidade econômica fez piorar o quadro de miséria em que vivia a população.

Chiavenatto (1980, p. 78) escreve que em 1887 nasceram os dois grandes partidos que até hoje dominam a política paraguaia: o Liberal e o Colorado. Os colorados permaneceram no poder até 1904, quando o governo passou a ser comandado pelo Partido Liberal. Com exceção de curtos períodos de alternância no poder após a Guerra do Chaco, contra a Bolívia, na década de 1930, a partir de 1947, a ditadura do Partido Colorado é consolidada no poder. O governo permaneceu nas mãos dos colorados até 2008, quando o presidente Fernando Lugo assumiu a presidência. Lugo pertencia ao Partido Frente Guazú, que fez uma coligação com o Partido Liberal para a disputa das eleições.

Segundo Menezes (1987, p. 43), o primeiro presidente brasileiro a visitar o Paraguai desde o término da guerra contra a Tríplice Aliança foi Getúlio Vargas, em 1941. Entre os

planos de aproximação de Vargas com o governo do Paraguai, na época comandado pelo também ditador Higino Morinigo, estava a construção de uma rodovia entre o porto de Paranaguá, no Paraná, e Foz do Iguaçu, cidade localizada na fronteira. O projeto de construção da rodovia foi interrompido com a saída de Vargas do governo brasileiro em 1945 e retomado somente em 1951, com seu retorno à presidência. Com a morte de Vargas em 1954, o presidente João Café Filho deu continuidade às obras e finalizou a construção da rodovia, a atual BR-277.

Em 1956, Juscelino Kubitschek assumiu a presidência brasileira e iniciou a construção da Ponte da Amizade sobre o rio Paraguai, divisa natural entre os dois países. A ponte, inaugurada em 1965, completa a ligação do território paraguaio com a rodovia brasileira que leva até o porto de Paranaguá. Assim, Kubitschek começava a contribuir com as pretensões do ditador paraguaio Alfredo Stroessner de ter uma saída portuária alternativa à Argentina, de acordo com Menezes (1987, p. 44). Kubitschek e Stroessner mantinham uma relação muito boa e cordial, sendo Stroessner o primeiro chefe de estado paraguaio a ter visitado Brasília quando a cidade ainda estava em construção. Stroessner via no Brasil uma oportunidade para se livrar da dependência econômica da Argentina, pois o porto de Buenos Aires, ligado a Assunção por via fluvial, era a única alternativa até então para o país importar e exportar seus produtos (MENEZES, 1987, p. 51).

Além de a aproximação com o Brasil representar uma nova oportunidade econômica para o Paraguai, a Argentina também era a base para paraguaios que eram contra o governo de Stroessner. Menezes (1987, p. 45) afirma que desde a década de 1940, quando Higino Morinigo assumiu o poder no Paraguai, até o início do governo Stroessner, em 1954, entre 200 mil e 400 mil pessoas teriam abandonado o país e a maioria teria passado a viver na Argentina. Já Chiavenatto (1980, p. 91) afirma que quando Stroessner assumiu em já havia 500 mil cidadãos exilados. Em 1979, havia 800 mil paraguaios exilados somente em Buenos Aires e cerca de 300 mil estavam no Brasil, enquanto outros 200 mil estavam espalhados por outros países. Dados de Goiris (2000, p. 97) dão conta que cerca de 1 milhão de paraguaios foram obrigados a sair do país durante a ditadura.

Stroessner temia que os exilados que passaram a viver em território argentino, opositores de seu governo e do Partido Colorado, conseguissem apoio de Buenos Aires para dar um golpe de estado e tirá-lo do poder. Já o Brasil, de acordo com Menezes (1987, p. 62), demonstrava ser a favor dos Colorados e não era um lugar seguro para se buscar asilo político.

Como exemplo, o autor cita um episódio em que oito paraguaios pediram asilo e foram assassinados na fronteira entre os dois países pelas forças de segurança paraguaias, com apoio brasileiro.

Segundo Menezes (1987, p. 55), o Brasil foi favorável a essa aproximação porque via uma oportunidade econômica e de investimento no Paraguai, pois o país poderia ser um mercado para os produtos industrializados brasileiros. Ajudar o Paraguai a criar infraestrutura seria uma maneira de incorporá-lo como área de influência econômica.

Rolon (2010, p. 33) resume que existem dois momentos sob o ponto de vista da dependência do Paraguai com os vizinhos: o primeiro, que vai do início do século até a década de 1960, no qual o Paraguai tem forte relação de dependência com a Argentina, e o segundo, que vai de 1954, com a chegada de Stroessner ao poder, até os dias de hoje, quando há uma relação mais forte com o Brasil. Ainda segundo o autor (2010, p. 36), o fato de o Paraguai deixar a dependência da Argentina e passar a se concentrar no Brasil possibilitou uma transformação econômica e política, com a chamada "marcha para o Leste", que foi a abertura de novas fronteiras agrícolas em uma região que antes não tinha expressividade econômica. Essa região é justamente a área próxima à fronteira com o Brasil, onde estão as terras mais férteis.

Nessa época deu-se início a um processo de modernização de sua estrutura econômica. Entretanto, essa modernização se deu num viés totalmente conservador, isto é, sem interferência ou ganho político interno no que se referia às perspectivas mais democráticas (ROLON, 2010, p. 36).

Apesar da relativa cordialidade de Stroessner com outros chefes de estado, internamente, a população paraguaia vivia sob intensa repressão. Conforme Chiavenatto (1980, p. 14), em 1958, o ditador chegou a ordenar a morte de membros do próprio Partido Colorado para se manter no poder. Entre 1959 e 1960, essa repressão tornou-se ainda mais forte, com Stroessner justificando o combate ao comunismo como única alternativa para sustentação de seu governo. As atrocidades cometidas contra os opositores eram divulgadas para assustar o povo e desestimular qualquer tentativa de luta. Funcionários públicos eram contratados para vigiar outras pessoas – vizinhos, professores, colegas de trabalho – e denunciá-las. A repressão, portanto, se fez em todos os níveis sociais.

Segundo Chiavenatto (1980, p. 149), organismos internacionais estimam que entre 10 mil e 12 mil paraguaios tenham sido assassinados na ditadura de Stroessner somente entre

1958 e 1976. Goiris (2000, p. 97) cita os números trazidos pelo autor Luis G. Simon, na obra *La Dictadura de Stroessner*, que afirma que aproximadamente 360 mil pessoas, de um total populacional na época de cerca de 3 milhões de habitantes, passaram pelos cárceres durante a ditadura. A maioria dessas pessoas foi vítima de tortura.

Para o povo de Asunción, há o perigo do *pyrague* [delator] que tudo vê e tudo denuncia; para os camponeses, as patrulhas militares que incendiavam ranchos, roubam gado e matam famílias inteiras, quando não vão à eliminação de povoados. Para a elite cultural, dentro da Universidade, as “juventudes coloradas”, que passam das campanhas difamatórias e da sórdida delação para as agressões intimidatórias, com o apoio das forças policiais e respaldo político do sistema (CHIAVENATTO, 1980, p. 19).

Ainda segundo Chiavenatto (1980, p. 20), a corrupção era a base de sustentação do sistema ditatorial e era uma espécie de “ideologia” do governo. Stroessner não somente usava a corrupção para enriquecimento pessoal e como fonte de poder político, mas a usava também para manter toda a estrutura administrativa e política como sua dependente. O enriquecimento ilícito, os crimes políticos e o abuso de poder funcionavam com garantia de que ninguém trairia o governo. E quem ousasse discordar, era torturado.

Conforme aponta Goiris (2000, p. 59), todo trabalhador de empresas públicas, instituições de ensino públicas e até companhias do setor privado administradas por representantes do regime eram obrigados a se filiar ao Partido Colorado de Stroessner. Essa medida afetou toda a população, inclusive os próprios militares, que também deveriam ser filiados.

Durante seu regime, Stroessner recebeu e acobertou criminosos procurados internacionalmente, estelionatários, membros da Gestapo e traficantes de drogas. A família do presidente mantinha o monopólio da exploração de todos os jogos de azar, de cassinos ao “jogo do bicho” (CHIAVENATTO, 1980, p. 22). A família de Stroessner construiu hotéis, cassinos, fábricas de arame e ferragens, entre outras empresas, e foi beneficiada com a isenção de impostos em decretos assinados pelo próprio ditador, segundo Chiavenatto (1980, p. 25). Para proteger os negócios da família, Stroessner ainda proibia a importação dos produtos que essas empresas produziam.

Foi também no governo Stroessner que passou a ser comum o envio de carros argentinos e brasileiros roubados ao Paraguai. O veículo era facilmente legalizado, com documentos obtidos através de quadrilhas ligadas a órgãos do governo (CHIAVENATTO,

1980, p. 33). Membros do governo Stroessner também são conhecidos pelo envolvimento em crimes, como seu genro, o general Andrés Rodríguez, chefe da Cavalaria e um dos responsáveis pela manutenção do ditador no poder até quando ele mesmo resolveu aplicar um golpe de estado e tomar a presidência. Segundo Chiavenatto (1980, p. 37), Rodríguez controlava o tráfico de drogas no país e era dono de inúmeras fazendas com aeroportos particulares, de onde partiam carregamentos de entorpecentes para os mercados norte-americano e canadense.

No governo do ditador paraguaio, as instituições políticas apenas serviam para ajudar na manutenção do seu poder. Sempre houve suspeita de fraudes nas eleições, em que mortos compareciam às urnas e votos para os opositores desapareciam. Nem mesmo a Justiça era independente, já que os juízes eram recomendados a ocupar o cargo pelo Partido Colorado. Na Suprema Corte, os juízes eram nomeados diretamente pelo Poder Executivo, o que eliminava totalmente a possibilidade de independência (CHIAVENATTO, 1980, p. 63).

A queda de Stroessner, através de golpe de Estado, representou o início de uma nova fase na vida econômica e política do país. Porém, conforme Rolon (2010, p. 45), a herança deixada por ele foi das mais prejudiciais para a sociedade e, mesmo nos governos imediatamente posteriores, as reformas foram insuficientes para diminuir a situação de pobreza do povo paraguaio.

Justamente um dos setores de maior crescimento atualmente, como a produção da soja, gera poucos empregos. Rolon (2010, p. 48) cita que, em 2001, na tentativa de gerar vagas de trabalho, desenvolveu-se no Paraguai um programa para atrair empresas. O autor explica que trata-se da Lei Maquila, de 1997, regulamentada em 2000. Em 2003, 14 fábricas exportaram US\$ 7,8 milhões. No total, nos primeiros três anos da lei, a cifra atingiu US\$ 11 milhões (BIRCH, 2005, p. 103, apud ROLON, 2010, p. 49). Os resultados em termos de exportação apareceram de forma positiva inicialmente, tanto no volume exportado quanto no número de empresas instaladas, mas não há dados que informem a respeito do impacto das empresas na geração de empregos (BIRCH, 2005, p. 103, apud ROLON, 2010, p. 49).

1.3.1 Construção de Itaipu

A Usina Hidrelétrica de Itaipu serviu para atrelar ainda mais a economia paraguaia ao Brasil. Em primeiro lugar, todo o dinheiro usado pelo Paraguai para financiar sua parte da obra foi emprestado pelo Brasil, que também ofereceu outros empréstimos para que o país pudesse realizar obras de infraestrutura no entorno, principalmente a abertura e o asfaltamento de estradas. O Brasil ainda determinou que deveria ser o único comprador de toda a energia não utilizada que caberia aos paraguaios, pagando um preço abaixo do estabelecido no mercado internacional, até a revisão dos acordos, que está prevista para acontecer em 2023.

Conforme explica Rolon (2010, p. 95), os acordos assinados durante o período de ditadura nos dois países só puderam ser questionados recentemente, quando ambos já tinham regimes democráticos. Esse processo ganhou força após a eleição de Fernando Lugo em 2008, que conquistou uma pequena mudança no tratado com o aumento do preço da energia pago pelo Brasil ao Paraguai, mas ainda longe de uma perspectiva justa.

A construção de Itaipu ainda fez desaparecer a região das Sete Quedas (chamada de Salto del Guairá pelos paraguaios). No local, existiam 19 cachoeiras principais, sendo agrupadas em sete grupos de quedas, daí a origem do nome.

O Tratado de Itaipu foi assinado em abril de 1973, definindo os detalhes sobre a obra, a administração, as finanças e a venda de energia. A construção propriamente dita só teve início em 1975. Antes da construção, porém, os governos paraguaio e brasileiro tiveram de resolver um impasse em relação à posse da área. Segundo Menezes (1987, p. 69), desde 1525 até a Guerra contra a Tríplice Aliança (1864-1870), a área de Sete Quedas era tida como pertencente ao Paraguai. Porém, um tratado firmado em 1872, que estabelecia o limite entre os dois países, deixou dúvidas sobre a fronteira. Em resumo, havia uma faixa de 20 quilômetros entre o cume da Serra de Maracaju e o Rio Paraguai, determinados como limites entre esses países no acordo do pós-guerra, que não havia sido demarcada.

Esse problema veio à tona quando o Brasil começou, no início da década de 1960, a realizar os primeiros estudos para a construção de Itaipu. Os paraguaios sempre acreditaram que Sete Quedas estava em seu território, conforme Menezes (1987, p. 70), enquanto o Brasil tinha convicção que Sete Quedas estava no lado brasileiro. Quando os paraguaios ficaram sabendo que o Brasil estava, unilateralmente, desenvolvendo projetos para a construção de

uma usina naquele lugar, vieram a público reclamar da atitude brasileira de explorar uma área que não lhe pertencia.

De acordo com Menezes, (1987, p. 76), o impasse foi resolvido quando Stroessner e o presidente João Goulart (1961-1964) se reuniram em 1964 e decidiram que, caso fosse concretizado o projeto da construção de uma usina, esta seria compartilhada pelos dois países. Ao construir o lago da hidrelétrica, a inundação provocada acabaria por cobrir a área disputada, que seria então aproveitada por ambos os lados, pondo fim à discussão, de acordo com Menezes (1987, p. 92).

A verdade é que o Paraguai não dispunha de recursos financeiros para construir uma usina daquele porte. E mesmo que o Brasil viesse a ganhar a área em uma decisão da Justiça Internacional, ainda assim, precisaria da cooperação do Paraguai para fazer uso de águas comuns, de acordo com Menezes (1987, p. 90).

Em 1973, o orçamento inicial para a construção da usina previa um custo avaliado em 2 bilhões de dólares ou cerca de 5% do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro na época e 200% do PIB paraguaio, de acordo com Weber (2008, p. 28). O Paraguai não possuía recursos para esse investimento, então as obras foram financiadas integralmente por instituições financeiras do Brasil.

Faltava também ao Paraguai capital para pavimentar as estradas e melhorar as ferrovias até a fronteira com o Brasil. Esse dinheiro foi levantado através de outro empréstimo de 8 milhões de dólares concedido pelo Brasil ao país, informa Menezes (1987, p. 109). As novas estradas, que tiveram financiamento externo, integraram as regiões rurais do país e, com isso, permitiram à ditadura de Stroessner um controle político-econômico mais rigoroso em todo o país. O governo ditatorial pôde difundir seu discurso e suas práticas de forma mais eficiente, conforme aponta Goiris (2000, p. 59)

Todos esses empréstimos são acompanhados por juros altíssimos. Chiavenatto (1980, p. 144) afirma que, para cada dólar tomado como empréstimo, o Paraguai deveria devolver oito dólares ao Brasil. Conforme ressalta Laino (1979, p. 33), toda a quantia “emprestada” para erguer Itaipu sequer chegou a sair do Brasil, pois foi usada na compra de material no país.

Após a assinatura do Tratado de Itaipu em abril de 1973, em dezembro de 1975 foi assinado o Tratado de Amizade e Cooperação, impondo ainda mais obrigações aos

paraguaios. O documento previa que o Paraguai seria mais favorável à importação de produtos industrializados brasileiros do que de outros países.

Em meados da década de 1970, o Paraguai consumia pouco mais de 3% da capacidade de geração de energia total para Itaipu. Pelo Tratado de Amizade e Cooperação, o Brasil teria preferência na compra da parcela de energia não utilizada que pertencia ao Paraguai. Por sua vez, o Paraguai não receberia nenhum pagamento até saldar sua metade da dívida da construção da usina, que foi feita integralmente com dinheiro brasileiro. Em nenhuma parte do Tratado há menções sobre a utilização do excedente após o pagamento da dívida da parte paraguaia, de acordo com Menezes (1987, p. 121).

O documento previa também um plano para o desenvolvimento da área do departamento paraguaio de Alto Paraná, que deveria ser feito pelo Brasil, e que na verdade, incluía também os departamentos de Amambay, San Pedro, Concepción, Caagazu, Guaíra, Caazapa e Itapua, todos na região de fronteira. A área totalizava 33% do território do Paraguai, de acordo com Menezes (1987, p. 106).

A chegada de milhares de trabalhadores, muitos brasileiros, para a construção da hidrelétrica, bem como o desalojamento da população que vivia nos arredores e teve as terras desapropriadas também contribuíram para aumentar o fluxo migratório para o Paraguai. De acordo com Albuquerque (2010, p. 66), foram empregados cerca de 40 mil trabalhadores na obra e outras 42 mil pessoas que viviam nos arredores tiveram de deixar a área para a formação da represa. Muitas famílias se dirigiram para as terras férteis e mais baratas no Paraguai. Essa região hoje tem uma grande concentração de brasileiros. O número excessivo de brasileiros que imigraram para o lado paraguaio poderia ser considerado como uma “silenciosa invasão oficial”, uma estratégia consciente do governo brasileiro para facilitar a ocupação militar da área caso viesse a ocorrer algum desacordo numa revisão ou renegociação dos termos do Tratado de Itaipu com o governo paraguaio, segundo Menezes, (1987, p. 107).

Itapua foi o último departamento do plano de integração a ser “invadido” pelos colonos brasileiros que viviam nas áreas alagadas pelo lago de Itaipu. Após receberem suas indenizações, muitos deles, inicialmente, migraram para os estados brasileiros de Rondônia, norte do Mato Grosso e Amazônia. Contudo, a falta de infraestrutura desses estados, quando comparada com a que estava sendo implantada na região de fronteira do Paraguai com o Brasil, fez com que esses colonos voltassem, e algumas vezes, trazendo até mais colonos oriundos daqueles estados para a região de Itapua, informa Menezes (1987, p. 107).

Os estados brasileiros do Mato Grosso e Paraná também saíram beneficiados pelos projetos de melhoria da infraestrutura. Foram pavimentadas as rodovias que ligam a atual capital do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, às cidades de Dourados e Ponta-Porã, ambas também no Mato Grosso do Sul. Assim, havia pela primeira vez pavimentação asfáltica para facilitar o trânsito de produtos em ambas as direções, desde Assunção até os principais centros brasileiros, de acordo com Menezes (1987, p. 110).

Itaipu foi concluída em dezembro de 1982, ao custo total de US\$ 11,8 bilhões, conforme divulgado pela própria Itaipu Binacional¹⁴. Porém, incluídos os encargos financeiros durante a construção até a entrada em operação de cada unidade geradora, chega-se ao valor de US\$ 17,4 bilhões. Os recursos captados para a obra totalizaram US\$ 26,9 bilhões, além dos US\$ 100 milhões de Capital Social.

¹⁴ Itaipu Binacional. Disponível em <<http://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/perguntas-frequentes>> Acesso em 20 dez 2013.

Capítulo 2

PARAGUAI NAS REVISTAS SEMANAIS BRASILEIRAS

Neste segundo capítulo, apresentamos um panorama, bastante geral, de como o Paraguai é representado pela imprensa brasileira. Como já afirmado na introdução deste trabalho, a intenção é compreender qual o tratamento dado ao país nas coberturas jornalísticas de veículos brasileiros. Para isso, realizamos um levantamento de tudo o que foi publicado a respeito do Paraguai, de seu povo, dos brasiguaios e da luta por terra em quatro revistas semanais brasileiras – *Veja*, *IstoÉ*, *Época* e *Carta Capital* – nos primeiros sete meses de 2012. Foram catalogados todos os editoriais, citações, frases, notícias e reportagens, entre outros, em que aparecem referências ao assunto, publicados entre 1º de janeiro e 31 de julho. Fazem parte do conjunto inclusive textos que não possuem o Paraguai como pauta, mas trazem referências ao país.

A classificação do material mostra não somente o quanto e o que foi publicado, mas o espaço destinado à reportagem e o uso dos diversos gêneros jornalísticos pelas revistas. É um estudo de caráter fenomenológico, de verificação do que esse *corpus* mostra sobre os modos como o Paraguai é representado na imprensa. Os quadros com os dados têm a ordem cronológica invertida, de julho a janeiro, justamente porque nos últimos meses, de maneira geral, houve mais menções ao Paraguai.

A delimitação no tempo foi assim determinada porque nesse período – os primeiros sete meses de 2012 – ocorreram inúmeras crises envolvendo brasiguaios e camponeses no Paraguai. Os problemas agrários, aliados à falta de apoio do governo mesmo entre seus membros, provocaram a derrubada de Fernando Lugo do poder. No período em que ficou na presidência, Lugo tinha apoio de poucos senadores e deputados de seu partido, o Frente

Guazú. Mesmo os outros parlamentares do Partido Liberal, do vice Federico Franco e com o qual a Frente Guazú fez uma coligação política para as eleições, eram contra o presidente.

Mas antes de nos debruçarmos sobre os dados, é interessante conhecer o perfil das revistas analisadas e qual público cada publicação atinge:

A revista *Veja* é a semanal que possui a maior circulação do país¹⁵, com tiragem atualmente de 1.181.701 exemplares. Publicada pela Editora Abril, *Veja* foi criada em 1968 pelos jornalistas Roberto Civita e Mino Carta. Costuma tratar de temas variados, com pautas relacionadas principalmente a política, economia, atualidades e cultura, além de abordar eventualmente temas como ecologia, saúde, religião e tecnologia. De acordo com o levantamento divulgado pela Publiabril, 53% dos leitores de *Veja* são do sexo feminino, enquanto 47% pertencem ao sexo masculino. A maioria possui mais de 50 anos, o que equivale a 26% do total. Somente 9% têm entre 45 e 49 anos. Outros 20% possuem de 35 a 44 anos, e 24% possuem entre 25 e 24 anos. Do total, 11% têm entre 20 e 24 anos; 7% têm entre 15 e 19 anos; 4% têm entre 10 e 14 anos. A revista é lida principalmente por pessoas pertencentes à classe B (50%), seguida pela classe C (26%) e pela classe A (21%). A minoria dos leitores pertence à classe D (3%). O público consumidor da revista encontra-se, respectivamente, no Sudeste do país (57%), Nordeste (16%), Sul (13%), Centro-Oeste (9%) e Norte (5%).

A *IstoÉ* é uma revista semanal de informação da Editora Três, com tiragem de 395.113 exemplares¹⁶. Criada em 1976 por Domingo Alzugaray e os irmãos Luís e Mino Carta, a publicação aborda pautas relacionadas a atualidades, além de política, economia e cultura. Conforme pesquisa divulgada pela Editora Três, a maioria dos leitores pertence ao sexo feminino, com 54%, enquanto 46% são do sexo masculino. A revista é lida principalmente pela classe B (51%), seguida pela classe A (20%). A maior parte dos leitores tem 40 anos ou mais (42%). O percentual de leitores que possuem entre 30 e 39 anos é de 24% – mesmo dado que representa os leitores de 20 a 29 anos. Ainda segundo a Editora 3, 72% dos leitores da revista trabalham e 47% deles têm curso de nível superior.

Criada em 1994 por Mino Carta, jornalista que já havia participado da elaboração de *Veja* e *IstoÉ*, a revista *Carta Capital* é uma semanal de informação que aborda temas de

¹⁵ Fonte: Projeção Brasil de Leitores jul/12 à jun/13. Disponível em <<http://publicidade.abril.com.br/marcas/veja/revista/informacoes-gerais>> Acesso em 19 dez 2013.

¹⁶ Fonte: Editora 3. Disponível em <<http://editora3.terra.com.br/istoe.php>>. Acesso em 19 dez. 2013

política, economia e cultura, entre outros. É publicada pela Editora Confiança e tem tiragem de 65 mil exemplares.¹⁷ Possui parcerias com outras publicações internacionais, como *The Economist* e *The Observer*. A maior circulação é no Sudeste (57%), seguida por Nordeste (19%), Centro-Oeste (12%), Sul (10%) e Norte (2%). A maioria dos leitores tem entre 35 e 64 anos, totalizando 59%. Do total, 64% são homens e 36% são mulheres, sendo que 82% dos leitores têm curso superior completo. O público leitor é formado por 57% das pessoas da classe B, 31% da classe A e 12% das classes C/D.¹⁸

A revista *Época*, lançada em 1998, pertence à Editora Globo e possui tiragem de 405.426 exemplares.¹⁹ É uma revista semanal de informação que trata de atualidades do Brasil e do mundo sobre política, economia e cultura, entre outros temas. Conforme dados da Editora Globo, 52% dos leitores são mulheres e 48% são homens. A maioria possui 45 anos ou mais (28%), outros 22% dos leitores possuem entre 25 e 34 anos, 21% têm entre 35 e 44 anos, 18% têm entre 18 e 24 anos e 11% tem entre 10 e 17 anos. O público é formado majoritariamente pela classe AB (64%) e classe C (32%).

As revistas *Veja*, *IstoÉ*, *Carta Capital* e *Época* trouxeram 55 textos em que foram feitas menções ao Paraguai, ao conflito agrário do país e quaisquer outros termos relacionados ao tema nas edições publicadas entre os dias 1º de janeiro e 31 de julho de 2012. Foram incluídos no levantamento, como já afirmamos, não somente as reportagens, mas também artigos, notícias, frases, editoriais, entre outros. É importante reforçar que o levantamento inclui não somente textos que tiveram o país e a questão agrária como assunto principal, mas também aqueles que somente mencionaram o Paraguai, as brigas pela terra, os brasiguaios, os camponeses e o presidente Fernando Lugo.

Em relação às reportagens, no total, durante os primeiros sete meses de 2012, as revistas semanais brasileiras publicaram 11 textos em que o Paraguai foi citado, independentemente de fazer apenas uma referência ao país ou tê-lo como pauta principal. A *Veja* trouxe o maior número de reportagens, com cinco, seguida por *Carta Capital*, com três reportagens, revista *Época*, com duas, e *IstoÉ*, com uma.

¹⁷ Fonte: Carta Capital. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/editora/cartacapital>>. Acesso em 19 dez. 2013

¹⁸ Fonte: Editora Confiança. <http://www.cartacapital.com.br/anuncie/media-kit/copy2_of_MidiaKit_CartaCapital2013.pdf>. Acesso em 19 dez. 2013

¹⁹ Fonte: Editora Globo. Disponível em <http://corp.editoraglobo.globo.com/wp-content/themes/corporativo/MKIT_GERAL_EG.pdf>. Acesso em 19 dez. 2013

Quando o foco passa a ser o Paraguai como assunto principal, o número diminui: somente 44 textos, de todos os gêneros jornalísticos. Quanto às reportagens, do número inicial de 11, somente sete abordaram especificamente o Paraguai, dando destaque principalmente ao *impeachment* de Lugo. Verificamos que a revista *Veja* trouxe o maior número de textos específicos sobre o Paraguai, totalizando 17, mas entre os quais apenas uma reportagem, seguida de *Istoé*, com 12 textos e uma reportagem, *Carta Capital*, com 11 e três reportagens, e *Época*, com quatro textos e duas reportagens. Nos quadros a seguir, é possível observar com mais clareza o espaço que cada revista semanal brasileira destinou ao Paraguai nos primeiros sete meses de 2012.

QUADRO 5 – TEXTOS QUE CONTÊM QUALQUER REFERÊNCIA AO PARAGUAI POR REVISTA

	VEJA	ISTOÉ	CARTA CAPITAL	ÉPOCA	TOTAL
Artigos	3	1	1	0	5
Cartas de leitores	4	0	2	0	6
Editoriais	1	1	0	2	4
Entrevistas	3	2	2	0	7
Frases	3	2	2	0	7
Notas	6	2	0	1	9
Notícias	1	2	1	0	4
Outros	1	1	0	0	2
Reportagens	5	1	3	2	11
Total	27	12	11	5	55

QUADRO 6 – REPORTAGENS POR REVISTA

Veículo	Reportagens com qualquer referência ao Paraguai	Reportagens com assuntos relacionados ao Paraguai como pauta principal
Veja	5	1
Carta Capital	3	3
Época	2	2
Isto É	1	1
Total	11	7

2.1 Revista Veja

Veja publicou o maior número de textos relacionados ao Paraguai, totalizando 27. A revista também foi a que publicou o maior número de reportagens em que o país é citado, com cinco textos. O levantamento constatou que foram publicados três artigos, três entrevistas e um editorial mencionando o país ou algum tema relacionado a ele. No entanto, percebemos que *Veja* faz inúmeras citações sem qualquer relevância, pois quando o foco é o Paraguai, o número total cai para 17 textos, sendo somente uma reportagem, que aborda o *impeachment* de Lugo – especificamente uma suposta tentativa da Venezuela em promover um golpe para que o afastamento do presidente fosse evitado. Há ainda uma entrevista com Federico Franco, que havia recém assumido a presidência; uma notícia – justamente a do afastamento; um editorial, que critica a posição da chancelaria brasileira na crise; dois artigos; duas frases; quatro cartas de leitores; e cinco notas.

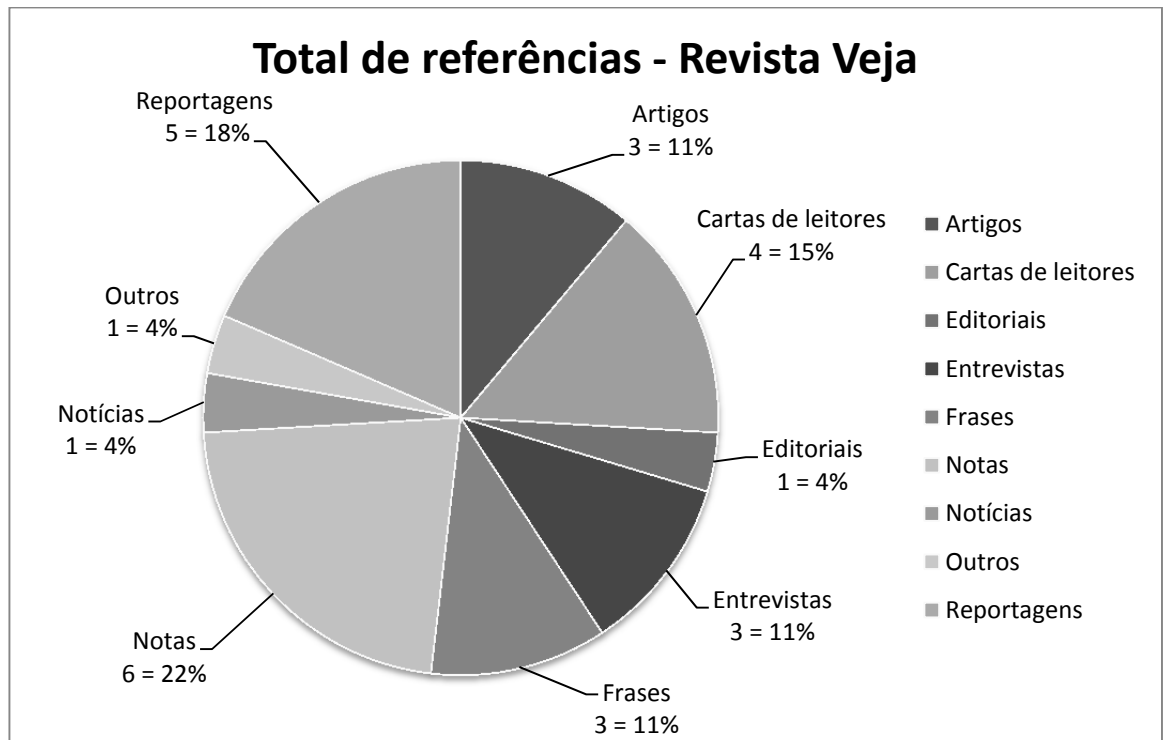
Dos 17 textos que contêm o Paraguai como assunto principal, somente uma nota foi publicada antes do *impeachment*, em fevereiro. O texto convidava os leitores a acessar o site da revista, onde poderia ser encontrada uma reportagem relacionada a invasões de fazendas de brasileiros por grupos de camponeses. A reportagem não foi incluída no presente trabalho por estar disponível apenas no site da revista. Os editores de *Veja*, portanto, tinham conhecimento que a situação na região de fronteira era bastante conflituosa, principalmente nos meses de fevereiro e março de 2012, tanto que enviaram uma correspondente ao país. No entanto, o material foi reservado somente ao site, não sendo considerado relevante o suficiente para conquistar espaço na edição impressa.

Apesar da falta de atenção ao que ocorria no Paraguai nos meses e até semanas que antecederam o julgamento, *Veja* trouxe a notícia da saída do presidente na edição seguinte ao fato, datada de 27 de junho de 2012. Nos quadros a seguir, segue o levantamento e classificação de todo o material encontrado na revista *Veja* relacionado ao tema.

QUADRO 7 – PARAGUAI NA REVISTA VEJA

Tipo	Textos com qualquer referência	Textos tendo o Paraguai como pauta principal
Artigos	3	2
Cartas de leitores	4	4
Editoriais	1	1
Entrevistas	3	1
Frases	3	2

Notas	6	5
Notícias	1	1
Outros (crítica literária)	1	-
Reportagens	5	1
Total	27	17



QUADRO 8 – TEXTOS COM REFERÊNCIAS AO PARAGUAI PUBLICADOS PELA REVISTA VEJA ENTRE JANEIRO E JULHO DE 2012

Nr.	Data	Título	Autor	Tipo	Pág.	Comentários
2279	25/7	O Davi contra o Golias	Duda Teixeira	entrevista	3 p	Candidato de oposição da Venezuela, Henrique Capriles, comenta de que maneira a entrada da Venezuela no Mercosul, após a suspensão do Paraguai, poderá ser boa para o país.
		Leitor	leitores	carta dos leitores	1/4	Elogios à coluna de J.R. Guzzo, que criticou o Paraguai e falou da atuação da embaixada brasileira na crise paraguaia.

2278	18/7	Mas onde foi parar o debate?	André Petry	entrevista	3 p	Fernando Henrique Cardoso comenta, entre outros assuntos, a atuação da diplomacia brasileira na crise paraguaia.
		Leitor	leitores	carta dos leitores	1/2	Leitores elogiam a entrevista com o presidente paraguaio Federico Franco, que assumiu com a saída de Lugo.
		Panorama: Sobe Desce	não especificado	nota		Organização dos Estados Americanos não considerou golpe a saída de Lugo e rejeitou suspensão do país na entidade. Está como "sobe".
		Fé ao avesso	J.R. Guzzo	artigo	1 p	Crítica à maneira como os brasileiros são tratados no Paraguai e a atuação da chancelaria brasileira na crise. O Paraguai é tratado de forma pejorativa.
2277	11/7	A aliança para o atraso	não especificado	editorial	1 p	Críticas à atuação da chancelaria brasileira na crise paraguaia.
		Os generais foram fiéis à pátria	Hugo Marques	entrevista	3 p	Presidente Federico Franco, que assumiu após a saída de Lugo, reclama que a Venezuela tentou dar um golpe para manter o ex-presidente no cargo.
		Leitor	leitores	carta dos leitores	1/4	Leitores comentam a suspensão do Paraguai do Mercosul.
		O Mercosul e a Taça Libertadores	Roberto Pompeu de Toledo	artigo	1 p	Texto compara a Copa Libertadores com o Mercosul e comenta a saída do Paraguai do bloco.
2276	4/7	Leitor	leitores	carta dos leitores	1/6	Leitores comentam o <i>impeachment</i> de Fernando Lugo.
		Quá, quá, quá	Ricardo Setty	nota		Chamada para artigo de Ricardo Setty, publicado somente no site da revista, em que ele comenta a decisão de Cuba de retirar o embaixador do Paraguai.
		Panorama: Veja Essa	Francisco Dornelles	frase		"A Unasul é integrada por presidentes que não respeitam a liberdade de imprensa, o Congresso e o Judiciário". Senador do PP RJ que era contra a interferência brasileira na questão Paraguai.

		Panorama: Veja Essa	Federico Franco	frase		"Aqui há 500.000 brasileiros e, quando as terras dos brasiguaios eram invadidas, a embaixada brasileira respondia que este é um país autônomo, que eles não poderiam fazer nada." Presidente paraguaio reclamando da possibilidade de o Brasil interferir no país com a queda de Lugo.
		O golpe fracassado de Chavez no Paraguai	Duda Teixeira	reportagem	5 p	Texto sobre o <i>impeachment</i> , as ações da Venezuela para tentar evitar a saída de Lugo e a atuação da chancelaria brasileira na crise.
2275	27/6	Por la condena	não especificado	notícia	1 p	Texto sobre o <i>impeachment</i> afirma que, apesar de rápido, processo aconteceu dentro do que estava previsto na Constituição.
2274	20/6	NÃO HÁ				
2273	13/6	NÃO HÁ				
2272	6/6	NÃO HÁ				
2271	30/5	Barrados na fronteira	Tatiana Gianini	reportagem	4 p	Texto sobre o Mercosul, que somente cita o Paraguai como parte integrante do bloco. A reportagem restringe-se aos acordos comerciais com a Argentina.
2270	23/5	NÃO HÁ				
2269	16/5	NÃO HÁ				
2268	9/5	A morte pede passagem	Adriana Dias Lopes	reportagem	4 p	Reportagem sobre acidentes de moto, em que o Paraguai é citado como líder no número de mortos, porém sem detalhar a situação dessas ocorrências no país.
2267	2/5	As lições das presidentes	Tatiana Gianini	reportagem	10 p	Reportagem sobre mulheres que são presidentes de empresas e conciliam o trabalho com a família. Paraguai é citado na descrição do cargo de uma personagem que chefia o marketing de uma multinacional em vários países da América do Sul.
2266	25/4	NÃO HÁ				
2265	18/4	NÃO HÁ				
2264	11/4	NÃO HÁ				
2263	4/4	NÃO HÁ				
2262	28/3	NÃO HÁ				
2261	21/3	NÃO HÁ				
2260	14/3	NÃO HÁ				
2259	7/3	NÃO HÁ				
2258	29/2	Exportação de executivos	Otávio Cabral	nota	1/4	Nota sobre uma brasileira que passou a comandar as operações da General

						Motors na Argentina, no Uruguai e no Paraguai.
2257	22/2	NÃO HÁ				
2256	15/2	Brasileiros na Mira	não especificado	nota	1/4	Chamada para o site da revista, onde foi publicada reportagem sobre os brasiguaios que estariam sendo ameaçados por sem-terra paraguaios.
		Imitação paraguaia	Otávio Cabral	nota	1/4	Nota em que o Paraguai é tratado de maneira pejorativa. Lugo estaria imitando o governo brasileiro, tentando aprovar um projeto que permitiria que o presidente concorresse à reeleição.
2255	8/2	NÃO HÁ				
2254	1/2	Panorama: Datas	não especificado	nota	1/6	Divulgação da cura do câncer de Lugo.
		Ricos e ricos	J.R. Guzzo	artigo	1 p	Colunista discorre sobre ricos de verdade e pessoas que apenas aparentam ser ricos, utilizando o termo "paraguaio" para se referir a um objeto falso.
2253	25/1	NÃO HÁ				
2252	18/1	Aristocracia das Letras	Jerônimo Teixeira	Outros - crítica literária	2 p	Jornalista destaca trecho de livro de Machado de Assis, onde o autor faz uma referência à Guerra do Paraguai.
2251	11/1	NÃO HÁ				
2250	4/1	La mala suerte	Tatiana Gianini	reportagem	2 p	Reportagem sobre o câncer de Cristina Kirchner, em que é citado que o presidente Fernando Lugo também tem a doença.
		Panorama: Veja Essa	Hugo Chávez	frase		"Não seria estranho se eles tivessem desenvolvido a tecnologia para induzir o câncer e ninguém soubesse disso até agora", frase em que Chávez comenta que a doença que o atingiu, juntamente com Lula, Dilma, Lugo e Cristina Kirchner, pode ter sido criada por cientistas americanos.

A primeira edição da revista *Veja* em 2012, número 2250 de 4 de janeiro, trouxe duas referências ao Paraguai. A primeira foi uma frase de Hugo Chávez, em que o então presidente venezuelano afirma que a doença que o atingiu juntamente com Lula, Dilma, Lugo e Cristina Kirchner poderia ter sido criada por cientistas americanos. Não se trata de uma frase sobre a crise no Paraguai, porém o então presidente é citado. Da mesma maneira, Lugo é citado em uma reportagem de duas páginas sobre o câncer de Kirchner. A publicação se limita a falar da presidente da Argentina, não há detalhes sobre o estado de saúde de Lugo ou de outros chefes de estado que também foram acometidos pela doença.

Uma referência ao Paraguai também aparece na edição 2252, de 18 de janeiro, quando a revista publica uma crítica literária a um livro que traz as correspondências de Machado de Assis. É destacado um trecho em que Machado de Assis faz uma referência à Guerra do Paraguai, onde afirma que “intrusos”, forasteiros, parecem pensar que a cidade do Rio de Janeiro só começou após o confronto.

Na edição 2254 de 1º de fevereiro, *Veja* traz uma nota na seção de datas em que informa que o câncer de Lugo havia sido curado. O ex-presidente foi diagnosticado com linfoma em 2010. Ao contrário de Cristina Kirchner, que foi personagem de uma reportagem feita anteriormente sobre a doença e que trazia também uma análise de como a política argentina poderia ser afetada pela descoberta, a cura de Lugo mereceu apenas uma citação, sem nenhuma menção à situação política e econômica em que se encontrava o Paraguai.

Na mesma edição, o articulista J.R. Guzzo escreveu uma coluna em que discorre sobre os ricos e quem apenas tem algum dinheiro e aparenta ser rico, mas não é. Em determinado ponto de sua ponderação, ele afirma que convém ficar atento para não “comprar Rolex paraguaio”, ou seja, tomar por rico alguém que não seja rico de verdade: “De qualquer forma, com tanta gente rica na praça, convém ficar atento para não comprar Rolex paraguaio – ou, mais exatamente, para não confundir quem é rico com quem apenas tem dinheiro, o que não é a mesma coisa” (Veja, 2254, 1/2/12, p.106).

Apesar de tratar de outro assunto, o artigo utiliza uma expressão amplamente usada no Brasil para se referir a algo falso e sem valor. De maneira, talvez, não consciente, Guzzo contribuiu para reforçar um estereótipo que os brasileiros possuem sobre o Paraguai. O país é usado como sinônimo de falsificação e produto de baixa qualidade. O adjetivo “paraguaio” é utilizado para se referir a tudo que é ruim, ilegal, falso, entre outras qualidades não favoráveis. O artigo de Guzzo já mostra como o país e seu povo são tratados muitas vezes por jornalistas que trabalham em grandes veículos da imprensa.

No dia 15 de fevereiro, edição 2256, *Veja* publicou a nota “Brasileiros na mira” sobre a situação dos conflitos de terras entre camponeses paraguaios e fazendeiros brasiguaios. Foi a primeira vez no ano que a revista se referiu ao Paraguai tendo como tema principal um acontecimento do país. É também a única menção tendo o Paraguai como assunto principal antes do *impeachment* de Lugo.

Os brasileiros proprietários de fazendas no leste do Paraguai estão sob ameaça. Cerca de 8.000 *carperos* – os sem-terra paraguaios – cercam

suas propriedades. A tensão cresceu nas últimas semanas, quando o Exército paraguaio, em simbiose com os *carperos*, iniciou uma demarcação de terras. Fiel à diplomacia da condescendência adotada desde o governo Lula em relação aos vizinhos, o Itamaraty pouco disse sobre o assunto até agora. A reportagem do site de VEJA esteve na região e mostra quem são os protagonistas do conflito e quais os seus reflexos diplomáticos (Veja, 2256, 15/2/12, p.8)

Na nota, o termo “carpero” é utilizado como sinônimo de sem-terra. No Paraguai, o termo é aplicado como uma forma de desqualificar os camponeses, já que são assim chamados por erguerem os acampamentos com “carpas”, que significam tendas ou barracas. Como a reportagem foi publicada no site da revista, não será analisada no presente trabalho. Porém, pelas poucas linhas da nota, já é possível perceber que a revista fez um pré-julgamento da situação, apresentando os paraguaios como invasores das propriedades das famílias brasileiras e usando a expressão “carperos”, comum entre brasileiros e grandes proprietários de terra, para desqualificá-los, além de acusar o Exército a colaborar com os sem-terra.

Na mesma edição, outra nota, intitulada “Imitação Paraguuaia”, afirma que Lugo estaria imitando o governo brasileiro, tentando aprovar um projeto que permitiria que o presidente concorresse à reeleição, proibida no Paraguai, nos mesmos moldes da tentativa de Lula de implantar no Brasil a possibilidade da candidatura ao terceiro mandato, também proibido no Brasil.

O Paraguai é um dos poucos países da América do Sul onde não há reeleição. Por isso, o presidente Fernando Lugo foi pressionado sem sucesso por áulicos a mudar a Constituição e tentar um novo mandato – como aconteceu por aqui com Lula e o terceiro mandato. A semelhança com a política brasileira não para por aí. Lugo escolheu como candidato o ministro da Casa Civil, López Perito, que jamais disputou eleição, como Lula fez com Dilma Rousseff. Em conversa com a colega brasileira, Lugo explicitou que se inspirou em sua trajetória para traçar o roteiro da eleição, que será em 2013. Para a cópia ficar ainda mais fiel à original, ele agora tenta convencer o marqueteiro João Santana a comandar a campanha (Veja, 2256, 15/02/12, p.44)

O termo “Imitação Paraguuaia” não é correto porque a quase totalidade dos produtos falsificados vendidos no Paraguai são na realidade de origem asiática ou de outros países que de fato as reproduzem e distribuem em escala global. Ainda assim, só transitam pelo território paraguaio tendo outros países e o próprio Brasil como destino final. O Paraguai é um dos países da América do Sul com a menor carga tributária sobre produtos importados. Daí, quase a totalidade dos produtos industrializados vendidos no país é de origem estrangeira. Essa estratégia do Paraguai supre sua carência de industrialização ao mesmo tempo em que o torna

um eficiente fornecedor dessas mercadorias para os países vizinhos e principalmente para o mercado brasileiro, que as consome massivamente.

Pela facilidade de acesso dos brasileiros ao Paraguai e pela ineficiência ou corrupção das autoridades alfandegarias de ambos os lados, ele é um dos principais destinos de contrabandistas brasileiros que se utilizam do país vizinho como fornecedor de produtos importados, desde aqueles de alta qualidade até as mais baratas falsificações, as quais podem ser encontradas facilmente, por preços baixíssimos, nos grandes centros comerciais populares brasileiros.

As edições número 2258 e 2267 de *Veja* citam o Paraguai, mas o país não é o assunto principal de seus textos. Na primeira, de 29 de fevereiro, a publicação traz uma nota com a informação de que uma brasileira passaria a comandar as operações da General Motors na Argentina, no Uruguai e no Paraguai. Na segunda, de 2 de maio, a revista traz uma reportagem sobre mulheres que são executivas, mas não deixaram de lado a vida pessoal por causa da guerreira. O Paraguai é citado na história de uma personagem que chefia o departamento de Marketing de uma multinacional em vários países da América do Sul.

Na edição 2268, de 9 de maio de 2012, *Veja* publicou uma reportagem intitulada “A morte pede passagem”, em que afirma que o país é, proporcionalmente, o campeão mundial no número de mortos por acidente de motos, sem procurar investigar as causas, as circunstâncias e os locais dessas ocorrências. A única citação feita ao Paraguai é em uma tabela, onde aparece o nome de alguns países e a taxa de mortalidade nos acidentes envolvendo o veículo proporcional a cada 100 mil habitantes.

Na *Veja* número 2271, de 30 de maio, há uma reportagem chamada “Barrados na fronteira” que trata sobre o Mercosul, mais especificamente sobre os acordos comerciais entre Brasil e Argentina, e como o país vizinho barrava sistematicamente produtos brasileiros, tornando a economia cada vez mais fechada. O Paraguai é citado somente no início do texto, quando são enumerados os países membros do bloco – além do Paraguai, na ocasião, faziam parte do acordo a Bolívia, a Argentina e o Uruguai.

Após três edições sem nenhuma referência, o Paraguai volta a aparecer nas páginas de *Veja* na notícia “Por la condena”, no número 2275 de 27 de junho, que informa o *impeachment* sofrido por Lugo por “mau desempenho das funções” já na edição seguinte ao

juízo. O texto, não assinado, foi produzido no Brasil e não por algum repórter enviado ao Paraguai:

Fernando Lugo, presidente do Paraguai, sofreu impeachment na última sexta-feira, dia 22, a nove meses das eleições, por mau desempenho de suas funções. O posto passou a ser ocupado pelo vice-presidente, Federico Franco. Faz parte do jogo democrático ter instrumentos para afastar presidentes incompetentes, criminosos ou corruptos. Fernando Collor teve de deixar o Palácio do Planalto em 1992 após múltiplas acusações de corrupção. Richard Nixon perdeu o posto nos Estados Unidos depois do escândalo da invasão do comitê do Partido Democrata, em 1974. No Paraguai, tudo ocorreu em obediência à Constituição, após uma votação no congresso e outra no Senado. Apenas um deputado e quatro senadores pediram a absolvição de Lugo. No total, 112 parlamentares votaram *por la condena*, pela condenação. O prazo para o presidente apresentar sua defesa é que foi curto (Veja, 2275, 27/6/12, p.88).

A revista informa que o processo foi concluído rapidamente, em apenas dois dias, mas ressalta que o afastamento ocorreu dentro do que é previsto pelas leis paraguaias, após uma votação no Congresso e outra no Senado, obedecendo a Constituição do país. Esse é mais um indicativo do tipo de cobertura feito por Veja: quando é contra Lugo, as instituições do país são sérias e precisam ter a vontade respeitada. Aqui, o Paraguai não é mais sinônimo de coisa ruim, mas um país “do bem”.

A notícia também traz uma lista de acusações feitas a Lugo, que constam do Libelo Acusatório²⁰, e também faz uma descrição bastante opinativa a respeito do político, dando a entender que a derrubada do governo foi necessária:

Seu mandato foi marcado pela cumplicidade com as invasões de terras, e pela insegurança jurídica decorrente delas, em um país com uma força policial pífia. A região ao norte foi tomada por terroristas do Exército do Povo Paraguaio (EPP), ligado às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Em todo o território, fazendeiros eram impedidos de semear ou de colher, sob o risco de ser atacados por sem-terra armados. Raras foram as ordens judiciais de reintegração de posse cumpridas. Lugo tomou quase todas as decisões importantes de seu governo sozinho (Veja, 2275, 27/6/12, p.88).

É necessário ressaltar que Lugo jamais incentivou ou foi cúmplice de invasões de terra, como acusa a revista sem citar nenhuma evidência, mas procurava negociar pacificamente com os camponeses e não usar a força armada. A oposição sempre procurou

²⁰ PARAGUAY. Libelo acusatório. Resolución H. Cámara de Diputados N° 1431/2012. Disponível em: <<http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2012/11/Libelo-Acusatorio.pdf>> Acesso em 20 jan. 2014

vincular o ex-presidente a movimentos camponeses e inclusive ao Exército do Povo Paraguai²¹, como se esse vínculo, ainda que inexistente da maneira como *Veja* expõe, fosse algo negativo. É feita também uma relação entre um grupo guerrilheiro criminoso, responsável por mortes e sequestros, e os camponeses, que ficam com uma imagem negativa reforçada pela imprensa. A revista afirma ainda que foram raras as ordens judiciais cumpridas, no entanto, não informa qualquer estatística ou número que comprovasse essa lacuna entre a determinação da Justiça e a ação governamental. Não queremos dizer aqui que isso não ocorreu, mas a maneira como a revista expressa essa falha faz parecer que quase sempre essas ordens não são cumpridas – e sabemos que não é de todo verdade, uma vez que os fazendeiros detêm poder financeiro e político suficientes para pressionar o governo.

Na edição do dia 4 de julho, número 2276, quando a publicação teria mais tempo para investir em abordagens mais profundas sobre o assunto, há a reportagem de cinco páginas chamada “O golpe fracassado de Chávez no Paraguai”²². É a única reportagem publicada por *Veja* que tem o Paraguai e a crise de seu governo como assunto principal. Porém, no lugar de ouvir fontes e procurar fazer uma cobertura equilibrada para informar o leitor, a revista se preocupou em criticar o governo venezuelano, acusado de supostamente incitar militares a evitar a saída do presidente – fato que não se concretizou. *Veja* critica os governos que consideraram o *impeachment* como um golpe de estado:

Pode-se criticar a rapidez com que o Congresso paraguaio, com posterior endosso do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, tirou Lugo do poder. Da acusação à sentença política, tudo ocorreu em apenas dois dias, entre a quinta-feira 21 e a sexta-feira 22. Qualificar o processo como um golpe de estado e afirmar que a situação institucional do Paraguai atualmente não condiz com os padrões democráticos dos vizinhos, contudo, é um descalabro. Faz apenas sentido para quem via em Lugo um aliado – ou seria melhor falar em subalterno? – ideológico. Eis por que quem mais levantou a voz contra a destituição foram o presidente venezuelano Hugo Chávez e seus imitadores da Bolívia, Evo Morales, do Equador, Rafael Correa, e da Argentina, Cristina Kirchner, nenhum dos quais é exatamente um campeão da democracia (*Veja*, 2276, 4/7/12, p.75).

De fato, o governo Lugo tinha um posicionamento de esquerda, mas afirmar que o presidente era um subalterno ou aliado ideológico de Chávez é fazer uma análise precipitada da situação, uma vez que foi a Venezuela quem mais ganhou com a saída do presidente. Com o

²¹ Ejército del Pueblo Paraguayo (EPP), ou Exército do Povo Paraguai, é um grupo guerrilheiro que se autodenomina marxista-leninista, responsável por mortes e sequestros em território paraguaio. É considerado um grupo terrorista pelo governo e, supostamente, seria ligado às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

²² Ver anexos.

impeachment e a posterior suspensão do Paraguai no Mercosul, a Venezuela foi aceita no bloco, já que o país era o único contra sua participação. Além disso, a Bolívia e o Equador não eram membros plenos do Mercosul, apenas associados.

Na reportagem, *Veja* acusa Chávez de enviar representantes para tentar incitar os militares paraguaios a se posicionarem contra o *impeachment*, informação que teria sido confirmada pela ministra da Defesa do Paraguai na ocasião, Maria Liz Garcia, e outros senadores contrários a Lugo. Patriota teria participado das reuniões, segundo a revista, mas os assuntos discutidos não foram confirmados pelo Itamaraty. A preocupação do texto é narrar detalhadamente as supostas ameaças feitas pela Venezuela para manter Lugo no cargo e a apatia da chancelaria brasileira, em vez de explicar o que realmente aconteceu, as razões históricas e o desenrolar dos acontecimentos que culminaram na crise:

VEJA conversou com quatro paraguaios que testemunharam a incitação ao golpe. Na sexta-feira 22, de manhã, o ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Nicolás Maduro, com seus quase 2 metros de altura, terno preto e gravata vermelha, entrou no Senado paraguaio liderando os demais chanceleres da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), criada para ser uma Organização dos Estados Americanos (OEA) sem os Estados Unidos. Eles se reuniram com um grupo de legisladores na sala da presidência do Senado, horas antes da apresentação da defesa de Lugo no plenário. Com rispidez, Maduro avisou que, se Lugo fosse destituído naquele dia, o Paraguai seria expulso dos blocos regionais e a Venezuela deixaria de oferecer petróleo ao país. (*Veja*, 2276, 4/07/12, p.76).

Em um quadro que compõe a reportagem existe ainda a informação de que os brasileiros são vítimas de xenofobia e sofrem ameaças de pistoleiros, terminando com afirmar que se o Brasil não tiver um bom relacionamento com o novo presidente, não conseguirá garantir a segurança desses produtores. A afirmação causa estranhamento, uma vez que o governo brasileiro não pode interferir no país vizinho – apesar de rotineiramente pressionar política do Paraguai com a desculpa de garantir a segurança dessa população de imigrantes.

Os conflitos existentes na região de fronteira e que envolvem os brasiguaios são motivados por problemas históricos. Estão relacionados com a disputa pela posse da terra, distribuída de forma injusta desde a Guerra contra a Tríplice Aliança e agora reclamada pelos camponeses, que não concordam com a validade dos documentos comprobatórios de propriedade obtidos pelos brasileiros durante a ditadura de Alfredo Stroessner. Além disso, os brasiguaios não respeitam os limites determinados pela lei paraguaia, que proíbe a posse de terras por estrangeiros a uma distância inferior a cinquenta quilômetros da fronteira. No

Brasil, essa distância é de 150 quilômetros, como já foi explicado no capítulo anterior. São comuns os confrontos armados nessa região, onde de um lado há camponeses e, de outro, fazendeiros que se utilizam de seguranças armados para defender as propriedades das invasões. Há também o apoio policial, quase sempre defendendo os latifundiários. Ao utilizar o termo “pistoleiro”, o texto coloca os brasiguaios como vítimas de criminosos e não aborda a realidade conflituosa, complexa e de difícil solução da região.

Mesmo sem provas que pudessem comprovar o relato dos políticos Paraguaio, sem ter ouvido o governo venezuelano e apenas com a informação do Itamaraty de que Patriota participou de reuniões, sem ter porém o assunto discutido divulgado, *Veja* passa a admitir que realmente aconteceu a tentativa de golpe. A partir deste ponto, as reportagens, notícias, artigos, entre outros, passam a citar a suposta tentativa de golpe de forma insistente, como se realmente tivesse acontecido, sem a menor sombra de dúvida.

Além da reportagem, a edição número 2276 traz cartas de leitores comentando sobre o *impeachment*. As cartas selecionadas são favoráveis à saída de Lugo, que chega a ser classificado como “socialista de araque”, e elogiam a atuação dos parlamentares que votaram rapidamente o *impeachment* sem sucumbir a pressões externas dos países que integram o Mercosul.

Há também uma nota sobre a coluna de Ricardo Setti, intitulada “Quá, quá, quá”, que foi publicada apenas no site da revista, em que o articulista fala da decisão do governo cubano de retirar seu embaixador do país por, segundo Setti, o país não reconhecer governos que não sejam eleitos de forma legítima. Por estar disponível apenas no site, o artigo não faz parte da presente pesquisa.

A mesma edição contém ainda duas frases, uma atribuída a Franco, em que novo presidente afirma que o governo brasileiro respondia que o Paraguai era um país autônomo e não podia intervir quando ocorriam invasões de fazendas de brasiguaios. A legenda da própria revista conclui que é uma incoerência, pois, com o *impeachment*, o Brasil agiu de maneira a rechaçar um assunto interno do país. A outra frase foi dita pelo senador Francisco Dorneles, que afirmou que a Unasul possuía entre seus membros presidentes que não respeitam a liberdade de imprensa, o Congresso e o Judiciário. É uma clara referência à disputa entre o governo argentino e o grupo de comunicação Clarín, acusado de monopólio, que após uma batalha de quatro anos na Justiça foi condenado a se desfazer de rádios e TVs por assinatura. Também não deixa de ser uma referência ao então líder venezuelano Hugo Chávez, que, além

de controlar a informação nos meios de comunicação, também impôs duras medidas a veículos da imprensa que criticavam seu governo, sem contar o controle que exercia no Congresso e no Judiciário venezuelanos.

Na edição de 11 de julho de 2012, número 2277, a revista publicou um editorial intitulado “A aliança para o atraso”, em que critica a atuação da diplomacia brasileira no afastamento de Lugo, classificada de “bizarra reação”. *Veja* ainda afirma que o Brasil foi mero espectador da tentativa de Chávez de impedir o *impeachment* – mais uma vez aqui o texto toma como verdade esse relato, sem provas. E afirma ainda que o Mercosul está se tornando uma mera aliança de partidos de esquerda e protecionistas.

Veja também traz uma entrevista com Federico Franco, que assumiu o posto de Lugo, realizada em Assunção. Já na introdução, a revista volta a afirmar que Chávez tentou evitar a saída do ex-presidente. Na entrevista, Franco afirma que não praticou golpe, já que quase todos os parlamentares do Congresso e Senado foram favoráveis à destituição, e que o ex-presidente foi responsável por um massacre: a morte de 17 pessoas no conflito entre policiais e sem-terra numa fazenda localizada na cidade de Curuguaty.

Na entrevista, Franco apenas mencionou a falta de apoio que Lugo tinha dentro de sua própria base, que minou a sustentação política do governo. Ele afirma que grande parte da pressão exercida pela Venezuela foi causada, em parte, porque o Paraguai não a aceitava no Mercosul. Há uma incoerência que não foi abordada pelo jornalista, uma vez que o Paraguai de Lugo era contra a entrada da Venezuela no bloco, não há sentido Chávez tentar incitar um golpe para manter esse governante no país. Até porque com a saída de Lugo e o Paraguai suspenso, a Venezuela pôde se tornar parte do Mercosul.

Sobre o posicionamento de Dilma em relação à crise, Franco não fez comentários e preferiu lembrar de Itaipu e dos brasiguaios que vivem no país. Afirma que são cidadãos de origem brasileira que optaram em viver no Paraguai, adotaram sua cultura e foram responsáveis pelo progresso na região leste do país. Sabendo que está falando a um veículo brasileiro, Franco opta por elogiá-los e sequer menciona qualquer possibilidade de dar continuidade às propostas de reforma agrária de Lugo, permitindo que grandes propriedades adquiridas de forma irregular passassem às famílias de camponeses, o que ajudaria a equilibrar a distribuição de renda e poderia contribuir para tirar o povo paraguaio da miséria em que se encontra. O jornalista não somente aceita a resposta, mas também não questiona se haverá mudanças no sentido de proteger das invasões os fazendeiros que são donos legítimos de

propriedades e não questiona sobre os confrontos que ocorreram durante o primeiro semestre de 2012.

Podemos novamente observar o posicionamento crítico de *Veja* em relação à entrada da Venezuela no Mercosul até mesmo nas cartas de leitores que foram selecionadas para a publicação. Nesta edição foram quatro textos, todos questionando a forma pela qual o país passou a fazer parte do bloco.

Para fechar a edição, *Veja* publica o artigo de Roberto Pompeu de Toledo intitulado “O Mercosul e a Taça Libertadores”. Ele compara a chegada de representantes de países membros do bloco ao Paraguai durante a crise do governo com invasões de campo durante um jogo do campeonato de futebol. As reuniões que teriam ocorrido antes do *impeachment* são tratadas como tentativas de se impedir o jogo, como quando torcedores arremessam objetos em jogadores, entre outras comparações espirituosas.

No dia 18 de julho, edição número 2278, *Veja* traz uma entrevista com o ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, que havia ganhado na semana anterior o prêmio Kluge, concedido pela Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos. O Paraguai é citado quando é perguntado a Cardoso se faltou diplomacia brasileira na crise do governo do país, e ele responde que faltou diplomacia não só por parte do Brasil, mas também de outros países. Ele ainda condenou a entrada da Venezuela do Mercosul durante o episódio.

A seção de cartas ao leitor desse número de *Veja* trouxe cinco mensagens. Em quatro, Federico Franco, que assumiu a presidência, é elogiado. Em outro, o leitor comenta o editorial da edição anterior, questionando como o Brasil pode pleitear uma posição no Conselho de Segurança da ONU se a diplomacia pratica uma política partidária, referindo-se à entrada da Venezuela no Mercosul.

Na seção Panorama: Sobe Desde, a Organização dos Estados Americanos ocupa a primeira posição no “Sobe”. A nota afirma que o órgão considerou que não houve golpe no Paraguai e rejeitou a suspensão do país da entidade. Classificar como positiva a decisão da OEA mostra o posicionamento da revista diante das acusações de que a saída do presidente ocorreu de maneira injusta.

O artigo de J.R. Guzzo, ainda na edição 2278 de *Veja*, trata o Paraguai de forma pejorativa e, muitas vezes, rancorosa. O colunista afirma que o Brasil cede demais às pressões

de seus vizinhos e que, no caso do Paraguai, Lugo conseguiu renegociar os contratos sobre Itaipu antes do prazo previsto, causando problemas para os brasileiros.

A mais recente vitória da política externa brasileira é sua resposta ao impeachment do presidente do Paraguai, Fernando Lugo, um dos heróis latino-americanos do ex-presidente Lula. Esse Lugo, desde que foi eleito, em 2008, só bateu no Brasil. Extorquiou, em desrespeito aos contratos vigentes, um aumento nos dividendos que o Paraguai recebe pela sua sociedade na usina hidrelétrica de Itaipu; Lula aceitou na hora, por achar “justo”, e passou a conta para o contribuinte brasileira. Manteve o Paraguai como grande polo da recepção de carros brasileiros roubados e do contrabando maciço que custa bilhões de reais, todo ano, à Receita Federal do Brasil. Ultimamente vinha hostilizando os brasileiros que compraram terras em áreas do território paraguaio onde jamais se havia plantado um único pé de mandioca – e acabaram transformando o Paraguai, com seu suor e sem ajuda de ninguém, no quarto maior exportador de soja do mundo. (Veja, 2278, 18/7/12, p.122).

Guzzo desconhece o contrato firmado entre os dois países em relação à Itaipu, que foi extremamente desfavorável, para não dizer injusto, para o Paraguai. A energia que caberia ao Paraguai é vendida abaixo do preço de mercado internacional ao Brasil, houve apenas um reajuste desse valor durante o governo Lula. O tratado referente à construção de Itaipu foi abordado com profundidade no capítulo 1 deste trabalho. O colunista ainda culpa o Paraguai pela recepção de carros roubados e pelo contrabando, sem ponderar que a falta de segurança e fiscalização nas estradas e fronteiras do lado brasileiro também são em parte problemas do próprio Brasil, que não consegue evitar a corrupção de seus agentes e não aplica ações efetivas para reduzir o problema da criminalidade.

Na edição 2279 de 25 de julho, *Veja* traz uma entrevista de três páginas com Henrique Capriles, na época candidato de oposição na Venezuela. O jornalista pergunta a Capriles se a entrada no Mercosul será positiva para o país, apesar do artifício usado para incluí-lo, ao que ele responde que se o modelo econômico da Venezuela for mantido, não terá nada a ganhar. O candidato explica que o único produto que pode ser exportado é o petróleo e até esse setor está em declínio por falta de investimentos. Capriles diz que o único interesse de Chávez em entrar no Mercosul é político. Ele também mencionou a ameaça de Chávez de cortar o fornecimento de petróleo a Assunção por conta do *impeachment*. Para Capriles, a Venezuela é contra o embargo econômico imposto a Cuba, mas impõe ao Paraguai o mesmo tipo de sanção.

Na mesma edição, na área dedicada às cartas de leitores, *Veja* selecionou cinco mensagens curtas, elogiando o artigo de J.R. Guzzo sobre a atuação da chancelaria brasileira durante a crise do governo paraguaio.

2.3 Revista IstoÉ

Os 12 textos que mencionam o Paraguai encontrados na revista *IstoÉ* têm o país e assuntos relacionados à questão agrária como pauta principal, porém apenas uma grande reportagem. Durante o período pesquisado, a revista trouxe duas entrevistas, duas notícias, duas notas, um editorial e um artigo relacionado ao assunto, além de uma citação na coluna de Marcelo Tas, onde as frases consideradas mais interessantes postadas por ele e seguidores em seu twitter são publicadas.

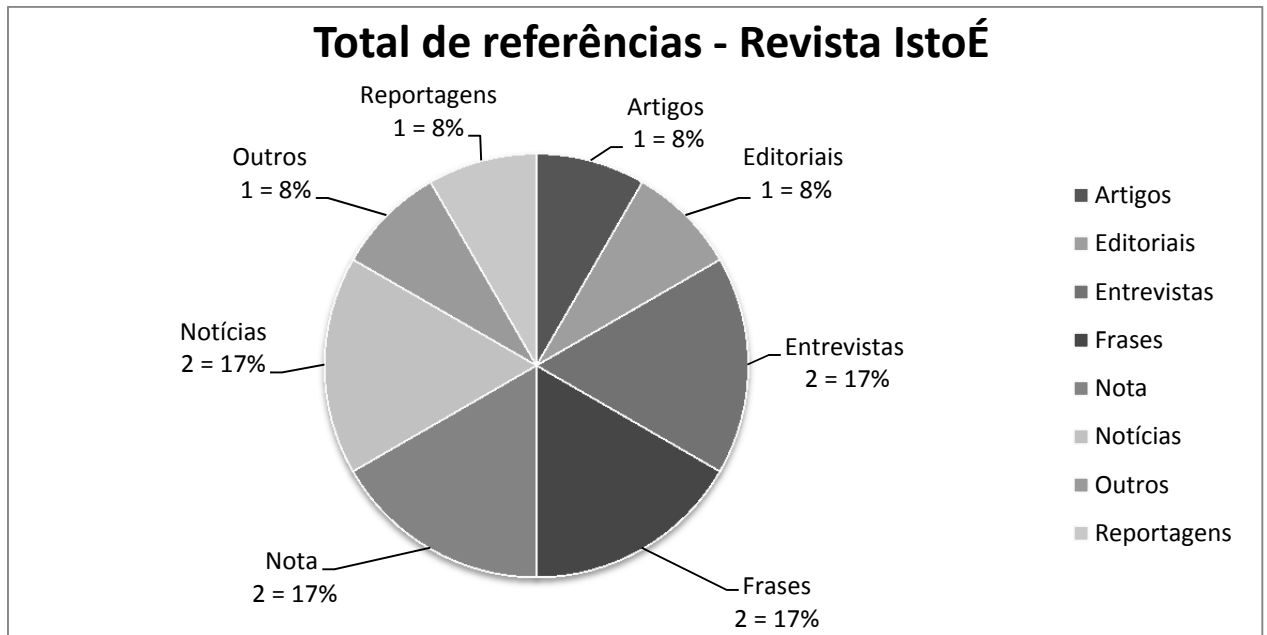
Com uma exceção, quase todo o material foi produzido apenas a partir do *impeachment* de Lugo. Unicamente uma notícia, que ocupava cerca de ¼ de página, foi publicada em fevereiro com a informação de que fazendas de brasileiros estabelecidos no Paraguai estavam sendo ameaçados por um grupo sem-terra. Apesar dos editores de *IstoÉ* estarem cientes da situação conflituosa na região de fronteira com o Brasil, a publicação limitou-se a publicar uma pequena nota generalista sobre o assunto. As invasões de terras pertencentes a brasileiros por parte dos camponeses vêm acompanhadas de uma série de consequências, não somente em relação à segurança dos dois grupos, mas também quanto à economia paraguaia, já que a destruição das lavouras, especialmente as de soja, prejudica as exportações, quanto à legalidade de ações da Justiça e da ação de forças policiais para coibir as invasões ou promover as reintegrações de posse, consideradas eventualmente truculentas ou brandas demais em relação aos sem-terra, e quanto às questões sociais, já que o assunto passa a ser a necessidade – ou não – de reforma agrária para que as terras saiam das mãos dos estrangeiros e voltem para os cidadãos paraguaios. São inesgotáveis as abordagens que poderiam ser exploradas em reportagens da revista, mas a publicação preferiu o silêncio até o *impeachment* de Lugo, quando a quase totalidade dos textos foi publicada.

E a revista não trouxe o resultado do julgamento na edição seguinte ao acontecimento: no dia 27 de junho afirmou que o presidente seria julgado, porém já se sabia que ele havia sido deposto. A revista trouxe o resultado apenas em 4 de julho.

QUADRO 9 - PARAGUAI NA REVISTA *ISTOÉ*

Tipo	Textos com qualquer referência	Textos tendo o Paraguai como pauta principal
Artigos	1	1
Editoriais	1	1
Entrevistas	2	2

Frases	2	2
Nota	2	2
Notícias	2	2
Outros	1	1
Reportagens	1	1
Total	12	12



QUADRO 10 – TEXTOS COM REFERÊNCIAS AO PARAGUAI PUBLICADOS PELA REVISTA *ISTOÉ* ENTRE JANEIRO E JULHO DE 2012

Nr.	Data	Título	Autor	Tipo	Pag.	Comentários
2228	25/7	Diplomacia não é publicidade	Adriana Nicacio	entrevista	3 p.	Entrevista com o ministro Antônio Patriota, em que ele comenta a atuação da diplomacia brasileira na crise paraguaia.
2227	18/7	Nem os generais apoiaram o impeachment	Cláudio Dantas Sequeira	entrevista	3 p.	Entrevista com Fernando Lugo, em que ele comenta sobre a suposta influência norte-americana no <i>impeachment</i> , a ação brasileira e as medidas que tomou para tentar reaver a presidência.
		Frases	Bernardino Hugo Saguier Caballero	frase		"O Brasil é como um elefante dentro de uma loja de cristal: quando se move, quebra tudo". Embaixador do Paraguai na OEA critica a posição do Brasil sobre a deposição de Lugo.

		Adesão Inesperada	Ricardo Boechat	nota	1/6	Nota afirma que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso ficou surpreso ao saber que o Uruguai apoiou a posição do Brasil na suspensão do Paraguai no Mercosul.
2226	11/7	NÃO HÁ				
2225	4/7	As verdades do caso Lugo	Carlos José Marques	editorial	1 p.	Texto diz que apesar da falta de justificativas contundentes para o <i>impeachment</i> , o processo ocorre de forma legal, dentro das normas das instituições paraguaias. A expulsão do país do Mercosul, portanto, é vista como uma intromissão indevida.
		Frases	Fernando Lugo	frase		"Aqui não destituíram Lugo, destituíram a democracia." Comentário do ex-presidente sobre o <i>impeachment</i> .
		Semana – Marcelo Tas	Marcelo Tas	outros	1 p.	“O que é mais inútil que expulsar o Paraguai do Mercosul: buzina em avião ou o passaporte do Maluf?”
		Sangue de Guerra	Ricardo Boechat	nota	1/6	Texto diz que o representante paraguaio na OEA, Bernardino Saguier, afirmou que o Brasil, a Argentina e o Uruguai estão formando uma nova Tríplice Aliança e traz detalhes sobre os antepassados do paraguaio.
		Barbeiragem Diplomática	Cláudio Dantas Sequeira e Michel Amorim	reportagem	4 p.	Reportagem sobre a atuação da diplomacia brasileira durante a crise do governo do Paraguai.
		De volta aos golpes?	Leonardo Attuch	artigo	1/3	Colunista reflete sobre o número excessivo de golpes na América Latina.
2224	27/6	Impeachment: tensão no Paraguai	Antonio Carlos Prado e Laura Daudén	notícia	1/4	Notícia afirma que Lugo sofrerá um processo de <i>impeachment</i> por conta de um conflito agrário. A revista não traz o resultado do julgamento.
2223	20/6	NÃO HÁ				
2222	13/6	NÃO HÁ				
2221	6/6	NÃO HÁ				
2220	30/5	NÃO HÁ				
2219	23/5	NÃO HÁ				
2218	16/5	NÃO HÁ				
2217	9/5	NÃO HÁ				
2216	2/5	NÃO HÁ				
2215	25/4	NÃO HÁ				

2214	18/4	NÃO HÁ				
2213	11/4	NÃO HÁ				
2212	4/4	NÃO HÁ				
2211	28/3	NÃO HÁ				
2210	21/3	NÃO HÁ				
2209	14/3	NÃO HÁ				
2208	7/3	NÃO HÁ				
2207	29/2	NÃO HÁ				
2206	22/2	NÃO HÁ				
2205	15/2	NÃO HÁ				
2204	8/2	Sem-terra paraguaios querem fazenda de brasileiros	Antônio Carlos Prado e Laura Daudén	notícia	1/4	Revista afirma que grupo sem-terra quer fazendas de brasileiros, que têm documentos provando a propriedade das terras.
2203	1/2	NÃO HÁ				
2202	25/1	NÃO HÁ				
2201	18/1	NÃO HÁ				
2200	11/1	NÃO HÁ				
2199	4/1	NÃO HÁ				

Entre a primeira edição da revista *IstoÉ* de 2012, número 2.199, de 4 de janeiro, até a edição número 2223, de 20 de junho, a publicação trouxe somente uma notícia que ocupava um quarto de página sobre o Paraguai, intitulada “Sem-terra paraguaios querem fazendas de brasileiros”. O texto da edição 2204, de 8 de fevereiro, diz que um grupo de 10 mil sem-terra, chamados de “carperos” no Paraguai, estava prestes a invadir as terras de brasileiros:

Um grupo de pelo menos dez mil sem-terra paraguaios está prestes a invadir fazendas de brasileiros na fronteira com o Brasil. A disputa vem ganhando proporções a ponto de desembarcar na semana passada na Corte Internacional de Justiça da ONU. Os “carperos”, como eles são conhecidos, reivindicam área de quase 170 mil hectares, hoje dividida entre pastagens e plantio de soja. O governo paraguaio diz tratar-se de um conjunto de terrenos fiscais (destinados à reforma agrária), havendo, portanto, a proibição de serem vendidos a estrangeiros – no caso, a brasileiros. É certa, no entanto, a existência de documentação de fazendeiros brasileiros provando o pagamento das terras. O chão está pouco firme para o governo do Paraguai (*IstoÉ*, 2204, 2/2/12).

O texto começa afirmando que são dez mil pessoas prestes a invadir terras, mas não informa quem fez a estimativa: se a polícia, o governo, ou os brasiguaios. Quando afirma que a disputa estava sendo tratada pela ONU, não explica qual seria o envolvimento do órgão na

questão: seria julgado se os camponeses têm direito à terra? Se os brasileiros são os legítimos donos? Se ambos os lados tiveram atitudes truculentas? Não dá para saber com certeza. Ainda sem citar fontes, o texto afirma que o governo paraguaio diz tratar-se de terrenos fiscais destinados à reforma agrária e que essas terras não poderiam ser vendidas a estrangeiros. Além não especificar quem deu essa explicação – se foi o órgão responsável pela reforma agrária no país, o Indert, ou o então ministro da Agricultura e Ganaderia, Enzo Cardoso, ou o próprio Lugo –, também não indica quantas fazendas foram cercadas e qual região está sendo afetada, lembrando que o Paraguai possui mais de 1,3 mil quilômetros de fronteira com o Brasil. A revista ainda diz que os brasileiros possuem documentos que provam o pagamento das terras, mas não explicou onde esses fazendeiros apresentaram as comprovações. Nenhum brasileiro ou camponês paraguaio foi ouvido. A publicação também não explicou que os sem-terra são chamados “carperos” de forma pejorativa por viverem em carpas (tendas ou barracos), ao contrário, apenas reproduziu a expressão preconceituosa usada pelos grandes fazendeiros da região, provavelmente sem intenção, pois os jornalistas aparentemente desconheciam seu significado.

Cabe lembrar que nos primeiros meses de 2012 a situação na região de fronteira no Paraguai estava extremamente tensa. Apesar de o assunto ter sido alvo de somente uma pequena notícia em *IstoÉ*, jornais diários e emissoras de televisão fizeram reportagens sobre os conflitos.

Após fevereiro, sem ter feito qualquer referência ao Paraguai e aos conflitos lá existentes, a revista voltou a abordar o Paraguai em uma notícia que falava sobre o julgamento do processo na edição 2224, do dia 27 de junho, intitulada “Impeachment: tensão no Paraguai”. Nessa data, Lugo já havia sido deposto da presidência paraguaia, que passou a ser ocupada por Federico Franco, porém a revista não traz o resultado do julgamento, justificando que a decisão ainda não era conhecida na tarde do dia 22 de junho. De fato a condenação saiu no início da noite, porém chama atenção a falta de atualização da notícia, já que o resultado saiu no mesmo dia 22, cinco dias antes de a revista chegar às bancas.

O Paraguai e a derrubada de Lugo conquistam mais espaço nas páginas da *IstoÉ* a partir da edição 2225, do dia 4 de julho. Em um editorial assinado por Carlos José Marques, a revista afirma que o *impeachment* foi legítimo, apesar de rápido e da ausência de provas contundentes contra Lugo, e que não caberia ao Brasil fazer retaliações, como suspender o país do Mercosul, para tentar interferir nas decisões tomadas pelas instituições paraguayas. O

que mais causa estranhamento é a afirmação de o afastamento não desconsiderou a vontade popular, já que Lugo era visto pelo povo como o responsável pelos problemas do país:

Houve decerto um “golpe branco”, uma afronta à clássica ideia de representatividade democrática, a partir do afastamento de um presidente eleito pelo voto direto. Também é verdade que o ato não configurou qualquer ruptura legal, não feriu preceitos constitucionais nem desconsiderou a vontade popular – que nos últimos tempos via o mandatário como o maior responsável pelas mazelas econômicas e pelos problemas sociais internos. (*IstoÉ*, 2225, 4/7/12, p. 20).

Por ser presidente do país, o povo obviamente o culpava pelos problemas econômicos e sociais enfrentados. Porém, os únicos que de fato queriam sua saída, além dos brasiguaios, eram os parlamentares paraguaios. O povo, ao contrário, estava decepcionado porque esperava ações mais rápidas, especialmente relacionadas à reforma agrária, e melhorias nos projetos de assistência social, muitos implantados pelo próprio Lugo. Queriam atitudes mais enérgicas, mas sabiam que sem o presidente a esperança de melhorar a situação dos pobres no país acabaria (o que de fato aconteceu nos governos de Franco e Cartes). No dia do *impeachment*, uma multidão se reuniu na praça em frente ao Senado para apoiar Lugo, e houve, inclusive, confronto com a polícia. O próprio presidente deposto aceitou sua condição em um discurso e pediu que não fosse derramado sangue. Os protestos a favor do ex-presidente continuaram por mais alguns dias, até cessarem por completo. Mas ao povo restou a impressão de que, sim, Federico Franco assumiu após um golpe.

Para ilustrar esse editorial, a revista usou uma foto de arquivo em que Lugo aparece cabisbaixo. Esta imagem também apareceu em outra reportagem de *IstoÉ* e na galeria de fotos publicada pelo site da concorrente *Veja*. Trata-se de uma foto de arquivo, tirada na Colômbia, no dia 11 de junho de 2012, quatro dias antes do confronto que culminou no processo de *impeachment*²³.

²³ Boris Kossoy (2009, p.22), que faz uma importante reflexão sobre as fotografias enquanto documentos de representações da realidade, explica que as imagens não são “espelhos fieis” dos fatos e, como qualquer fonte de informação histórica, possuem ambiguidades, múltiplos significados e omissões. Como afirma o autor, a fotografia tem uma “realidade própria” que nem sempre corresponde à realidade que envolveu o objeto do registro. Seria uma “segunda realidade”: a realidade da representação, do documento. Kossoy (2009, p.45) ressalta que muitas vezes o observador toma a fotografia como um documento real, uma fonte histórica, por se tratar do registro de um fato concreto. As imagens servem para direcionar a interpretações “convenientes” por parte dos receptores, tanto para aqueles que desconhecem o momento histórico retratado na imagem, ou para aqueles engajados a determinados modelos ideológicos, que buscam desvendar significados e “adequá-los” conforme seus valores individuais, seus comprometimentos, suas posturas estabelecidas em relação a certos temas ou realidades. No caso da revista *IstoÉ* e da galeria de fotos do site de *Veja*, a imagem de Lugo cabisbaixo usada para ilustrar textos sobre o impeachment serviram para retratar o descontentamento do presidente com o processo. No entanto, a foto foi tirada pelo menos dez dias antes da votação na Câmara e no Senado, em 11 de junho, quando Lugo visitava a Colômbia. Ele estava simplesmente caminhando de cabeça baixa, não sabia ainda

Na mesma edição, *IstoÉ* traz uma frase do ex-presidente falando em terceira pessoa, em que ele afirma que não destituíram Lugo, mas a democracia. Mais adiante, em sua coluna, Marcelo Tas questiona: “o que é mais inútil que expulsar o Paraguai do Mercosul: buzina em avião ou passaporte do Maluf?”. Tas reflete toda uma carga pejorativa em relação ao Paraguai, onde fica subentendido que o país não é importante para o acordo comercial. Os inúmeros acordos comerciais, tanto em relação ao comércio de energia elétrica quanto em relação à venda de equipamentos para agricultura, por exemplo, foram esquecidos pelo articulista.

Ainda na edição 2225, o jornalista Ricardo Boechat publicou a nota “Sangue de guerra”, comentando declarações do então representante paraguaio na Organização dos Estados Americanos (OEA), Bernardino Saguier, que afirmou que o Brasil, a Argentina e o Uruguai estavam formando uma nova Tríplice Aliança:

Tem DNA de briga o embaixador do Paraguai na OEA, Bernardino Saguier, que na terça-feira 26 acusou o Brasil, a Argentina e o Uruguai de tentar formar uma nova Tríplice Aliança. Ele é bisneto do general Bernardino Caballero, conhecido como “El Centauro de Ybicui”, que invadiu Mato Grosso e comandou a última batalha da Guerra do Paraguai, quando as tropas brasileiras já haviam vencido a Solano Lopez. Quem nomeou o inflamado Saguier para o cargo foi o ex-presidente Fernando Lugo. (*IstoÉ*, 2225, 4/7/12, p. 34).

No lugar de contextualizar a afirmação, Boechat preferiu dar informações sobre um antepassado de Saguier, que era um general que combateu na Guerra do Paraguai, daí o título da nota: “Sangue de Guerra”. Afirmando que Saguier tem “DNA de briga”, o jornalista não explicou o motivo da declaração, o que seria mais relevante para o leitor.

IstoÉ traz na mesma edição 2225 uma reportagem de quatro páginas intitulada “Barbeiragem Diplomática”²⁴, assinada por Claudio Dantas Sequeira e Michel Alecrim. O texto trata da atuação da diplomacia brasileira após a saída de Lugo, quando fez o Palácio do Planalto adotar medidas de retaliação ao novo governo paraguaio, como a suspensão do país no Mercosul. Segundo a revista, o Itamaraty também havia ignorado informes da embaixada brasileira no Paraguai que já alertava para os problemas políticos no país vizinho.

que sofreria o impeachment. Os dois veículos não trouxeram legendas com a informação da data em que a foto foi feita, 11 de junho. As imagens publicadas em galerias de fotos sobre o impeachment Lugo foram tema do artigo “A narrativa das galerias de fotos na representação da crise do governo paraguaio”, apresentado pela autora no IX Interprogramas de Mestrado da Faculdade Cásper Líbero, em 2013.

²⁴ Ver anexo

O embaixador brasileiro no Paraguai, Eduardo dos Santos, enviou, nos últimos seis meses, inúmeros informes alertando o Itamaraty do risco de deterioração da governabilidade no Paraguai, mas essas informações não sensibilizaram a cúpula. Nem Patriota nem Marco Aurélio Garcia acharam que o problema era sério. Pressionado por Dilma, o assessor internacional argumentou que já havia recebido 23 alertas de intenção de impeachment contra Lugo, desde sua posse em 2008. Em sua opinião, não havia razão para suspeitar que o último prosperaria (IstoÉ, 2225, 4/7/12, p. 40).

A reportagem afirma ainda que não houve reação popular – o que não é de toda verdade, uma vez que o Senado paraguaio estava cercado por manifestantes a favor de Lugo e o próprio ex-presidente teve de pedir para a população não reagir. Traz ainda informações sobre a falta de apoio de membros do próprio governo a Lugo e avalia que suas propostas durante a campanha não avançaram como esperado.

A reportagem ainda faz uma cronologia para explicar a crise do governo. Falta explicar que o processo foi primeiro aprovado na Câmara e, no dia seguinte, no Senado, mesma data em que Federico Franco assumiu a presidência, em um intervalo de poucas horas após o afastamento de Lugo. Conforme o texto, o leitor tem a impressão de que houve uma única votação no dia 21 de junho e, no dia 22, houve somente a posse de Franco, sem a votação no Senado. Entre as fotos que ilustram a matéria, está uma em que aparece Marco Aurélio Garcia, assessor internacional da Presidência na época. Não há uma legenda que contextualize o momento ou a data em que a foto foi feita. A reportagem traz novamente a imagem de arquivo de Lugo, já usada para ilustrar um editorial da revista, em que o paraguaio aparece cabisbaixo. Mais uma vez, não é feita a contextualização de que se tratava de uma foto anterior ao *impeachment*.²⁵

A mesma edição traz ainda um artigo de Leonardo Attuch intitulado “De volta aos golpes?”, que faz uma reflexão sobre a quantidade de golpes que acontecem na América

²⁵ As fotos são transformadas em “janelas sintéticas”, no termo de Baitello Junior (2012, p. 52), trazendo uma simplificação da verdadeira experiência. Podemos caracterizar a tela do nosso computador ou smartphone e até o recorte das fotos como essas “janelas sintéticas”. Segundo Baitello Junior (2012, p. 53), elas recriam o mundo, de maneira traduzida e recortada, aprisionam o nosso olhar e nos fazem perceber apenas o que está dentro de suas molduras. O desafio seria ver o que está escondido fora desses retângulos. O mesmo processo é constatado por Catalá (2005, p. 18), quando afirma que os observadores consideram as imagens como espelhos que reproduzem a realidade. A imagem em si, portanto, se torna pouco visível justamente porque existe essa ideia de que ela reflete o mundo, proporciona um contato direto com realidade. O leitor esquece a existência de uma edição na escolha das fotos. Catalá ressalta que o problema não é o “olhar” do editor, mas justamente a falta de consciência por parte do observador de que ele existe. A realidade dos fatos, o olhar consciente do observador e a representação da cena formam uma “ecologia”, que para Catalá (2005, p. 66) produz fenômenos complexos. Esse conjunto acontece com um mecanismo de “entre-capturas”, que é capaz de expressar a realidade contemporânea em toda sua profundidade. Existe uma relação de simbiose, na qual dois sentidos dão origem a um terceiro. No caso, uma foto anterior ao impeachment de Lugo foi usada por IstoÉ para ilustrar reportagens sobre sua saída do governo, passando a impressão de que seriam fotos quentes, estariam transmitindo um estado de espírito do ex-presidente, quando na realidade era uma foto de arquivo. As imagens publicadas em galerias de fotos sobre o impeachment Lugo foram tema de um artigo apresentado pela autora no IX Interprogramas de Mestrado da Faculdade Cásper Líbero.

Latina. Com um tom alarmista, Attuch cita que o Itamaraty preparou um relatório reservado para a Presidência da República apontando o risco de golpe em vários países. E pela quantidade enorme de golpes que já aconteceram no continente, defende que o Brasil, “como gigante regional”, deve manter um posicionamento rígido ao analisar a questão paraguaia. Afirma que, apesar de Franco parecer um candidato que atenda de forma mais satisfatória aos interesses brasileiros, o Brasil deveria se manter inflexível para preservar a democracia no país vizinho.

Aparentemente, Federico Franco seria até um presidente mais ‘barato’ para o Brasil do que Fernando Lugo. Franco prometeu pagar dívidas na área de energia, sinalizou apoio aos brasiguaios e não pediu um jatinho para uso pessoal a Itaipu, como Lugo teria feito. Mas, na questão paraguaia, os princípios devem pesar mais do que os interesses. Preservar a democracia num continente tão conturbado não tem preço (IstoÉ, 2225, 4/7/12 p. 51).

Na edição seguinte, número 2226 de 11 de julho, o Paraguai é completamente esquecido. Não há nenhuma referência ao país nas páginas da revista.

O assunto volta a ser abordado no dia 18 de julho, edição número 2227. Na seção de frases, foi selecionada uma afirmação do representante paraguaio na OEA, Bernardino Hugo Saguier Caballero, criticando a posição do governo brasileiro na deposição de Lugo: “O Brasil é como um elefante dentro de uma loja de cristal: quando se move, quebra tudo”. Não há nenhuma contextualização que pudesse explicitar para o leitor o que Caballero quis dizer ao fazer tal afirmação.

Ricardo Boechat afirma na nota “Adesão Inesperada” que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso disse ter se surpreendido com o apoio do presidente uruguaio José Mujica ao Brasil em relação à suspensão do Paraguai pelo Mercosul. Conforme o texto, os dois países, que são os menores do Mercosul, têm a lei como maior argumento na defesa de seus interesses. Boechat não buscou esclarecer para o leitor qual a intenção de Cardoso ao fazer determinada afirmação. Não ficou claro o que o ex-presidente pretendeu dizer.

Na mesma edição de 18 de julho, a revista traz uma entrevista com Fernando Lugo sob o título “Nem os generais apoiaram o impeachment”. O texto traz a informação de que a entrevista foi concedida por telefone e realizada em 11 de julho, ou seja, 19 dias depois da destituição e sete antes de ir às bancas. Afirma ainda que Lugo aguardava o julgamento de um recurso para tentar reverter a decisão que o tirou da presidência.

É necessário fazer algumas considerações que já dão uma mostra do tratamento dado ao assunto pelas revistas semanais brasileiras. Do total de 15 questionamentos, quatro giram em torno da possível influência norte-americana no processo de *impeachment* e dos rumores da instalação de uma base militar dos Estados Unidos em território paraguaio. Independentemente da pressão exercida pelos Estados Unidos, Lugo não tinha apoio dentro de seu próprio governo, o que certamente contribuiu muito mais para seu afastamento.

O repórter de *IstoÉ* pergunta ainda o que Lugo achou da atuação brasileira antes e após a confirmação do afastamento, e também se não seria irônico o Brasil se posicionar contra a saída dele, se os brasiguaios não o apoiavam. O ex-presidente elogia a suspensão ao país que foi colocada em prática no Mercosul e afirma ainda que fez acordos com o governo brasileiro dando garantias de que os brasiguaios poderiam produzir e exportar sua produção. Talvez, se o jornalista tivesse mais conhecimentos sobre a situação dos brasileiros no Paraguai, poderiam ser feitas novas perguntas relacionadas à resposta dada por Lugo, já que os brasiguaios nunca reclamaram por não poder produzir e exportar – pelo contrário, eles são responsáveis por tornar o Paraguai o quarto maior exportador de soja do mundo, mas brasiguaios reclamam da falta de garantias de permanecer em propriedades que, muitas vezes, não possuem documentos legalizados.

Na entrevista, a revista questiona ainda se era verdade que Chávez, então presidente da Venezuela, havia oferecido apoio militar para um contragolpe. Lugo nega o apoio e afirma que o problema é uma discussão interna do Paraguai. O jornalista poderia mais uma vez ter contestado a resposta, já que o Paraguai era o único país a se opor contra a entrada da Venezuela do Mercosul justamente pelo modo de governar de Chávez, considerado não totalmente transparente e democrático. A saída de Lugo foi benéfica para a Venezuela no sentido de que a suspensão do Paraguai possibilitou, enfim, a entrada do país entre os membros do bloco econômico.

Na edição seguinte, número 2228 de 25 de julho, *IstoÉ* trouxe outra referência ao Paraguai em uma entrevista com Antônio Patriota, então ministro de Relações Exteriores do Brasil. Para ele, não havia outra alternativa a não ser afastar o Paraguai da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e do Mercosul, pois o país não teria respeitado o amplo direito à defesa no caso do julgamento de Lugo. Ele negou que as ações tenham constituído uma manobra para incluir a Venezuela no acordo econômico.

2.4 Revista Carta Capital

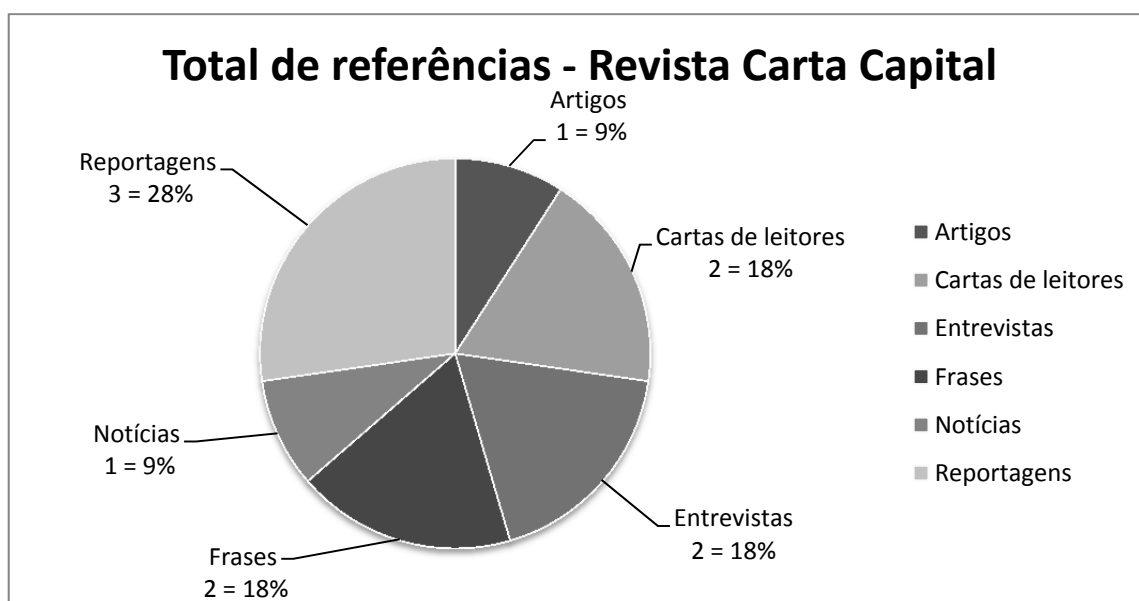
Entre 11 textos publicados pela *Carta Capital* que fazem referência ao Paraguai, três são reportagens. A revista ainda publicou duas entrevistas e um artigo que fazem referência ao Paraguai durante o período analisado. Todos os textos possuem o país e acontecimentos relacionados a ele como tema principal e foram publicados após o *impeachment* de Lugo. Antes desse fato as relações conflituosas na região de fronteira não foram sequer mencionadas pela revista.

Apesar disso, Carta Capital preocupou-se, em suas reportagens, em explicar melhor como ocorreu a saída do presidente e os problemas enfrentados na região de fronteira, apesar da falta de uma produção específica sobre a questão agrária.

Carta Capital também não trouxe o resultado do julgamento na edição seguinte ao processo, em 27 de junho. A saída do presidente só foi informada em 4 de julho. Antes, em nenhuma edição da revista acontecimentos políticos, econômicos, culturais e sociais no Paraguai foram tema de qualquer texto publicado.

QUADRO 11 – PARAGUAI NA REVISTA CARTA CAPITAL

Tipo	Textos com qualquer referência	Textos tendo o Paraguai como pauta principal
Artigos	1	1
Cartas de leitores	2	2
Entrevistas	2	2
Frases	2	2
Notícias	1	1
Reportagens	3	3
Total	11	11



QUADRO 12 – TEXTOS COM REFERÊNCIAS AO PARAGUAI PUBLICADOS PELA REVISTA CARTA CAPITAL ENTRE JANEIRO E JULHO DE 2012

Nr.	Data	Título	Autor	Tipo	Pag	Comentários
707	25/7	NÃO HÁ				
706	18/7	Frase	José Mujica	frase		"Chamam isso de Narcocoloradismo", frase do presidente uruguaio sobre setores do Partido Colorado que seriam ligados ao narcotráfico.
705	11/7	Quiproquó no Prata	Antonio Luiz M. C. Costa	reportagem		Reportagem sobre as consequências políticas do afastamento de Lugo.
		Cartas Capitais	leitores	cartas de leitores	1/2	Leitores comentam o <i>impeachment</i> de Lugo.
704	4/7	Os Neogolpistas	Cynara Menezes	reportagem	6 p	Texto afirma que o ex-presidente caiu por contrariar interesses políticos, não por governar mal.
		Queriam me tirar desde o começo	Cynara Menezes	entrevista	box	Lugo diz que parlamentares queriam tirá-lo do poder desde 2008 e que os problemas com os brasiguaios podem ter colaborado para sua derrubada.
		Ruptura democrática	Gabriel Bonis	entrevista	box	Entrevista com o embaixador brasileiro Samuel Pinheiro Guimarães, que renunciou ao cargo de alto-representante-geral do Mercosul poucos dias após o <i>impeachment</i> de Lugo.
		Vacina contra intentonas 2.0	Antonio Luiz M. C. Costa	reportagem	2 p	Texto analisa a postura de outros governos, inclusive da América Latina, diante da cassação do presidente.
		Cartas Capitais	leitores	cartas de leitores	1/4	Leitores comentam o <i>impeachment</i> de Lugo.

		Frase	Fernando Lugo	frase		"Não depuseram Lugo. Depuseram a democracia". Frase de Lugo comentando seu afastamento.
		Foi golpe, o resto é eufemismo	Pedro Estevam Serrano	artigo	1 p	Colunista se posiciona contra a saída de Lugo e afirma que saída foi uma agressão à Constituição paraguaia.
703	27/6	Síndrome de Honduras	não especificado	notícia	2/3 p	Texto sobre o processo de <i>impeachment</i> que não traz o resultado do julgamento.
702	20/6	NÃO HÁ				
701	13/6	NÃO HÁ				
700	6/6	NÃO HÁ				
699	30/5	NÃO HÁ				
698	23/5	NÃO HÁ				
697	16/5	NÃO HÁ				
696	9/5	NÃO HÁ				
695	2/5	NÃO HÁ				
694	25/4	NÃO HÁ				
693	18/4	NÃO HÁ				
692	11/4	NÃO HÁ				
691	4/4	NÃO HÁ				
690	28/3	NÃO HÁ				
689	21/3	NÃO HÁ				
688	14/3	NÃO HÁ				
687	7/3	NÃO HÁ				
686	29/2	NÃO HÁ				
685	22/2	NÃO HÁ				
684	15/2	NÃO HÁ				
683	8/2	NÃO HÁ				
682	1/2	NÃO HÁ				
681	25/1	NÃO HÁ				
680	18/1	NÃO HÁ				
679	11/1	NÃO HÁ				
678	4/1	NÃO HÁ				

A revista *Carta Capital* não fez nenhuma menção ao Paraguai durante os primeiros meses de 2012, quando a situação no país era bastante conflituosa. Nessa época, jornais brasileiros e paraguaios noticiaram a tensão vivida por brasileiros, que tiveram fazendas ocupadas, e agricultores paraguaios, que uma vez nas propriedades ou nos arredores, tiveram os acampamentos cercados por forças policiais.

Carta Capital noticiou com atraso a saída de Lugo. Na edição número 703, de 27 de junho, a revista trouxe uma notícia com a informação da aprovação do processo pelo Congresso no dia 21 de junho. O texto afirma que o Senado julgaria o caso no dia seguinte. Na data em que a edição foi para as bancas, o resultado já era conhecido, e o país vizinho tinha um novo presidente há pelo menos cinco dias.

A revista, porém, traz uma cobertura com uma abordagem mais equilibrada em comparação com as concorrentes nas edições seguintes, com fontes mais diversificadas. Na edição número 704, do dia 4 de julho, a revista produziu duas reportagens: “Os neogolpistas”²⁶ e “Vacina contra intentonas 2.0”²⁷, somando um total de oito páginas de reportagens sobre a saída de Lugo.

Em “Os neogolpistas”, a reportagem descreve a aparente calma observada após uma semana do *impeachment* pelas ruas de Assunção. O texto afirma que Lugo não caiu por governar mal, mas por contrariar interesses, pois o presidente estava com a popularidade em alta, a economia paraguaia estava bem e faltavam apenas nove meses para a eleição.

Uma semana depois de o Congresso destituir em rito sumário o presidente do país democraticamente eleito, aumentam as certezas de que não foi por governar mal que Fernando Lugo caiu, e sim por contrariar interesses. E mais: surgem indícios de que o *impeachment* foi o último lance de uma grande armação possivelmente posta em prática no conflito entre os sem-terra e um fazendeiro, causa apontada para sustentar o processo de cassação (*Carta Capital*, 704, 4/7/12, p. 30).

A reportagem ainda comenta que a maior parte dos veículos da imprensa apoiou o *impeachment*, baseados principalmente na opinião de articulistas brasileiros que eram favoráveis à saída de Lugo. O *ABC Color*, principal jornal paraguaio e pertencente a uma empresa dona também de rádios e emissoras de televisão, sempre se opôs a Lugo desde sua posse em 2008 e o acusava de pretender instalar uma ditadura no país. Conforme *Carta Capital*, essa campanha contra Lugo difundida entre os meios de comunicação parecia ter surtido efeito, pois mesmo entre os paraguaios que defendiam o ex-presidente muitos afirmavam temer que o país se transformasse em uma Venezuela.

A reportagem lembra que uma das possíveis razões da queda de Lugo pode não ter sido as 17 mortes durante uma ação de reintegração de posse em uma fazenda do ex-senador e ex-presidente do Partido Colorado, Blás Riquelme, mas sim o veto a uma lei que destinaria 215 bilhões de guaranis (cerca de R\$ 115 milhões) à Justiça Eleitoral para repasse aos partidos políticos. O veto ocorreu em maio, cerca de um mês antes do julgamento. O texto ainda afirma que Franco manteve os programas sociais implementados durante o governo de seu antecessor.

²⁶ Ver anexos.

²⁷ Ver anexos.

Para finalizar, a reportagem ainda traz informações sobre Horácio Cartes, eleito presidente do Paraguai em 2013 e, na época, ainda pré-candidato. Lugo o acusou de ter sido um dos mentores do golpe com o general Lino Oviedo, morto em um acidente de helicóptero meses antes da eleição, em fevereiro de 2013.

Ainda nessa reportagem, há um box com uma entrevista com Fernando Lugo, concedida em Assunção cinco dias após a destituição. O ex-presidente afirma durante a entrevista que nunca teve apoio no Congresso e que, desde que assumiu em 2008, tentaram submetê-lo a julgamento por 23 vezes. Na 24^a, segundo Lugo, os parlamentares conseguiram unir os líderes políticos tradicionais e tiveram êxito. Ele conta ainda que, sempre que buscava apoio, eram exigidos cargos e postos no governo, o que iria contra seus projetos. O ex-presidente admitia também que os brasiguaios podem ter tido peso em sua saída do governo.

Outro box, na mesma reportagem, traz uma entrevista com o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que acabou deixando o posto de alto-representante-geral no Mercosul alguns dias depois do *impeachment*. Ele afirma que houve uma ruptura democrática e que seria necessário que houvesse uma maneira legal de o Congresso paraguaio voltar atrás e readmitir Lugo. No entanto, ele qualifica o que ocorreu como “neogolpismo”, quando mesmo os governos eleitos democraticamente são acusados de antidemocráticos quando tomam decisões que beneficiam o povo, sendo rotulados de populistas.

A outra reportagem, “Vacina contra intencionas 2.0”, preocupa-se principalmente em mostrar um panorama político das consequências da derrubada do presidente, além de numerar e apontar os motivos pelos quais alguns países reconheceram a cassação ou se posicionaram de forma contrária ao processo. Apesar da ausência de entrevistas para embasar o texto, a reportagem consegue transmitir o sentimento de inquietação de quem acompanha os acontecimentos políticos no país vizinho:

Surpreendeu a fraqueza da reação interna à fulminante deposição de Fernando Lugo no Paraguai com o pretexto de um conflito violento no campo, mas nem por isso os países vizinhos poderiam deixar passar em brancas nuvens a derrubada de um governo democrático por um processo parlamentar reduzido à farsa (Carta Capital, 704, 4/7/12, p. 36).

Na mesma edição, um artigo de Pedro Estevam Serrano se posiciona contra a saída de Lugo. O articulista explica que os especialistas que consideram o golpe legal se basearam isoladamente no artigo 225 da Constituição do Paraguai, sem levar em conta outros que deveriam ter sido considerados no julgamento. Ele cita, como exemplo, o artigo 17, que prevê

que qualquer réu tem direito, além de prazo razoável para defesa, a produzir e impugnar (contestar) provas. Oferecer menos de 24 horas para Lugo elaborar a defesa e impedi-lo de produzir provas foi uma agressão à Constituição.

A revista número 704 traz ainda uma carta de leitor que menciona o Paraguai. O assunto central não é o *impeachment*, mas a aliança de Lula e Fernando Haddad com Paulo Maluf antes das eleições no Brasil. O leitor comenta que, como ocorreu no Paraguai, um esquerdista sem uma aliança ampla fica impedido de governar.

Há também uma frase de Lugo que, conforme a legenda, foi proferida na madrugada do domingo após o julgamento, dia 24 de julho: “Não depuseram Lugo. Depuseram a democracia”.

Na edição 705, de 11 de julho, foram publicadas duas cartas de leitores comentando as reportagens da semana anterior. Ao contrário das revistas *Veja* e *IstoÉ*, em que as cartas selecionadas são de pessoas que apoiam a saída de Lugo, os leitores de *Carta Capital* lamentam o *impeachment*.

Ainda no número 705, Carta Capital traz uma reportagem chamada “Quiproquó no Prata”, que trata dos acontecimentos políticos após a saída de Lugo do governo, como a suspensão do Mercosul. Trata também do posicionamento norte-americano, que notou o fortalecimento da campanha presidencial de Chávez com a crise, e os partidos políticos brasileiros, que tiveram um alinhamento previsível: PT, PSB, PSOL e PCdoB condenaram o golpe, enquanto PSDB, PPS E PP julgaram o afastamento legítimo e condenaram as ações do governo brasileiro.

Na edição 706, de 18 de julho, há apenas uma referência ao Paraguai na frase do presidente uruguaio José Mujica: “Chamam isso de narcocoloradismo”. Mujica faz referência a membros do Partido Colorado suspeitos de envolvimento com o narcotráfico que teriam tramado a derrubada de Lugo, entre eles, o atual presidente paraguaio, o empresário Horácio Cartes, eleito em 2013.

2.5 Revista *Época*

De todas as revistas, *Época* trouxe o menor número de textos sobre o Paraguai, somando cinco. Foram duas reportagens, dois editoriais e uma nota. Dos cinco textos, quatro foram produzidos em razão da destituição de Lugo e tinham o Paraguai como assunto principal. Antes, em janeiro, *Época* publicou uma nota sem relevância para esta pesquisa sobre vistos de permanência concedidos para imigrantes com a informação de que paraguaios, além de bolivianos, eram os que mais recebiam a documentação.

Apesar de ignorar os acontecimentos no país, mesmo aqueles que afetavam brasileiros e o Brasil, *Época* trouxe a informação de que o presidente havia sido deposto na logo edição seguinte ao acontecimento, em 25 de junho. A revista ainda foi a única a enviar um correspondente para a área conflituosa de fronteira.

QUADRO 13 – PARAGUAI NA REVISTA *ÉPOCA*

Tipo	Textos com qualquer referência	Textos tendo o Paraguai como pauta principal
Editoriais	2	2
Notas	1	-
Reportagens	2	2
Total	5	4



QUADRO 14 – TEXTOS COM REFERÊNCIAS AO PARAGUAI PUBLICADOS PELA REVISTA *ÉPOCA* ENTRE JANEIRO E JULHO DE 2012

Nr.	Data	Título	Autor	Tipo	Pag	Comentários
741	30/7	NÃO HÁ				
740	23/7	NÃO HÁ				

739	16/7	NÃO HÁ				
738	9/7	Confusão no Itamaraty	não especificado	editorial	1 e 2/4	Editorial que critica a atuação da diplomacia brasileira na crise.
737	2/7	A luta pelo Paraguai	Juliano Machado	reportagem	3 p	Reportagem sobre os brasiguaios que possuem fazendas na região de fronteira do Paraguai com o Brasil.
		A diplomacia da conveniência	Juliano Machado	reportagem	2 p	Reportagem sobre a atuação da diplomacia brasileira na questão. Para a revista, a diplomacia atua conforme a ideologia do governante envolvido em crises.
736	25/6	O fantasma autoritário	não especificado	editorial	1 e 2/4	Editorial da revista traz o resultado do julgamento que terminou com o <i>impeachment</i> de Lugo e critica a fragilidade da Justiça e outras instituições do país
735	18/6	NÃO HÁ				
734	11/6	NÃO HÁ				
733	4/6	NÃO HÁ				
732	28/5	NÃO HÁ				
731	21/5	NÃO HÁ				
730	14/5	NÃO HÁ				
729	7/5	NÃO HÁ				
728	30/4	NÃO HÁ				
727	23/4	NÃO HÁ				
726	16/4	NÃO HÁ				
725	9/4	NÃO HÁ				
724	2/4	NÃO HÁ				
723	26/3	NÃO HÁ				
722	19/3	NÃO HÁ				
721	12/3	NÃO HÁ				
720	5/3	NÃO HÁ				
719	27/2	NÃO HÁ				
718	20/2	NÃO HÁ				
717	13/2	NÃO HÁ				
716	6/2	NÃO HÁ				
715	30/1	Os novos retirantes	Felipe Patury	nota		Nota sobre vistos de permanência concedidos a estrangeiros no Brasil. Paraguaio formam o segundo grupo mais beneficiado, atrás dos bolivianos.
714	23/1	NÃO HÁ				
713	16/1	NÃO HÁ				
712	9/1	NÃO HÁ				
711	2/1	NÃO HÁ				

No início de 2012, a edição número 715 de 30 de janeiro trouxe uma pequena nota em que os paraguaios eram citados como os estrangeiros mais beneficiados por vistos de permanência no Brasil desde 2009, atrás somente dos bolivianos.

A revista *Época* trouxe a informação do afastamento do presidente em um editorial já na edição seguinte ao acontecimento, número 736 de 25 de junho de 2012. O editorial trouxe as informações sobre a rápida votação no Senado, explicou que a justificativa usada para sacar o poder de Lugo foram as 17 mortes em Curuguaty, que fez o então presidente perder o suporte dos políticos aliados, mesmo que tenha mantido o apoio dos movimentos sociais e tendo governado dentro do que mandam as leis do país. Afirma também que os parlamentares não foram capazes de sustentar as denúncias do Libelo Acusatório e que a própria Justiça não deu o direito de defesa ao então presidente, mostrando a fragilidade das instituições paraguaias, dominadas por interesses e fragilizadas a ponto de não garantir a própria democracia.

A revista *Época* foi a única a enviar um correspondente para a região de fronteira após o *impeachment* de Lugo. “A luta pelo Paraguai”²⁸, edição 737, de 2 de julho de 2012, assinada por Juliano Machado, relata a experiência de Marcelo Lazzarotto, um agricultor nascido no Paraguai e filho de brasileiros, que teve a propriedade invadida em 25 de março de 2012 na região da cidade de Curupaity:

Naquele dia, dezenas de camponeses invadiram uma das lavouras da família, sob a alegação de que a terra pertencia ao Banco Nacional de Fomento, do governo paraguaio. Os parentes se mobilizaram para impedir o avanço dos invasores, levados até lá por caminhões do próprio Exército paraguaio. Um dos camponeses ameaçou a mãe e um tio de Marcelo com um facão. Optaram por abrir caminho. O acampamento, de cerca de 100 pessoas, só foi retirado pela polícia em 7 de maio, por ordem judicial que reconhecia o título de propriedade (*Época*, 737, 2/7/12, p. 32,).

Na mesma reportagem, no trecho final, *Época* traz outro personagem brasiguai, um agricultor nascido no Paraguai, mas filho de brasileiros, que precisou contar com a ajuda da polícia para poder trabalhar na terra:

“Acho que estamos entrando numa fase melhor”, diz Rafael Forlin, de 26 anos, paraguaio e filho de brasileiro. Em outubro, Forlin foi escoltado por 25 policiais para fazer o plantio de suas lavouras, em Santa Rosa del Monday, onde 80% da população é de origem brasileira. Na semana passada, ele colhia milho e torcia por um futuro

²⁸ Ver anexos.

menos turbulento. “Espero que esse lugar volte a ser tranquilo para todos” (Época, 737, 2/7/12, p. 32.).

Relatos similares a esses já tinham sido veiculados em emissoras de televisão e jornais diários durante todo o primeiro semestre de 2012, mas tinham sido completamente ignorados pelas semanais brasileiras. Apesar da tentativa de fazer uma cobertura mais equilibrada, ouvindo aqueles que lutam pela terra e estavam, ao menos indiretamente, envolvidos na crise que atingiu o governo, faltou um cuidado com a produção realizada no trabalho de campo: o jornalista ouviu apenas brasiguaios, retratou os camponeses como violentos e reproduziu acusações de que o governo paraguaio havia facilitado a invasão levando até lá os camponeses sem ouvir fontes diversificadas que pudessem apresentar um contraponto à versões dos fazendeiros.

O texto passa a mensagem de que, como há grande a quantidade de brasileiros no Paraguai, o Brasil precisa prestar atenção no que acontece na fronteira – como se a soberania paraguaia fosse um mero detalhe:

Pelas estimativas do Itamaraty, cerca de 350 mil brasileiros vivem no Paraguai – incluindo os parentes nascidos em solo paraguaio. Isso faz deles a segunda maior comunidade brasileira no exterior, atrás dos Estados Unidos. A maioria trabalha na agricultura do Alto Paraná. Só isso já justifica o Brasil voltar os olhos para essa região (Época, 737, 2/7/12, p. 32.).

Outro trecho que dão a indicação de que o Brasil poderia interferir no país vizinho também estão presentes no texto:

Para o pai de Marcelo e outros milhares de brasileiros que cruzaram a fronteira para se tornar brasiguaios, o Paraguai sempre foi uma solução. Para o Brasil, um grande desafio, representado pelo tráfico de drogas, carros roubados e armas pela fronteira. Hoje, o desafio se assemelha mais a um grande problema, representado pela violência dos conflitos agrários e pela instabilidade política em Assunção. (Época, 737, 2/7/12, p. 32.).

O Paraguai é resumido como o país problema, “terra de ninguém”, onde só há tráfico de drogas, carros roubados e contrabando de armas pela fronteira, além de instável politicamente. Problemas relacionados ao tráfico de drogas e roubo de carros são comuns também em capitais brasileiras, como São Paulo e Rio de Janeiro. Aliás, muitas vezes são quadrilhas brasileiras que levam os carros até o país vizinho e, no retorno, trazem armas sem temer fiscalizações do lado paraguaio – mas também tranquilos em relação à segurança do lado brasileiro. Não são questões unicamente paraguaias, o Brasil e os brasileiros também tem uma parcela de responsabilidade nesses crimes. A revista indiretamente desqualifica o país e

seu povo, reforçando estereótipos tão vulgares quanto àqueles aplicados a quem mora no Rio de Janeiro, São Paulo ou Salvador, por exemplo. Toma um problema de alguns pontos dessas cidades e generalizam para o todo.

A reportagem explica ainda como foi o início da ocupação do interior do país pelos brasileiros, atraídos por planos econômicos do governo Stroessner e pela oferta de terra barata. Afirma também que amigos do ditador, como Blas Riquelme, o dono da fazenda onde ocorreram as mortes, foi um dos muitos membros do governo paraguaio presenteado com terras por Stroessner. Riquelme é ex-senador e ex-presidente do Partido Colorado, o mesmo que manteve Stroessner por décadas no poder.

Ainda no texto, a revista informa que Lugo prometeu acelerar a reforma agrária em um país onde 1% dos agricultores possuem 77% da área produtiva. Não há informação sobre a fonte que repassou esses dados. Franco, que assumiu no lugar do esquerdista, prometia conciliar os interesses divergentes de agricultores e camponeses. Mais uma vez, a revista coloca um gaúcho, dono de uma exportadora de grãos no Paraguai, dizendo que sempre tentou uma audiência com Lugo, mas nunca conseguiu. *Época* segue explicando que as lideranças camponesas sempre viram os brasileiros como exploradores das riquezas paraguaias. Nenhuma liderança camponesa foi ouvida.

A reportagem traz ainda a informação de que Itaipu é benéfica para ambos os lados, deixando 50% da energia produzida para cada país, sem citar os acordos para a obrigatoriedade de compra de energia e os descontos a título de pagamento da dívida de construção da usina na tarifa paga pelo Brasil. O texto termina com mais um personagem paraguaio, filho de brasileiros, que espera que os governos se entendam e deixem os agricultores produzir em paz.

No outro texto publicado na edição 737, “A diplomacia da conveniência”, sobre a atuação da diplomacia brasileira na crise do governo paraguaio, *Época* afirma que os brasiguaios não queriam mais um presidente esquerdista no poder e ficaram descontentes com o posicionamento do Brasil de aplicar sanções ao Paraguai por causa do novo presidente. Isso porque a embaixada brasileira era constantemente procurada para se posicionar em relação às invasões de terra pelos camponeses, mas respondia que se tratava de um problema interno e não podia interferir. No caso do *impeachment*, também considerado um problema interno pelos parlamentares paraguaios e brasiguaios, o país se posicionou contra e interferiu em questões políticas.

A revista cita outros casos em que o Brasil se mantém neutro, como a falta de protestos com a nacionalização de refinarias brasileiras por Evo Morales e a ausência de críticas ao autoritarismo de Hugo Chávez. *Época* afirma que o princípio da neutralidade brasileira é exercido conforme a ideologia e orientação política do líder envolvido. A publicação diz que os interesses brasileiros não foram totalmente defendidos e que há contaminação ideológica no setor, além de elogiar o esforço dos brasileiros que vivem no país vizinho, pois ao produzirem grandes quantidades ajudam a economia local.

A crise do governo paraguaio voltou às páginas de *Época* na edição seguinte, número 738 de 9 de julho, em um editorial que criticou a atuação da diplomacia brasileira durante a deposição de Lugo. A revista afirma que, para um governo que se recusa a aplicar qualquer sanção severa pelo massacre de civis na Síria, suspender o Paraguai do Mercosul pelo afastamento de Lugo, que já não contava com sustentação política, foi “uma bizarrice”. E qualificou a exclusão como um jogo de cena para, junto com a Argentina, incluir a Venezuela no bloco. O editorial afirma que foi um gesto político para ajudar a campanha eleitoral de Chávez, que estava isolado internacionalmente.

2.6 Ausência que revela

Durante todo o primeiro semestre de 2012 ocorreram inúmeros conflitos entre fazendeiros brasileiros e camponeses paraguaios, que também resultaram em mortes, invasões e aumentaram o clima de tensão para quem vive na região. Esses acontecimentos não foram assuntos tratados pelas revistas semanais brasileiras, nem mesmo foi noticiado o conflito com 17 mortes usado como pretexto para o *impeachment* de Lugo. Apesar de se tratar de um confronto ocorrido na fazenda de um empresário paraguaio, a região de Curuguaty, no departamento (estado) de Canindeyú, é conhecida pela quantidade de brasileiros que ali residem.

Medina (1982, p. 144) percebe que na rotina da redação, a variedade de assuntos e o tratamento dado a eles nem sempre correspondem ao grau de seriedade e aprofundamento que a situação exige. A pauta é composta frequentemente por uma seleção de assuntos que já foram publicados em outros veículos, não é planejada e pensada levando em consideração somente sua relevância. Um veículo acaba pautando o outro, formando um “círculo vicioso fechado e pobre”.

A televisão e o rádio se pautam pelos jornais do dia, os jornais se verificam uns aos outros para perceber o que estão dando e o que faltou. A pauta é, então, tomada como unidade de assunto, quase sempre isolada de seu contexto atual e histórico, suas implicações na sociedade (MEDINA, 1982, p. 144).

O Paraguai aparece em referências generalistas e somente duas vezes foi pauta principal nas revistas semanais de informação brasileiras antes do *impeachment* de Lugo – no caso, as duas notas relacionadas a invasões de terras de brasileiros publicadas por *Veja* e *IstoÉ*. Mesmo o Paraguai sendo o sócio de uma das principais hidrelétricas que fornece energia ao Brasil e país onde residem pelo menos 200 mil brasileiros, segundo os dados do Itamaraty apresentados com mais detalhamento no primeiro capítulo, o país é constantemente ignorado pelas semanais brasileiras. A ausência de interesse em fazer uma cobertura relevante sobre os fatos do país e o desconhecimento da crise do governo, que se arrastava desde que Lugo assumiu em 2008, fez com que a notícia do julgamento pegasse as redações de surpresa. Todas as semanais produziram conteúdo relevante sobre a crise paraguaia somente após o *impeachment* e, em razão do desconhecimento das origens históricas dos problemas, os textos contêm uma série de erros de avaliação e informações questionáveis tidas como verdade absoluta.

Todas divulgaram a saída de Lugo, porém não foi dada nenhuma importância aos conflitos que já vinham acontecendo na região. Houve um erro de avaliação editorial na abordagem dessa questão, uma vez que o assunto que foi totalmente ignorado pelas revistas semanais provocou não somente a queda do presidente, mas mudanças também na configuração do Mercosul, o que abalou os acordos econômicos firmados pelos outros países membros. A ausência de referências anteriores ao Paraguai não deixa de transmitir uma mensagem: a de que os problemas que ocorrem em um país vizinho e com nossos compatriotas tem, muitas vezes, menos relevância do que conflitos que acontecem em outros continentes.

Refletindo sobre a cobertura da saída de Lugo, que foi o assunto principal abordado nas reportagens, podemos observar que muitas vezes a pauta fica presa puramente ao fato. As coberturas são passivas diante dos acontecimentos e não assumem uma postura de compreensão diante dos diversos atores que compõem a questão agrária paraguaia e que foi usada como pretexto para a deposição do presidente. Essas reportagens acabam por ignorar as ligações de causa e efeito de eventos aparentemente diferentes, mas que possuem múltiplas conexões nos planos individual, coletivo, nacional e internacional. Desse modo, as reportagens deixam de cumprir a missão de verdadeiramente auxiliar o público a compreender de forma ampla o que acontece no mundo e se limitam apenas a narrar fatos, sem buscar contextualizá-los.

Além da superficialidade, podemos notar títulos e textos carregados de preconceito contra os paraguaios. A complexidade da realidade da questão agrária é reduzida a versões ingênuas e visões maniqueístas, de brasileiros trabalhadores, do bem, que levam o progresso, e de camponeses paraguaios, do mal, que fazem arruaça e querem a propriedade privada. Sem contar ainda a forma arrogante e estereotipada com que os paraguaios são tratados. As coberturas jornalísticas da imprensa brasileira ficam reduzidas às aparências das coisas, são incapazes de considerar a essência dos acontecimentos e suas origens históricas.

Fica evidente ainda que, nas reportagens, não houve profundidade na busca por fontes e por personagens variados que pudessem falar de diferentes aspectos da questão, observar a realidade de quem vive na fronteira do Paraguai com o Brasil e relacionar-se com as pessoas envolvidas no problema, não somente os camponeses, mas também os brasileiros. A abordagem superficial dos textos jornalísticos, que trata o assunto de forma reducionista, não aborda a complexidade das relações existentes na região. Isso pode fazer com que os leitores,

não informados corretamente sobre o todo das questões agrárias no Paraguai, formem uma opinião baseada na visão limitada que adquirem sobre o problema através das revistas semanais brasileiras.

Nenhum dos textos jornalísticos produzidos pelos veículos brasileiros contextualizou as origens históricas e a complexidade dos conflitos agrários no Paraguai, o que produz para o leitor uma visão limitada e pouco informativa da questão.

Como ensina Morin (2003, p. 14), os problemas particulares precisam ser pensados dentro de seus contextos, e o próprio contexto dos problemas deve ser posicionado em um contexto planetário. A questão agrária no Paraguai não pode ser vista isoladamente, pois ela é apenas uma faceta de um problema muito mais profundo, que para ser compreendido deve ser globalizado e ter as causas relacionadas com as questões políticas, econômicas, sociológicas e até psicológicas investigadas.

Quando fragmentamos o problema sem observar sua multidimensionalidade, atrofiamos as possibilidades de compreensão e de reflexão. Assim, quanto mais a crise progride e os problemas se tornam planetários, maior a incapacidade de pensar o problema. “Uma inteligência incapaz de perceber o contexto e o complexo planetário fica cega, inconsciente e irresponsável”, como lembra Morin (2003, p. 14).

Os textos não colaboram para que o leitor brasileiro conheça a dimensão dos conflitos agrários no Paraguai. Conhecimento, de acordo com Morin (2003, p. 24), é um processo circular que passa por uma tradução e reconstrução das representações, das ideias e dos discursos. Para que o problema seja contextualizado, os acontecimentos devem ser pensados globalmente e não podem ser separados dos contextos culturais, sociais, econômicos, políticos e históricos. Para o autor, é necessário produzir um pensamento “ecologizante”.

Um tal pensamento torna-se, inevitavelmente, um pensamento do complexo, pois não basta inscrever todas as coisas ou acontecimentos em um “quadro” ou uma “perspectiva”. Trata-se de procurar sempre as relações e inter-retro-ações entre cada fenômeno e seu contexto, as relações de reciprocidade todo/partes: como uma modificação local repercute sobre o todo e como uma modificação do todo repercute sobre as partes. Trata-se, ao mesmo tempo, de reconhecer a unidade dentro do diverso, o diverso dentro da unidade; de reconhecer, por exemplo, a unidade humana em meio às diversidades individuais e culturais, as diversidades individuais e culturais em meio à unidade humana (MORIN, 2003, p. 25).

Morin (2000, p. 20) ressalta também que não existe conhecimento que não esteja ameaçado pelo risco do erro ou da ilusão em qualquer transmissão de informação ou comunicação de mensagem, porque as pessoas constroem suas percepções baseadas no que os sentidos captam do mundo exterior. Este conhecimento, ao mesmo tempo tradução e reconstrução, comporta a interpretação, o que introduz o risco do erro na subjetividade do conhecedor, de sua visão do mundo e de seus princípios de conhecimento. Daí os numerosos erros de concepção e de ideias que acontecem apesar de nossos controles racionais. A projeção de nossos desejos ou de nossos medos e as perturbações mentais trazidas por nossas emoções multiplicam os riscos de erro.

Morin (2000, p. 27) afirma que em uma sociedade onde reinam paradigmas, convicções e crenças, todos sofrem a imposição de uma força normalizadora do dogma.

A compreensão humana nos chega quando sentimos e concebemos os humanos como sujeitos; ela nos torna abertos a seus sofrimentos e suas alegrias. Permite-nos reconhecer no outro os mecanismos egocêntricos de autojustificação, que estão em nós, bem como as retroações positivas (no sentido cibernético do termo) que fazem degenerar em conflitos inexplicáveis as menores querelas. É a partir da compreensão que se pode lutar contra o ódio e a exclusão (MORIN, 2003, p. 51).

Conforme Morin (2000, p. 93), a comunicação não traz por si mesma a compreensão. A informação, por mais bem transmitida e compreendida, garante o entendimento dos fatos, mas não é suficiente para a compreensão. “A compreensão humana vai além da explicação. A explicação é bastante para a compreensão intelectual ou objetiva das coisas anônimas ou materiais. É insuficiente para a compreensão humana” (MORIN, 2000, p. 95).

Para trazer a real dimensão do problema, as matérias publicadas nos veículos mencionados neste trabalho deveriam fazer uma abordagem profunda e imparcial, menos preocupada em apontar culpados ou eleger inocentes. Seria necessário buscar também em outras fontes conceitos para ampliar os horizontes sobre os princípios psicológicos, sociais e legais que regem as disputas, como a validade dos títulos de propriedade em região de fronteira, violação dos direitos básicos e da dignidade da pessoa humana, tanto de estrangeiros quanto, principalmente, de campesinos paraguaios.

Como observa Medina (1982, p. 146), na prática, muitas vezes o repórter já sai da redação pré-determinado a seguir o viés de uma pauta e procura pessoas que reforcem esse ponto de vista já delineado, aceita as respostas do entrevistado e escreve o material sem

dúvidas ou questionamentos quanto à abordagem do assunto. O poderio econômico levado pelos brasiguaios é considerado pelo ponto de vista do povo brasileiro como um fator positivo, entretanto, impôs às populações camponesas toda sorte de humilhações, como ver suas terras servindo de fonte de riqueza para outros povos, a impotência de permanecer em seu local de origem, o estigma de serem consideradas inferiores, entre outros aspectos que deveriam ser relevados pela imprensa.

Falta aos jornalistas de modo geral esquecer a influência cultural e o estereótipo negativo que nós próprios criamos sobre o Paraguai e se colocar no lugar do outro, enxergar esse outro como igual, assumindo uma postura compreensiva e menos reducionista. Também falta compreender a cultura camponesa, que não encontra similar no Brasil, e se baseia em uma exploração diferente da terra e dos recursos naturais. Além dos objetivos econômicos, pois dela sobrevivem, há também outros aspectos ligados à terra até mais importantes para essas populações, como o social e cultural.

Não cabe aqui avaliar se a quantidade de textos publicados pelas revistas semanais foi suficiente para elucidar a questão agrária do Paraguai, que tem origens históricas, e a saída do presidente Lugo. Em relação ao conteúdo, no entanto, nenhum dos textos analisados conseguiu dar a dimensão da complexidade do problema. Ao contrário, reforçou ainda mais os estereótipos de país sem lei e cidadãos oportunistas.

Em nenhum momento foram ouvidos especialistas na questão agrária, brasileiros ou paraguaios, que pudessem contextualizar melhor os acontecimentos. Não buscou informar quantos brasileiros têm de fato terras ameaçadas e nem a quantidade de fazendas que cada um deles possui, muito menos foi levantada seriamente a questão sobre o modo como obtiveram as propriedades. Não foram ouvidas fontes diversificadas. O Paraguai possui pelo menos cinco grandes movimentos sem-terra organizados, com lideranças distintas, mas nos textos em que aparecem são mostrados como invasores que pleiteiam a propriedade de trabalhadores. Não foi perguntado como era a vida na região antes da chegada dos brasileiros e como as famílias conseguiram sobreviver quando tiveram de sair de suas terras para liberar as áreas para os estrangeiros. Da mesma maneira que não conseguem obter as terras, eles também não têm espaço nas páginas da imprensa brasileira.

Como observa Medina (1982, p. 144), mesmo quando um veículo mantém correspondentes no Exterior, ou no caso Paraguaio enviam um correspondente para cobrir um fato específico, esses jornalistas quase sempre permanecem nos mesmos pontos onde estão as

agências multinacionais da informação e outros profissionais da imprensa, onde acabam sendo pautados pelo mesmo funil de decisões (outros veículos, relações públicas e agências) que os repórteres locais. Portanto, raramente conseguem criar novas pautas e levantar problemas através de seus ângulos específicos. A reportagem do correspondente, da agência de notícias e dos jornais locais acabam apresentando diferenças mínimas de enfoque, ditadas na maioria das vezes conforme a ideologia do veículo, por exemplo, sendo mais propensa a um posicionamento político de esquerda ou direita, não necessariamente por um ponto de vista de fato diferente.

Ao qualificar os brasileiros como responsáveis pelo crescimento da economia, não se mencionou que o Paraguai é um dos países mais pobres da América do Sul. Mesmo com números positivos em relação à exportação de commodities, a distribuição de renda não existe no país e a riqueza fica concentrada somente nas mãos dos grandes proprietários.

Resta a esperança de, no futuro, os jornalistas conseguirem ter um pensamento complexo, que não fragmenta e mutila a realidade para compreendê-la. Mas, como afirma Morin, consigam perceber a interdependência de todos os elementos que compõem a totalidade da questão.

Capítulo 3

A REPRESENTAÇÃO DO PARAGUAI NAS REPORTAGENS

A classificação de todo o material publicado sobre o Paraguai, realizada no capítulo anterior, serviu de auxílio para um primeiro momento de compreensão, ainda que de maneira panorâmica, de como o país é noticiados na mídia impressa brasileira. Nesta próxima etapa, como já mencionado na introdução deste trabalho, vamos estudar as reportagens publicadas nas quatro revistas semanais de informação brasileiras que tiveram o Paraguai como assunto principal. Como pudemos observar, foram feitas somente sete reportagens em que o país é a pauta principal, sendo uma de *Veja*, uma de *IstoÉ*, três de *Carta Capital* e duas de *Época*.

A pesquisa avança neste ponto para um estudo em profundidade desse gênero, buscando compreender o que é a reportagem jornalística, como se espera que devam ser a busca pela informação e o tratamento do texto. Investiga-se a maneira como o material pode ser apresentado, considerando a complexidade das relações, e como os temas podem ser tratados com maior profundidade, ampliando as fontes, as vozes e os sentidos relacionados aos acontecimentos. Verificamos também se os textos abrangem essa complexidade, envolvendo um conjunto amplo de questões que permeiam a vida dos brasiguaios e camponeses que moram na região de fronteira ou se navegam pelo universo do reducionismo, da simplificação.

Por conta da complexidade das relações existentes entre o Brasil e o Paraguai, torna-se muito difícil abstrair das mediações feitas pela imprensa. Apesar de as pessoas, hoje, cada vez mais, terem ilimitado acesso à internet e suas redes sociais para adquirir informações sobre o que acontece em outras partes do mundo, a figura do jornalista é de fundamental importância.

Funciona como um filtro para direcionar o leitor a obter conhecimentos sobre assuntos relevantes para o entendimento desse mundo e, no caso, o que acontece no Paraguai.

Por meio do jornalismo, podemos ter contato tanto com a realidade dos camponeses paraguaios, que buscam um pedaço de terra dentro do próprio país, quanto com os brasiguaios que – é necessário reconhecer – tiveram a coragem de migrar para outro país e fizeram fortuna, na maioria dos casos, independentemente se conseguiram suas terras de maneira ilícita ou legal. O jornalismo torna-se um meio privilegiado para quem não vive essa realidade de tomar contato com ela e conhecer essas histórias.

3.1 Breve estudo da reportagem

Medina (1982, p. 22) afirma que o jornalista tem o papel social de estabelecer “pontes” em um mundo dividido em grupos de interesse, classes sociais, extratos culturais e até mesmo faixas etárias. Ao jornalista, portanto, caberia intermediar a relação entre esses núcleos, que em determinados momentos podem estar em confronto deflagrado ou mesmo permanecer em absoluta ignorância uns dos outros. Explica a autora que o jornalista funciona como um “vaso comunicante”, na expressão atribuída por ela a Abraham Moles (1920-1992), por fazer a ligação entre os grupos que geram fatos sociais e culturais e aqueles que querem ter acesso a esses fatos. “Isso, porque há uma consciência subjacente de que para participar da história, decidir sobre o próprio rumo ou alterar o curso, é preciso *estar informado*” (1982, p. 101).

O jornalismo é um dos instrumentos que ajudam as pessoas a se informarem sobre o mundo, como ressaltava Lima (1998, p. 8-9), em *O que é livro-reportagem*. O principal papel do jornalismo é relatar os fatos de forma que as pessoas tenham conhecimento do que acontece em diversos campos da realidade social e da existência humana.

O jornalismo busca, desse modo, acompanhar as diversas esferas da existência contemporânea para construir uma leitura em mosaico daquilo que é atual e – em tese, pelo menos – de interesse público. É assim que posso, enquanto leitor, acompanhar as dramáticas e aceleradas transformações políticas e econômicas do mundo atual (LIMA, 1998, p. 9).

Essa ideia de Lima é retomada em outra de suas obras, *Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*, em que o autor afirma que, além dos papéis de informar, explicar e orientar, o jornalismo ainda tem outras funções, como a econômica, a ideológica, a educativa, a social, entre outras:

Mas o que diferencia de fato o jornalismo de outras atividades é o desempenho da tarefa informativa e orientativa. O alimento dessa função é a ocorrência social, sobre a qual se debruça o jornalismo para, a partir daí, manter sua audiência a par dos acontecimentos, possibilitando-lhe orientar-se diante da avalanche de ocorrências relevantes na sociedade moderna (LIMA, 2004, p. 11-12)

Para entendermos o que significa em grandes linhas a reportagem, que é nossa preocupação principal, e o que torna esse gênero diferente da notícia, recorreremos a uma definição de Muniz Sodré (2009, p. 70), onde ele explica que notícia é o texto que reconstrói

o acontecimento através da apuração dos dados, informações, entrevistas, redação e edição do texto.

Assim, notícia, a anglo-saxônica *news of the day*, constitui-se como o relato (micronarrativo) de um acontecimento factual, ou seja, inscrito na realidade histórica e, logo, suscetível de comprovação. Como este conceito tem alguma elasticidade e pode ser aplicado a relatos de maior amplitude, não necessariamente coincidentes com o que se costuma praticar nas redações de jornais, convém precisar que essa *news of the day* se entende como uma notícia factual (SODRÉ, 2009, p. 70-71).

Conforme Lima (2004, p. 17), a notícia corresponde ao relato de um acontecimento real e atual que interesse “a pelo menos um grupo importante entre os segmentos de receptores de uma mensagem jornalística”. Mesmo quando o fato não é rigorosamente atual, ele pode ser trazido ao presente para ganhar o interesse público, como no caso de datas comemorativas de algum grande acontecimento.

Lima (1998, p. 10) ensina que notícia é o relato jornalístico básico, que resume a reprodução dos fatos sociais. Como há temas que merecem uma abordagem mais profunda, o jornalismo desenvolveu a reportagem como uma forma de mensagem mais rica, que procura traduzir a realidade com uma contextualização mais ampla, apontando as múltiplas dimensões dos acontecimentos. A reportagem tenta justamente reproduzir a realidade da maneira mais completa possível, procurando informar com profundidade sobre os acontecimentos relacionados a um tema.

Por causa da necessidade de aprofundar os fatos e de proporcionar maior compreensão aos leitores, o jornalismo desenvolveu a reportagem, que segundo Lima (2004, p.18), amplia o relato simples e superficial para uma dimensão contextual:

Em especial, esse patamar de maior amplitude é alcançado quando se pratica a grande-reportagem, aquela que possibilita um mergulho de fôlego nos fatos e em seu contexto, oferecendo a seu autor ou a seus autores, uma dose ponderável de liberdade para escapar aos grilhões normalmente impostos pela fórmula convencional do tratamento da notícia, com o lead e as pirâmides já mencionadas (LIMA, 2004, p. 18).

A reportagem é considerada por Sodré e Ferrari (1986, p. 9) um gênero jornalístico privilegiado para narrar a atualidade. Assim como a literatura, eles ressaltam, a reportagem possui personagens, ação dramática e descrições de ambiente, mas o que a torna especial é seu compromisso com a objetividade informativa. E essa ligação com a informação objetiva impõe ao jornalista o “estilo direto puro”, ou seja, a narração sem comentários ou opiniões.

Os autores (1986, p. 11) explicam que a reportagem é uma extensão da notícia, um texto que inclui o desdobramento das perguntas que a notícia pretende responder (quem, o que, quando, como, onde, por quê), porém sendo discursivamente trabalhado.

Ainda conforme Sodré e Ferrari (1986, p. 15), as principais características de uma reportagem são: predominância da forma narrativa, humanização do relato, texto de natureza impressionista e objetividade dos fatos narrados. Os autores ressaltam que, por não possuir o caráter imediato, a reportagem detalha e contextualiza aquilo que já foi anunciado pela notícia. E também apontam a importância da apresentação de personagens nas reportagens (1986, p. 125). Mesmo que expostos individualmente no texto, os personagens compõem um painel que tem por objetivo esboçar como é a vida das pessoas no lugar e onde esses personagens atuam.

Sodré e Ferrari se aprofundam nas diferenciações dos tipos de reportagem e apontam três modelos fundamentais. O primeiro seria a reportagem de fatos, um relato objetivo que obedece à forma da pirâmide invertida. “Como a notícia, os fatos são narrados em sucessão, por ordem de importância” (SODRÉ; FERRARI, 1986, p. 45). O segundo tipo é a reportagem de ação, que começaria pelo relato do mais atraente até chegar à exposição dos detalhes. “O importante, nessas reportagens, é o desenrolar dos acontecimentos de maneira enunciativa, próxima ao leitor, que fica envolvido com a visualização das cenas, como num filme” (SODRÉ; FERRARI, 1986, p. 52). O terceiro modelo é a reportagem documental, um relato objetivo com citações que esclarecem o assunto tratado e aproxima-se da pesquisa. “Às vezes, tem caráter denunciante. Mas, na maioria dos casos, apoiada a dados que lhe conferem fundamentação, adquire cunho pedagógico e se pronuncia a respeito do tema em questão” (SODRÉ; FERRARI, 1986, p. 64).

Sodré e Ferrari (1986, p. 58) sugerem que, independentemente do modelo de relato, a reportagem pode variar os esquemas ou planos de texto, isto é, mudar a forma como são hierarquizados os acontecimentos e as informações. Entre os esquemas mais comuns apontados pelos autores (1986, p. 59-60) estão o cronológico, em que o texto começa pelo fato mais remoto, e o dialético, comum na reportagem documental, construída em forma de tese-antítese-síntese.

Ao contrário das notícias, que priorizam o factual em relatos mais curtos, as reportagens, desde suas origens, são espaços próprios para o exercício da investigação, resultando, como adiantado, em uma abordagem mais aprofundada e ampla dos fatos. Lima

(2004, p. 19) lembra que a prática da grande-reportagem tem como forma de expressão por excelência o jornalismo interpretativo, que pressupõe a inclusão de alguns itens como: a) contexto do fato, necessário para que se compreenda toda a rede de forças que determinam os acontecimentos; b) os antecedentes, que resgatam as origens dos problemas que deram origem à situação que está sendo abordada; c) suporte especializado, usando-se como fontes pesquisas e especialistas no assunto para evitar informações superficiais; d) projeção, que é pensar os desdobramentos do caso, suas consequências e seu alcance futuro; e) perfil, que auxilia na busca de humanização da reportagem.

Dessa forma, seria possível ampliar o enfoque tradicional, factual, estabelecendo relações entre as múltiplas causas e consequências de um determinado acontecimento. Lima (2004, p. 24) explica ainda que a reportagem pressupõe não só o aprofundamento do relato, quando comparado à notícia, mas a busca do entendimento mais amplo possível da questão em exame, incorporando elementos que possibilitam a compreensão do tema no tempo e no espaço, propondo uma leitura ampliada da realidade. Porém, por estarem voltadas em princípio para esse certo conhecimento do mundo, como observa Lima (2004, p. 67), as reportagens muitas vezes ficam presas ao acontecimento factual, sem abordar questões contundentes que influenciam os acontecimentos. O autor afirma que pode ainda haver outros problemas, como a manipulação ideológica ou interesses mercadológicos, que desvirtuam um fato para chamar a atenção do leitor para apenas um elemento de um tema importante. “Com isso, perde o receptor a chance de captar o sentido mais profundo da contemporaneidade. Muito mais ainda quando entra em campo um certo emocionalismo, típico do latino, distorcendo a leitura do real” (LIMA, 2004, p. 67).

Medina (1982, p. 146) lembra também de algumas técnicas indispensáveis ao jornalista para a realização de um bom trabalho, como a qualidade para descobrir e aprofundar pontos de vistas plurais, diferentes e contraditórios sobre determinada situação, além de se estabelecer elos de confiança com a fonte:

Na feitura da reportagem existe uma situação comunicativa básica: as fontes de informação são parte da própria realidade e a relação do repórter com essa realidade pode se processar de forma dinâmica, interativa ou estática, unilateral. Justamente aí se encontram outros grandes atrasos profissionais, porque muitos dos repórteres estabelecem um contato unilateral, parcial, viesado (MEDINA, 1982, p. 146).

Medina (1982, p. 123) afirma que o jornalista precisa saber lidar com a profissão para retirar dela o máximo de potencial, formulando mensagens que se multipliquem indistintamente, para transformar o jornalismo em um instrumento de luta que permita o exercício consciente de seu papel social. Ela ensina que é quase uma arte reproduzir as informações para a população de maneira legível e assimilável, o que exige um esforço de pesquisa e uma boa dose de criatividade.

A autora (2006, p. 22-23) reforça que não basta difundir e distribuir as informações, mas efetivamente mediar de forma criativa o processo de comunicação, dando espaço aos múltiplos sentidos dos acontecimentos (polissemia), bem como às múltiplas vozes (polifonia) que expressam a diversidade das versões sobre o mesmo fato.

Lima (1998, p.12) critica o jornalismo, que segue muitas vezes uma produção em massa, onde as coberturas de várias áreas são feitas com a maior velocidade possível e seguindo padrões rígidos. Essas coberturas acabam por simplificar a coleta de informação e uniformizar a forma como são elaboradas as mensagens. Por tudo isso, sobra cada vez menos espaço e menos tempo para os jornalistas se dedicarem às reportagens. A necessidade de um “gancho”, ou seja, um fato no presente que justifique explorar determinado assunto, faz com que muitas vezes o jornalismo deixe de abordar tópicos que são importantes para a sociedade, mas não são rigorosamente atuais. O autor observa ainda que o jornalismo também legitima certas fontes, as mesmas figuras públicas, especialistas e instituições, como as únicas autoridades em determinados assuntos:

A construção da mensagem nessa fórmula fechada faz com que a realidade seja reduzida e simplificada a uma forma que trai a verdade, porque no processo de redução ocorrem fenômenos obrigatoriamente depredadores de elementos importantes de cada acontecimento. A fórmula tende a colocar em primeiro plano os aspectos materiais, concretos de um acontecimento. Com essa abordagem, perdem-se muitas vezes componentes sutis e subjacentes que são, em certas circunstâncias, extremamente relevantes para se compreender o real em sua totalidade material e física – no nível das ações –, de um lado, em sua totalidade subjetiva, no nível do significado psicológico e da sua ressonância emocional –, de outro (LIMA, 1998, p. 21).

De acordo com Lima (1998, p. 15), o jornalismo precisa se afastar do reducionismo e do entendimento mecanicista dos acontecimentos para encontrar um contexto mais completo e complexo na cobertura da realidade. Não basta se limitar a uma concepção linear de causa e efeito dos fatos, é necessário buscar os fatores que condicionam e antecedem os acontecimentos. Ainda segundo o autor (2004, p. 99), através da reportagem, é possível abrir

os olhos do leitor para uma visão mais completa e abrangente dos acontecimentos, das situações e dos personagens.

O rápido estudo da reportagem, como proposta de uma abordagem mais contextual, aprofundada, complexa e compreensiva dos fatos da atualidade, autoriza-nos a deixar registrados, neste momento, os traços ou critérios que guiarão a nossa análise nas páginas seguintes, no confronto com as reportagens que formam o corpus desta pesquisa. São eles: 1) complexidade x reducionismo; 2) compreensão x explicação; 3) polifonia e trabalho de campo 4) opinião x informação. Esses critérios dão conta, a nosso juízo, da tarefa de compreensão do perfil e da natureza jornalística dessas reportagens.

3.2 Complexidade x Reduccionismo

A reportagem pressupõe um tempo maior para que informação jornalística seja trabalhada e, dessa forma, aborde os acontecimentos de maneira mais profunda, considerando a complexidade das relações existentes entre os envolvidos no fato que deu origem inicialmente a uma notícia. O complexo a que aqui nos referimos integra os diferentes modos de pensar sobre a realidade, articula os diferentes campos disciplinares e busca o conhecimento multidimensional, ao contrário da simplificação, que é unidimensional, reduz e mutila a realidade e os acontecimentos. Como ensina Morin (2011, p. 10), o nosso conhecimento seleciona dados significativos enquanto rejeita outros considerados não tão importantes: separa, hierarquiza e centraliza através da lógica, formando esquemas ou paradigmas que governam nossa visão das coisas e do mundo, sem que muitas vezes tenhamos consciência disso. Para evitar uma visão unidimensional, simplificadora, precisamos tomar consciência desses paradigmas que mutilam o conhecimento e desfiguram o real.

Morin (2011, p. 13) explica que *complexus* significa o que é tecido junto. A complexidade é como um tecido de componentes heterogêneos, que são às vezes paradoxalmente associados. É um conjunto de ações, acontecimentos, interações que constituem o real, apresentando traços de ambiguidade e de incerteza, de complementaridade de opostos. O conhecimento, tradicionalmente falando, opera selecionando alguns elementos, distinguindo e hierarquizando, o que nos deixa cegos para alguns aspectos do *complexus*. O autor ressalta que a dificuldade do pensamento complexo é que ele deve enfrentar o emaranhado, as ações e reações, considerando as incertezas e as contradições. Morin (2011, p. 15) tenta nos mostrar as enormes carências do nosso pensamento e provar que um pensamento fragmentado e mutilador necessariamente nos conduz a ações mutilantes. A simplificação não nos deixa ver a complexidade do real, ao contrário, oculta a realidade, que acaba sendo reduzida ao idealismo. O real fica, então, encarcerado em um sistema de ideias parcial e unilateral.

Se a complexidade chama a atenção para diversos sentidos e contextualizações dos fatos, o reduccionismo simplifica e reduz o real a um sentido só e gera uma visão dominante. Tomamos como exemplo a reportagem da revista *Época*, “A luta pelo Paraguai”, assinada por Juliano Machado, que fala sobre os brasileiros que vivem na região da fronteira do Paraguai

com o Brasil. O texto foi publicado na edição 737, de 2 de julho de 2012, e começa a contar, logo no início, a trajetória de vida do paraguaio Marcelo Lazzarotto, filho de imigrantes brasileiros, o que nos permitiria dizer que seria uma reportagem de ação, que envolve o leitor ao fazê-lo visualizar as cenas, como num filme, conforme Sodré e Ferrari (1986, p. 52):

O Paraguai deu a Marcelo Lazzarotto uma vida feliz e confortável. O paraguaio, de 30 anos, nasceu em Curupaity, uma vila no departamento (Estado) de Alto Paraná, perto da fronteira com o Brasil. Com seus três irmãos, foi criado na vizinha Colônia Mbareté, onde seu pai, Maximino, um paranaense de Matelândia, plantou soja, milho e trigo onde antes só havia mato, no começo dos anos 1980. Os Lazzarottos prosperaram. Têm 3.550 hectares plantados, entre terra própria e arrendada. A família tem ainda três silos, um moinho de trigo e um posto de gasolina – na semana passada venderam um supermercado. “Nasci e sempre me considerei paraguaio. Aqui tenho tudo”, diz Marcelo com um português claro, enquanto cruza as estradas de terra que cortam as plantações com seu potente jipe americano Hummer (Época, 737, 2/7/12, p. 33).

Lazzarotto conta que, em março de 2012, uma das lavouras da família foi invadida por camponeses, onde permaneceram por cerca de dois meses até o cumprimento de uma ordem judicial que reconhecia o título da propriedade da família. Além de Lazzarotto, o brasileiro Aurio Frighetto, dono de uma exportadora de grãos, e o produtor Rafael Forlin, paraguaio filho de brasileiros e dono de lavouras de milho, aparecem como fontes.

O texto já começa nos apresentando uma visão simplista, não complexa, dos acontecimentos. A família Lazzarotto chegou ao país sem dinheiro e construiu uma vida confortável através do próprio trabalho. Não se procurou saber de que maneira essas propriedades foram obtidas. Tendo recebido educação, falando um bom português como a revista frisou, o fazendeiro não reagiu diante da violência dos sem-terra. Os camponeses, ao contrário, invadiram uma das propriedades, até que a Justiça paraguaia – normalmente ridicularizada pela imprensa brasileira – se fez prevalecer para devolver a terra.

A reportagem traz ainda informações sobre a origem da ocupação da região durante o regime Stroessner e estima, citando como fonte o Itamaraty, que existem 350 mil brasileiros no Paraguai, o que seria a segunda maior comunidade brasileira no exterior, atrás dos Estados Unidos, e “só isso já justifica o Brasil voltar os olhos para essa região” – como se fosse possível simplesmente ignorar a soberania paraguaia. O texto também fala do confronto que provocou a queda de Lugo e da forma como o processo foi conduzido dentro do que determina a Constituição “por incrível que pareça”.

Curiosamente, a reportagem fala como se deu a ocupação do campo durante o período do governo do ditador Alfredo Stroessner, sem porém levantar qualquer dúvida a respeito da legitimidade da ação dos brasileiros. Eles “se instalaram na região”:

A ocupação do campo diz muito sobre os vícios da política paraguaia, que levaram a uma democracia frágil e a um Estado pouco funcional. Boa parte do que se vê hoje é reflexo da ditadura do general Alfredo Stroessner (1954-1989). Seu regime estimulou a ocupação do interior do país, quase inexplorado. No fim dos anos 1960 e início dos 1970, os primeiros brasileiros se instalaram na região da fronteira, atraídos pela estabilidade oferecida pelo ditador e pela terra barata, apesar da infraestrutura inexistente (Época, 737, 2/7/12, p. 34).

De forma reducionista, os brasileiros são apresentados como exemplos de sucesso, enriquecendo através do trabalho na agricultura, heróis em um país onde parte da população – os campesinos – os acusa de terem obtido sucesso ocupando as terras de forma ilegal. Mesmo quando faz um resgate das origens históricas da ocupação da região, jamais a forma como esses estrangeiros obtiveram as terras ou a relação com as comunidades locais é questionada. Ao ressaltar a “infraestrutura inexistente”, o esforço dos brasileiros que venceram no país vizinho é ainda mais exaltado.

Também de maneira simplista e reducionista, a reportagem culpa a falta de diálogo por parte de Lugo como um dos motivos para o governo falhar na implantação de seus projetos de reforma agrária, enquanto os brasileiros que têm as terras invadidas são apresentados como meras vítimas. A revista não leva em consideração que desapropriar terras para destinar à reforma agrária é algo extremamente complexo, especialmente quando a maioria dos parlamentares do Senado e da Câmara não somente faz parte da oposição, mas também é formada por grandes proprietários de terra:

Lugo prometeu acelerar a reforma agrária para cerca de 300 mil camponeses sem-terra, num país onde 1% dos agricultores têm 77% da área produtiva. A tarefa parou na falta de diálogo entre os proprietários, quase todos eleitores colorados, e o governo. “Tentamos nos reunir com o presidente, mas nunca conseguimos marcar audiência”, afirma o gaúcho Aurio Frighetto, dono de uma exportadora de grãos. O novo presidente, Federico Franco, promete conciliar os interesses divergentes (Época, 737, 2/7/12, p. 34-35).

Morin (2011, p. 59) esclarece que, para compreender o problema da complexidade, é preciso saber primeiro que existe um paradigma simplificador, formado por noções mestras e princípios-chave. “A simplicidade vê o uno, ou o múltiplo, mas não consegue ver que o uno

pode ser ao mesmo tempo múltiplo. Ou o princípio da simplicidade separa o que está ligado (disjunção), ou unifica o que é diverso (redução)” (MORIN, 2011, p. 59).

As reportagens produzidas acabam revelando-se incompletas, justamente porque não levam em conta o pressuposto da complexidade e deixam de mostrar o caráter multidimensional que permeia a realidade. Não se pode isolar os fazendeiros brasiguaios, os camponeses, toda a origem histórica dos conflitos por terra e da relação entre paraguaios e brasileiros, além das intervenções políticas que interferem na vida de quem mora na região de fronteira. O texto da reportagem precisa conter essas múltiplas visões e dar vozes a pessoas que enfrentam situações tão diferentes na sua essência.

Segundo Morin (2011, p. 68), o complexo está relacionado à incapacidade de se ter certeza de tudo, de formular leis, de conceber verdades absolutas e até de evitar contradições. Quando são encontradas contradições, na visão complexa, isso não significa necessariamente um erro, “mas o atingir de uma camada profunda da realidade que, justamente por ser profunda, não encontra tradução em nossa lógica”. As reportagens precisam conter essa variedade, pois na região de fronteira existe uma realidade econômica, uma realidade social, uma realidade política, uma realidade psicológica, enfim, uma vastidão de visões que podem, na medida do possível, ser contempladas no texto. Medina, em *A arte de tecer o presente*, uma obra de 1973 escrita com Paulo Roberto Leandro, sobre jornalismo interpretativo, lembra Nietzsche, quando ele defende que “uma rede forças” atua sobre os fenômenos.

Nesse sentido, até as justificativas para a saída de Lugo merecem se enquadrar em uma ótica mais ampla, já que vários fatores contribuíram para que fosse perdendo apoio: a proximidade com os camponeses e as preocupações que causava nos grandes proprietários de terra com seus planos de reforma agrária, a falta de apoio dentro de da base governista e, até mesmo, os filhos que teve enquanto ainda era ligado à igreja católica, fato que chocou parte da sociedade conservadora do país.

Podemos pegar como exemplo a reportagem da revista *Veja*, “O Golpe fracassado de Chávez no Paraguai”, publicada na edição número 2276, de 4 de julho de 2012. No texto, afirma-se que o Brasil evitou qualificar a destituição de “golpe” e agiu de forma moderada, por conta dos diversos interesses econômicos que possui no país, ainda que tenha mantido o isolamento paraguaio do Mercosul:

Por pouco, contudo, a diplomacia brasileira não se viu envolvida em uma grave violação da soberania do Paraguai: a tentativa de Chávez &

companhia de incitar os militares paraguaios a usar a força para impedir a queda de Lugo. A ingerência da Venezuela, que poderia ter resultado em um banho de sangue nas ruas de Assunção, foi confirmada pela ministra da Defesa paraguaia, Maria Liz Garcia (Veja, 2276, 4/7/12, p.76).

Tamanha é a indiferença de *Veja* em relação ao Paraguai, que a revista esquece-se de tentar explicar a crise aos seus leitores e as motivações que podem ter levado à destituição do presidente. A única reportagem da revista que tem o Paraguai como pauta principal é antes um texto panfletário contra o governo de Hugo Chávez. Sem provas conclusivas, a revista assume a posicionamento de que Chávez não queria o afastamento de Lugo e fez diversas manobras e até ameaças, todas infrutíferas, para tentar mantê-lo no cargo. É um texto no mais puro reducionismo, sem fontes diversificadas que pudessem comprovar as afirmações.

Além disso, não causa espanto o fato de que essa semanal brasileira, num contexto favorável aos seus interesses ideológicos, se arvora em defensora da “soberania paraguaia”? Uma soberania que, quando o assunto é “brasiguaios”, ou camponeses paraguaios, é divinamente ignorada.

Medina observa que no jornalismo costuma-se ver as marcas epistemológicas do *Discurso sobre o espírito positivo*, de Auguste Comte, que sintetiza as ideias fundamentais do Positivismo. Nas palavras da autora, essas são:

(...) a noção de real e a relação objetiva com o real; a tendência para diagnosticar o acontecimento social no âmbito da invariabilidade das leis naturais; a ênfase na utilidade pública dos serviços informativos; o tom afirmativo perante os fatos jornalísticos; a busca obsessiva pela precisão dos dados como valor de mercado; a fuga das abstrações; a delimitação de fatos determinados (MEDINA, 2008, p. 24).

Sempre que o jornalista precisa fazer a cobertura de acontecimentos sociais, segundo Medina (2008, p. 25), “os princípios ou comandos mentais que conduzem a operação simbólica espelham a força da concepção de mundo positivista”. Podemos observar, desde a pauta até a entrega da reportagem, esse esforço no sentido de colocar a informação de modo objetivo, afirmando dados concretos de determinado acontecimento.

Künsch (2000, p. 110) entende que o acúmulo de informações descontextualizadas, que provoca no cidadão a sensação de estar perdido, faz com que o leitor busque na imprensa ajuda para “entender o drama do tempo em que vive”. Justamente nesse ponto torna-se importante que os jornalistas, antes de se comportarem como portadores da verdade, tenham

consciência de que é necessário mostrar não um caminho único, mas diferentes sentidos dos acontecimentos:

O mundo se torna de alguma maneira extremamente simples na cabeça do repórter, pois há causas e há efeitos precisos, forças determinadas e sentidos obrigatórios – e ao arquiteto supremo das ideias acabadas, que dispensa o confronto e o arejamento de outras ideias e visões, cabe a tarefa soberana de informar e convencer, às vezes de ensinar e instruir, num didatismo sem tréguas. O mediador social da informação se transforma, desse modo, em administrador de sentidos ou em proprietário particular de um bem, ou latifúndio, denominado verdade (KÜNSCH, 2000, p. 159-160).

Mas Medina (2008, p. 29) reconhece que, hoje, uma parcela de pesquisadores da área e de jornalistas procura cada vez mais decifrar a complexidade dos acontecimentos, descobrir novos significados relacionados aos contextos históricos e culturais, ressaltar o protagonismo social onde antes ele não aparecia. “As experiências cotidianas da dor ou da alegria, dos comportamentos humanos, os espantos da crueldade – eis alguns temas que desafiam a sensibilidade, a sutileza e o sentimento incômodo das mentes abertas às incertezas” (MEDINA, 2008, p.29).

Mais equilibrada nesse sentido é a reportagem de *Carta Capital*, “Vacina contra intentonas”, publicada na edição 704, também em 4 de julho de 2012. Já no início, o texto mostra duas faces da realidade: a falta de engajamento da população para manter Lugo no poder e a reação contundente de países que reprovaram o afastamento. O que o jornalista consegue perceber, no entanto, é que a motivação desses governos não era apenas defender Lugo, mas a manutenção de seu próprio poder:

A maioria dos países latino-americanos tem inquietação social e maiorias parlamentares voláteis e receiam um precedente que facilite às elites armar pretextos para derrubar um governo incômodo com um simulacro de processo no Parlamento ou no Judiciário. É preciso má-fé para atribuir a viés ideológico a atitude do Brasil ao qualificar o ato como golpe e condená-lo. Todos os países latino-americanos o fizeram, inclusive governos conservadores como os da Colômbia, Chile, México, Haiti e Honduras. Já não havia um só embaixador sul-americano em Assunção quando Cuba também decidiu retirar o seu. (*Carta Capital*, 704, 4/7/12, p. 36).

Na reportagem, o assunto é abordado de maneira um pouco menos superficial, considerando que não foi a morte de 17 pessoas em um conflito agrário, tão comuns no Paraguai e que resultam em dezenas de mortes por ano, que causou a queda do presidente. E a reprovação do ato, principalmente por parte de presidentes de outros países da América do Sul, não teriam sido expressadas para tentar intervir ou mesmo proteger o amigo presidente,

mas pelo temor de serem os próximos governantes destituídos, já que todos enfrentam uma parcela de parlamentares da oposição. É uma hipótese que ainda não havia sido exposta por outros veículos de maneira tão clara. É um modo diferente de pensar sobre a realidade, mostrando que há mais dimensões do que a que foi apresentada até então.

Até mesmo o apoio dado a Franco por alguns países pode ter outras justificativas, como aponta o texto, especialmente o do Vaticano, que sofreu um tremendo golpe para sua imagem com a revelação de que Lugo teve filhos quando ainda era bispo católico. Há razões mais profundas do que o discurso oficial de meramente apoiar uma decisão dos parlamentares paraguaios, tomada dentro do que prevê a Constituição:

Por ora, o governo de Franco conta com o apoio do Vaticano, dos EUA, do Canadá, da Alemanha e de Taiwan, que não se arrisca a romper relações com um dos últimos países que ainda reconhecem sua existência. A Espanha se precipitou em reconhecer o governo golpista, mas mudou de atitude e passou a dizer que apoiaria a Unasul e Mercosul nas decisões sobre o Paraguai. Em grave crise financeira, não pode indispor-se ainda mais com os países latino-americanos, onde tem pesados investimentos. No exterior, fora da mídia conservadora, o único apoio franco e entusiástico ao golpe veio da Igreja Católica. Os bispos paraguaios pressionaram abertamente Lugo, chantageando-o com a ameaça de um processo legal se não renunciasse. Consumado o golpe, foram os primeiros a cumprimentar Franco, liderados por um embaixador do vaticano que sorria de orelha a orelha. (Carta Capital, 704, 4/7/12, p. 37).

Conforme as noções de Morin já expostas neste trabalho, o jornalista segue modelos que regem a maneira como visualiza o mundo, sem que muitas vezes tenha percepção disso, selecionando alguns dados em detrimento de outros, que não considera importantes. É necessário evitar esse modo unidimensional e simplificador, que acaba descaracterizando a realidade dos fatos ou, pior, acaba tomando por certo um viés que pode ter muitos outros fatores complexos envolvidos em sua rede de significados.

Ainda que de maneira não consciente, um exemplo de maneira simplista de ver o mundo é exposto na reportagem “A diplomacia da conveniência”, de Juliano Machado, assinada de Assunção, publicada na revista *Época* de 2 de julho de 2012, número 737. O texto começa considerando que os paraguaios tinham uma boa relação com os brasileiros até o governo do Brasil se posicionar contra o *impeachment*:

Os paraguaios gostam de fazer piadas com seus vizinhos de Cone Sul. Dizem ser “mais fácil entender um brasileiro em português que um argentino em espanhol”. A brincadeira expõe a histórica rivalidade entre Paraguai e Argentina e também é uma prova da relação de boa

vontade com os brasileiros, apesar da mágoa histórica deixada pela Guerra do Paraguai no século XIX. Na semana passada, pelo menos na elite do país, pouco restou da boa vontade. Ela foi abandonada assim que o governo de Dilma Rousseff protestou contra a deposição do presidente Fernando Lugo. O português do Brasil deixou de ser compreendido (*Época*, 737, 2/7/12 p. 36).

O texto explica que a “elite do país” tinha boa vontade com os brasileiros. Ou seja, aqueles que detêm o poder econômico e, afinal, que são os que importam. A opinião dos paraguaios subjugados dentro de seu próprio país, e que não veem a dominação brasileira com bons olhos, é ignorado na reportagem. Para os membros da elite paraguaia, inclusive os grandes produtores paraguaios, ameaças de retaliação de outros países que, para a revista, se alinham com o governo Chávez, não seriam uma surpresa. No entanto, esperavam apoio vindo do Brasil:

Essa sensação está disseminada, sobretudo em meio àqueles que produzem e ajudam a construir a economia paraguaia, entre eles os agricultores brasileiros chamados de brasiguaios. Eles não queriam mais o esquerdista Lugo no poder e ficaram irritados com a decisão de Brasília de ameaçar o Paraguai com sanções por causa da posse do novo presidente, o liberal Federico Franco. Que tal atitude viesse da Argentina, da Bolívia e do Equador, cujos governos se alinham com o presidente da Venezuela Hugo Chávez, já era esperado. A adesão do Brasil não caiu bem. O país também avalizou a resolução tomada, na semana passada, na reunião do Mercosul: o Paraguai foi suspenso do bloco econômico até as próximas eleições, previstas para 2013. Na mesma reunião, definiu-se a aprovação da Venezuela como membro pleno em 31 de julho deste ano – posição que contraria frontalmente os interesses paraguaios (*Época*, 737, 2/7/12 p. 36).

A crise que afetou o governo paraguaio é complexa, não é fruto somente das mortes que ocorreram durante a ocupação de uma fazenda, mas também, entre outras possíveis razões, da falta de apoio de Lugo dentro de sua própria base de governo, dos planos de avançar com a reforma agrária no país e, até mesmo, da vida pessoal do presidente, que teve filhos enquanto ainda era bispo da Igreja católica. Porém, as versões ambíguas que poderiam pôr em questão as teses defendidas, de modo geral, pelas revistas de informação brasileiras, são ignoradas. Os jornalistas elencam elementos que consideram válidos e ignoram outros, ficando cegos frente à ideia de um “complexus” de sentidos. Nos textos, não há incertezas. Por representar um pensamento fragmentado, somente um aspecto da realidade é mostrado, culminando em uma versão simplista dos fatos. E a realidade da classe dominante é a que acaba conquistando espaço quando se tenta contextualizar os acontecimentos.

3.3 Compreensão x explicação

Künsch (2008, p.173) ensina que compreender evoca, originalmente, o sentido de juntar, abraçar e integrar, tornando a percepção do mundo em sua heterogeneidade, com as diversas aproximações possíveis, o principal desafio. Ele chama a atenção para dois dos mais relevantes significados do termo compreensão: “O primeiro é de tipo intelectual, cognitivo, objetivo, enquanto o segundo vê a compreensão em sua relação com a intersubjetividade e os vínculos humanos” (KÜNSCH, 2008, p. 188).

Lima preocupa-se com as diferenças entre explicar e compreender. Acima de tudo, a visão compreensiva da realidade tem o propósito de disseminar conhecimentos:

Compreender é diferente de explicar. A explicação adota uma visão unilateral, verticalizada, de cima para baixo, reducionista. Mostra o mundo sob uma ótica única ou de pouca abertura. Já a compreensão busca exibir o mundo sob perspectivas diversificadas. Mais do que isso, ilumina as conexões entre conteúdos aparentemente desconectados. Interliga dados, mostra sentidos, perspectivas (LIMA, 2008, p. 366)

Para um pensamento de matriz compreensiva é indispensável renunciar à ideia de verdade e de certeza, conforme ressalta Künsch (2010, p.18), no sentido que esses termos adquiriram na tradição no pensamento ocidental e contentar-se com menos conclusões e explicações e mais “talvez”, no sentido de busca, de incompletude e de necessidade de diálogo. O autor afirma que, nessa tradição ocidental de pensamento, o mundo se propõe a ser explicado, com método, de forma racional e rigorosamente.

O Signo da Compreensão, compreensivamente, não condena nem renuncia a toda explicação. Inclusive porque sem explicações não se vive. Rejeita, isso sim – aliás, como um tributo de respeito ao melhor de todo esforço explicativo –, a vã ideia de que tudo se explica, de que os sentidos se fecham, de que o mundo é, de que a vida é. Nas sendas da compreensão, há lugar também para o inefável, o mistério, as entrelinhas e as dobras que ajudam a tecer e a entretecer os sentidos reais e presumidos das coisas. Há um lugar de honra reservado ao princípio da incerteza (KÜNSCH, 2010, p. 20).

A única reportagem da revista *IstoÉ* sobre a crise do governo paraguaio, intitulada “Barbeiragem diplomática”, foi publicada na edição número 2225, de 4 de julho de 2012, e assinada por Cláudio Dantas Sequeira e Michel Amorim. O texto discorre sobre a atuação da diplomacia brasileira durante a crise do governo paraguaio. Em vez de se preocupar em fornecer dados e ouvir fontes que pudessem tornar mais claros os acontecimentos ocorridos

no Paraguai e que resultaram na saída do presidente Fernando Lugo, a reportagem ocupa-se em “explicar” as ações da diplomacia brasileira durante a crise.

A crise deflagrada pela queda do presidente Fernando Lugo extrapolou as fronteiras do Paraguai, ganhou contornos de conflito regional e ameaça se transformar numa grande dor de cabeça para o governo Dilma Rousseff. Não bastassem todos os questionamentos sobre um impeachment com ares de golpe branco, a ação atrapalhada do Itamaraty pôs o Brasil numa situação delicada com um vizinho estratégico e desgastou a cúpula da diplomacia. Setores do governo pressionam a presidenta Dilma Rousseff pela demissão do ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota. Os grupos contrários à permanência de Patriota espalharam nos últimos dias que Dilma até já teria cogitado nomear uma mulher para o lugar do chanceler: a embaixadora Maria Luiza Viotti, chefe da missão do Brasil na ONU, em Nova York (IstoÉ, 2225, 4/7/12, p. 39).

Começa qualificando a ação do Itamaraty de “atrapalhada”, afirma que a presidente Dilma Rousseff estava sendo pressionada por setores do governo – sem especificar quais deles – a demitir o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota. O texto não dá margens para dúvidas, simplesmente explica o que imagina ter acontecido, sem ampliar os pontos de vista dos acontecimentos, sem considerar outras aproximações possíveis para a crise governamental ou para suas consequências.

O texto prossegue culpando pelas “barbeiragens diplomáticas” o embaixador aposentado Samuel Pinheiro Guimarães, que renunciou ao cargo de alto representante do Mercosul depois da queda de Lugo. Ele supostamente teria proposto as ações de reação do Itamaraty que foram cegamente obedecidas pelo ministro de Relações Exteriores, Antônio Patriota. Novamente, a revista torna a explicar exatamente o que aconteceu, sem abrir para o leitor qualquer possibilidade de se questionar em relação às atitudes do governo. Não se trata aqui, tampouco, de afirmar que foram corretas, mas de tentar evitar uma visão simplista e reducionista, fixada nas ideias de certo ou errado:

Foi um dos responsáveis por influenciar de forma equivocada o Palácio do Planalto a apoiar medidas drásticas de retaliação ao novo governo paraguaio, como a suspensão do país do Mercosul até as eleições de 2013. Embora a sanção política tenha sido respaldada por Dilma, a presidenta impediu que as punições se estendessem às relações econômicas e comerciais. A ideia de Samuel Guimarães era isolar totalmente o parceiro comercial. Esse radicalismo fragilizou ainda mais a situação de Guimarães e tornou inviável sua permanência no cargo. Oficialmente, o diplomata deu versões diferentes para a saída, falou primeiro em “falta de apoio” e depois em “motivos pessoais” (IstoÉ, 2225, 4/7/12, p. 40).

IstoÉ explica, plena de certeza, todos os atos de Guimarães. Estas ações também são apontadas pela revista como os motivos que tornaram “inviável” a permanência dele no cargo. No entanto, em nenhum momento Guimarães, ou qualquer membro do governo, foi ouvido sobre a história. Não são citadas fontes que pudessem corroborar com o relato do repórter. O texto afirma ainda que a chegada de chanceleres sul-americanos ao Paraguai no dia do *impeachment* fez os parlamentares acelerarem o processo. Não existe nenhuma comprovação de que o prazo de defesa dado a Lugo tenha sido reduzido por conta disso. É uma afirmação muito complicada de se fazer. Aparentemente, tratou-se de uma decisão dos parlamentares, que, sabendo que a maioria votaria a favor do *impeachment*, queriam rapidamente destituir Lugo, deixando o cargo livre para ser assumido imediatamente depois por Franco. Além do que, a Constituição paraguaia permite que o processo se dê de forma acelerada.

Além da maneira como apela para a explicação do mundo, esquecendo-se das inúmeras facetas que envolvem a queda de um presidente, outra característica notável do texto é a opinião em contraponto com a informação. Apesar de abordamos as questões relativas a esse aspecto mais à frente, aqui surge um exemplo de como a informação pode ser negligenciada quando o jornalista já tem em mente uma tese e usa o espaço da reportagem para defendê-la, sem verdadeira apuração.

O uso de um box dividido em quatro partes “explica” a crise. O primeiro bloco traz a informação dos 17 mortos no conflito pela posse de terra. O segundo quadro diz que Lugo nomeou um novo ministro do Interior, Rubén Candia, do partido Colorado o que teria irritado o partido Liberal, de seu então vice-presidente Federico Franco. No terceiro, afirma que Lugo sofreu o processo de *impeachment* no dia 21 de junho, sem detalhar que as votações ocorreram na Câmara e no Senado e em dias diferentes. E no último informa que em cerimônia convocada para o dia seguinte, Franco foi empossado – mais uma informação incorreta, já que a posse ocorreu poucas horas após a decisão do afastamento.

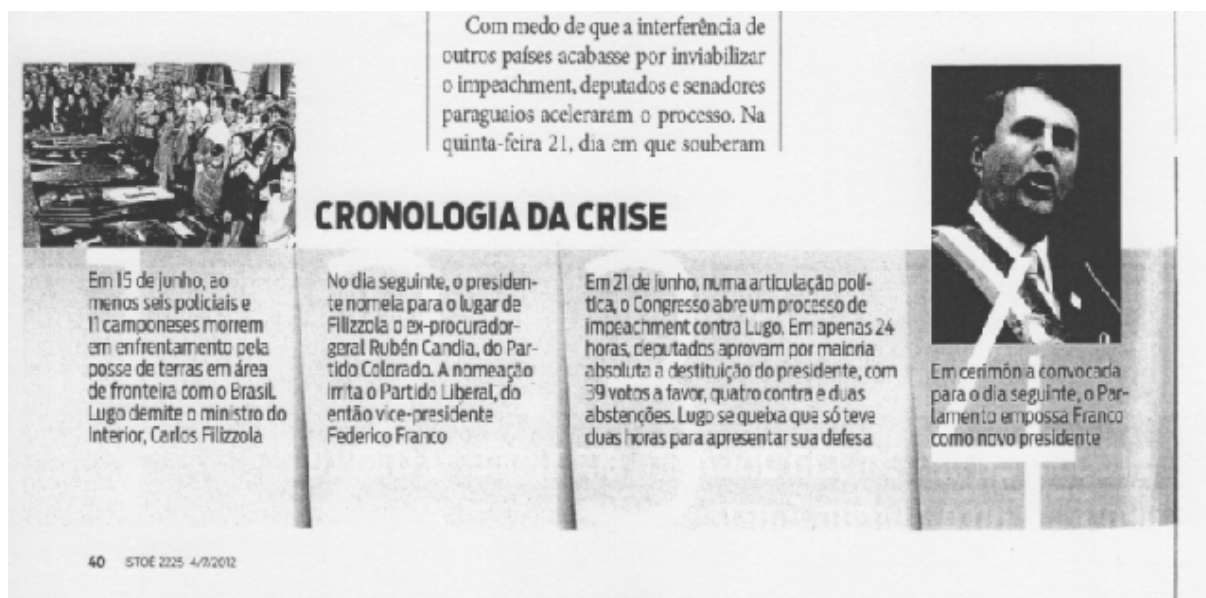


Figura 15: *IstoÉ*, 2225, 4/7/12, p. 40

IstoÉ ocupa-se em tentar resumir toda a crise em pequenos textos explicativos, superficiais, sem deixar qualquer margem de dúvida de que existiram acontecimentos que contribuíram de maneira mais contundente para a crise paraguaia.

Em quatro páginas, sendo somente duas reservadas ao texto, com as outras sendo reservadas para grandes imagens, *IstoÉ* não somente explica a crise, mas também aponta os culpados. Cabe lembrar ainda que as fotos de Patriota, Garcia e Lugo, que ilustram a matéria, não contêm legendas com informações sobre data e circunstância em que foram tiradas. Aliás, a pesquisa conseguiu identificar que imagem de Lugo é de arquivo, tirada na Colômbia no dia 11 de junho, onze dias antes do *impeachment*. A fotografia mostra o presidente olhando para o chão e, talvez por isso, foi usada nas reportagens que falam de seu afastamento²⁹.

²⁹ Flusser (2007, p. 130) afirma que o homem pré-moderno vivia em outro universo imagético, onde usava as imagens para tentar interpretar o mundo. Em contrapartida, nós já vivemos em um mundo imagético que interpreta com as imagens as teorias relacionadas ao “mundo”. Para evitar erros de interpretação, é necessário aprender a decifrar as imagens e as convenções que lhes dão significados. Como Flusser (2007, p. 113) explica, o “reino das imagens” seria parte de um “mundo da ficção”, que quase sempre finge representar os fatos, substituindo-os e apontando para eles conforme lhe convém. A produção e a interpretação de imagens têm efeitos diretos na comunicação e no modo como as pessoas se relacionam entre si e com o mundo. Como ressalta o autor (2007, p. 142), o homem usa as imagens como forma de mediação com seu mundo. Seriam ferramentas para superar a alienação humana, permitindo a ação dentro de um universo no qual o homem não vive de forma imediata, mas o enfrenta. Flusser (2007, p. 167) afirma que “não é possível se orientar no mundo sem que se faça antes uma imagem dele (a imaginação é imprescindível para nossas ações e a compreensão do mundo).” Na cobertura do impeachment de Fernando Lugo, as imagens se tornaram as portadoras da informação para quem não estava presente e, através dos meios de comunicação, essas mensagens foram mediadas aos receptores. As imagens de todo o processo de destituição do ex-presidente formam uma narrativa que possui determinada interpretação dos fatos, não são um reflexo direto do que realmente aconteceu. O uso de uma imagem de arquivo em que Lugo aparece cabisbaixo parece preencher bem essa impressão, fazendo com que o receptor tivesse a

gettyimages®



Title: UNASUR pro-tempore President, Paraguay's

Caption: UNASUR pro-tempore President, Paraguay's President Fernando Lugo arrives for the handover ceremony of the General Secretary of the South American Nations Union (UNASUR), at Nariño presidential palace in Bogota, Colombia, on June 11, 2012. AFP PHOTO/Guillermo LEGARIA (Photo credit should read GUILLERMO LEGARIA/AFP/GettyImages)

Date created: 11 Jun 2012

Figura 16: Foto à venda na agência Gettyimages tem como data, na legenda, dia 11 de junho

Ricas poderiam ser, ao contrário disso, as reportagens que contivessem elementos de compreensão no sentido ético de respeito ao próximo, com pluralidade de vozes e considerando um amplo conjunto de inter-relações que podem afetar as pessoas representadas na produção jornalística. A narrativa da reportagem, antes de tentar explicar, deveria trazer os diferentes sentidos das buscas dos personagens, as preocupações comuns. No âmbito da comunicação, o jornalista pode se servir da possibilidade de adotar uma atitude ética de compreensão, evitando discursos que têm a pretensão de atribuir significados e sentidos determinado, fechados, reducionistas ao mundo.

Künsch (2000, p. 21) afirma que o jornalismo que fecha os olhos à realidade do cotidiano dos empobrecidos e aos seus gestos de resistência perde em termos de conhecimento, mas está também eticamente comprometido. Nas reportagens estudadas, além

percepção de que o ex-presidente estava abatido por conta do impeachment, sendo que, na verdade, a foto não tinha qualquer relação com o fato. As imagens sobre o impeachment Lugo foram tema de um artigo apresentado pela autora no IX Interprogramas de Mestrado da Faculdade Cásper Líbero, em 2013.

da compreensão no sentido ético, observamos também a falta da compreensão no sentido cognitivo, que inclui diferentes pontos de vista, sentidos que se complementam e não que se excluem, complementaridades:

São conhecidos os efeitos históricos de uma visão de mundo que despreza e combate o que considera primitivo, atrasado, não compatível com os ditames da razão e do progresso. A arrogância cultural costumou vir sempre acompanhada de espada e canhão, deixando atrás de si um enorme rastro vermelho, de sangue, e perdendo a chance, em meio aos estrondos dos disparos provocados pela sanha colonizadora, de comungar saberes indispensáveis na composição do grande e sempre incompleto quadro de compreensão e contemplação dos mistérios do mundo, dos mistérios da vida (KÜNSCH, 2000, p. 94).

Conforme lembra Künsch (2000, p. 97), de modo geral, a informação jornalística é montada sobre as tradicionais noções de certo e errado, causa e efeito, sujeito e objeto, e ele afirma que as técnicas do fazer jornalístico colaboram na solidificação de uma mentalidade reducionista, de empobrecimento simbólico. As reportagens das revistas semanais brasileiras estudadas preocupam-se em qualificar quem está certo e errado, antes de contar as histórias e deixar os leitores tirarem suas próprias conclusões. Os paraguaios, quando aparecem, são apresentados de maneira a desqualificá-los, ao contrário dos brasileiros, sempre mostrados como vítimas, trabalhadores e centrados, apesar de toda a suposta insegurança em que viveriam. As reportagens deveriam ocupar-se em mostrar que os paraguaios não são somente bons nem maus, tampouco os brasileiros. Deveriam mostrar a vida, as preocupações, as ações e reações, a sucessão de acontecimentos que compõem a trama dos fatos:

Visões estreitas e acomodadas do mundo, fixadas em esquemas e fórmulas que a crise do pensamento contemporâneo deslegitima, empobrecem o real, transformando-o em geral num conjunto de objetos e acontecimentos frios, moldados na fôrma da explicação e do cálculo, da causalidade simplificadora, do rolo compressor da certeza (KÜNSCH, 2000, p.95).

Künsch (2008, p. 182) explica que o modelo de conhecimento disjuntivo e dualista, preocupado em enxergar o certo e o errado, ensinou a renegar um ou outro dos pontos de vista, e a descartar os pontos de vista que não interessam, geralmente, ao poder. Assim, de forma reducionista, elimina-se a possibilidade de diálogo entre diferentes formas de se lidar com o mundo.

A compreensão, entendida como o diálogo entre diferentes saberes e, neste caso, modos de abordagem do mundo que se esforçam por juntar e não o tempo todo separar, está

em condições de assumir um estatuto epistemológico, como afirma Künsch: “Constitui um ambiente epistêmico virtualmente voltado para a ampliação das potencialidades do conhecimento humano, como o mais esperado resultado da própria compreensão entre os pares, as pessoas, os grupos, os povos, as nações” (KÜNSCH, 2008, p. 190).

Muito mais elementos de “compreensão” que de “explicação” podem ser vistos na reportagem da jornalista Cynara Menezes, intitulada “Os Neogolpistas”, publicada no número 704 da revista *Carta Capital*, de 4 de julho de 2012. A repórter, que viajou a Assunção para produzir o texto, descreve nos dois parágrafos iniciais o clima de paz das ruas, na contramão das hipóteses que surgiram para explicar o golpe. Em suas palavras: “A aparente calma popular contrasta com a ebulição das teorias que começaram a ser formuladas para o golpe que ocorreu na sexta-feira 22 no Paraguai” (*Carta Capital*, 704, 4/7/12, p. 30).

Já nesse início, percebemos que a jornalista vai com a mente muito mais aberta em relação ao restante do material até aqui apresentado, com a intenção de recolher informações antes de sair justificando que Lugo foi deposto por causa de um conflito agrário, ou por não ter apoio dos parlamentares, ou por ter tido filhos enquanto pertencia à Igreja. Fica claro que todos esses fatores podem ter contribuído, acrescidos ainda de vários outros acontecimentos que deram origem às mais distintas teorias:

Ainda atônitos, muitos analistas se perguntam: por que derrubar Lugo a nove meses da eleição se a economia do Paraguai vai bem, se sua aprovação popular continuava alta e se não havia nenhuma razão concreta que justificasse apelar ao julgamento político, previsto na Constituição, mas executado às pressas, sem direito de defesa? Antes de simplesmente aceitar à primeira hora a derrubada de um presidente eleito com mais de 40% dos votos paraguaios em 2008, é preciso tentar achar respostas plausíveis para essas dúvidas (*Carta Capital*, 704, 4/7/12, p. 30-31).

A jornalista admite que, mesmo entre os analistas políticos, há muitas dúvidas em relação aos verdadeiros motivos da crise política e busca investigar “respostas” – não apenas uma única – para as “dúvidas”. Não há certezas, mas “respostas plausíveis”.

De modo geral, agora tendo-se em conta o binômio compreensão e explicação, observamos que as reportagens são reducionistas em relação aos brasiguaios, camponeses, questões agrárias e ao próprio Paraguai. Os textos priorizam as explicações sobre a questão agrária e o *impeachment* de Lugo, sem contextualizar historicamente, sem buscar histórias e fontes que abordem outras perspectivas da mesma questão. Essas reportagens, antes de elucidar e informar o leitor, transmitem principalmente opinião, ou pior, ideologia. O

preconceito e estereótipos em relação ao Paraguai e aos pobres camponeses são reforçados, em favor do Brasil e dos fazendeiros brasileiros. As coberturas jornalísticas das quatro revistas semanais brasileiras, apesar das diferenças encontradas entre os veículos, não são complexas, ou compreensivas.

3.4 Polifonia e trabalho de campo

Na apuração de uma reportagem, o jornalista sempre recorre a fontes, ou seja, alguém – personagem ligada ao acontecimento ou especialistas – que possa fornecer dados para a produção do texto jornalístico. E o contato com a fonte, seja um documento ou uma pessoa, precisa ser bem conduzido para não prejudicar o trabalho. É importante para o leitor de uma narrativa, como afirma Medina (2003, p. 52-53), ter um grau de identificação com os anônimos e suas histórias de vida, pois a reportagem torna-se mais atraente e dialoga melhor com a vida real quando é protagonizada por pessoas comuns, que normalmente não têm voz. Os leitores tendem a rejeitar os textos puramente estatísticos, conceituais, com informações dogmatizadas, preferindo a informação humanizada, vivida no cotidiano por pessoas comuns. Conforme a autora (2003, p. 54), “práticas dialógicas requerem generosidade, empenho e ação criativa. Talvez por isso constituam a saída em qualquer emergência da crise. Os impasses, as impotências ou os paradoxos do caos só projetam um encaminhamento dinâmico se houver diálogo”.

Künsch (2000, p.98), apoiando-se em Medina, ensina que, como mediador social, o jornalista deve assumir uma “mentalidade relacionadora”, tanto com as fontes quanto com os leitores. Essa postura coloca o jornalista em contato com a produção simbólica, articulando os diferentes sentidos dos acontecimentos:

Nos relatos da oralidade popular (oratura) e na literatura, o jornalista mediador-produtor de sentidos pode encontrar fontes privilegiadas de sensibilização e pesquisa, caminhos de comunhão ou interação social criadora, para uma melhor compreensão de sua gente, dos desejos profundos e seu povo, dos mitos que reordenam o caos. Vale cultivar o contato corpo a corpo, através da reportagem, e o contato através da produção mítica ou intuitivo-sintética de um povo, além da pesquisa de cunho sociológico, antropológico e estritamente cultural (conhecimento lógico-analítico) (KÜNSCH, 2000, p. 99).

Um dos instrumentos mais importantes de captação para a cobertura jornalística é a entrevista, como aponta Lima (2004, p. 89). Para que conduza a um efetivo processo de compreensão do real, no seu aspecto de humanização, o autor ressalta que a entrevista pressupõe um diálogo interativo entre entrevistador e entrevistado:

Ou seja, uma interação humana entre o receptor e o personagem dos acontecimentos e das situações, intermediada pelo jornalista, que naquela circunstância do diálogo é um representante do público, um embaixador da audiência. Seu papel, quando bem-sucedido, é o de

tanto criar identificação e projeção, quanto o de estabelecer um distanciamento crítico consciente, vívido. Em outras palavras, sua missão é estimular, criar um clima autêntico de conexão entre entrevistado e receptor. É auxiliar a compreensão real, mas também colocar a dose adequada de emoção, sem a qual nenhum ato comunica na dimensão humana o que o jornalismo pretende (LIMA, 2004, p. 90).

As narrativas da atualidade, do cotidiano, constituem a matéria-prima do jornalismo, mas raramente as vozes das pessoas comuns ocupam lugar de destaque nas reportagens. Ao contrário, a vida dos anônimos, suas angústias, seus desejos e suas versões sobre os acontecimentos costumam ser ocultados, enquanto as fontes oficiais – os famosos olímpicos, como fala Morin – se transformam nos protagonistas. Medina (2003, p. 93) defende que é necessário romper com as rotinas industriais de produção jornalística para tornar esse cotidiano mais presente:

De fato, não são as abstrações conceituais que presentificam o cotidiano e sim, experiências vivas que se tecem na cultura. Só o cotidiano particularizado em estratégias locais oferece elementos para a narrativa criativa dos acontecimentos. Aí sobrevivem os anti-heroicos sem grandiloquência (MEDINA, 2003, p. 93).

Uma vez admitindo que toda reportagem carece de fontes de informação, sendo estas as personagens que viveram a situação, especialistas ou mesmo documentos de onde são retiradas as informações, selecionamos para um olhar mais atento três reportagens, produzidas por jornalistas que viajaram ao Paraguai e que tiveram os acontecimentos do país como pauta principal, sendo dois textos de *Época* e um de *Carta Capital*. Em outros dois textos publicados por *Carta Capital*, um por *Veja* e um por *IstoÉ*, não ficou claro se os jornalistas estiveram no Paraguai, e tampouco há diversidades de fontes que pudessem ser obtidas *in loco*.

Nos três casos, a cobertura aconteceu após o *impeachment* de Lugo, no início de julho de 2012. Pressupõe-se que, no local dos acontecimentos, os jornalistas teriam liberdade para realizar a procura por fontes que pudessem diversificar os pontos de vista dentro do texto, tendo a chance de se confrontar com mais versões sobre o mesmo assunto e mostrar lados e ângulos que não costumam conquistar espaço na cobertura tradicional, feita muitas vezes por telefone, consultando somente especialistas. No entanto, somente na reportagem de *Carta Capital* podemos observar que pessoas comuns falam à revista. Nos outros exemplos, é a elite quem ganha espaço, sendo que os brasiguaios é que são usados para representar o povo paraguaio.

Na reportagem “A luta pelo Paraguai”, de Juliano Machado, publicada pela revista *Época*, edição 737, de 2 de julho de 2012, o leitor tem a impressão de que será tratada, de fato, a questão da disputa de terras, com informações sobre a presença de brasileiros na região, a questão agrária do país e dos conflitos que teriam contribuído para a queda de um presidente. O repórter viajou à área de fronteira, para a cidade de Santa Rosa del Monday, mas, uma vez lá, ouviu somente brasiguaios, além de um membro do Partido Colorado, uma cientista política analisando o governo Stroessner e dados encontrados em documentos. Nenhum campesino e organização sem-terra são ouvidos, e a análise da cientista política não inclui considerações sobre a atual situação conflituosa em que se encontra o país. Foi dada voz apenas ao ex-membro do Partido Colorado Lino Oviedo – morto em 2013 em um acidente de helicóptero e desde 2012 já certo como candidato às eleições seguintes após fundar o próprio partido, o Unace – que teve o discurso resumido sobre sua atuação no golpe que derrubou Stroessner. Nenhum parlamentar favorável a Lugo ou à reforma agrária foi citado, e nem mesmo um contraponto do governo foi ouvido. Para melhor compreensão, podemos assim enumerar as fontes:

QUADRO 15 – FONTES NA REPORTAGEM “A LUTA PELO PARAGUAI”
ÉPOCA, 737,2/7/12

Brasiguaios	- Marcelo Lazzarotto, que é paraguaio filho de brasileiros; - Aurio Frighetto, nascido no Rio Grande do Sul; - Rafael Forlin, que também é paraguaio filho de brasileiros;
Libelo Acusatório	- documento produzido pelos parlamentares e usado no <i>impeachment</i> com as denúncias contra Lugo;
Itamaraty	- dados sobre a população de brasileiros vivendo no Paraguai;
Lei nº 2532	- lei paraguaia que estabelece a zona de segurança da fronteira;
Milda Rivarola	- cientista política e historiadora que analisa o governo Stroessner;
Lino Oviedo	- ex-general que fala sobre sua atuação na derrubada de Stroessner
Fontes não especificadas	- informações históricas sobre o governo ditatorial de Alfredo Stroessner, sobre o PIB e sobre Itaipu;

Por ter viajado ao Paraguai, o repórter começa a narrativa começa de maneira interessante para o leitor, percorrendo de jipe com o paraguaio filho de brasileiros Marcelo Lazzarotto estradas de terra que cortam as plantações. Criado dentro da comunidade de imigrantes, ele conta como a família prosperou no país vizinho e foi vítima da violência dos

campesinos que invadiram suas terras e lhe fizeram ameaças com um facão. Além dele, o texto traz como fonte o gaúcho Aurio Frighetto, dono de uma exportadora de grãos no Paraguai, que afirma ter tentado se reunir com o presidente Lugo, mas nunca conseguiu uma audiência – provavelmente, se Frighetto tentasse se reunir com a presidente Dilma Rousseff, ele não conseguiria da mesma maneira. É notável a arrogância do brasileiro, que achava que deveria ter as queixas ouvidas por ninguém menos que o presidente da República. No entanto, conforme exposto na revista, a impossibilidade do encontro com Lugo seria a prova de que o governo não dialogava com os grandes produtores. O texto já foi citado anteriormente, mas vale ser repetido neste contexto:

Lugo prometeu acelerar a reforma agrária para cerca de 300 mil camponeses sem-terra, num país onde 1% dos agricultores têm 77% da área produtiva. A tarefa parou na falta de diálogo entre os proprietários, quase todos eleitores colorados, e o governo. “Tentamos nos reunir com o presidente, mas nunca conseguimos marcar audiência”, afirma o gaúcho Aurio Frighetto, dono de uma exportadora de grãos. O novo presidente, Federico Franco, promete conciliar os interesses divergentes (*Época*, 737, 2/7/12, p. 34-35).

Para finalizar, o texto traz ainda outro personagem paraguaio, Rafael Forlin, filho de imigrantes brasileiros, dono de terras em Santa Rosa del Monday, cidade onde 80% da população é de origem brasileira. Forlin diz esperar que o lugar “volte a ser tranquilo para todos” e é otimista em relação ao novo governo.

A historiadora e cientista política paraguaia Milda Rivarola aparece quando a reportagem tenta contextualizar a situação da política paraguaia como reflexo da corrupção encontrada no governo do ditador Alfredo Stroessner. Ela nada fala sobre os brasiguaios, a questão agrária ou a vida dos campesinos. A única frase que profere diz respeito à ditadura, mas também não toca na questão da distribuição de terras a estrangeiros: “Stroessner não comandava uma simples ditadura militar. Era um regime em que Partido Colorado e Estado eram a mesma coisa, um projeto de longo prazo. Não por acaso durou tanto”.

O texto ainda traz uma frase do ex-general Lino Oviedo, que ajudou a derrubar Stroessner, ainda na parte em que contextualiza a ditadura e seu fim: “Meu bisavô foi um dos fundadores do partido, meu pai foi um dirigente importante. Saí porque desafiei uma oligarquia corrupta”.

A reportagem de *Época* não deu voz a nenhum paraguaio que se enquadra do outro lado dessa disputa: os campesinos. Só foram ouvidos proprietários brasileiros e seus

descendentes, que dominam as terras da região. A publicação trouxe apenas um lado do problema, tratando os brasileiros como vítimas das invasões, sem mostrar a realidade dos camponeses ou as justificativas por lutarem por um pedaço de terra dentro de seu próprio país, hoje em grande parte nas mãos dos estrangeiros. Os paraguaios ouvidos, o ex-general Lino Oviedo e a cientista política Milda Rivarola, serviram para ilustrar um trecho de contextualização histórica da ditadura.

Além de “A luta pelo Paraguai”, *Época* trouxe outra reportagem de Juliano Machado na mesma edição, em 2 de julho, assinada de Assunção, intitulada “A diplomacia da conveniência”. Mais uma vez, como é possível observar no quadro a seguir, apenas um lado da sociedade é mostrado. Personagens que representam a maioria paraguaia, os pobres, são completamente ignorados:

QUADRO 16 – FONTES NA REPORTAGEM “A DIPLOMACIA DA CONVENIÊNCIA”
ÉPOCA, 737,2/7/12

“Elite” paraguaia	- aqueles que “produzem e ajudam a construir a economia paraguaia, entre eles os agricultores brasileiros chamados de brasiguaios”;
José Costas	- paraguaio, advogado e porta-voz de Tranquilo Favero, que está entre os homens mais ricos do país;
Itamaraty	- nota em que o governo qualifica a decisão dos parlamentares paraguaios de “rito Sumário”;
Assessor de Federico Franco não identificado	- Segundo a revista, ele diz que “o Brasil deveria ‘calibrar’ melhor suas posições diplomáticas na América do Sul devido a seu tamanho, sob o risco de sufocar os parceiros menores”;
Sérgio Amaral	- diplomata, ex-porta-voz do governo de Fernando Henrique Cardoso;
Fernando Lugo	- reprodução de uma única frase. em que ele diz que o processo de destituição foi “um pouco rápido”;

O jornalista afirma no início de seu texto que os paraguaios, apesar da mágoa deixada pela Guerra contra a Tríplice Aliança, possuem um bom relacionamento com os brasileiros. No entanto, afirma que a elite paraguaia, incluindo aqueles que “produzem e ajudam a construir a economia paraguaia, entre eles os agricultores brasileiros chamados de brasiguaios”, ficaram irritados com as ameaças dos membros do Mercosul ao novo governo. Como fonte, traz as declarações do paraguaio José Costas, advogado e porta-voz de Tranquilo Favero, agricultor brasileiro que está entre os homens mais ricos do país. Segue com uma

descrição heroica do brasiguai que se mudou para o país nos anos 1970, que nem mesmo foi ouvido na reportagem. Não precisava:

Favero fez fortuna e se tornou o maior proprietário de terra do país, com pelo menos 18.000 hectares só na região leste do Paraguai. Suas terras são constantemente ocupadas por camponeses sem-terra. Costas diz o que pensa a maioria dos paraguaios contrários a Lugo: “Agora que temos um presidente que não responde a um bloco socialista no continente, Dilma e o PT tratam de interferir em nossa vida política. Se não se importaram com a gente antes, que continuem da mesma maneira” (Época, 737, 2/7/12, p. 36-37).

Outra fonte foi a nota divulgada pelo Itamaraty que qualificou a decisão dos parlamentares paraguaios de “rito sumário”. Nesse trecho da reportagem, aparece a única frase de Lugo: “Chamou de “rito sumário” a decisão do Congresso paraguaio, pois Lugo teve apenas duas horas para se defender das acusações que motivaram o pedido de *impeachment* (o próprio Lugo reconheceu que o processo foi “um pouco rápido”)”.

Na reportagem, que tenta desqualificar a ação da diplomacia brasileira no episódio, aparece ainda um assessor não identificado de Franco, explicando que o Brasil deveria ser mais cuidadoso em relação a suas posições diplomáticas, pois havia o risco de sufocar parceiros menores. Para embasar a opinião do assessor, a revista consultou o diplomata Sérgio Amaral, ex-porta-voz do governo de Fernando Henrique Cardoso, que avalia que a democracia foi de fato desrespeitada no Paraguai, mas o Brasil usa critérios distintos para tratar com diferentes países. Uma crítica à Venezuela é reproduzida na revista:

“Se você rejeita o simulacro do impeachment, você tem de rejeitar também o simulacro de democracia, que é o caso da Venezuela. Os dois casos têm um ponto em comum”, afirma. “O que vale mais: a forma e a aparência ou o conteúdo? Nós teremos eleições na Venezuela neste ano, e temos boas razões para acreditar que as aparências democráticas podem ser respeitadas, mas o conteúdo não”. (Época, 737, 2/7/12, p. 36-37).

Já a partir do título, “A diplomacia da conveniência”, a revista procura defender um ponto de vista, em que o governo brasileiro trata de maneira diferente os supostos desrespeitos à democracia conforme sua relação com os líderes desses países. No entanto, a revista apenas dá espaço a quem concorda com essa percepção. São deixadas de lado outras fontes que pudessem fazer com que o debate se tornasse um pouco mais equilibrado, para que se chegasse a essa conclusão no final. Não são ouvidos especialistas nem representantes do antigo governo, muito menos gente comum – apenas a elite paraguaia teve espaço para

expressar seu descontentamento, tanto com o antigo governo quanto com as sanções impostas pelo Mercosul.

Tal como o repórter de *Época*, a jornalista Cynara Menezes também viajou ao Paraguai para produzir a reportagem “Os Neogolpistas”, publicada no número 704 da revista *Carta Capital*, de 4 de julho de 2012. Além de ouvir cidadãos comuns, um sociólogo e o próprio ex-presidente, a revista conversou com o alto-representante do Mercosul, Samuel Pinheiro Guimarães, e tentou falar com Horácio Cartes, eleito em 2013 e suspeito de fazer parte do grupo que comandou o golpe. Também colheu informações do Libelo Acusatório, produzido pelos parlamentares com as acusações para o *impeachment*, dos veículos de imprensa do grupo ABC Color, opositor de Lugo desde sua posse, do discurso de posse de Federico Franco.

QUADRO 17 – FONTES DA REPORTAGEM “OS NEOGOLPISTAS”
CARTA CAPITAL, 704, 4/7/12

Cidadãos comuns	- José Gentile, ator de cinema, militante do Partido Socialista e pró-Lugo, estava com manifestantes após a destituição; - paraguaios que se queixam da “injustiça” da destituição, mas afirmam que tinham “medo” de o Paraguai se transformar em uma Venezuela, como previa a imprensa;
Grupo ABC Color	- Apoiados na opinião de colunistas brasileiros e com manchetes sensacionalistas, jornais, rádios e emissoras da rede foram favoráveis à destituição;
Libelo Acusatório	- documento produzido pelos parlamentares e usado no julgamento com as denúncias contra Lugo;
Fernando Lugo	- ex-presidente deu uma entrevista a Carta Capital que mereceu, inclusive, um box separado como complemento à reportagem;
Samuel Pinheiro Guimarães	-Então alto-representante do Mercosul, pediu demissão após o <i>impeachment</i> , alegando falta de apoio político do bloco para implantação de projetos. Ele negou que a renúncia tenha sido motivada por uma falta de ação firme do Mercosul contra a saída de Lugo;
Federico Franco	- discurso da posse do novo presidente;
Horácio Cartes	- Apesar de ter recusado dar entrevista a <i>Carta Capital</i> , Cartes falou ao jornal argentino <i>Clarín</i> , e as aspas foram usadas pela revista. Ele negou ter participado do golpe. Na época do julgamento, Cartes já era candidato. Ele venceu as eleições e assumiu o poder no Paraguai em agosto de 2013;

Alejandro Bial	Sociólogo que analisa a derrubada de Lugo como um perigo à democracia;
Fontes não especificadas	<ul style="list-style-type: none"> - informações sobre ações do governo Lugo que causou ira em parlamentares, como a tentativa de mudar leis que renovam o mandato de senadores e deputados e o veto a uma lei que previa o repasse de verbas aos partidos políticos; - informações sobre as primeiras medidas de Franco como presidente, como a liberação para que uma mineradora multinacional instalasse uma fábrica de alumínio no país, mesmo que o país tenha de arcar com os custos da energia elétrica a ser gasta pela empresa, como uma espécie de subsídio;

A narrativa do texto publicado por *Carta Capital* também tem início com a descrição do clima de aparente calma das ruas de Assunção e a perplexidade geral, que deixou até os analistas confusos, após a derrubada do presidente. Outros cidadãos de Assunção também foram ouvidos pela jornalista, que pode descrever como a população local se sentia em relação à crise política, mostrando um lado que tendeu a ser ignorado, com maior ou menor intensidade, nas outras reportagens.

Nas ruas de Assunção quase não se veem mais protestos. Alguns poucos paraguaios, a maioria estudantes universitários, permanece a postos nas cercanias da tevê pública. Aos 70 anos, José Gentile, ator de cinema e velho militante do Partido Socialista, entende que o pecado de Lugo foi ter confiado em seu vice, Federico Franco, indicado presidente. E ataca a campanha moralista contra o presidente, um ex-bispo católico acusado de ter mantido relações sexuais e tido filhos com várias fiéis. “Utilizaram muito a questão dos filhos. Mas os senadores têm filhos por todos os lados, apenas tapam a boca das mulheres com dinheiro” (Carta Capital, 704, 4/7/12, p. 30).

Por ter tido a oportunidade de conversar com cidadãos que presenciaram a crise política, a jornalista pôde enriquecer o texto principalmente em um trecho que comenta que os moradores, influenciados em grande parte pela imprensa que se opunha a Lugo e o acusava de seguir passos de Hugo Chávez, no sentido de buscar instalar uma ditadura no país:

O discurso midiático parece ter funcionado mesmo entre os cidadãos comuns em Assunção. Embora vários paraguaios ouvidos por *Carta Capital* tenham se queixado da “injustiça” da destituição, a maioria afirmou ter “medo” de o Paraguai se transformar em uma Venezuela. Os mais pobres demonstravam apreço pelo presidente destituído, mas ao mesmo tempo desinteresse pela política. E na classe média alta estava difundida a ideia de que Lugo pretendia “instalar o caos” como parte de seus planos “bolivarianos”. (Carta Capital, 704, 4/7/12, p. 32).

Fernando Lugo foi ouvido, e Franco também teve espaço na publicação, ainda que o texto tenha utilizado frases de seu discurso de posse. Horácio Cartes, atual presidente e suspeito de ser um dos mentores do *impeachment*, não falou com a revista brasileira, mas seu depoimento foi colhido de um jornal argentino:

O empresário recusou-se a dar entrevista a *Carta Capital*. Recebeu, porém, o jornal argentino *Clarín* na sala de sua colossal residência nos arredores de Assunção, “do tamanho do lobby de um hotel cinco estrelas”, segundo o diário, e negou qualquer participação no episódio. “Nós seríamos os maiores beneficiados se Lugo continuasse a governar, porque ia seguir cometendo erros” (*Carta Capital*, 704, 4/7/12, p. 34).

O alto-representante do Mercosul, Samuel Pinheiro Guimarães, acusado por outras publicações de influenciar a diplomacia brasileira a rechaçar o *impeachment*, foi ouvido. Ele negou que se afastou do cargo por falta de uma atitude mais dura do bloco em relação à manobra política e justificou apenas que não tinha apoio para implantar seus projetos. Se realmente foi isso o que aconteceu, os leitores não saberão jamais. Porém, ao contrário de outras revistas, mais do que simplesmente acusar, *Carta Capital* procurou ouvir os principais personagens envolvidos nos acontecimentos.

Nas três reportagens analisadas, os jornalistas estiveram no Paraguai. A presença do repórter no local dos acontecimentos é de fundamental importância, uma vez que permite que, durante as entrevistas, o jornalista estabeleça um relacionamento com a fonte, analise sua postura, seu modo de falar, suas expressões e seus gestos, além de vivenciar os contextos em que os fatos acontecem. Medina relata uma experiência interessante em determinado trecho do livro *Ciência e Jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos* (2008). A autora conta que uma estudante perguntou a ela quais as dificuldades de fazer uma entrevista por e-mail. “Ao que de pronto (como manda a internet), respondo: a entrevista internautica se atém a ideias ou conceitos, não capta ambientes, cheiros, cores, gestos, paladares” (MEDINA, 2008, p. 95). Ela justifica a resposta em seguida, explicando que o meio – a internet – não permitia que avançasse na resposta, o que ocorre também em “outra apressada captação, por exemplo, por telefone”.

Preocupa-se também a autora (2008, p. 95) em explicar que a experiência de estar no local para entrevistar as fontes e poder observar o que acontece ao redor, as reações do entrevistado e seu modo de falar, permite uma múltipla capacidade de produzir significados. “Insisto: a entrevista – ou melhor, o diálogo possível ao vivo – é insubstituível. O que está

presentificado e presenciado vai muito além do código linguístico. Prova disso: a força da palavra poética só emerge de um diálogo imprevisível no corpo a corpo” (MEDINA, 2008, p.96).

Medina (2003, p. 34) observa que a formação técnica do jornalista obedece a um esquema racional que não se alimenta da intuição criativa. Dito de outra forma, (MEDINA, 2003, p. 36), as técnicas de trabalho, desde a execução das pautas ao retorno das matérias, que seguem o formato do lide e da pirâmide invertida, pecam por esquematizar tanto o que está relacionado com as decisões éticas quanto com a inventividade estética. Nas palavras da autora:

No entanto, qualquer situação-limite da humanidade provoca nos jornalistas lúcidos e nos analistas uma angustiada reflexão a respeito das insuficiências da herança e da modernização técnica e tecnológica. De acordo com parâmetros éticos universais, esta gramática jornalística não dá conta das demandas coletivas (MEDINA, 2003, p. 36).

Para a autora (2003, p.74), a construção social dos sentidos acontece na rua, no dia a dia e nas histórias dos anônimos. Ao jornalista, entendido por ela como “relacionador de vozes e gestos”, cabe coletar esses discursos. “Se a comunicação social se propõe à ação solidária, construir redes de significação contemporânea, terá de pesquisar, sensibilizar-se e praticar as dialogias” (MEDINA, 2003, p. 74).

Explica ainda Medina (1988, p. 85-87) que o repórter tem a função de agente e de intermediário. É agente quando interfere e extrai da realidade uma representação, que é a informação que levará para a redação. A autora ressalta a importância da percepção para o jornalista, uma vez que ele é influenciado pela carga cultural de seu meio, e da técnica, que permite que sejam cumpridos determinados pré-requisitos, como a descrição dos dados julgados essenciais, a busca de informações das pessoas relacionadas ao acontecimento e de especialistas. E durante toda essa mobilidade, não perde de vista que é um intermediário, ou mediador de sentidos.

Para a autora (1988, p. 89), o contato com a realidade é importante na estruturação da mensagem jornalística. Ao entrevistar pessoas, escolhidas previamente ou encontradas de forma aleatória, o jornalista fica sabendo de seus gostos, necessidades e opiniões.

O repórter representa uma componente essencial, sobretudo na mensagem que se volta ao nível-massa. O repórter dedicado a coletar dados para uma mensagem de nível grupal sai muito instruído pela

angulação e edição da empresa, com fontes certas, escolhidas pela sintonia opinativa. E o repórter voltado para uma mensagem muito pessoal, aos poucos deixa de fazer jornalismo e se lança na mensagem “de autor” (MEDINA, 1988, p. 89)

Para complementar a entrevista, conforme explica Lima (2004, p. 95), é igualmente importante a observação, que também é um instrumento de captação para a produção de material jornalístico. Segundo o autor, o pouco tempo disponível para que o jornalista produza as reportagens é um grande problema na prática da imprensa cotidiana, tornando a observação intensa e demorada quase impraticável no esquema atual de produção jornalística. E Lima nem está pensando, neste trecho, na velocidade com que as coisas acontecem, hoje, neste nosso tempo veloz de redes digitais. “A narração envolve uma finalidade que ultrapassa o meramente informar. Compreende uma reconstrução do real, uma reconstrução em que o emocional-racional e o emocional se equilibrem, em que o real e o imaginário convivem” (LIMA, 2004, p. 96).

Lima (2004, p. 68) afirma que a pauta define os rumos e estabelece diretrizes que conduzem o texto jornalístico. Quando não é adequadamente formulada, pode conduzir a matéria a caminhos pouco produtivos.

A narrativa jornalística é como um aparato ótico que penetra na contemporaneidade para desnudá-la, mostrá-la ao leitor, como se fosse uma extensão dos próprios olhos dele, leitor, naquela realidade que está sendo desvendada. Para cumprir tal tarefa, a narrativa tem de selecionar a perspectiva sob a qual será mostrado o que se pretende. Em outras palavras, deve optar na escolha dos olhos – e de quem – que servirão como extensores da visão do leitor. (LIMA, 2004, p. 161)

Como exemplo dos mais negativos de tudo que foi apresentado nesta etapa do trabalho, apontamos a reportagem de *IstoÉ*, intitulada “Barbeiragem diplomática”, publicada na edição número 2225, de 4 de julho de 2012, e assinada por Cláudio Dantas Sequeira e Michel Amorim. Entre as fontes que aparecem estão “setores do governo”, que não são identificados no texto, uma justificativa oficial do alto-representante do Mercosul, Samuel Pinheiro Guimarães, e o Libelo Acusatório, que continha as acusações contra Lugo.

A única entrevista real foi feita com o embaixador aposentado José Botafogo Gonçalves, vice-presidente do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), que disse: “Patriota fez o que deveria ter feito antes, quando viajou para o Paraguai. Talvez tenha ido tarde demais”, sobre a ida do ministro das Relações Exteriores ao país no dia da votação do *impeachment*. Com essa única fonte e única frase, a revista tenta legitimar uma série de acusações de que a diplomacia brasileira falhou durante a crise. Os autores da reportagem, em

vez de informar, defenderam uma série de pontos de vista no texto e não apresentaram nenhuma fonte ou estatísticas que pudessem comprovar as informações. Mesmo que as afirmações pareçam razoáveis – afinal, estão reforçando um estereótipo que quase todo o brasileiro possui a respeito do Paraguai – o jornalismo responsável pede que exista uma apuração para fundamentar a reportagem.

3.5 Opinião x informação

Em trechos anteriores deste trabalho, ocupamo-nos com as considerações de Morin, Medina, Lima, entre outros autores, sobre as influências culturais, ideológicas e, até mesmo, as pressões editoriais que influenciam a produção jornalística. Quando o assunto é o Paraguai, pode ser imensa a dificuldade para um jornalista brasileiro, que muitas vezes não conhece em profundidade as origens históricas da dominação econômica, social e dos problemas da região de fronteira, ao prouzir textos que abordem a questão de forma o mais possível imparcial, adotando uma postura mais compreensiva e considerando a complexidade dos acontecimentos.

Morin (2011, p. 75) preocupa-se em ressaltar que, desde a infância, a sociedade nos impõe as noções de cultura, língua, e até mesmo de higiene e polidez. O jornalista é parte da sociedade e, por isso, como todas as outras pessoas, possui pontos de vista previamente moldados, visões de mundo, modos de comportamento etc. Do ponto de vista da complexidade, Morin (2011, p. 76) explica que é importante ter “metapontos de vista” sobre a nossa sociedade, sobre a cultura, sobre a própria vida. O autor usa como exemplo a construção de um mirante, que nos permitiria olhar melhor a nossa sociedade e nosso meio ambiente externo.

À parte toda pressão e influência que a própria cultura e o local em que viveu ou vive exercem sobre o jornalista, existe ainda a questão editorial do veículo onde ele trabalha, que vai afetar desde a organização da pauta até a produção das entrevistas e a redação do texto final. Toda produção jornalística parte de uma pauta que, como ensina Medina (1988, p. 73), pode “intencional, procurada ou ocasional (acontecimento totalmente imprevisto)”. Toda pauta tem ainda uma angulação, ou seja, a perspectiva pela qual será desenvolvida. A angulação possui relações estreitas dos três níveis: grupal, massa e pessoal, presentes na comunicação da sociedade, sempre de acordo com Medina.

Segundo ela, no nível grupal, a angulação “se identifica com a caracterização da empresa jornalística onde essa pauta vai ser tramitada. A empresa que, por sua vez, está ligada a um grupo econômico e político (...), *conduz* o comportamento da mensagem da captação do real à sua formulação estilística” (MEDINA, 1988, p. 73). Ainda conforme a autora, essa angulação do nível grupal fica evidente nos textos opinativos, mas também é possível captar indícios no jornalismo informativo: “A seleção dos telegramas, sua formulação no código

linguístico e visual, a orientação dos editores ao corpo de repórteres e a preocupação dos redatores em ‘fecharem’ as páginas de acordo com a política jornalística da empresa (...)” (MEDINA, 1988, p. 74).

O nível massa também está presente nas mensagens jornalísticas e, como observa Medina (1988, p. 75) pode ser notado na própria formulação dos textos, nos apelos visuais, na seleção de fotos e na “própria preocupação em corresponder a ‘um gosto médio’ ou, em outros termos, em embalar a informação com ingredientes certos de consumo”. A própria captação do real em uma reportagem é angulada por esse nível:

A angulação-massa está, pois, nas aparências externas – formas de diagramação atraente, valorização de certos ângulos e cortes fotográficos, apelos linguísticos como títulos e narração dos fatos. Está também nos conteúdos e no processo de captação desses, extraídos de uma realidade. A mensagem de entretenimento seria o ponto culminante dessa angulação (...) (MEDINA, 1988, p. 75).

O nível pessoal de angulação, que por um lado valorizaria uma autonomia maior do jornalista, mas não está isolado dos outros níveis. Nas palavras de Medina (1988, p. 76), o jornalista de destaque em uma redação “segue tendências do consumo de massa e não vai contra o nível-empresa porque senão seria dispensado daquele jornal. Por isso mesmo, é mais frequente a criação ficar no revestimento externo das informações e não no método de captação”.

Dado que a reportagem é um texto jornalístico que trabalha a informação veiculada na notícia com mais profundidade, causa enorme estranhamento notar que algumas revistas que se dizem “de informação”, trazem opinião, quase que o tempo todo. Publicações existem que não se limitam a informar, a trazer uma nova perspectiva para o leitor, e em muitos casos sequer informam: os textos são editorializados, defendem uma tese, sendo portanto claramente opinativos. Buscam, principalmente, convencer o leitor a concordar com o viés determinado pela ideologia do veículo.

Na reportagem de *Veja*, “O golpe fracassado de Chávez no Paraguai”, do dia 4 de julho de 2012, número 2276, não há qualquer indicação de que o jornalista tenha viajado ao Paraguai para produzir o material. O texto começa explicando que a cúpula do Mercosul decidiu suspender o Paraguai do bloco:

Os presidentes do Uruguai, José Mujica, da Argentina, Cristina Kirchner, e do Brasil, Dilma Rousseff, consideraram que o impeachment do colega paraguaio Fernando Lugo, há duas semanas,

representou uma “interrupção da ordem democrática” no país. Nunca antes, em 21 anos de vigência do bloco, um de seus integrantes havia sido punido por qualquer razão, quanto mais por uma decisão política interna (Veja, 2276, 4/7/12, p. 74-75).

O uso das aspas na expressão “interrupção da ordem democrática” carrega uma ironia em relação ao fato de o Mercosul considerar o afastamento do presidente, eleito pelo voto popular, uma afronta à democracia. Essa impressão é confirmada na frase seguinte, quando *Veja* defende que foi uma decisão política interna. A revista sempre questiona as decisões políticas internas do Paraguai quando elas não estão de acordo com seus interesses ideológicos – especialmente nos problemas envolvendo brasiguaios e o tratado de Itaipu, para citar apenas dois exemplos. Causa estranhamento, nesse contexto, a revista insistir em que a decisão interna mereça ser respeitada.

O regulamento do Mercosul deixa claro que não é permitida nenhuma violação à ordem democrática nos países membros. Não é preciso fechar os olhos para certos abusos cometidos por governos como o argentino de Cristina Kirchner e o venezuelano de Hugo Chávez, que limitaram o poder da imprensa e tiveram atitudes duras com seus opositores, mas, no caso paraguaio, é justo admitir que o presidente, eleito democraticamente, foi simplesmente destituído do poder sob um pretexto amplamente questionável. A publicação, no entanto, qualifica o episódio como uma “decisão política interna” e afirma, nas linhas seguintes, que qualificar o processo como golpe de estado “é um descabro”. O trecho, já citado antes, merece ser repetido no contexto desta análise:

Pode-se criticar a rapidez com que o Congresso paraguaio, com posterior endosso do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, tirou Lugo do poder. Da acusação à sentença política, tudo ocorreu em apenas dois dias, entre a quinta-feira 21 e a sexta-feira 22. Qualificar o processo como um golpe de estado e afirmar que a situação institucional do Paraguai atualmente não condiz com os padrões democráticos dos vizinhos, contudo, é um descabro. Faz apenas sentido para quem via em Lugo um aliado – ou seria melhor falar em subalterno? – ideológico. Eis por que quem mais levantou a voz contra a destituição foram o presidente venezuelano Hugo Chávez e seus imitadores da Bolívia, Evo Morales, do Equador, Rafael Correa, e da Argentina, Cristina Kirchner, nenhum dos quais é exatamente um campeão da democracia (Veja, 2276, 4/7/12, p.75).

Veja insiste que houve uma “violação da soberania do Paraguai” e resolve apontar Chávez como responsável por tentar incitar um golpe para impedir a queda de Lugo. Quem teria passado essa informação à revista seria a então ministra da Defesa paraguaia, Maria Liz

Garcia, que não voltou a aparecer em nenhum outro momento do texto, fornecendo qualquer tipo de detalhe sobre tamanha acusação.

Por pouco, contudo, a diplomacia brasileira não se viu envolvida em uma grave violação da soberania do Paraguai: a tentativa de Chávez & companhia de incitar os militares paraguaios a usar a força para impedir a queda de Lugo. A ingerência da Venezuela, que poderia ter resultado em um banho de sangue nas ruas de Assunção, foi confirmada pela ministra da Defesa paraguaia, Maria Liz Garcia (Veja, 2276, 4/7/12, p.76).

Além da ministra, a revista diz ter confirmado o fato com outros “quatro paraguaios que testemunharam a incitação ao golpe”. Misteriosos, esses quatro paraguaios não são identificados na reportagem. A reportagem recria – com impressionante riqueza de detalhes para quem não esteve presente aos acontecimentos – um suposto diálogo entre o atual presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, na época ministro das Relações Exteriores, com os parlamentares paraguaios, durante o qual ele ameaça cortar o fornecimento de petróleo ao país:

O senador Marcelo Duarte respondeu: “Vou pegar um livro chamado constituição da República do Paraguai e ler para vocês”. Duarte explicou que não havia golpe em curso e que a Carta do país não estabelecia prazos para a votação de impeachment. Em seguida, o embaixador equatoriano Julio Prado refez as ameaças de Maduro. Um senador do Partido Colorado então afirmou que os diplomatas da Unasul estavam no país como convidados e que o assunto deveria ser decidido por paraguaios. O chanceler brasileiro Antonio Patriota não entrou na discussão e passou o tempo todo tomando notas em um caderno marrom do tamanho de uma agenda, segundo uma testemunha (Veja, 2276, 4/7/12, p.76).

Quando verificamos a reportagem pelas noções de angulação propostas por Medina, percebemos os níveis grupal e massa. O texto reflete a visão ideológica da empresa, que defende as decisões paraguaias somente quando elas estão de acordo com seu próprio posicionamento em relação aos acontecimentos. Não há nenhuma preocupação com a apuração ou com o esclarecimento dos fatos para o leitor. Ao contrário, a revista impõe ideias e tira conclusões mediante a partir do que acredita ter acontecido, atendendo as expectativas mais conservadoras de seu público alvo. A maneira como a informação é mostrada também na questão de diagramação deixa evidente essa influência, já que traz fotos de Chávez e Federico Franco, com a legenda falando em “soberania violada”. O uso de um box resume em poucas linhas para o leitor tudo que – na concepção de *Veja* – é necessário saber sobre os brasiguaios, Itaipu, Mercosul e as relações comerciais entre os dois países:

O risco do isolamento		COMÉRCIO	ITAIPU	BRASIGUAIOS	MERCOSUL
Situação atual	O Brasil tem um superávit comercial com o Paraguai de 2,2 bilhões de dólares. Exporta tratores, diesel, adubo e fertilizantes e importa soja, trigo e milho	A usina hidrelétrica binacional produz 20% da eletricidade consumida no Brasil	Há meio milhão de brasileiros e descendentes vivendo no Paraguai. Eles produzem óleo de girassol, milho, trigo e 70% da soja do país	O Congresso paraguaio foi o único que se negou a aprovar a entrada da Venezuela no bloco, porque o governo bolivariano não preenche os requisitos democráticos	
O que o isolamento político pode provocar	O novo presidente paraguaio, Federico Franco, diz que a suspensão do Mercosul abre as portas para que seu país faça acordos de comércio externo sem precisar consultar o Brasil nem os outros sócios do bloco	Nada muda, pois ambos os lados só têm a perder. A interrupção de Itaipu provocaria racionamento de energia no Brasil e deixaria o Paraguai sem sua maior fonte de renda	Os brasiguaios sofrem com as frequentes invasões de terra, com a xenofobia e com ameaças de pistoleiros. Sem o diálogo direto entre os presidentes, o governo brasileiro deixa de ter um instrumento para pedir segurança aos produtores	Sem o veto paraguaio, a Venezuela fará de tudo para dominar as cúpulas do bloco econômico e para subordinar os interesses dos países-membros, entre eles o Brasil, aos desígnios do presidente Hugo Chávez	

Fontes: Adriano Pires e Demétrio Magnoli
Veja | 4 DE JULHO, 2012 | 77

Figura 17: *Veja*, 2276, 4/7/12, p. 76-77

Na reportagem de *Época*, “A luta pelo Paraguai”, edição 737, de 2 de julho de 2012, o jornalista esteve na região de fronteira, mas ouviu somente os brasiguaios. A revista não traz questionamentos sobre a forma de vida desse grupo na região de fronteira, ao contrário, reforça a impressão comum a quem observa o conflito do Brasil: de que esses imigrantes mostraram o quanto foram ousados em mudar de país para recomeçar a vida e conseguiram vencer com o fruto do próprio trabalho. Em nenhum momento o texto inclui outro olhar, de como é ser um campesino numa região de seu próprio país dominada por estrangeiros, que fazem questão de manter a própria língua e costumes, sem buscar a menor integração. A revista não informa, ela reforça uma opinião que os leitores da revista, pertencentes à classe AB, como informado em outro trecho deste trabalho, já possuem.

De acordo com as noções de angulação propostas por Cremilda Medina, a reportagem é angulada pelo nível massa e pelo nível grupal. A revista, pertencente à Editora Globo, defende claramente o ponto de vista da elite na reportagem, incluindo somente brasiguaios que venceram no país vizinho através do árduo trabalho no campo, sem qualquer questionamento a respeito da origem das terras e da validade dos documentos de posse dos grandes fazendeiros. O repórter viajou até o Paraguai e, em vez de buscar personagens e histórias de vida diversificadas, voltou com fontes que traduzem exatamente o que era esperado pelo público leitor da revista, que tem como alvo a classe média-alta brasileira. A diagramação privilegia as fotos, com um de seus personagens em meio ao vasto campo de soja. O texto não busca investigar ou mostrar um lado ainda inédito para os leitores, somente confirma a percepção estereotipada que os brasileiros possuem em relação ao Paraguai e a seu povo. Podemos dizer, também neste caso, que o texto, no lugar de informar, tem a pretensão de defender um ponto de vista, é editorializado.

Na reportagem da revista *IstoÉ* intitulada “Barbearagem diplomática”, de Cláudio Dantas Sequeira e Michel Amorim, publicada na edição número 2225, de 4 de julho de 2012, há uma série de afirmações sem dados que possam comprová-las, transformando o texto

quase em uma defesa de tese: a de que Dilma já não aprovava as ações da diplomacia há muito tempo. A revista começa qualificando a ação de “atrapalhada” e diz que houve um desgaste na cúpula da diplomacia brasileira. Aponta o embaixador aposentado Samuel Pinheiro Guimarães, então alto-representante do Mercosul, como mentor de ações que não agradaram o governo, colocando-o como personagem mais importante que o ministro de Relações Exteriores, Antonio Patriota, que corria o risco de ser destituído do cargo. Para defender seu ponto de vista, *IstoÉ* argumenta que Dilma fez críticas à atuação de Patriota durante uma viagem aos Estados Unidos, em abril, e desautorizou publicamente Marco Aurélio Garcia, quando ele vazou a informação de que o Banco Central reduziria a taxa de juros.

Em relação à angulação, mais uma vez o texto pode ser enquadrado no nível grupal e de massa. Grupal, uma vez que a empresa é opositora do atual governo brasileiro e, pelo texto, defende para o leitor a tese de que as ações da presidente e de seus homens de confiança foram equivocadas. É um viés da revista, que defendeu essa opinião, sem apresentar dados que efetivamente pudessem comprovar as afirmações. A angulação desse nível está presente ainda na escolha das fontes, que não incluíram nenhum personagem ou documento que pudesse apresentar um contraponto, ou talvez um olhar menos assertivo, em relação aos acontecimentos. Também é nível massa, já que a própria narrativa traz apelos linguísticos que vão ao encontro do que espera o leitor da revista. A crise paraguaia em si não é um assunto atrativo para a revista, que transforma a informação em opinião: a de que o governo brasileiro, esse sim importante, tomou diversas atitudes erradas.

É necessário admitir, porém, que os jornalistas que redigiram essas informações, muitas vezes, por procurar seguir uma suposta objetividade, acabam cometendo erros que começam na própria apuração dos fatos. Conforme Lima (2004, p. 100), esses equívocos partem da própria pauta, que limita quais informações obter e, inegavelmente, refletem a orientação editorial das próprias empresas de comunicação:

Não pode haver neutralidade, imparcialidade, verdade absoluta, quando os mecanismos de captação do real são condicionados por uma série de fatores pessoais – do repórter, sua formação, sua cosmovisão – e conjunturais – da empresa jornalística, seu escopo ideológico, seus comprometimentos nos planos econômicos, político, social –, que limitam a compreensão do mundo (LIMA, 2004, p. 100).

Preocupa-se também Lima (2004, p.101) em ressaltar que, quando o tema é efêmero e tem durabilidade menor, a racionalidade do jornalismo considerado objetivo é bastante útil.

No entanto, o autor ressalta que o novo desafio do jornalismo é justamente tentar assumir que toda visão, todo ponto de vista é relativo e procurar ainda, dentro dos limites e com o máximo de fidelidade possível, se aproximar de uma visão mais abrangente e compreensiva da realidade:

A objetividade, marcada pelo seu ranço reducionista, deve ser substituída pela ideia de amplitude ordenada em que operam os novos níveis de compreensão, balanceados pelo ajuste sistêmico entre o racional evoluído para um patamar superior e o emocional acionado para a identificação e a projeção elucidadoras (LIMA, 2004, p. 102).

Carta Capital, edição número 705, de 11 de julho de 2012, traz uma reportagem intitulada “Quiproquó no Prata”, em que fala sobre a configuração política da região com a entrada da Venezuela no Mercosul e a crise política do Paraguai. A reportagem limita as fontes a dados retirados de documentos e discursos oficiais, sem procurar ampliar os pontos de vista dos fatos para o leitor. Da mesma forma que *Veja*, *IstoÉ* e *Época* tendem, na maior parte das vezes, transmitir uma opinião contra Lugo e favorável aos brasiguaios, *Carta Capital* também traz um texto editorializado, ainda que seu posicionamento ideológico seja contrário ao das outras publicações, sendo abertamente favorável ao ex-presidente deposto:

Nas primeiras horas de poder no Paraguai, o recém-empossado Federico Franco posou com o bastão de comando na mão e o sorriso de uma criança que ganhou um brinquedo novo, assim como toda a corte civil e clerical. As fotos dos dias seguintes mostram, porém, cada vez mais caras amarradas ou preocupadas. Parecem não ter medido as consequências de seus atos e foram surpreendidos pela unanime reação negativa dos governos latino-americanos. Habitados a manipular cartórios e títulos, os golpistas pareciam crer que a esperteza no uso da letra da lei bastava para legitimar um golpe de Estado. (*Carta Capital*, 705, 11/7/12, p. 36)

Como Lima explica em trecho anterior deste trabalho, dificilmente existe total imparcialidade, uma vez que os jornalistas são influenciados não apenas por questões pessoais, mas também pela ideologia da publicação onde trabalham. Mas tão negativo quanto simplesmente criticar Lugo e falar da soberania paraguaia apenas quando ela interessa aos critérios editoriais da revista, é assumir a postura contrária sem apresentar dados e fontes para corroborar as informações. *Carta Capital* segue esse caminho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso vizinho, o Paraguai, possui ligações profundas com o Brasil. Porém, surpreendentemente, conhecemos muito pouco sobre seu passado e sobre sua condição atual. De modo geral, aqui, o que se pensa sobre o país é baseado em preconceitos, estereótipos e visões reducionistas e arrogantes, em que fica nítido o desprezo pelo povo e suas instituições.

Quase 150 anos se passaram desde a guerra, que não trouxe benefícios expressivos para o lado vitorioso, mas as consequências dela ainda não foram superadas pelo perdedor. De país desenvolvido para a época, o Paraguai se tornou hoje uma sombra do que já foi um dia e permanece à margem do desenvolvimento – sem muitas expectativas de mudança nessa condição.

A morte de Solano López marcou o fim das batalhas, em 1º de março de 1870. Aqui, é um dia como qualquer outro, inclusive porque o conflito é pouco estudado nas escolas. Mas no Paraguai, a efeméride é feriado nacional, “*Día de los Héros*”, em homenagem ao governante assassinado e também a todos os soldados que perderam a vida nas batalhas. Desde então, com a instalação de um governo provisório pelo Brasil, começamos a exercer sobre o Paraguai a dominação econômica, cultural e política. Não à toa, nas ruas de Assunção, é comum a expressão “imperialismo brasileiro”.

Sem um polo industrial expressivo, hoje o país apresenta bons índices de crescimento fomentados pela agricultura, que cresceu notavelmente na região de fronteira após a ocupação massiva das terras paraguaias pelos brasileiros – os brasiguaios. Incentivados por planos

econômicos do ditador Alfredo Stroessner, esses fazendeiros se estabeleceram na região, expulsando comunidades camponesas para os centros urbanos, onde vivem em situação de extrema pobreza pela falta de escolaridade formal e, conseqüentemente, de oportunidades.

O jornalismo, que tem a nobre missão de informar e orientar o olhar do leitor diante de tantos acontecimentos no mundo, é um dos que mais colabora para que esses estereótipos sejam reforçados. Nos textos publicados pelas quatro revistas semanais de informação brasileiras aqui estudadas, *Veja*, *Época*, *Carta Capital* e *IstoÉ*, ficam nítidos o reducionismo e a simplificação na apuração dos fatos, com falta de uma abordagem mais compreensiva e que considere a complexidade dos acontecimentos.

Os jornalistas que produzem as notícias também são influenciados pela própria formação da identidade brasileira e suas concepções a respeito do Paraguai, sem esquecer os modos como a História viu acontecer as relações entre os dois países, sobretudo no período da Guerra do Paraguai e da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, para nos fixarmos em dois momentos de reconhecida importância no âmbito dessas relações.

Os brasileiros no Paraguai constroem uma imagem de si mesmos como civilizados, trabalhadores e honestos frente aos paraguaios, tidos como preguiçosos, inferiores, não confiáveis e atrasados. Poucos brasileiros conhecem o Paraguai e sua cultura. A maioria possui uma visão distorcida, que não inclui os diferentes grupos sociais e interesses que povoam a região. Sem uma abordagem crítica que esclareça as origens históricas da força da presença brasileira e o processo de ocupação das terras no Paraguai, a mídia continuará ecoando um viés maniqueísta, apontando os bons e os maus, nas coberturas jornalísticas do assunto.

É nítida também a falta de cuidado na apuração e no tratamento dos textos, mesmo quando o Paraguai e sua crise política se tornam a pauta principal das semanais brasileiras. O fato de um presidente eleito democraticamente e com alto índice de aprovação popular ser destituído do poder, em um julgamento sumário, deveria trazer uma preocupação maior à mídia brasileira. Assim como a maioria dos países sul-americanos, somos assombrados por golpes de Estado, sendo que o último sofrido pelo Brasil, promovido pelos militares em 1964, não deixou boas recordações.

Certamente, se o presidente da Alemanha, dos Estados Unidos ou qualquer país economicamente desenvolvido enfrentasse uma ameaça de deposição, o tratamento seria

diferente. Mas, afinal, é o Paraguai. É o país onde moram de 200 mil a 500 mil brasileiros, com o qual temos acordos comerciais importantíssimos, inclusive o Tratado de Itaipu, que regula a compra da energia que abastece grande parte do Brasil.

Tudo isso aconteceu no Paraguai. E duas das nossas principais revistas semanais brasileiras, *Carta Capital* e *IstoÉ*, noticiaram o fato com atraso alarmante, não na edição seguinte aos acontecimentos. *Veja* e *Época* trouxeram a informação da queda do presidente, porém, nesse primeiro momento, não se aprofundaram no assunto. As reportagens vieram em edições publicadas pelo menos dez dias após o processo.

Mesmo nas reportagens publicadas após a crise, os jornalistas não se preocuparam em utilizar o espaço para expor uma investigação mais ampla do problema agrário, contextualizar os problemas de origem histórica ou se aprofundar na abordagem dos conflitos, o que compreensivelmente é muito difícil de se fazer no ritmo frenético com que as redações precisam produzir no dia a dia. Os textos privilegiam as vozes dos especialistas e dos brasiguaios, a elite que a mídia normalmente costuma ouvir. Camponeses não aparecem nos textos das semanais brasileiras. Para eles, é negada a possibilidade de se expressar, de contar sua versão dos fatos. As vozes deles ficam escondidas. Prevaecem as vozes e os sentidos dos olímpicos.

E foi justamente um conflito agrário, entre os muitos que aconteceram em 2012, que teria provocado a queda do presidente. Não foram produzidas reportagens sobre o assunto antes do *impeachment* de Lugo. Posteriormente, o assunto apareceria em material publicado, mas de maneira superficial, apesar de o tema ser de fundamental importância para a compreensão da vida política do Paraguai. A reforma agrária sempre esteve entre as promessas de campanhas dos candidatos, e a ameaça de invasões a territórios ocupados por brasiguaios serve frequentemente de pretexto para o Brasil exercer pressão política sobre os governantes paraguaios.

Notamos, também na análise quantitativa, que o Paraguai muitas vezes foi citado no material publicado durante o período que delimitamos para esta pesquisa, de janeiro a julho de 2012. Na maioria das vezes, no entanto, o termo “paraguaio” acabou sendo transformado em sinônimo de coisa ruim. O Paraguai, no fundo, é motivo de riso, também na imprensa que se tem por séria.

Enquanto não expandirmos nossos conhecimentos acerca dos nossos vizinhos, livrando-nos da nossa ignorância, sempre reproduziremos as notícias com igual alienação, perpetuando o preconceito e a desinformação. Essa visão não complexa e não compreensiva em nada contribui para o desenvolvimento e a melhoria de nosso jornalismo. Consequentemente, não traz conhecimentos que ampliem a visão de mundo da própria sociedade brasileira.

ANEXOS

ANEXO A - Mapa 1 - Paraguay, División Política. Fonte: Nações Unidas – 2004



ANEXO B - “O golpe fracassado de Chávez no Paraguai”, da revista *Veja*, número 2276, de 4 de julho de 2012, assinada por Duda Teixeira.

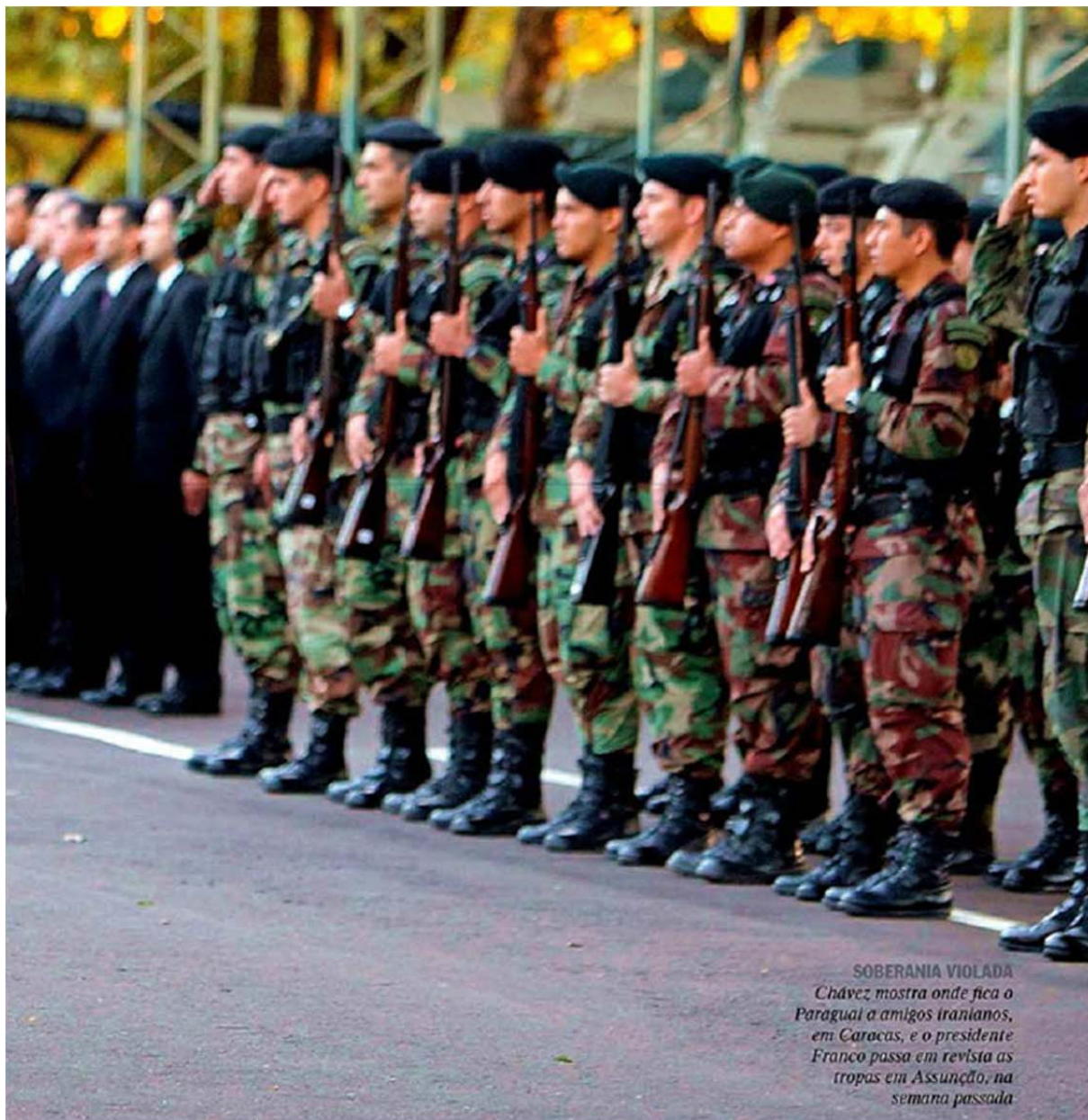


O GOLPE FRACASSADO DE CHÁVEZ NO PARAGUAI

O chanceler chavista incitou os militares em Assunção a barrar o impeachment de Lugo. Não deu certo, mas a Venezuela sai da crise como membro do Mercosul

DUDA TEIXEIRA

Na sexta-feira passada, na cúpula do Mercosul na cidade argentina de Mendoza, três dos quatro países-membros decidiram suspender o Paraguai do bloco econômico. Os presidentes do Uruguai, José Mujica, da Argentina, Cristina Kirchner, e do Brasil, Dilma Rousseff, consideraram que o impeachment do colega paraguaio Fernando Lugo, há duas semanas, representou uma “interrupção da ordem democrática” no país. Nunca antes, em 21 anos de vigência do bloco, um de seus integrantes



SOBERANIA VIOLADA
Chávez mostra onde fica o Paraguai a amigos iranianos, em Caracas, e o presidente Franco passa em revista as tropas em Assunção, na semana passada

havia sido punido por qualquer razão, quanto mais por uma decisão política interna.

Pode-se criticar a rapidez com que o Congresso paraguaio, com o posterior endosso do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, tirou Lugo do poder. Da acusação à sentença política, tudo ocorreu em apenas dois dias, entre a quinta-feira 21 e a sexta-feira 22. Qualificar o processo como golpe de estado e afirmar que a situação institucional do Paraguai atualmente não condiz com os padrões democráticos dos vizinhos, contudo, é um descabro. Faz apenas sentido para quem via em

Lugo um aliado — ou seria melhor falar em subalterno? — ideológico. Eis por que quem mais levantou a voz contra a destituição foram o presidente venezuelano Hugo Chávez e seus imitadores da Bolívia, Evo Morales, do Equador, Rafael Correa, e da Argentina, Cristina Kirchner, nenhum dos quais é exatamente um campeão da democracia. O governo brasileiro, cujos interesses no Paraguai exigem uma responsabilidade diplomática maior (veja o quadro na pág. 76), foi mais cauteloso. A expressão “golpe” sumiu do vocabulário de Dilma tão logo o novo presidente paraguaio, Federico Franco,

Internacional

foi empossado, ainda que o Brasil tenha mantido a decisão de isolar politicamente o Paraguai. Por pouco, contudo, a diplomacia brasileira não se viu envolvida em uma grave violação da soberania do Paraguai: a tentativa de Chávez & companhia de incitar os militares paraguaios a usar a força para impedir a queda de Lugo. A ingerência da Venezuela, que poderia ter resultado em um banho de sangue nas ruas de Assunção, foi confirmada pela ministra da Defesa paraguaia, María Liz García.

VEJA conversou com quatro paraguaios que testemunharam a incitação ao golpe. Na sexta-feira 22, de manhã, o ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Nicolás Maduro, com seus quase 2 metros de altura, terno preto e gravata vermelha, entrou no Senado paraguaio liderando os demais chanceleres da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), criada para ser uma Organização dos Estados Americanos (OEA) sem os Estados Unidos. Eles se reuniram com um grupo de legisladores na sala da presidência do Senado, horas antes da apresentação da defesa de Lugo no plenário. Com rispidez, Maduro avisou que, se Lugo fosse destituído naquele dia, o Paraguai seria expulso dos blocos regionais e a Venezuela deixaria de fornecer petróleo ao país. O senador Marcelo Duarte respondeu: "Vou pegar um livro chamado Constituição da República do Paraguai e ler para vocês". Duarte explicou que não havia golpe em curso e que a Carta do país não estabelecia prazos para a votação de impeachment. Em seguida, o embaixador equatoriano Julio Prado fez as ameaças de Maduro. Um senador do Partido Colorado então afirmou que os diplomatas da Unasul estavam no país como convidados, e que o assunto deveria ser decidido por paraguaios. O chanceler brasileiro Antonio Patriota não entrou na discussão e passou o tempo todo tomando notas em um caderno marrom do tamanho de uma agenda, segundo uma testemunha.

Sem sucesso no Senado, Maduro, Prado e uma ministra boliviana se dirigiram ao gabinete militar situado no Palácio de López, a sede do Poder Executivo, onde se encontraram com Miguel Rojas, secretário de Lugo, e os chefes das três forças armadas. Maduro



O risco do isolamento

O Brasil reagiu ao impeachment no Paraguai com sanções políticas, como o não reconhecimento do novo governo e o apoio à suspensão do país vizinho das decisões do Mercosul. Nada disso reforça a defesa dos interesses brasileiros no Paraguai

COMÉRCIO

Situação atual	O Brasil tem um superávit comercial com o Paraguai de 2,2 bilhões de dólares. Exporta tratores, diesel, adubo e fertilizantes e importa soja, trigo e milho
O que o isolamento político pode provocar	O novo presidente paraguaio, Federico Franco, diz que a suspensão do Mercosul abre as portas para que seu país faça acordos de comércio externo sem precisar consultar o Brasil nem os outros sócios do bloco

R Y ES
 RCADOC
 O DE 20



MUITO BARULHO À esquerda, a presidente Dilma Rousseff se encontra com a argentina Cristina Kirchner na cúpula do Mercosul, em Mendoza. Acima, Lugo (à esquerda na foto) com Patriota e Maduro (da direita para a esquerda) no dia do impeachment, em Assunção. Maduro tornou-se persona non grata no Paraguai

ITAIPU	BRASIGUAIOS	MERCOSUL
A usina hidrelétrica binacional produz 20% da eletricidade consumida no Brasil	Há meio milhão de brasileiros e descendentes vivendo no Paraguai. Eles produzem óleo de girassol, milho, trigo e 70% da soja do país	O Congresso paraguaio foi o único que se negou a aprovar a entrada da Venezuela no bloco, porque o governo bolivariano não preenche os requisitos democráticos
Nada muda, pois ambos os lados só têm a perder. A interrupção de Itaipu provocaria racionamento de energia no Brasil e deixaria o Paraguai sem sua maior fonte de renda	Os brasiguaios sofrem com as frequentes invasões de terra, com a xenofobia e com ameaças de pistoleiros. Sem o diálogo direto entre os presidentes, o governo brasileiro deixa de ter um instrumento para pedir segurança aos produtores	Sem o veto paraguaio, a Venezuela fará de tudo para dominar as cúpulas do bloco econômico e para subordinar os interesses dos países-membros, entre eles o Brasil, aos desígnios do presidente Hugo Chávez

Fontes: Adilson Pires e Demétrio Magalhães
 veja | 4 DE JULHO, 2012 | 77

Internacional

ordenou aos militares que cercassem o Congresso e impedissem a votação ou que se sublevassem caso Lugo fosse destituído. Se não o fizessem, estariam sujeitos a expulsão de suas corporações. Os comandantes cogitaram expulsar imediatamente os diplomatas do país pela ousadia. "Sou militar do Paraguai, não da Venezuela", disse um deles. Avisados do ocorrido por telefone, os presidentes dos partidos, no Senado, concordaram que a votação deveria se dar imediatamente. Patriota não participou da reunião com os militares. Em vez disso, esteve com outros chanceleres da Unasul no gabinete do vice-presidente Federico Franco. O grupo pediu a ele que fosse até o Senado para impedir o julgamento. "Isso é uma atribuição constitucional de um dos poderes do estado, o Legislativo. Não vou interferir", disse o atual presidente. O Itamaraty confirma a participação de Patriota nas reuniões com os senadores e com Franco, mas não discute sobre os temas tratados.

As sanções políticas acertadas na cúpula do Mercosul terão efeito limitado sobre o Paraguai, e certamente não trarão Lugo de volta ao poder. A pior consequência da crise será a aceitação da Venezuela como membro pleno do Mercosul. O Congresso paraguaio era o único que se negava a aprovar a entrada do país no bloco. Com o Paraguai impedido de participar das decisões multilaterais até que realize eleições presidenciais, Brasil, Argentina e Uruguai aproveitaram para permitir a adesão da Venezuela a partir de 31 de julho. Quem mais perde com isso é o Brasil. Chávez repudia o conceito de livre-comércio, razão de ser do Mercosul. Sua postura de confrontação com países ricos será uma barreira às já difíceis negociações de tratados comerciais do bloco com a União Europeia, por exemplo. Cristina Kirchner, que vem impondo salvaguardas aos produtos brasileiros, encontrará em Chávez um aliado em sua campanha protecionista. A tentativa chavista de manter Lugo no poder pelo uso da força fracassou, mas o autoritarismo bolivariano ganhou um prêmio ainda maior: a chance de pisotear nos restos mortais do Mercosul. ■



MUJICA CONCORDA Marcha em Montevideo pela legalização da erva, em maio passado

A maconha do governo

O Uruguai quer legalizar o comércio estatal da droga

O Uruguai é um país tradicionalmente pouco afeito a proibições e regulamentos. O jogo é liberado nos cassinos de Punta del Este, e sua legislação financeira chela de buracos faz do país um paraíso fiscal muito citado nas investigações internacionais sobre lavagem de dinheiro. As zonas francas fronteiriças fazem a alegria dos gaúchos na compra de produtos importados. Em breve, o Uruguai também poderá ser conhecido como um território livre para a maconha, caso seja aprovado no Congresso um projeto apresentado pela Junta Nacional de Drogas, subordinada à Presidência. Por ser um país, paradoxalmente, aferrado aos monopólios públicos, o projeto estabelece que a produção e a distribuição dos cigarros de maconha serão feitas exclusivamente pelo estado. Cada cidadão terá direito a 30 gramas de maconha por mês, mas poderá comprar mais desde que apresente a ponta que sobrou do cigarro fumado. O preço será determinado pelas autoridades. Se a lei vingar, o Uruguai terá o primeiro baseado estatal do planeta.

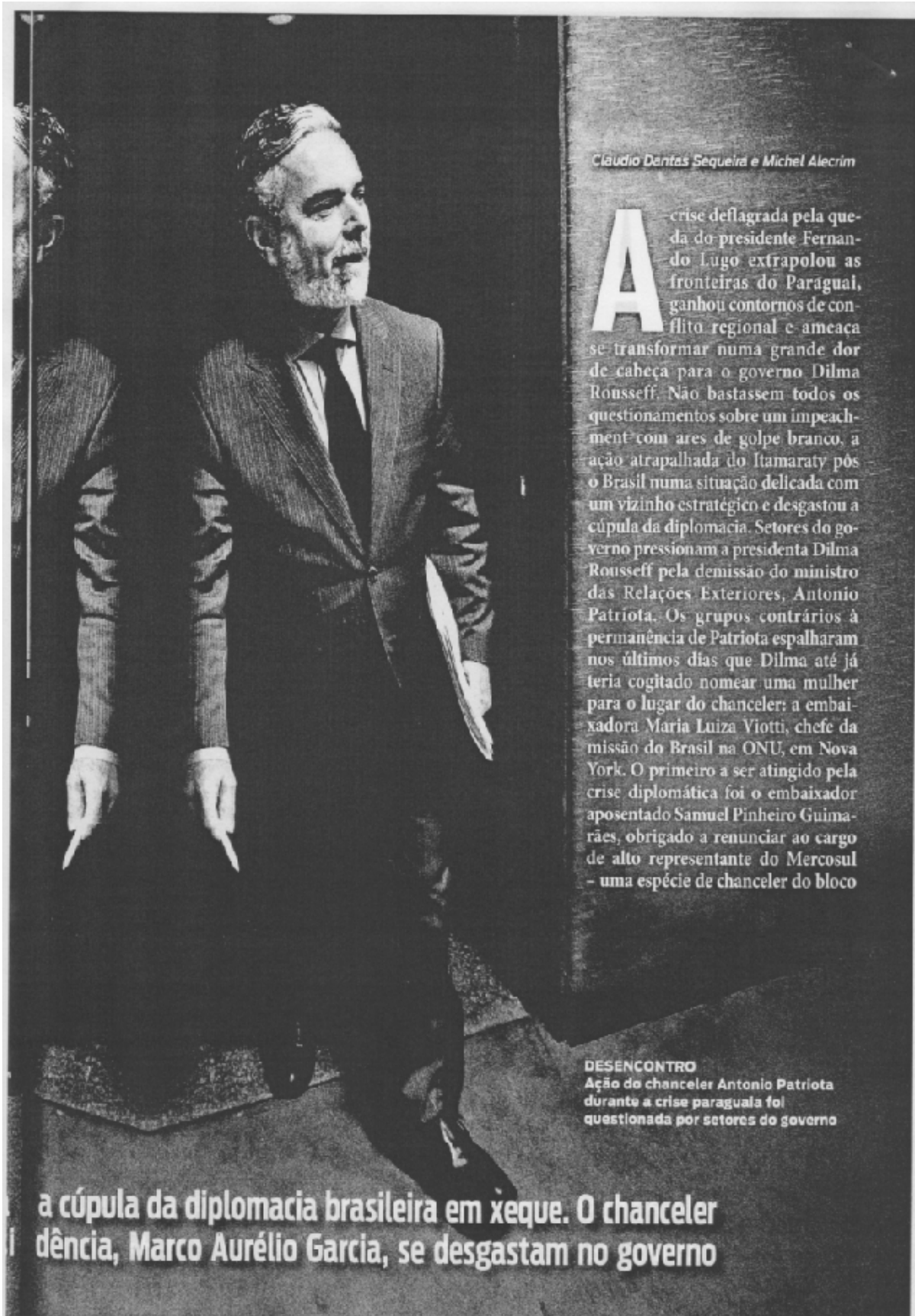
Parte do dinheiro arrecadado com impostos sobre a maconha será direcionada para clínicas de reabilitação de drogados. Os defenso-

res do projeto acreditam que, com a legalização da maconha, estarão dando um golpe de morte no crime organizado. Outro argumento para a legalização é que a maconha só leva ao vício de drogas mais poderosas, como a cocaína e a heroína, quando a pessoa se vê obrigada a comprá-la de traficantes, que sempre dispõem de um "catálogo" mais vasto de entorpecentes. O governo está desiludido com os resultados dos métodos atuais de combate às drogas. "A abordagem policial não tem funcionado", disse o presidente do Uruguai, José Mujica. Os críticos da lei afirmam que ela não evitará que o país continue sendo usado como corredor de drogas para a Europa e para os Estados Unidos.

Como mercado consumidor de drogas, o Uruguai é pouco significativo. Calcula-se que 5% da população de 3 milhões de habitantes fume maconha. O Uruguai é um dos poucos países em que o consumo de droga não é proibido. Apenas cidadãos uruguaios poderão comprar cigarros de maconha. Seus nomes serão acrescentados a um banco de dados de usuários. Mas obviamente ninguém tem a menor ideia de como impedir que os cidadãos uruguaios cedam generosamente a droga a visitantes estrangeiros. O mais provável é que, além de um paraíso fiscal no campo das finanças, o Uruguai se torne também uma conhecida destinação turística para usuários de drogas de todos os continentes. ■

ANEXO C - “Barbearagem Diplomática”, da revista *IstoÉ*, número 2225, de 4 de julho de 2012, assinada por Cláudio Dantas Sequeira e Michel Amorim.





Claudio Dantas Sequeira e Michel Alecrim

A crise deflagrada pela queda do presidente Fernando Lugo extrapolou as fronteiras do Paraguai, ganhou contornos de conflito regional e ameaça se transformar numa grande dor de cabeça para o governo Dilma Rousseff. Não bastassem todos os questionamentos sobre um impeachment com ares de golpe branco, a ação atrapalhada do Itamaraty pôs o Brasil numa situação delicada com um vizinho estratégico e desgastou a cúpula da diplomacia. Setores do governo pressionam a presidenta Dilma Rousseff pela demissão do ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota. Os grupos contrários à permanência de Patriota espalharam nos últimos dias que Dilma até já teria cogitado nomear uma mulher para o lugar do chanceler: a embaixadora Maria Luiza Viotti, chefe da missão do Brasil na ONU, em Nova York. O primeiro a ser atingido pela crise diplomática foi o embaixador aposentado Samuel Pinheiro Guimarães, obrigado a renunciar ao cargo de alto representante do Mercosul - uma espécie de chanceler do bloco

DESENCONTRO
Ação do chanceler Antonio Patriota durante a crise paraguai foi questionada por setores do governo

a cúpula da diplomacia brasileira em xeque. O chanceler
dência, Marco Aurélio Garcia, se desgastam no governo

Brasil

regional. Foi ele um dos responsáveis por influenciar de forma equivocada o Palácio do Planalto a apoiar medidas drásticas de retaliação ao novo governo paraguaio, como a suspensão do País do Mercosul até as eleições de 2013. Embora a sanção política tenha sido respaldada por Dilma, a presidenta impediu que as punições se estendessem às relações econômicas e comerciais. A ideia de Samuel Guimarães era isolar totalmente o parceiro comercial. Esse radicalismo fragilizou ainda mais a situação de Guimarães e tornou inviável sua permanência no cargo. Oficialmente, o diplomata deu diferentes versões para a saída, falou primeiro em "falta de apoio" e depois em "motivos pessoais".

Conhecido por suas posições favoráveis aos governos chamados de bolivarianos, Guimarães havia sido indicado para o posto por sugestão do ex-chanceler Celso Amorim, hoje ministro da Defesa, de quem é amigo e cossogro – a filha de um é casada com o filho do outro. Ele também teve o apoio do assessor internacional da Presidência, Marco Aurélio Garcia, com quem Dilma não andaria muito satisfeita, segundo assessores do Planalto. Garcia foi outro que propagou a tese de interdição do Paraguai tanto no Mercosul como na Unasul. Ele e Guimarães alimentaram também a

ideia de aproveitar a suspensão do Paraguai para aprovar a entrada da Venezuela no Mercosul, uma tese controversa, sem base jurídica nos acordos regionais e desconsiderando o fato de que Assunção é depositária de todos os acordos do bloco.

As articulações atabalhoadas da cúpula da diplomacia irritaram a presidenta, que foi pega de surpresa com o anúncio do impeachment de Fernando Lugo durante a Rio+20. **O embaixador brasileiro no Paraguai, Eduardo dos Santos, enviou, nos últimos seis meses, inúmeros informes alertando o Itamaraty do risco de deterioração da governabilidade no Paraguai, mas essas informações não sensibilizaram a cúpula.** Nem Patriota nem Marco Aurélio Garcia acharam que o problema era sério. Pressionado por Dilma, o assessor internacional argumentou que já havia recebido 23 alertas de intenção de impeachment contra Lugo, desde sua posse em 2008. Em sua opinião, não havia razão para suspeitar que o último prosperaria. Garcia e Patriota sugeriram a Dilma atuar por meio da Unasul, para compartilhar a responsabilidade na crise. Até aí, tudo bem. O problema é que a missão de chanceleres sul-americanos que desembarcou em Assunção na sexta-feira 22, dia em que o Congresso iniciou o julgamento político, teve efeito inverso ao esperado.

Com medo de que a interferência de outros países acabasse por inviabilizar o impeachment, deputados e senadores paraguaios aceleraram o processo. Na quinta-feira 21, dia em que souberam



da ida de representantes da Unasul para o País, os parlamentares paraguaios decidiram não acatar o pedido de Lugo de abrir um prazo de três dias para apresentar sua defesa. Ficou estipulado o prazo de 24 horas. Ou seja, a ação precipitou o julgamento de Lugo, que teve resultado acachapante: foram 39 votos a favor e apenas quatro contra sua saída. Entre a abertura do impeachment e a homologação da decisão do Congresso pela Suprema Corte decorreram 30 horas. O vice-presidente Federico Franco, do Partido Liberal, assumiu rapidamente com a justificativa de "evitar uma guerra civil". Nas ruas, com exceção de pequenos grupos, não



Em 15 de junho, ao menos seis policiais e 11 camponeses morrem em enfrentamento pela posse de terras em área de fronteira com o Brasil. Lugo demite o ministro do Interior, Carlos Filizzola

CRONOLOGIA DA CRISE

No dia seguinte, o presidente nomeia para o lugar de Filizzola o ex-procurador-geral Rubén Candia, do Partido Colorado. A nomeação irrita o Partido Liberal, do então vice-presidente Federico Franco

Em 21 de junho, numa articulação política, o Congresso abre um processo de impeachment contra Lugo. Em apenas 24 horas, deputados aprovam por maioria absoluta a destituição do presidente, com 39 votos a favor, quatro contra e duas abstenções. Lugo se quebra que só teve duas horas para apresentar sua defesa



Em cerimônia convocada para o dia seguinte, o Parlamento empossa Franco como novo presidente



EQUÍVOCO Marco Aurélio Garcia (abaixo) argumentou que já havia recebido 23 alertas de intenção de impeachment contra Fernando Lugo (à esq.), desde 2008. E não haveria razão para suspeitar que o último prosperaria



houve reação popular. Muito menos as Forças Armadas reagiram. Mesmo assim, Lugo se disse vítima de um "golpe de Estado parlamentar".

Golpe, propriamente, não houve. Mas a forma como se deu o processo indica uma ruptura democrática no país vizinho. Embora o julgamento político tenha observado as normas constitucionais, não há lei paraguaia que regulamente o tempo que o presidente teria para sua defesa. **A própria peça de acusação deixa evidente que Lugo estava condenado de antemão, ao dizer que "todas as causas para o impeachment são de notoriedade pública, motivo pelo qual não precisam ser provadas, conforme o ordenamento jurídico vigente".**

A maneira como se deu o impeachment revelou também que Lugo se tornou um presidente solitário, sem o mínimo de apoio político. Ex-bispo de esquerda, adepto da Teologia da Libertação, Lugo alcançou o poder com o apoio popular ante o desgaste do tradicional Partido Colorado, que governou o país por quase cinco décadas. Mas sempre foi considerado um "outsider", sem experiência política e apoio dentro do Congresso. Para governar, precisou fazer concessões, aliar-se ao direitista Partido Liberal, e negociar com os colorados. Em pouco mais de três anos de mandato, o agora ex-presidente decepcionou. A

reforma agrária, sua grande bandeira de campanha, avançou timidamente. Pouco foi feito também em relação ao crime organizado, ao tráfico de drogas e de pessoas – questões que afetam diretamente o Brasil.

De acordo com setores do governo que pressionam pela saída de Patriota do cargo, a impaciência de Dilma com o ministro das Relações Exteriores não é de agora. Segundo essas fontes, desde abril, quando esteve nos Estados Unidos, a presidenta fez duras críticas à atuação de Patriota no governo. A presidenta evitou despachar com Patriota até a lista de laureados da comenda, do Rio Branco, e desprestigiou a cerimô-

nia. Já o problema de Marco Aurélio Garcia, para Dilma, é que ele falaria demais. Em março, ela o desautorizou publicamente depois que o assessor vazou que o Banco Central reduziria a taxa de juros. Na crise paraguaia, a presidenta mandou Garcia consertar suas declarações à imprensa e deixar claro que o impeachment de Lugo era um problema interno do Paraguai. Mas o estrago, mais uma vez, já estava feito.

"O Patriota fez o que deveria ter feito antes, quando viajou para o Paraguai. Talvez tenha ido tarde demais", avalia o embaixador aposentado José Botafogo Gonçalves, vice-presidente do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri). Além da reação lenta, Botafogo acha que a crise deveria ter sido discutida no âmbito do Mercosul, não da Unasul, organismo novo e ainda disperso. Essa ação permitiu a interferência dos bolivarianos Hugo Chávez (Venezuela) e Evo Morales (Bolívia), fazendo coro com o discurso inflamado da presidenta argentina, Cristina Kirchner. Estrago feito, a estratégia de Dilma agora é tentar restringir a crise ao Mercosul. Ela também colocou em campo o ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência, que passou a falar com a imprensa e foi enviado como representante do governo à 13ª Cúpula Social do Mercosul, evento paralelo à cúpula presidencial do bloco, em Mendoza, na Argentina. ■

ANEXO D - “Os Neogolpistas”, da revista *Carta Capital*, número 704, de 4 de julho de 2012, assinada por Cynara Menezes.

Nós e o Mundo

Os neogolpistas

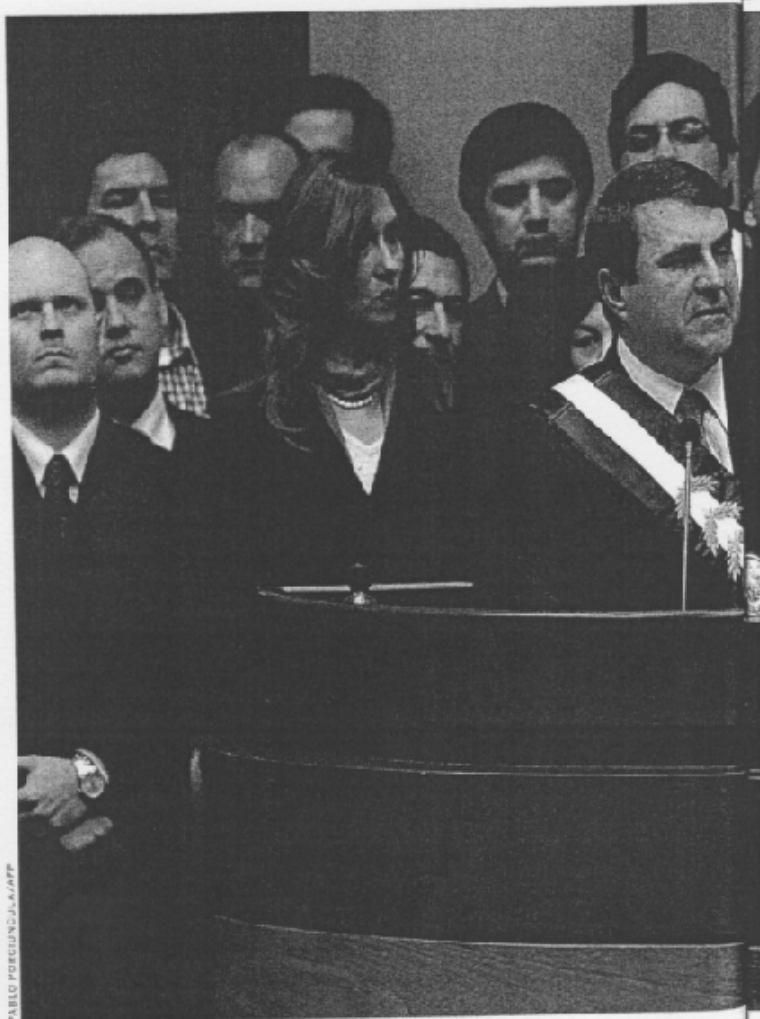
PARAGUAI | Aumentam os indícios de que o *impeachment* de Fernando Lugo, votado no Congresso em tempo recorde, foi o último ato de uma grande armação

POR CYNARA MENEZES, DE ASSUNÇÃO

NAS RUAS de Assunção quase não se veem mais protestos. Alguns poucos paraguaios, a maioria estudantes universitários, permanece a postos nas cercanias da tevê pública. Aos 70 anos, José Gentile, ator de cinema e velho militante do Partido Socialista, entende que o pecado de Lugo foi ter confiado em seu vice, Federico Franco, indicado presidente. E ataca a campanha moralista contra o presidente, um ex-bispo católico acusado de ter mantido relações sexuais e tido filhos com várias fiéis. “Utilizaram muito a questão dos filhos. Mas os senadores têm filhos por todos os lados, apenas tapam a boca das mulheres com dinheiro.”

A aparente calma popular contrasta com a ebulição de teorias que começam a ser formuladas para o golpe que ocorreu na sexta-feira 22 no Paraguai. Uma semana depois de o Congresso destituir em rito sumário o presidente do país democraticamente eleito, aumentam as certezas de que não foi por governar mal que Fernando Lugo caiu, e sim por contrariar interesses. E mais: surgem indícios de que o *impeachment* foi o último lance de uma grande armação possivelmente posta em prática no conflito entre os sem-terra e um fazendeiro, causa apontada para sustentar o processo de cassação.

Ainda atônitos, muitos analistas se perguntam: por que derrubar Lugo a nove meses da eleição se a economia do Paraguai vai bem, se sua aprovação popular continuava

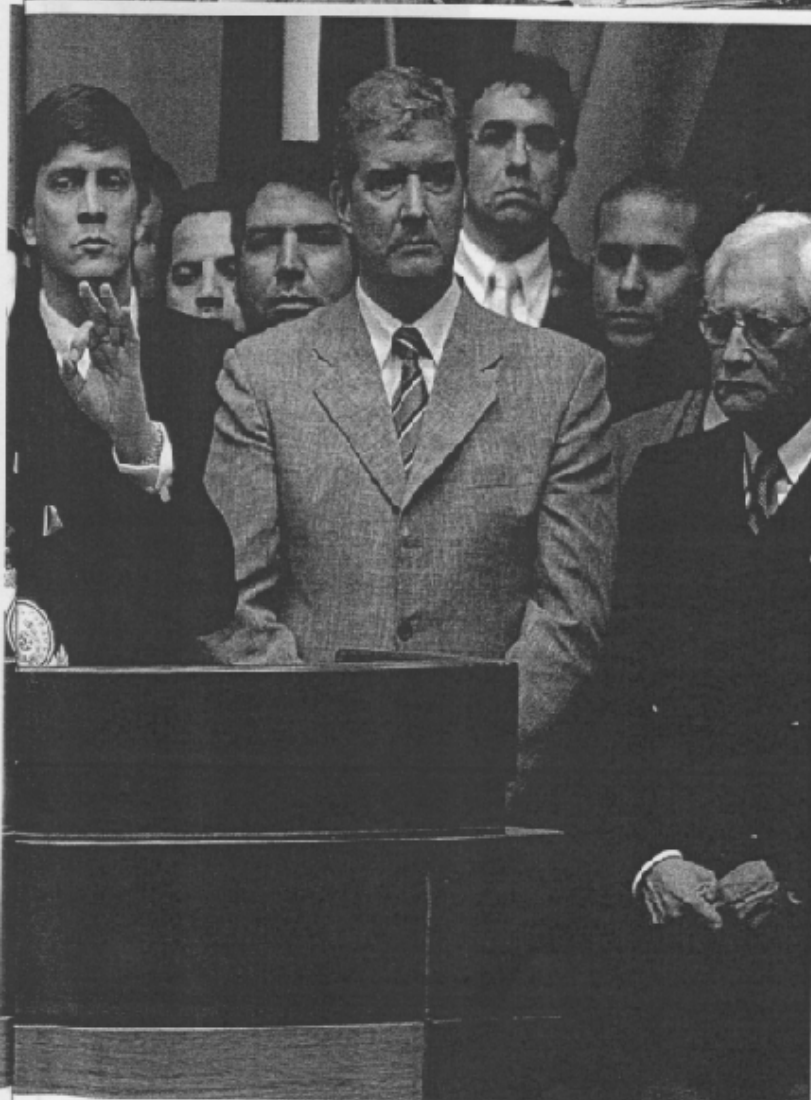


PAOLO FORQUIN/AGFAP



**Francoatiradores
podem ter atuado
no conflito em que
morreram 6 policiais
e 11 camponeses.
A serviço de quem?**

Traições. O vice Federico Franco tomou posse e defendeu a legitimidade do Parlamento



alta e se não havia nenhuma razão concreta que justificasse apelar ao julgamento político, previsto na Constituição, mas executado às pressas, sem direito de defesa? Antes de simplesmente aceitar à primeira hora a derrubada de um presidente eleito com mais de 40% dos votos paraguaios em 2008, é preciso tentar achar respostas plausíveis para essas dúvidas. Como é necessário ressaltar que parte expressiva dos meios de comunicação paraguaios participou da farsa do neogolpe, que dispensa as Forças Armadas, disfarçado de legalidade.

O principal jornal do Paraguai, o *ABC Color*, foi um entusiasmado apoiador da destituição desde que o Congresso anunciou o julgamento de Lugo na quinta-feira 21. Sintomático: ao longo da semana o diário ancorou-se, principalmente, na opinião de columnistas brasileiros que, a exemplo do ocorrido em 2009, na esteira do golpe em Honduras, defenderam a legalidade dos atos do Legislativo paraguaio. Opositor ferrenho do presidente desde a sua posse, o *ABC Color* a partir de fevereiro deste ano subiu o tom e passou a estimular mais claramente a derrubada do governo. Em editorial no início do ano intitulado "Nem direita militar nem esquerda selvagem" comparava Lugo a ninguém menos que o general Alfredo Stroessner, o ditador de triste memória que, fizeram questão de esquecer, prestigiara em 1967 a inauguração do jornal.

Sem nenhuma evidência, o diário sustentava que Lugo e sua equipe, "fiéis seguidores do manual do bolivarianismo marxista totalitário criado pe-

Nós e o Mundo Paraguai

lo gorila Hugo Chávez”, pretendiam instalar uma ditadura no país. E desafiava o Parlamento, “composto em sua maioria de eunucos”, a “exercer a autoridade da qual está investido”. Com a bênção da poderosa empresa de comunicação, também proprietária de rádios e emissoras de televisão, os “eunucos” se animaram a derrubar o presidente. Na terça-feira 26, o *ABC Color* chegou ao cúmulo de trazer em sua edição online a manchete “O golpista é Lugo”, frase atribuída ao presidente da União Industrial Paraguáia.

Tal era a virulência da mídia que Lugo, em princípio aberto e falante, simplesmente deixou de dar entrevistas aos jornais do país. No primeiro ano de governo, o presidente costumava falar com jornalistas uma vez por semana, sempre às terças-feiras. Quando surgiram as notícias sobre mães a reclamar na Justiça filhos não assumidos – o ex-presidente foi bispo católico –, as entrevistas começaram a rarear. Na falta de acusações políticas contundentes a seu governo, a oposição e a mídia apegaram-se à história dos descendentes. Embora a crítica moral ao ex-bispo seja totalmente admissível, os romances de Lugo não eram motivo suficiente para cassá-lo.

O discurso midiático parece ter funcionado, mesmo entre os cidadãos comuns em Assunção. Embora vários paraguaios ouvidos por *CartaCapital* tenham se queixado da “injustiça” da destituição, a maioria afirmou ter “medo” de o Para-

Nas ruas, quase ninguém mais protesta. Os pobres mostram desinteresse pela política

Encenação. Enquanto os sem-terra ameaçam, as mortes em Curuguaty permanecem envoltas em mistério

gui se transformar em uma Venezuela. Os mais pobres demonstravam apreço pelo presidente destituído, mas ao mesmo tempo desinteresse pela política. E na classe média alta estava difundida a ideia de que Lugo pretendia “instalar o caos” como parte de seus planos “bolivarianos”. Fracassada no Brasil na época em que Lula governava, ao que tudo indica a tese da



JOÃO PELLEY/BBG

“venezuelização” prosperou no Paraguai. Colaborou bastante para a ideia de “caos” a troca de tiros no despejo de sem-terra ocorrido em uma fazenda de Curuguaty, a 240 quilômetros da capital, em 15 de junho, que resultou na morte de 6 policiais e 11 camponeses. Uma das principais causas apresentadas pelo Congresso para a destituição de Lugo, a matança de Curu-

NORBERTO QUARTE/APF



Lugo. Ele estuda forma de concorrer ao Senado em 2013

“Queriam me tirar desde o começo” De acordo com o ex-presidente, a denadeira foi a 24ª ameaça de destituição do poder no Paraguai

Namanhã da quarta-feira 27, Fernando Lugo concedeu uma rápida entrevista exclusiva a *CartaCapital*. A seguir:

CartaCapital: Como o senhor perdeu todo o apoio no Congresso?

Fernando Lugo: Nunca tive apoio no Congresso. Sempre tive uma minoria de três a quatro votos no Senado e apenas dois ou três na Câmara dos Deputados. Acho que cometi um erro ao me candidatar à Presidência sem ter o respaldo do Congresso, onde a grande maioria pertence aos partidos tradicionais. Mas minha candidatura não nasceu nos partidos políticos tradicionais, e sim nos grupos sociais, nas pequenas legendas progressistas. No Congresso estávamos quase 600.

CC: Como conseguiu governar por três anos?

FL: Estou convencido de que o maior mérito foi conseguir governar quase quatro anos sem apoio do Congresso. Essa foi a nossa maior conquista. Os cidadãos entenderam isso, que muitos dos projetos não foram realizados porque havia uma oposição forte do Legislativo.

CC: É curioso que tenham esperado o senhor assinar a revisão do Tratado de Itaipu para tirá-lo do poder...

FL: Agora começamos vir à tona as informações. Se alguém observa os diários das sessões no Congresso desde que assumi, falaram 23 vezes sobre me submeter a um julgamento político. Na 24ª concretizaram. Queriam destruir-me desde o começo.

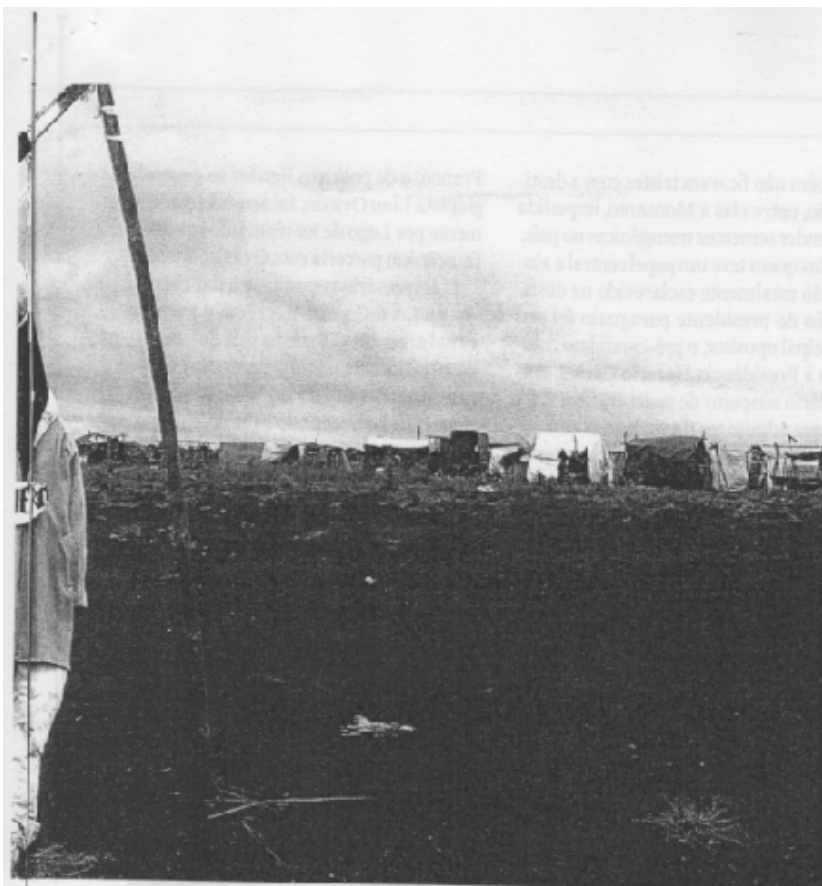
Em 2009 começaram as conspirações, mas os grupos nunca se puseram de acordo. Era uma luta dos líderes políticos tradicionais contra um projeto diferente. O que tentamos fazer foi implementar uma política de Estado, de Direito. Antes os presidentes diziam: “Estou dando isso a vocês”. Nós dizíamos: “Isso não é o Estado que lhes dá, isso é seu direito, lhes pertence”. Essa forma de governar inovava.

CC: Por que as pessoas parecem tão conformadas com sua saída?

FL: Nem tanto. Uma pesquisa diz que mais de 60% das pessoas se manifestaram contrárias à destituição.

CC: O senhor errou ao não se aliar a conservadores?

FL: Possivelmente. Mas queriam nos



guaty começa a ser desvendada somente agora, quando aparecem indícios de que o tiroteio foi iniciado por francoatiradores, não se sabe a serviço de quem. “Queriam destruir-me desde o começo. Em 2009 começaram as conspirações, mas os grupos nunca antes tinham chegado a um acordo”, afirmou Lugo a *CartaCapital* (entrevista à pág. 32).

O dono da fazenda em Curuguaty que obteve a ordem judicial para expulsar os sem-terra é um ex-senador e ex-presidente do Partido Colorado, Blas Riquelme. O próprio Parlamento paraguaio que destituiu Lugo “constitucionalmente” é um caso à parte. O general golpista Lino Oviedo tem dois filhos e um sobrinho deputados. Goli Stroessner, um dos

líderes da negativa ao ingresso da Venezuela no Mercosul, como o sobrenome indica, é neto do ex-ditador.

O ódio a Lugo no Legislativo cresceu à medida que o presidente tentava modificar algumas regras consolidadas na política paraguaia: o ex-presidente defendia, por exemplo, o fim das chamadas *listas sábana*, que impedem a renovação de senadores e deputados. As *listas sábana* são um sistema que na prática perpetuam os mandatos dos políticos em atividade no Congresso. Ao votar em um nome da lista, o eleitor acaba por eleger uma série de outros. Já havia nas ruas um movimento popular para que Lugo vetasse a lei que prorrogou as listas até 2015, como decidiu o Congresso no início do mês de junho.

Mas o que parece ter inflado a ira dos políticos tradicionais e, possivelmente, uma das verdadeiras razões de sua queda foi o veto em maio a uma lei que previa destinar 215 bilhões de guaranis (perto de 97,6 milhões de reais) à Justiça Eleitoral. Em resumo: seria uma transferência direta de dinheiro dos cofres públicos para os partidos políticos.

Não à toa, na apresentação dos novos ministros ao Congresso Nacional na quarta-feira 27, Franco, o presidente empossado, foi prestigiado com a assistência da quase totalidade do Legislativo, à exceção dos “luguistas”, uma minoria absoluta de três senadores e uma deputada. Para dar um verniz democrático, as palavras que mais se

fiéis a meus projetos. Tentei fazer acordos com setores tradicionais, mas suas exigências de cargos, de postos, ataram minhas mãos. Prefiro manter a coerência e ser fiel aos projetos de governo.

CC: Quais foram seus piores inimigos?

FL: Não creio que tive inimigos. Gram inimigos, sim, das pessoas mais humildes, simples, que foram os que perderam aqui no Paraguai. Estendo é um golpe em Lugo, mas na democracia, nos setores populares, nas classes mais pobres que defendemos desde que chegamos ao governo.

CC: Houve críticas de jamais no Brasil de que seu governo era “errático”.

FL: Errático? Todas as qualificações rápidas, ingênuas, têm a possibilidade de equivocarse. Os meios de comunicação têm essa facilidade de julgamento rápido, superficial. É muito difícil

de longe, não conhecendo o dia a dia de como governar este país, que é pequeno, 6 milhões de habitantes, mas plural nos interesses. Não era fácil fazer política de Estado aqui.

CC: Sua destituição contou com o apoio da mídia local.

FL: Nunca fizemos pactos com ninguém. Sempre preferimos uma mídia objetiva, crítica, a uma aliada, comprada, como se faz em outros tempos.

CC: Os brasiguaios tiveram peso em sua saída do governo?

FL: É possível. Mas no acordo que fizemos com Lula, em 2009, um dos pontos principais foi o acordo com os assim chamados ou mal chamados brasiguaios, porque na verdade são paraguaios. Acordamos defender todas as suas reivindicações, seus investimentos, seu bem-viver, seu sistema produtivo, comercial

Mesmo com os preconceitos que tínhamos no tempo de campanha, porque dizem que eu ia expulsar todos, que iam voltar para o Brasil, que eu seria impiedoso com eles.

CC: Há boa gente e gente ruim entre os brasiguaios?

FL: Sem dúvida. Tem de tudo. Há os que têm interesses aqui e há outros que levam todo o seu lucro para o Brasil. Mas nunca criamos nenhum empecilho, inclusive quanto a isso. Não há nenhuma lei de restrição.

CC: O que ocorreu em Curuguaty?

Há indícios de que francoatiradores fizeram os primeiros disparos.
FL: Segundo as análises do impacto das balas, os disparos atingiram a cabeça, o pescoço e o coração. Camponeses não fazem isso. A hipótese de francoatiradores é muito possível. Por isso queríamos uma comissão de

investigação independente, para que não fôssemos apenas com a versão dos camponeses ou dos policiais.

CC: Investigar esses assassinatos deveria ter sido o primeiro passo antes do julgamento político a que o senhor foi submetido?

FL: Claro. Não se respeitou o devido processo legal e não se levou em conta a defesa. E o que pergunto é: há mérito na destituição de um presidente eleito democraticamente com os argumentos tão superficiais como os que apresentou a acusação?

CC: O senhor poderá se candidatar novamente em abril?

FL: Creio que não. Estou consultando especialistas, mas acho que perdi o status de senador vitalício que têm todos os ex-presidentes e isso talvez possibilite me lançar ao Senado.

Nós e o Mundo Paraguai

ouviram na posse foram "cidadãos", "pescos", "preocupação com o povo". Chamou a atenção o fato de Franco, admirador confesso do liberal espanhol José María Aznar (a ponto de até pouco tempo ostentar um bigode inspirado no ex-premier da Espanha), apelar à "legitimidade" dos parlamentares "eleitos pelas urnas", como se o presidente deposto também não tivesse chegado ao poder por meio de voto.

Em um sinal de que o governo Lugo não foi tão ruim como se pinta agora, a primeira iniciativa de Franco foi garantir a manutenção de seus principais programas sociais, o apoio à terceira idade, o programa de saúde, e o Tekoporã, o Bolsa Família paraguaio. A ovidos atentos não escapou o pedido do novo presidente aos parlamentares para que apoiassem a criação de uma filial da mineradora Rio Tinto Alcan, uma das maiores produtoras de alumínio do mundo, que tenta desde 2009 instalar uma fábrica no país.

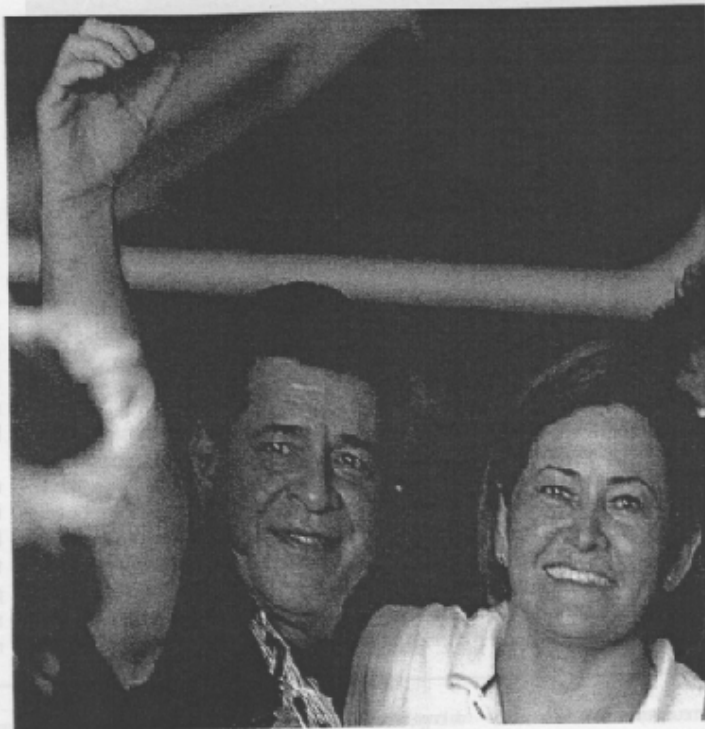
As negociações da Rio Tinto com o governo Lugo estavam demoradas, porque havia desacordo sobre as tarifas de energia elétrica que deveriam ser cobradas à multinacional. O assessor do presidente para questões energéticas desaconselhava a tarifa proposta pelo ministro da Indústria e Comércio, por considerá-la muito baixa e uma espécie de subsídio à empresa. Bastou Franco assumir para os entraves à multinacional acabarem. O ministro da Indústria e Comércio, Francisco Rivas, que defendia o subsídio à Rio Tinto, permaneceu no cargo após o *impeachment* de Lugo. Outras multinacionais

também não ficaram tristes com a destituição, entre elas a Monsanto, impedida de vender sementes transgênicas no país.

Mas quem teve um papel central e ainda não totalmente esclarecido na destituição do presidente paraguaio foi seu principal opositor, o pré-candidato colorado à Presidência Horacio Cartes, empresário suspeito de narcotráfico. Cartes, que admite ter financiado as campanhas do Partido Liberal (ao qual pertence

Franco) e de políticos ligados ao general golpista Lino Oviedo, foi acusado diretamente por Lugo de ter planejado sua destituição em parceria com Oviedo.

O empresário recusou-se a dar entrevista a *CartaCapital*. Recebeu, porém, o jornal argentino *Clarín* na sala de sua colossal residência nos arredores de Assunção, "do tamanho do lobby de um hotel cinco estrelas", segundo o diário, e negou qualquer participação no episódio. "Nós



"Ruptura democrática" Para o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que deixou seu cargo no Mercosul, o neogolpismo se manifesta também na Venezuela, Equador e Bolívia **A GABRIEL BONIS**

A destituição de Fernando Lugo da Presidência do Paraguai gerou uma tensão diplomática no Mercosul. Os integrantes do bloco optaram por suspender o país da 42ª cúpula do mercado comum, na qual decidiram que outras sanções podem ser aplicadas. Na terça-feira 26, dois dias antes de renunciar ao posto de alto-representante geral do Mercosul, Samuel Pinheiro Guimarães comentou por telefone alguns problemas da região. Da Argentina, onde participou do encontro, ele disse que governos eleitos democraticamente na América do Sul sofrem a ameaça do fenômeno do "neogolpismo".

CartaCapital: Qual posição o senhor acredita que o Brasil deveria adotar na cúpula do Mercosul sobre eventuais sanções ao Paraguai pela destituição de Fernando Lugo?

Samuel Pinheiro Guimarães: A posição deve ser firme e ao mesmo tempo muito prudente. Houve uma ruptura democrática, logo é preciso recompor-la. Mas é uma questão complexa definir quais medidas políticas poderiam ser tomadas para essa recomposição. Seria necessário que houvesse uma forma legal de o Congresso paraguaio voltar atrás (na destituição), algo muito complexo legal e politicamente. Mas, por outro lado, existe na América do Sul algo que pode

ser identificado como "neogolpismo", que teve manifestação no Paraguai, na Venezuela, no Equador e na Bolívia.

CC: Como esse neogolpismo é caracterizado?

SPG: Na América do Sul, onde a concentração de renda e riqueza é extraordinária e há regimes democráticos presidencialistas, os candidatos têm de adotar plataformas populares que prevejam a distribuição de renda. E, eventualmente, a redistribuição da propriedade. Candidatos a cargos majoritários são eleitos com votos da maioria da população, que é pobre. Por outro lado, nos legislativos, as forças hegemônicas tradicionais

se fazem representar. Se comparamos o tamanho de bancada ruralista a representar interesses de grandes proprietários de terra no Congresso Brasileiro ao da bancada de apoio aos trabalhadores rurais, quantos defendem o saguino grupo? Talvez inexistente. Os trabalhadores rurais são, no entanto, a maioria da população do campo, mas não estão representados no Congresso. Isso ocorre em todos os países da região. O neogolpismo reconhece que os governos foram eleitos democraticamente, mas argumenta que eles não governam democraticamente. Cria imagens desses governos como ditaduras e gera um clima que justifique o golpe de Estado, inclusive por meios

FOTOS: NOBERTO DUARTE/AFP



seríamos os maiores beneficiados se Lugo continuasse a governar, porque ia seguir cometendo erros." Ao atacar o presidente deposto, o empresário aproveitou para golpear a sua principal rival na disputa interna no Partido Colorado, Lilian Samaniego. Segundo afirmou ao *Clarín*, suspeitava que Samaniego era apoiada pelo ex-presidente, nos bastidores, para que o venesse como candidata de oposição.

Não só Lugo teme uma eventual vitória de Cartes nas eleições do ano que vem. Os vizinhos da América do Sul não gostariam de ver novamente na região um presidente acusado de ligações com o tráfico de drogas. Cartes chegou a ser preso em 1985 por evasão de divisas. Em outubro de 2011, um documento vazado pelo Wikileaks vinculava o empresário a uma série de atividades ilícitas: lavagem de dinheiro, contrabando de cigarros e conexões com o narcotráfico, inclusive com

O favorito à Presidência é o empresário Horacio Cartes, acusado de envolvimento com o narcotráfico

Algoz? Cartes (à esq.) nega ter tramado para derrubar Lugo

o brasileiro Fernandinho Beira Mar. No ano 2000, o departamento antinarcóticos achou em uma de suas fazendas uma aeronave recheada com 20 quilos de cocaína e 343 quilos de maconha.

Diante do golpe, os governos do Brasil, Uruguai e Argentina suspenderam o Paraguai do Mercosul, mas mesmo os assessores do presidente deposto admitem que reconduzi-lo ao cargo é uma hipótese remota. Com o *impeachment*, Lugo perdeu seus direitos políticos por dez anos. O presidente deposto pretende recorrer à Justiça ao menos para poder se candidatar ao posto de senador nas próximas eleições.

Em entrevista a *CartaCapital* na terça 19, o então alto-representante do Mercosul, Samuel Pinheiro Guimarães, afirmou: "A posição do Mercosul deve ser firme e ao mesmo tempo prudente". Surpreendentemente, Guimarães renunciou ao cargo na quinta 21 sob a alegação de falta de apoio político do bloco para implantar seus projetos. O diplomata negou, porém, qualquer relação entre sua renúncia à falta de uma ação firme contra os golpistas paraguaios.

O mais preocupante é o precedente criado: sem apelo popular e sem direito à defesa, congressistas derrubaram na América do Sul um presidente legitimamente eleito. "É tremendamente perigoso o que aconteceu no Paraguai", alerta o sociólogo e consultor Alejandro Biel. "Em uma democracia que está em processo de consolidação, que ainda falta muito para chegar a um patamar aceitável, foi um golpe... um golpe de mestre das forças conservadoras." ●

não militares. Então, governos são chamados de populistas quando tentam fazer programas sociais. Essa é uma situação muito complexa.

CC: O senador paraguaio Lino Oviedo afirmou que "o Mercosul não existe".

Como o senhor analisa a declaração?

SPG: No momento há o Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul (Focarr), que oferece doações para projetos dos países membros. Um deles é a construção da linha de transmissão entre Itaipu e Assunção, que está sendo feita com financiamento desse fundo, no valor de 500 milhões de dólares. Esse fundo faz parte do Mercosul e contribui para vários outros projetos paraguaios. Achar que o Mercosul não existe é desconhecer a realidade. O Paraguai não teve a oportunidade

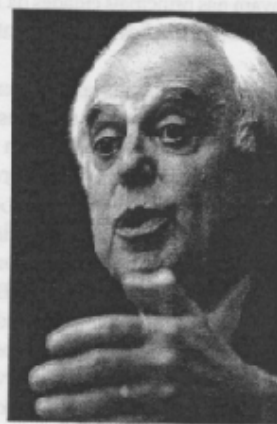
de realizar com seus próprios meios ou financiamento internacional essa linha de transmissão, um projeto para evitar a falta de eletricidade em Assunção. O empreendimento é fundamental para a industrialização do país e seu desenvolvimento. Mesmo os países fortes em agricultura procuram se industrializar para agregar valor aos seus produtos, mas para isso é preciso energia.

CC: O Mercosul tem relações desiguais entre seus integrantes.

O senhor acredita que o bloco precisa se reestruturar em favor dos países menores?

SPG: O Mercosul foi imaginado na vigência do neoliberalismo. Havia a ideia de que a criação de união aduaneira entre os quatro países levaria a um desenvolvimento natural e que

todos se beneficiariam de forma igual. Isso não é possível. É evidente que países de dimensões tão diferentes não podem participar de forma igual desse esquema. É preciso fazer com que a união aduaneira se transforme em um verdadeiro projeto de desenvolvimento da economia desses Estados. O Focarr prevê que os países menores se beneficiem mais desse fundo e os maiores contribuam mais. Isso é um verdadeiro projeto de desenvolvimento, mas são necessárias outras ações. Grande parte do comércio entre os países é feita por empresas multinacionais, que decidem onde investir. Os Estados deveriam orientar essas decisões hoje feitas pelas empresas. É preciso organizar o comércio e vê-lo de forma regional. Enquanto isso não ocorrer, seguiremos discutindo o comércio como uma luta entre empresas e países.



Guimarães.
Contra o falso argumento dos conservadores

ANEXO E - “Vacina contra intentonas 2.0”, da revista *Carta Capital*, número 704, de 4 de julho de 2012, assinada por Antonio Luiz M. C. Costa.

Nós e o Mundo

Vacina contra intentonas 2.0

MERCOSUL | A pressão dos vizinhos pode não reinstalar Lugo na Presidência, mas é vital desencorajar ameaças à democracia

POR ANTONIO LUIZ M. C. COSTA

SURPREENDEU A fraqueza da reação interna à fulminante deposição de Fernando Lugo no Paraguai com o pretexto de um conflito violento no campo, mas nem por isso os países vizinhos poderiam deixar passar em brancas nuvens a derrubada de um governo democrático por um processo parlamentar reduzido a farsa.

A quartelada brutal à moda antiga está fora de moda, mas técnicas alternativas de golpe de Estado vêm sendo ensaiadas nos últimos anos: Venezuela (2002), Haiti (2004), Bolívia (2008), Honduras (2009) e Equador (2010), em todos os casos com apoio de forças respaldadas pelos Estados Unidos. Os do Haiti e Honduras foram vitoriosos. O primeiro jogou o país em um caos do qual não mais se reergueu. O segundo, com cobertura formal da maioria parlamentar e do Judiciário, cumpriu melhor seus objetivos imediatos e aparentemente inspirou a versão paraguaia, ligeiramente aperfeiçoada. E pode não ser o último: enquanto Lugo era destituído em Assunção, policiais se amotinavam nas principais cidades da Bolívia e saqueavam prédios governamentais.

(A maioria dos países latino-americanos tem inquietação social e maiorias parlamentares voláteis e receiam um precedente que facilite às elites armar pretextos para derrubar um governo incômodo com um simulacro de processo no Parlamento ou no Judiciário. É preciso má-fé para atribuir a viés ideológico a atitude do Brasil ao qualificar o ato como golpe e condená-lo. Todos os países latino-americanos o fizeram, inclusive governos conservadores como os da Colômbia, Chile, México, Haiti e Honduras. Já não havia um só embaixador sul-americano em Assunção quando Cuba também decidiu retirar o seu.)

Há apenas diferenças de tom: os bolivarianos da Alba (Venezuela, Equador,

É preciso deixar claro que haverá punições a quem derrubar governos eleitos democraticamente

Consenso.

O Paraguai violou a ordem democrática tanto para Dilma e Cristina quanto para Santos



bolívia e Nicarágua) cortaram de fato as relações diplomáticas e pediram sanções econômicas. Caracas tomou a liberdade de aplicá-las unilateralmente, suspendendo a exportação de petróleo da PDVSA. A Argentina ficou no meio-termo: foi enfática na ruptura, mas não propôs sanções drásticas.

Os demais latino-americanos chamaram seus embaixadores “para consultas” e querem sanções apenas políticas. Basta para excluir o Paraguai e seus representantes das decisões do Mercosul e Unasul, da cúpula conjunta de 29 de junho em Mendoza até a posse de um novo governo legítimo, ou seja, até 15 de agosto de 2013, se o presidente golpista Federico Franco e seu Tribunal Eleitoral insistirem em rejeitar a proposta dos presidentes José Mujica, do Uruguai, e Juan Manuel Santos, da Colômbia, de antecipar as eleições previstas para 21 de abril. Uma resolução do Mercosul deve autorizar que os três sócios não suspendam o bloco tomem decisões que podem ir de mudanças na Tarifa Externa Comum até a aceitação da Venezuela.

Um bloqueio não interessa, porém, ao Brasil, que tem se oposto ao embargo comercial e a atitudes unilaterais como armas de pressão política contra Cuba, Irã e Síria, nem aos demais integrantes. O Uruguai vê o Paraguai como aliado contra as pressões de seus vizinhos maiores e não o quer definitivamente expulso. As usinas hidrelétricas compartilhadas em Itaipu (17% da eletricidade do Brasil) e Yacyretá (22% da eletricidade da Argentina) são muito importantes e há demasiados interesses comerciais conjuntos e cruzados. O Brasil teve um superávit comercial de 2,2 bilhões de dólares com o Paraguai em 2011 e há muitos investimentos de empresas brasileiras naquele país.

Além disso, há cerca de 600 mil paraguaios na Argentina e 200 mil no Brasil, e, por outro lado, cerca de 300 mil brasileiros no Paraguai. Desses, cerca de 6 mil



são latifundiários, respondem por grande parte da produção de soja paraguaia (há quem diga 70%), são alvo dos sem-terras paraguaios e apoiam como grupo o golpe contra Lugo, buscando apoio para Franco na mídia brasileira e no governo de Mato Grosso do Sul. Parece certo, porém, que Brasília não cederá a tal pressão nem às insinuações de Assunção de que poderá ameaçar os brasiguaios ou Itaipu para extorquir o reconhecimento.

Se não for possível reverter o atentado à democracia ou antecipar eleições, é preciso ao menos deixar claro que, como em Honduras, os golpistas pagarão um preço. Ao se destituir Manuel Zelaya, o país foi isolado dos organismos latino-americanos. A dificuldade nos negócios e financiamentos contribuiu para o PIB cair 2% em 2009 e crescer só 2,7% em 2010, após se expandir 4% em 2008 e 6% nos dois anos anteriores. A situação só se normalizou em 2011, quando o presidente eleito após o golpe, Porfirio Lobo, anulou os processos

contra Zelaya e lhe permitiu voltar ao país para liderar a oposição sem ser perseguido. Na falta de reação, não só Honduras seria hoje um regime autoritário sem disfarces como, provavelmente, Lugo estaria preso ou exilado em vez de falar a jornalistas e tentar articular a oposição.

Por ora, o governo de Franco conta com o apoio do Vaticano, dos EUA, do Canadá, da Alemanha e de Taiwan, que não se arrisca a romper relações com um dos últimos países que ainda reconhecem sua existência. A Espanha se precipitou em reconhecer o governo golpista, mas mudou de atitude e passou a dizer que apoiaria a Unasul e Mercosul nas decisões sobre o Paraguai. Em grave crise financeira, não pode indispor-se ainda mais com os países latino-americanos, onde tem pesados investimentos.

No exterior, fora da mídia conservadora, o único apoio franco e entusiástico ao golpe veio da Igreja Católica. Os bispos paraguaios pressionaram abertamente Lugo,

chantageando-o com a ameaça de um processo legal se não renunciasse. Consumado o golpe, foram os primeiros a cumprimentar Franco, liderados por um embaixador do Vaticano que sorria de orelha a orelha.)

O apoio dos EUA foi menos enfático. Evita dar munição às suspeitas de que encorajou os golpistas, difíceis de afastar. Na reunião da OEA que concluiu por enviar uma missão a Assunção antes de se tomar uma posição, foi ao Canadá que coube a defesa do governo Franco. Mas Washington estava a par do plano para a deposição constitucional de Lugo ao primeiro pretexto conveniente, como revelou a publicação pelo WikiLeaks de uma mensagem de 28 de março de 2009 da embaixada em Assunção para o Departamento de Estado. E seu interesse no caso é notório, dadas as pretensões do Pentágono de conseguir uma base aérea no Chaco e operar no país, principalmente na estratégica Tríplice Fronteira, que alega ser um foco de infiltração terrorista. ●

ANEXO F - “Quiproquó no Prata”, da revista *Carta Capital*, número 705, de 11 de julho de 2012, assinada por Antonio Luiz M. C. Costa.

Nosso Mundo

Quiproquó no Prata

MERCOSUL | A admissão da Venezuela gera reações da mídia e de políticos ao mudar a geopolítica da região

POR ANTONIO LUIZ M. C. COSTA

NAS PRIMEIRAS horas de poder no Paraguai, o recém-empossado Federico Franco posou com o bastão de comando na mão e o sorriso de uma criança que ganhou um brinquedo novo, assim como toda a corte civil e clerical. As fotos dos dias seguintes mostram, porém, cada vez mais caras amarradas ou preocupadas. Parecem não ter medido as consequências de seus atos e foram surpreendidos pela unânime reação negativa dos governos latino-americanos.

Habitados a manipular cartórios e títulos, os golpistas pareciam crer que a esperteza no uso da letra da lei bastava para legitimar um golpe de Estado. A chicana estendeu-se à tentativa de anular a reunião de emergência da Unasul com o argumento de que só a presidência da organização – que, casualmente, era de Fernando Lugo – poderia convocá-la. Mas até governos conservadores como os do Chile e Colômbia ignoraram Franco. Não aplicaram o bloqueio de fronteiras proposto pelo equatoriano Rafael Correa, mas o suspenderam da organização e transferiram a presidência ao peruano Ollanta Humala.

A suspensão do Mercosul era a mais previsível das sanções, mas até esta foi recebida com incredulidade. Os golpistas exigiram em vão o direito de “ampla defesa” que negaram ao deposto Lugo. Conforme decidiram os presidentes do Brasil, Argentina e Uruguai a suspensão será válida até “o pleno restabelecimento da ordem democrática”, ou seja, até a posse de um governo legitimamente eleito, a

DE JEFES DE ESTADO DEL M
XLIII REUNIÓN DEL CONSEJ
MENDOZA - ARGENTINA - 28



princípio em 15 de agosto de 2013. Como uma suspensão que impedisse os demais de tomar decisões ou puniria mais do que ao integrante suspenso, resolveu-se que o Paraguai, embora continue a gozar das facilidades comerciais do bloco e a receber

os investimentos do Focem (Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul, pelo qual os membros mais fortes doam recursos para a infraestrutura dos mais frágeis), terá de aceitar as decisões tomadas pela organização em sua ausência.



ROBERTO QUARTEZ/AF

A chicana golpista não foi aceita nem pelos governos conservadores. Só por jornalistas e políticos pró-EUA

Descontentes. Astori (esq.) e Almagro se opõem à aliança de seu presidente com Dilma e Cristina

MERCOSUR Y ES
O DEL MERCADO
Y 29 DE JUNIO DE 20

José Miguel Insulza, chileno, chefiou uma missão em Assunção para averiguar a situação entre 1º e 3 de julho e reuniu-se tanto com Lugo (que chamou de “presidente”) quanto com Franco e com os bispos e empresários e deve publicar um relatório na segunda-feira 9. Seja qual for a decisão da OEA, a Espanha acompanhará as atitudes do Mercosul e Unasul, onde estão os interesses de suas transnacionais.

Franco desdenha oficialmente das sanções, ameaça tirar o país da Unasul e diz que aproveitará para poupar despesas com viagens, recepções e coquetéis e trabalhar mais. Mas sabe que não é tão simples. A estatal venezuelana PDVSA suspendeu a venda de derivados ao país e negócios começam a ser perdidos, a começar pelos do turismo: o movimento nos hotéis paraguaios caiu 30% desde a crise política e, por pressão da Argentina, a comissão organizadora do Rally Dakar (desde 2009 disputado na América do Sul, devido à insegurança no Norte da África) excluiu o Paraguai do trajeto em 2012, o que significa a perda de mais 4 milhões de dólares em receita.

Apesar das bravatas de analistas e senadores que consideram o Mercosul “inútil” ou “inexistente”, o Paraguai não ousou ameaçar sair, mesmo se a organização tomar disposições relativas a tarifas e acordos multilaterais à sua revelia. A medida mais incômoda, embora não prejudique economicamente os paraguaios, é o ingresso da Venezuela como quinto parceiro pleno. Nos termos do comunicado de 29 de junho, é coisa líquida e certa, tendo sido convocada uma reunião especial para oficializar a admissão em 31 de julho.

Cristina Kirchner, Dilma Rousseff e José Mujica aproveitaram a oportuni-

dade para pôr em prática uma medida aprovada em seus países e ao mesmo tempo punir o Senado de Assunção, tanto o único obstáculo à admissão de Caracas quanto o responsável direto pela deposição de Lugo. Os mais incomodados são, porém, os Estados Unidos. Além de fortalecer a campanha eleitoral de Hugo Chávez e dar partida ao projeto do “Banco do Sul” (com o Paraguai de fora), a aliança da Venezuela com o bloco econômico do Sul é um revés estratégico para Washington no continente que talvez nem a possibilidade de restaurar o acordo militar com o Paraguai (revogado por Lugo em 2009) baste para compensar.

Partidários dos EUA na mídia e nos partidos da América Latina atacaram os bolivarianos como se eles e não os conservadores tivessem perpetrado um golpe. O novo governo acusou o venezuelano Nicolás Maduro, que participou da missão de chanceleres da Unasul em Assunção, de ter incitado os chefes militares do Paraguai a resistir e “expulsou” o embaixador de Caracas (já retirado há dias pela Venezuela, ao romper relações). Como “prova”, publicou um vídeo de Maduro em visita ao gabinete militar no palácio do governo após a tentativa inútil de dialogar com os congressistas, mas ele estava em companhia de seus pares da Unasul, muitos dos quais certamente não apoiariam tal iniciativa e nada que se possa ver ou ouvir sustenta a alegação de Franco.

No Brasil, o alinhamento foi o previsível: o PT, PSB, PCdoB e PSOL condenaram o golpe, o PSDB, PPS e PP julgaram legal a derrubada de Lugo e condenaram a “interferência” do governo brasileiro e os demais partidos relevantes fugiram



Até na OEA, apesar da boa vontade dos EUA e Canadá, o Paraguai pode ser suspenso como Honduras em 2009, como defende o ex-chefe da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o argentino Santiago Canton. O secretário-geral

Nosso Mundo Mercosul

do assunto, embora alguns de seus integrantes tenham se posicionado. Mais visivelmente Pedro Simon e Roberto Requião, ambos do PMDB e contrários ao golpe. Mesmo se o segundo se opõe à suspensão dos parlamentares paraguaios do Parlasul que preside e esteja frustrado com a decisão dos colegas argentinos e uruguaios de boicotar o órgão e mantê-lo fechado (a sede é Montevidéu) enquanto ele insistir nessa posição.

Na Argentina o apoio a Cristina Kirchner nessa questão foi mais consensual. As duas Câmaras do Congresso aprovaram por unanimidade uma moção de repúdio à ruptura da ordem democrática no Paraguai. Nem o direitista PRO (Proposta Republicana) de Mauricio Macri, que recusa apoiar o governo até na questão das Malvinas, se opôs: "Ter a maioria parlamentar não quer dizer acabar com um presidente eleito", declarou seu deputado Federico

Pinedo. Os principais jornais de oposição, como o *Clarín*, criticaram o golpe.

Mas no Uruguai, além da oposição, setores da própria Frente Ampla questionaram as decisões. Depois da reunião dos presidentes, o chanceler Luis Almagro disse que o país se opunha à admissão da Venezuela. A decisão teria sido forçada pelo Brasil e Mujica teria optado por "não bloquear a maioria", mas o chanceler rejeitava a decisão e estava descontente: "Vamos entregar isso aos serviços jurídicos do Ministério para analisar novamente a legalidade dessa medida. Para mim, a última palavra não foi dada sobre esse tema. É preciso agir de acordo com o Tratado de Assunção e a legislação vigente". Dava a entender que o país pedira o prazo de 31 de julho para tentar mudar a decisão.

O vice-presidente Danilo Astori, ex-ministro da Economia de Tabaré Vázquez e pré-candidato derrotado à sua

sucessão, o respaldou: "Não concordo com essa decisão, pois se trata de uma grande agressão institucional para o Mercosul. É a maior e mais grave ferida institucional em 21 anos do bloco. Espero que algo possa ser feito para reverter isso. Caso essa possibilidade exista, acho que deveria ser explorada".

Não se tratou, porém, de uma tomada de posição do Uruguai contra a Venezuela, nem faria sentido, pois seu Congresso aprovou há muito a entrada de Caracas no Mercosul. Setores moderados da Frente Ampla aparentemente tentaram forçar uma mudança na política externa.

Desde o início do Mercosul, o Paraguai e o Uruguai se uniram por suas reivindicações contra os sócios maiores e, assim como o Paraguai pré-Lugo, os governos uruguaios do colorado Jorge Battle e do frente-amplista moderado Tabaré Vázquez flertaram com um acordo de livre-comércio com os Estados Unidos que, se concretizado, os teria excluído do Mercosul. Usada mais como meio de pressão contra o Brasil e a Argentina, a proposta foi abandonada menos por ideologia do que por uma questão de custos e benefícios, mas o chanceler e o vice parecem ter julgado que a conjuntura política era propícia para forçar mudanças na política externa de Mujica, com apoio da oposição.

Tudo indica que se enganaram. Vázquez, ausente da política desde suas declarações desastradas de outubro de 2011 sobre desentendimentos com a Argentina em seu governo, voltou à cena para respaldar a decisão do Mercosul, assim como a senadora e primeira-dama Lucia Topolanski.

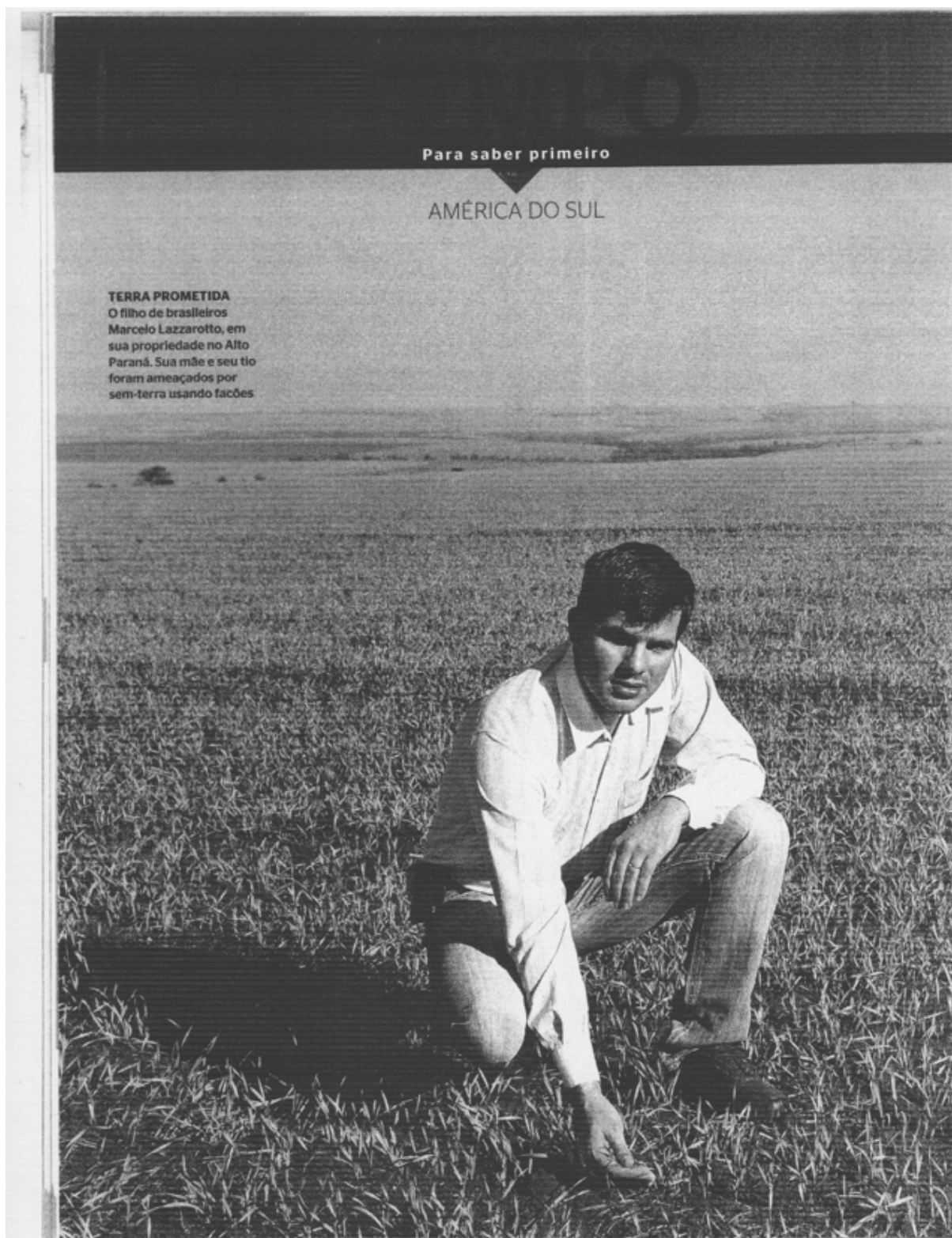
Astori esclareceu que sua posição era pessoal e em 4 de julho, o presidente Mujica encerrou a polêmica. A reunião foi pedida por Dilma Rousseff, mas os três presidentes estiveram de acordo, inclusive quanto à data para formalizar o ingresso do novo integrante: "Sou o responsável e não o chanceler. Ele atuou muito bem e vou defendê-lo", referindo-se aos partidos de oposição que agora cobram a renúncia do vice e do chanceler e tentam dividir o governo. "O político superou o jurídico. O Mercosul nasceu nos anos 90, no tempo dos Chicago Boys, passaram muitos anos e não paramos para pensar que não cumprimos os acordos daquela época porque isso é impossível. O direito tem de se adaptar à vida e não a vida ao direito." ●



Suspense.
Insulza (esq.)
fala com Lugo:
nem na OEA
a aceitação
do golpe é certa

NORBERTO QUART/AFIP

ANEXO G- “A luta pelo Paraguai”, da revista *Época*, número 737, de 2 de julho de 2012, assinada por Juliano Machado.





A luta pelo Paraguai

O estopim da crise que derrubou Fernando Lugo é o conflito agrário - no centro do qual estão fazendeiros brasileiros

Juliano Machado, de Santa Rosa del Monday

O Paraguai deu a Marcelo Lazzarotto uma vida feliz e confortável. O paraguaio, de 30 anos, nasceu em Curupaity, uma vila no departamento (Estado) do Alto Paraná, perto da fronteira com o Brasil. Com seus três irmãos, foi criado na vizinha Colônia Mbareté, onde seu pai, Maximino, um paranaense de Matelândia, plantou soja, milho e trigo onde antes só havia mato, no começo dos anos 1980. Os Lazzarottos prosperaram. Têm 3.550 hectares plantados, entre terra própria e arrendada. A família tem ainda três silos, um moinho de trigo e um posto de gasolina - na semana retrasada, venderam um supermercado. "Nasci e sempre me considerei paraguaio. Aqui tenho tudo", diz Marcelo com um português claro, enquanto cruza as estradas de terra que cortam as plantações com seu potente jipe americano Hummer.

Para o pai de Marcelo e outros milhares de brasileiros que cruzaram a fronteira para se tornar "brasiguaios", o Paraguai sempre foi uma solução.

Para o Brasil, um grande desafio, representado pelo tráfico de drogas, carros roubados e armas pela fronteira. Hoje, o desafio se assemelha mais a um grande problema, representado pela violência dos conflitos agrários e pela instabilidade política em Assunção.

Os Lazzarottos foram testemunhas dessa realidade no último 25 de março. Naquele dia, dezenas de camponeses invadiram uma das lavouras da família, sob a alegação de que a terra pertencia ao Banco Nacional de Fomento, do governo paraguaio. Os parentes se mobilizaram para impedir o avanço dos invasores, levados até lá por caminhões do próprio Exército paraguaio. Um dos camponeses ameaçou a mãe e um tio de Marcelo com um facão. Optaram por abrir caminho. O acampamento, de cerca de 100 pessoas, só foi retirado pela polícia em 7 de maio, por ordem judicial que reconhecia o título da propriedade.

Com a violência no campo vieram os tremores na política. O estopim da crise que levou à destituição do presidente Fernando ►

A mensagem

Para o Paraguai

A disputa por terras precisa ser resolvida de forma pacífica e democrática

Para o Brasil

O governo precisa trabalhar pela estabilidade política e econômica no país vizinho

AMÉRICA DO SUL

Lugo pelo Congresso foi justamente o conflito agrário, agravado no fim do ano passado. Lugo já era acusado pela oposição de incitar os camponeses a invadir fazendas, quando um confronto entre polícia e sem-terra em Curuguaty (departamento de Canindeyú, ao norte do Alto Paraná), em 15 de junho, deixou seis policiais e 11 camponeses mortos. A propriedade pertencia a Blas Riquelme, um influente empresário e ex-senador do opositor Partido Colorado, dono da maior bancada no Congresso. Foi a oportunidade encontrada para aprovar um pedido de impeachment na Câmara e votá-lo no dia seguinte no Senado. A Lugo foram dadas duas horas para se defender. A peça de acusação alegava que as causas do julgamento eram "de pública notoriedade, motivo pelo qual não necessitam ser provadas". Por incrível que pareça, tudo seguiu o previsto na Constituição – menos o prazo de defesa, estabelecido por uma resolução aprovada pelos senadores no mesmo dia da sessão do Senado.

Pelas estimativas do Itamaraty, cerca de 350 mil brasileiros vivem no Paraguai – incluindo os parentes nascidos em solo paraguaio. Isso faz deles a segunda maior comunidade brasileira no exterior, atrás dos Estados Unidos. A maioria trabalha na agricultura do Alto Paraná. Só isso já justifica o Brasil voltar os olhos para essa região. A ocupação do campo também diz muito sobre os vícios da política paraguaia, que levaram a uma democracia frágil e a um Estado pouco funcional. Boa parte do que se vê hoje é reflexo da ditadura do general Alfredo Stroessner (1954-1989). Seu regime estimulou a ocupação do interior do país, quase inexplorado. No fim dos anos 1960 e início dos 1970, os primeiros brasileiros se instalaram na região da fronteira, atraídos pela estabilidade oferecida pelo ditador e pela terra barata, apesar da infraestrutura inexistente. Em outra frente, Stroessner presenteava seus aliados do Partido Colorado com extensas fazendas. Blas Riquelme era um dos apaniguados do

ditador. "Stroessner não comandava uma simples ditadura militar. Era um regime em que Partido Colorado e Estado eram a mesma coisa, um projeto de longo prazo. Não por acaso durou tanto", afirma a historiadora e cientista política paraguaia Milda Rivarola.

A queda de Stroessner trouxe democracia e eleições livres quatro anos depois. Os colorados seguiram no poder, o que acontecera praticamente desde a fundação do partido, em 1887. Elegeram todos os presidentes até Nicanor Duarte Frutos, antecessor de Lugo. Sem o monólito da ditadura, o país sofreu com as lutas internas. "Meu bisavô foi um dos fundadores do partido, meu pai foi um dirigente importante. Sai porque desafiei uma oligarquia corrupta", disse a ÉPOCA, em tom caudilhesco, o ex-general Lino Oviedo. Oviedo, de 68 anos, ajudou a derrubar Stroessner e chegou a chefe das Forças Armadas no governo de Juan Carlos

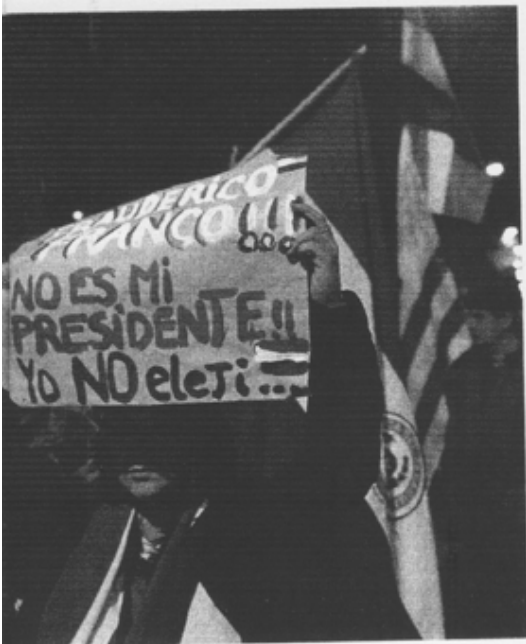
Wasmosy. Acusado de tramar um golpe, ficou preso por dois anos. Saiu da cadeia no governo de Raúl Cubas Grau, um de seus aliados dentro do parti-

do. Em 1999, o vice de Cubas e rival colorado, Luis María Argaña, foi assassinado. A suspeita recaiu sobre a dupla Cubas-Oviedo. Como Lugo, Cubas sofreu um processo de impeachment, mas teve cinco dias de defesa. Renunciou antes da sentença. Oviedo fugiu do Paraguai, ficou preso no Brasil e hoje promete disputar a Presidência por seu próprio partido, a União Nacional de Cidadãos Éticos (Unace).

A quebra da hegemonia colorada, com Fernando Lugo, ocorreu depois que muitos eleitores do partido, descontentes com o governo de Duarte Frutos, optaram pelo esquerdista. Lugo teve ainda o apoio do Partido Liberal, tradicional adversário dos colorados. Lugo prometeu acelerar a reforma agrária para cerca de 300 mil camponeses sem terra, num país onde 1% dos agricultores tem 77% da área produtiva. A tarefa parou na falta de diálogo entre os proprietários, quase todos eleitores

Lugo quis acelerar a reforma agrária, mas não conseguiu estabelecer diálogo com proprietários de terra





TEMPOS TURBULENTOS
O ex-vice e agora novo presidente paraguaio, o liberal Federico Franco (acima), e manifestantes pró-Lugo (ao lado). A crise política no país teve origem no conflito agrário, entre agricultores e camponeses sem terra

colorados, e o governo. "Tentamos nos reunir com o presidente, mas nunca conseguimos marcar audiência", afirma o gaúcho Aurio Frighetto, dono de uma exportadora de grãos. O novo presidente, Federico Franco, promete conciliar os interesses divergentes.

Os brasiguaios veem-se no centro da disputa por terras. Em 2005, a Lei de Segurança Fronteiriça determinou que estrangeiros não podem ser donos de terras numa faixa de 50 quilômetros de largura a partir da fronteira. Em tese, isso não afetava a maioria dos agricultores brasileiros, cujas terras foram adquiridas antes dessa data. A partir de 2008, com Lugo no poder, as lideranças camponesas reforçaram a ideia de que o Brasil explorava a riqueza paraguaia, acusação frequentemente lançada pelas diferentes facções políticas. Com 1.360 quilômetros de fronteira compartilhada, o Brasil é a potência regional que muitas vezes determinou o futuro dos paraguaios. Por isso, serve de pretexto para discurso e ações populistas no vizinho.

Não faltam razões para o Paraguai ser visto como um país problema. Outras o apresentam como solução. A hidrelétrica binacional de Itaipu é benéfica para ambos os lados, com 50% da energia produzida para cada país. O Paraguai quer aumentar seu percentual efetivamente consumido, hoje em torno de 15%, o que significa diminuir o excedente vendido para o Brasil. Isso pode estimular o desenvolvimento da indústria paraguaia, setor mais atrasado da combatida economia do país e responsável por apenas cerca de 15% de seu PIB. Um quarto das riquezas vem do campo, onde os brasileiros ou brasiguaios querem apenas que os governos se entendam e os ajudem a produzir em paz. "Acho que estamos entrando numa fase melhor", diz Rafael Forlin, de 26 anos, paraguaio e filho de brasileiro. Em outubro, Forlin foi escoltado por 25 policiais para fazer o plantio de suas lavouras, em Santa Rosa del Monday, onde 80% da população é de origem brasileira. Na semana passada, ele colhia milho e torcia por um futuro menos turbulento. "Espero que este lugar volte a ser tranquilo para todos." ♦

ANEXO H - “A diplomacia da conveniência”, da revista *Época*, número 737, de 2 de julho de 2012, assinada por Juliano Machado.

AMÉRICA DO SUL

A diplomacia da conveniência

A posição brasileira diante do impeachment do presidente paraguaio traz mais contaminação ideológica do que defesa dos nossos interesses

Juliano Machado, de Assunção

Os paraguaios gostam de fazer piadas com seus vizinhos de Cone Sul. Dizem ser “mais fácil entender um brasileiro em português que um argentino em espanhol”. A brincadeira expõe a histórica rivalidade entre Paraguai e Argentina e também é uma prova da relação de boa vontade com os brasileiros, apesar da mágoa histórica deixada pela Guerra do Paraguai, no século XIX. Na semana passada, pelo menos na elite do país, pouco restou da boa vontade. Ela foi abandonada assim que o governo de Dilma Rousseff protestou contra a deposição do presidente Fernando Lugo. O português do Brasil deixou de ser compreendido.

Essa sensação está disseminada, sobretudo, em meio àqueles que produzem e ajudam a construir a economia paraguaia, entre eles os agricultores brasileiros chamados de brasiguaios. Eles não queriam mais o esquerdista Lugo no poder e ficaram irritados com a decisão de Brasília de ameaçar o Paraguai com sanções por causa da posse do novo presidente, o liberal Federico Franco. Que tal atitude viesse da Argentina, da Bolívia e do Equador, cujos governos se alinham com o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, já era esperado. A adesão do Brasil não caiu bem. O país também avalizou a resolução tomada, na semana passada, na reunião

do Mercosul: o Paraguai foi suspenso do bloco econômico até as próximas eleições, previstas para 2013. Na mesma reunião, definiu-se a aprovação da Venezuela como membro pleno em 31 de julho deste ano – posição que contraria frontalmente os interesses paraguaios.)

O argumento do respeito à soberania de cada país era usado pelo Itamaraty para não tomar parte no debate em torno da reforma agrária do Paraguai, uma queda de braço entre sem-terra e agricultores que se agravou durante o governo Lugo. Desde o ano passado, o embaixador brasileiro em Assunção, Eduardo dos Santos, era cobrado por brasiguaios devido às constantes invasões de suas propriedades. “A resposta era que se tratava de um problema interno do país, que o governo brasileiro não poderia interferir”, afirma o paraguaio José Costas, advogado e porta-voz de Tranquilo Favero, um catarinense que cruzou a fronteira nos anos 1970.

Favero fez fortuna e se tornou o maior proprietário de terra do país, com pelo menos 18.000 hectares só na região leste do Paraguai. Suas terras são constantemente ocupadas por camponeses sem terra. Costas diz o que pensa a maioria dos paraguaios contrários a Lugo: “Agora que temos um presidente que não responde a um bloco socialista no continente, Dilma e o PT tratam de interferir



DO MESMO LADO
O então presidente
Lula e Evo Morales.
As apropriações
de refinarias da
Petrobras pelo líder
bolíviano receberam
condenação apenas
comedida do Brasil

As elites paraguaias
esperavam protestos
de Chávez e seus
aliados. A adesão do
Brasil não caiu bem



em nossa vida política. Se não se importaram com a gente antes, que continuem da mesma maneira".

O princípio da neutralidade brasileira, exercido nas relações com regimes autoritários, como Irã e Guiné-Equatorial, fora questionado em outra deposição de um governante de esquerda latino-americano. Em 2009, o presidente deposto de Honduras, Manuel Zelaya, voltou escondido ao país e refugiou-se na Embaixada do Brasil. Lá ficou por quatro longos meses, até se exilar na República Dominicana. Era o auge da seletiva "diplomacia presidencial" de Luiz Inácio Lula da Silva, que favorecia os aliados Chávez, Rafael Correa (Equador) e Evo Morales (Bolívia). A ordem democrática fora rompida em Honduras, fato que merecia condenação. Mas a acolhida brasileira a Zelaya e a prorrogação do confronto diplomático

entre o Brasil e o novo governo hondurenho, após a realização de eleições, foram fruto da ideologia que contamina as ações externas de Brasília. Esse pensamento impediu, até hoje, que o Brasil fizesse qualquer crítica ao autoritarismo do eterno presidente Chávez. Pior ainda quando essa ideologia fere os próprios interesses do Brasil. O boliviano Evo apropriou-se de refinarias brasileiras em 2006, ação que recebeu do governo Lula apenas protestos comedidos e a mão estendida ao diálogo.

Numa nota acertada entre Dilma e o chanceler Antonio Patriota, o Itamaraty evitou falar em "golpe" contra Fernando Lugo como fizeram Argentina e Venezuela. Chamou de "rito sumário" a decisão do Congresso paraguaio, pois Lugo teve apenas duas horas para se defender das acusações que motivaram o pedido de impeachment (o próprio Federico Franco

reconheceu que o processo foi "um pouco rápido"). O que irritou mesmo os paraguaios foi a suspensão do país das reuniões do Mercosul e da União das Nações Sul-Americanas (Unasul). Argentina, Venezuela e Equador retiraram seus embaixadores de Assunção. O Brasil convocou Eduardo dos Santos para consulta, uma reprimenda mais leve, e não adotará sanções econômicas, enquanto Chávez interrompeu o envio de petróleo ao Paraguai. Segundo um assessor de Franco, ainda assim o Brasil deveria "calibrar" melhor suas posições diplomáticas na América do Sul devido a seu tamanho, sob o risco de sufocar os parceiros menores.

O diplomata Sérgio Amaral, ex-porta-voz do governo de Fernando Henrique Cardoso, concorda com a avaliação de que a democracia foi desrespeitada no Paraguai. O problema, diz ele, é o uso de diferentes critérios por Brasília com diferentes nações. "Se você rejeita o simulacro do impeachment, você tem de rejeitar também o simulacro de democracia, que é o caso da Venezuela. Os dois casos têm um ponto em comum", afirma. "O que vale mais: a forma e a aparência ou o conteúdo? Nós teremos eleições na Venezuela neste ano, e temos boas razões para acreditar que as aparências democráticas podem ser respeitadas, mas o conteúdo não."

Mantida sua posição atual, o governo brasileiro poderá deixar Franco na geladeira até o fim de seu mandato, em agosto de 2013, e só retomar o pleno diálogo com um novo presidente. Dado que os paraguaios não queriam mais Lugo – sua saída seguiu os ritos legais e a reação foi mais externa que interna –, é provável que o próximo presidente tenha feições liberais. Se assim for, demonstrar boa vontade com um governante cercado de regimes de orientação política contrária será um bom sinal de maturidade brasileira. ♦

Com Viničius Gorczeski e Leandro Loyola

REFERÊNCIAS

Livros

ALBUQUERQUE, José Lindomar. **A Dinâmica das Fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. São Paulo: Annablume, 2010.

ALCARAZ, José Nicolas Morinigo. **Auge de la producción rural y crisis campesina**. Asunción: Fondo Nacional de la Cultura y las Artes, 2009.

BAITELLO JUNIOR, Norval. **A era da iconofagia. Ensaios de Comunicação e Cultura**. São Paulo:Hacker Editores, 2005.

BAITELLO JUNIOR, Norval. **O pensamento sentado – Sobre glúteos, cadeiras e imagens**. São Leopoldo:Ed. Unisinos, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOBO, Lawrence. Race, Public Opinion, and the Social Sphere. **In: The Public Opinion Quarterly**, Vol. 61, N.1, Special Issue on Race (Spring, 1997), pp.1-15

BUITONI, Dulcília H. Schroeder. **Jornalismo: linguagens no tempo e no espaço**. Revista Líbero, v. 14, n. 27, p. 23-30, jun. de 2011

BURTON, Richard Francis. **Cartas dos campos de batalha do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.

CABRIÃO: semanário humorístico editado por Ângelo Agostini, Américo de Campos e Antônio Manoel dos Reis: 1866-1867. Introdução de Délio Freire dos Santos. São Paulo: Ed. UNESP; Imprensa Oficial do Estado, 2000.

CATALÁ, Josep M. **La imagen compleja. Bellatera: Universitat Autònoma de Barcelona**. Servei de Publicacions, 2005.

CATALÁ, Josep M. **A forma do real: introdução aos estudos visuais**. São Paulo: Summus, 2011.

CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscências da Campanha do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

CHIAVENATTO, Julio José. **Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

CHIAVENATTO, Julio José. **O Negro no Brasil: da Senzala à Guerra do Paraguai**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CHIAVENATTO, Julio José. **Stroessner: retrato de uma ditadura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

COSTA, Carlos. **A revista no Brasil do século XIX: a história da formação das publicações, do leitor e da identidade do brasileiro.** São Paulo: Alameda, 2012.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FLUSSER, Vilém. **O mundo codificado. Por uma filosofia do design e da comunicação.** São Paulo: Cosac Naify, 2007

FLUSSER, Vilém. **O universo das imagens técnicas: elogio da superficialidade.** São Paulo: Annablume, 2008.

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta. Ensaio para uma futura filosofia da fotografia.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

FOGEL, Ramón. **Estructura Social y Procesos Políticos.** Asunción: Servilibro, 2005.

FOGEL, Ramon. Efectos socioambientales del enclave sojero. in: FOGEL, Ramon; RIQUELME, Marcial (Comp.). **Enclave sojero, merma de soberanía y pobreza.** Asunción: Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios., 2005

FRAGOSO, Augusto Tasso. **História da Guerra da Tríplice Aliança e o Paraguai.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009. Volume 1.

FRAGOSO, Augusto Tasso. **História da Guerra da Tríplice Aliança e o Paraguai.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011. Volume 2.

FRAGOSO, Augusto Tasso. **História da Guerra da Tríplice Aliança e o Paraguai.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011. Volume 3.

GOIRIS, Fabio Anibal Jara. **Autoritarismo e democracia no Paraguai contemporâneo.** Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

KIENTZ, Albert. **Comunicação de massa: análise de conteúdo.** Eldorado: Rio de Janeiro, 1973

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

KÜNSCH, Dimas A. **Maus pensamentos: os mistérios do mundo e a reportagem jornalística.** São Paulo: Annablume, 2000.

KÜNSCH, Dimas A. **O Eixo da Incompreensão: as revistas semanais brasileiras e a cobertura da guerra contra o Iraque.** Tese de Doutorado. São Paulo: ECA-USP, 2004.

KÜNSCH, Dimas A. Comunicação e pensamento compreensivo: um breve balanço. IN: KÜNSCH, Dimas A.; MARTINO, Luís Mauro Sá (Org.). **Comunicação, jornalismo e compreensão.** São Paulo: Plêiade, 2010.

KÜNSCH, Dimas A. Teoria compreensiva da comunicação. IN: KÜNSCH, Dimas A.; BARROS, Laan Mendes de (Org.). **Comunicação: saber, arte ou ciência?** São Paulo: Plêiade, 2008.

LAINO, Domingo. **Paraguai: fronteiras e penetração brasileira.** São Paulo: Global Editora, 1979.

LILLIS, Michael; FANNING, Ronan. **Calúnia: Elisa Lynch e a Guerra do Paraguai.** São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2009.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas Ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura.** São Paulo: Manole, 2004

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas Ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura/Jornalismo Literário.** Barueri/São Paulo: Manole, 2008

LIMA, Edvaldo Pereira. **O que é livro-reportagem.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

LIPPMANN, Walter. **Estereótipos.** In:STEINBERG, Charles (org.) Meios de Comunicação de Massa. São Paulo: Cutrix, 1972. P 149-159

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Comunicação & identidade: quem você pensa que é?** 1. Ed. São Paulo: Paulus, 2010.

MEDINA, Cremilda; LEANDRO, Paulo Roberto. **A arte de tecer o presente.** São Paulo: edição dos autores, 1973.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano.** São Paulo: Summus, 2003.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e Jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos.** São Paulo: Summus, 2008

MEDINA, Cremilda. **O signo da relação: comunicação e pedagogia dos afetos.** São Paulo: Paulus, 2006.

MEDINA, Cremilda. **Povo e Personagem.** Editora da ULBRA, 1996.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista: o diálogo possível.** São Paulo: Ática, 1995.

MEDINA, Cremilda. **Notícia: um produto à venda.** São Paulo: Summus Editorial, 1988.

MEDINA, Cremilda. **Profissão jornalista: responsabilidade social.** Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1982.

MENEZES, Alfredo da Mota. **A herança de Stroessner: Brasil-Paraguai, 1955-1980.** Campinas: Papirus, 1987.

MENEZES, José Eugenio de Oliveira. **Cultura do Ouvir: os vínculos sonoros na contemporaneidade.** Revista Líbero, edição 21:111-118. Acessado em 12 jul. 2013,

disponível em:

<<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/libero/article/view/5403/4920>>

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

MORIN, Edgar. **O enigma do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre : Sulina, 2011

POMER, Leon. **A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense**. São Paulo: Global Editora. 1980.

ROLON, José Aparecido. **Paraguai: transição democrática e política Externa**. FFLCH – USP. 2010

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e Pesquisa: projetos para mestrado e doutorado**. São José do Rio Preto, SP: Bluecom Comunicação, 2010.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SCHULZ, John. **O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894**. Editora da Universidade de São Paulo, 1994

SIGELMAN, Lee; TUCH, Steven. **Metastereotypes; Blacks' Perceptions of Whites' Stereotypes of Blacks**. In: *The Public Opinion Quarterly*, Vol. 61, N°1, Special Issue on Race (Spring, 1997), pp. 87-101.

SODRE, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística**. São Paulo: Summus Editorial, 1986.

SODRE, Muniz. **A Narração do Fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009

SOUCHAUD, Sylvain. Dinámica de la agricultura de exportación paraguaya y el complejo de la soja: una organización del territorio al estilo brasileño in: FOGEL, Ramon; RIQUELME, Marcial (Comp.). **Enclave sojero, merma de soberanía y pobreza**. Asunción: Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios., 2005

TAUNAY, Visconde de. **Diário do Exército: Campanha do Paraguai, 1869-1870**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 2002

TORAL, André Amaral de. A participação dos negros escravos na Guerra do Paraguai, **Estudos Avançados**, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, vol.9, nº 24, maio-agosto. 1995, pag. 187-296.

WEBER, Wagner Enis. **Itaipu e o Paraguai: o renascer de uma nação**. Asunción: Editora Enfoque Econômico, 2008.

Documentos

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Diplomacia Consular, 2007 a 2012**; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. Disponível em: <<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/diplomacia-consular-2007-a-2012-final.pdf>>. Acesso em 8 out.2013.

BRASIL. **LEI Nº 6.634**: Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências. Brasília, 2 mai. 1979. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6634.htm> Acesso em 2 nov. 2013.

CÂMARA PARAGUAYA DE EXPORTADORES Y COMERCIALIZADORES DE CEREALES Y OLEAGINOSAS. **Estadísticas: Principales Exportadores Mundiales de Soja**. Disponível em <<http://www.tera.com.py/capeco/index.php?id=ranking-mundial>>. Acesso em 8 out. 2013.

PARAGUAY. Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos. **Anuario Estadístico del Paraguay 2012**. Disponível em <<http://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/anuario2012/anuario%202012.pdf>>. Acesso em 7 jan. 2014

PARAGUAY. Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos. **Encuesta Permanente De Hogares 2011: distribución de Ingresos y Pobreza**. Disponível em <<http://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/EPH2011/EPH2011%20Pobreza%20e%20Ingresos.pdf>> Acesso em 7 jan. 2014

PARAGUAY. Dirección De Censos Y Estadísticas Agropecuarias. **Censo Agropecuario Nacional 2008**. Volume II, ano 2009. Disponível em <<http://www.mag.gov.py/Censo/Book%202.pdf>> Acesso em 12 jan. 2014

PARAGUAY. **LEY Nº 2532**: que establece la zona de seguridad fronteriza de la republica del Paraguay. Poder Legislativo. Asunción. 9 dez. 2004. Disponível em <<http://paraguay.justia.com/nacionales/leyes/ley-2532-feb-17-2005/gdoc/>> Acesso em 2 nov. 2013

PARAGUAY. **Libelo acusatório. Resolución H. Cámara de Diputados Nº 1431/2012**. Disponível em: <<http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2012/11/Libelo-Acusatorio.pdf>> Acesso em 20 jan. 2014

Jornais, sites e revistas

As imagens do dia em que Lugo sofreu impeachment. **O Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/as-imagens-do-dia-em-que-lugo-sofreu-impeachment-5292575>>. Acesso em: 12 jul. 2013

Crise no Paraguai. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 22 jun. 2012. Disponível em: <<http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/8233-crise-no-paraguai>>. Acesso em: 12 jul. 2013.

COSTA, Antonio Luiz M.C. Quiprocó no Prata, Carta Capital, São Paulo, n. 705, p.36-38, 11 jul. 2012.

COSTA, Antonio Luiz M.C. Vacina contra intentonas 2.0, Carta Capital, São Paulo, n. 704, p.36-37, 4 jul. 2012.

Fernando Lugo é cassado e deixa presidência do Paraguai. **Veja**, São Paulo, 22 jun. 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/fernando-lugo-e-cassado-e-deixa-presidencia-do-paraguai>> . Acesso em: 12 jul. 2013

ITAIPU BINACIONAL. **Perguntas Frequentes**. Disponível em <<http://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/perguntas-frequentes>> Acesso em 20 dez 2013.

MACHADO, Juliano. A luta pelo Paraguai. **Época**, São Paulo, número 737, p. 32-35, 2 jul.2012

MACHADO, Juliano. A diplomacia da conveniência, **Época**, São Paulo número 737, p. 36-27, de 2 de julho de 2012

MENEZES, Cynara. Os Neogolpistas. **Carta Capital**, São Paulo, n. 704, p. 30-35, 4 jul. 2012.

SEQUEIRA, Cláudio Dantas; AMORIM, Michel. Barbeiragem Diplomática, **IstoÉ**, São Paulo, n. 2225, p.38-41, 4 jul. de 2012

TEIXEIRA, Duda. O golpe fracassado de Chavez no Paraguai. **Veja**, São Paulo, n.2276, p.74-78, 4 jul.2012.